



# Relatório e Contas 2024



# AICEP

Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

## **Relatório e Contas 2024**

---

Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras e Orçamentais



# Índice

<b>Parte I – Relatório de Gestão</b>	<b>6</b>
1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	7
2 Enquadramento económico	9
3 Atividade desenvolvida	25
A. Áreas de Negócio	27
A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas	28
A. 1.a) Internacionalização	28
A. 1.b) Reinvestimento	28
A. 1.c) Fileiras setoriais	29
A. 1.d) Angariação de investimento estrangeiro	30
A.2 Rede Externa	33
A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa	33
Ações de captação de investimento e promoção setorial	33
Missões comerciais e institucionais ao estrangeiro	44
Missões comerciais de importadores e decisores e visitas Institucionais a Portugal	44
Multilaterais	46
A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas	50
A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos	50
B. Áreas de Apoio ao Negócio	51
B.1 Academia AICEP	51
Capacitação empresarial	52
Capacitação Interna	55
Programa Inov Contacto	56
B.2 Produção de informação	58
Conteúdos técnicos	58
Oportunidades de negócio	61
Conteúdos comunicacionais	61
Outros produtos de informação	61
B.3 Gestão de incentivos	62
B.3 a) Avaliação e seleção de projetos	62
B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos	65
B.4 Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto	68
B.5 Participação portuguesa em grandes eventos	71
4 Recursos humanos	76
5 A AICEP Global Parques	78
Unidades operativas	79
Situação económica e financeira	85

Investimentos .....	86
Responsabilidade corporativa.....	86
Perspetivas para 2025 .....	87
6 Cumprimento das orientações legais .....	89
7 Análise às contas do exercício .....	110
8 Proposta de aplicação de resultados .....	115
<b>Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais .....</b>	<b>117</b>
Contas individuais .....	118
1 Demonstrações Financeiras.....	118
2 Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais .....	124
1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade .....	125
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras .....	136
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	136
4. Informação por segmentos operacionais.....	145
5. Fluxos de Caixa .....	148
6. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis .....	149
7. Propriedades de Investimento.....	151
8. Participações Financeiras.....	152
9. Imparidade de Ativos .....	155
10. Impostos sobre o Rendimento .....	155
11. Ativos financeiros e outras contas a receber .....	157
12. Diferimentos ativos .....	159
13. Património Líquido .....	159
14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	163
15. Passivos Financeiros e outras contas a pagar .....	165
16. Estado e outros entes públicos .....	168
17. Diferimentos Passivos .....	168
18. Rédito .....	169
19. Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos .....	170
20. Fornecimentos e Serviços Externos .....	170
21. Gastos com o Pessoal .....	171
22. Amortizações .....	172
23. Outros Rendimentos .....	172
24. Outros Gastos.....	173
25. Juros e outros rendimentos similares .....	173
26. Juros e gastos similares suportados .....	174
27. Partes relacionadas.....	174
28. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras .....	176



29. Acontecimentos após a data do balanço .....	177
3 Demonstrações Orçamentais.....	178
4 Contabilidade de Gestão.....	213



# AICEP

Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

## Relatório e Contas 2024

---

### Parte I - Relatório de Gestão

## **Parte I – Relatório de Gestão**

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento económico

Atividade desenvolvida

Recursos Humanos

A AICEP Global Parques

Cumprimento das orientações legais

Análise às contas do exercício

Proposta de aplicação de resultados



# 1.

## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, Entidade Pública Empresarial – AICEP, E.P.E. – tem como missão a promoção internacional da economia portuguesa, bem como a atração de investimento direto estrangeiro para Portugal. Trata-se de um mandato do tipo dual que o atual Conselho de Administração tem vindo a desempenhar, desde a sua entrada em funções, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº70/2024 que o nomeou.

Fiel a este mandato, a AICEP tem atuado com base na convicção de que o reconhecimento internacional das competências e do saber-fazer portugueses reforça, não só, a atratividade da nossa economia, como também a capacidade de integração de investimento estrangeiro que potencia e qualifica o tecido empresarial nacional. A internacionalização da economia portuguesa e a atração de investimento direto estrangeiro são, assim, dimensões indissociáveis e mutuamente reforçadas.

Para além do impacto económico, estas dimensões contribuem igualmente para a projeção internacional do nosso país em áreas como a cultura. Um exemplo expressivo desta abordagem integrada é a preparação da participação de Portugal na Exposição Universal de Osaka 2025, cuja coordenação voltou a ser confiada à AICEP, dando continuidade à tradição de representação nacional em eventos internacionais de grande relevância.

Portugal é uma economia muito aberta ao exterior e a AICEP muito contribui para isso. Dada a dimensão territorial de Portugal, a ambição das empresas que constituem a economia nacional expressa-se largamente através da capacidade de singrarem no mercado global. No final de 2024, o grau de abertura da economia portuguesa, representando o somatório das exportações e das importações de bens e serviços em proporção do produto interno bruto (PIB), encontrava-se acima da fasquia de 90%. Para este rácio contribuíram exportações de bens e serviços que totalizaram 46,6% do PIB, relativamente às quais a União Europeia (UE) representou quase dois terços do valor total exportado. Tratando-se de bons rácios, a verdade é que os valores de 2024 não deixam também de constituir um recuo face aos

valores registados no passado recente, designadamente, em 2022 – ano em que o grau de abertura da economia portuguesa foi superior a 100% do PIB e em que o total exportado correspondeu a 49,5% do produto. Não sendo motivo para alarme, porque a evolução dos rácios em Portugal não é imune à situação internacional, trata-se, no entanto, de um alerta; há que reforçar o impulso exportador da economia lusa.

Simultaneamente, Portugal continua a afirmar-se como destino atrativo para o investimento direto estrangeiro. Assim sucede há muitas décadas e em muitos domínios. A economia portuguesa beneficia hoje da presença de investidores estrangeiros oriundos de todas as geografias mundiais, com destaque para os diferentes Estados-membros da UE, a começar por Espanha – que continua a ser o principal país-investidor em Portugal (e o seu principal parceiro comercial) –, mas também, cada vez mais, beneficiando da presença de investidores provenientes das Américas, sobretudo dos Estados Unidos e do Brasil, e da Ásia, em que a China assume maior preponderância. Esta diversidade reflete a capacidade de Portugal se posicionar competitivamente nos mais variados domínios económicos. Em 2024, o stock de investimento direto estrangeiro em Portugal ascendeu a 70,3% do PIB. Há, pois, que intensificar os esforços de atração de investimento, e recuperar, ultrapassando, os rácios logrados entre 2020 e 2021 – altura em que os respetivos valores se situavam na fasquia dos 75% do PIB.

A atuação da AICEP materializa-se no contacto direto com empresas e outras entidades, em Portugal e no estrangeiro, com o objetivo de transformar esses contactos em ações concretas de promoção da internacionalização ou de investimento, refletindo assim a eficácia da agência na conversão de oportunidades em resultados tangíveis.

Em 2024, a AICEP converteu mais de 4.000 contactos comerciais em mais de 500 iniciativas de internacionalização ou investimento, demonstrando uma taxa de conversão significativa na sua intervenção junto do tecido empresarial. Na vertente da internacionalização, chegou-se, assim, a 65 mercados externos, e em Portugal contratualizou-se



investimento num montante superior a EUR 400 milhões. Adicionalmente, a organização realizou 88 ações de capacitação empresarial, tendo produzido cerca de 4.000 listas de potenciais clientes estrangeiros e feito mais de 12.500 divulgações – entre eventos diversos e oportunidades de negócio, identificados como relevantes pelas equipas comerciais em Portugal e na rede externa da AICEP.

Este início de mandato foi marcado pela intensificação da atividade da AICEP junto dos seus clientes e por uma retoma significativa do investimento contratualizado pelo Estado português através da AICEP. Porém, do ponto de vista económico-financeiro da própria agência, em 2024, ocorreu o mesmo registo deficitário de anos anteriores, em face do recorrente desequilíbrio entre receitas e despesas operacionais. A este respeito, o atual Conselho de Administração, que entrou em funções pouco antes do início do ciclo de preparação do Orçamento do Estado de 2025, tendo conseguido assegurar para 2025 um reforço de receitas correntes face a 2024, apresentou também à tutela uma proposta com vista a um novo modelo de financiamento da AICEP a partir de 2026. Com o novo modelo de financiamento, será de esperar a conclusão do processo de reequilíbrio da conta de exploração da agência, assegurando-lhe a necessária estabilidade organizacional, bem como previsibilidade financeira. Para além da apresentação de um novo modelo de financiamento, a

presente Administração da AICEP foi também incumbida de reforçar a sua rede externa – para a qual serão igualmente necessários meios financeiros reforçados.

A articulação entre as equipas comerciais em Portugal e na rede externa deverá ser orientada por uma abordagem analítica, baseada nas vantagens competitivas do país e nas competências das nossas empresas. A AICEP assume, assim, um papel ativo na promoção da competitividade e da atratividade do país, projetando uma imagem fiel e diferenciadora de Portugal junto de investidores e parceiros internacionais. Este é também um trabalho de visão estratégica, de antecipação de tendências e de posicionamento nos domínios emergentes da inovação e da tecnologia.

Foi com este espírito, com determinação e sentido de missão, que trabalhamos em 2024, ao serviço da economia portuguesa e da projeção internacional de Portugal.



**Ricardo Arroja**

Presidente do Conselho de Administração

## 2.

### Enquadramento económico

#### Introdução

A economia mundial, afetada por um contexto de aumento das tensões e incerteza geopolíticas, registou, em 2024, um desempenho moderado e desigual entre regiões, tanto em termos de atividade económica como de inflação, com os países em desenvolvimento a apresentarem um crescimento duas vezes superior ao dos países desenvolvidos.

O ano passado foi também caracterizado por uma mudança significativa da política monetária com quase todos os bancos centrais das economias desenvolvidas a iniciarem ciclos de flexibilização e de redução das respetivas taxas diretoras.

A componente geopolítica ganhou ainda maior importância e visibilidade devido à manutenção e intensificação de tensões internacionais, de que se salientam, entre outros, os conflitos armados na Ucrânia e no Médio Oriente, geradores de graus de incerteza cada vez mais elevados.

Do ponto de vista político, em 2024, registaram-se vários atos eleitorais um pouco por todo o mundo.

No Reino Unido, o Partido Trabalhista venceu as eleições parlamentares substituindo o anterior governo Conservador, enquanto em França o resultado terminou com um parlamento fragmentado e, posteriormente, num impasse orçamental que levou à queda do governo. As eleições mais importantes, contudo, ocorreram nos EUA, assinaladas pelo regresso de Donald Trump e da sua agenda protecionista.

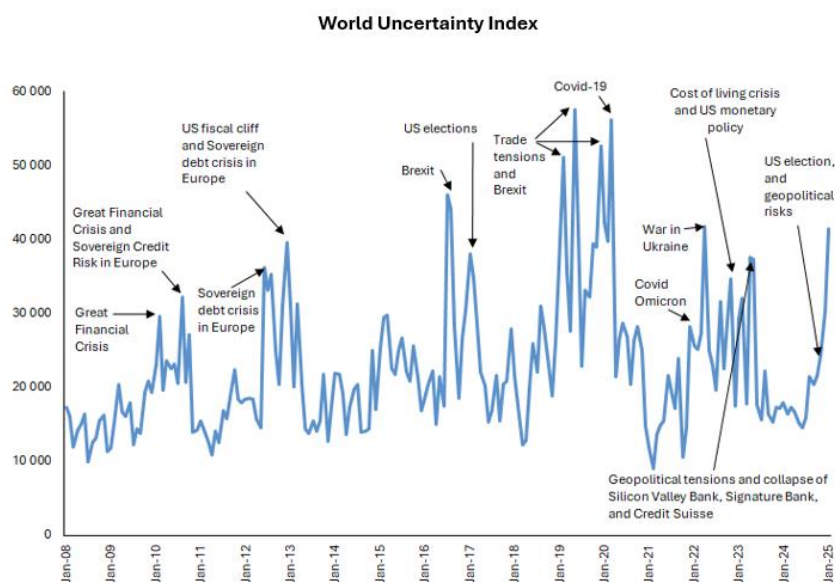
Deste modo, pese embora a resiliência da economia mundial a uma série de choques contínuos, o crescimento económico global, em 2024, situou-se, segundo as Nações Unidas<sup>1</sup>, em 2,8%, ainda assim

inferior à média de 3,2% observada no período pré-Covid de 2010 a 2019.

Já o crescimento do comércio global, em volume, recuperou, aumentando de 0,9% em 2023 para 3,4% no ano passado, impulsionado pela recuperação do comércio de mercadorias.

Quanto ao investimento direto estrangeiro mundial, de acordo com a UNCTAD<sup>2</sup>, cresceu 11,0%, diminuindo, contudo, 8,0%, quando excluídos os fluxos canalizados através das economias veículo europeias, que muitas vezes servem como pontos de passagem antes de chegarem ao seu destino final, refletindo um mundo a lidar com dinâmicas económicas em mudança e incertezas persistentes.

Em Portugal, segundo o INE<sup>3</sup>, PIB cresceu 1,9% em volume, após o aumento de 2,6% em 2023. A procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB superior ao observado no ano anterior, verificando-se uma aceleração das despesas de consumo final. O contributo da procura externa líquida foi negativo em 2024,



<sup>1</sup> World Economic Situation and Prospects 2025 (United Nations, Janeiro 2025)

<sup>2</sup> Global Investment Trends Monitor nº 48 (UNCTAD, Janeiro 2025)

<sup>3</sup> Contas Nacionais Trimestrais (INE, Fevereiro de 2025)



refletindo a desaceleração das exportações e a aceleração das importações.

Para 2025, as Nações Unidas esperam a manutenção do crescimento económico em torno dos 2,8%, com os países em desenvolvimento a crescerem mais do dobro dos desenvolvidos. Também o comércio mundial deverá manter o registo de 2024, crescendo cerca de 3,2%. Para Portugal, as projeções económicas do Banco de Portugal<sup>4</sup> apontam para um crescimento de 2,2%.

De um modo geral, as atenções estarão focadas em fatores que poderão aumentar o risco de fragmentação da economia mundial, como sejam a competição tecnológica global, em particular entre os EUA e a China no que concerne à inteligência artificial, semicondutores e energia limpa, ao regresso da política *America First*, promotora do protecionismo e disruptora das alianças tradicionais e da estabilidade da ordem global, ao aumento de tensões geopolíticas, não só na Europa e no Médio Oriente, mas também nas regiões africana do Sahel e asiática do Estreito de Taiwan, entre outras, em paralelo com o reforço de parcerias no campo da defesa entre Rússia, Coreia do Norte e Irão. Estas dinâmicas com impacto no processo de globalização, colocam a Europa perante o desafio de reforçar a sua competitividade num mercado global cada vez mais multipolar.

## Enquadramento Internacional

### Crescimento moderado num contexto de incerteza persistente

De acordo com o relatório World Economic Situation and Prospects 2025, das Nações Unidas, a economia mundial manteve-se resiliente ao longo de 2024, evitando uma contração económica generalizada, apesar de anos de múltiplos choques mutuamente agregadores e do episódio mais sustentado de restrição monetária na história recente causado pelo aumento da inflação.

No curto prazo, espera-se que o crescimento económico global permaneça estável, mas moderado. Embora a desinflação continue e o abrandamento das políticas monetárias restritivas num grande número de países devam impulsionar a procura agregada, os conflitos em curso e as tensões geopolíticas crescentes podem agravar os desafios do lado da oferta. O enfraquecimento das condições do mercado de trabalho, um possível aumento das políticas protecionistas e os crescentes riscos climáticos pesarão sobre as perspetivas de crescimento de curto prazo para a economia mundial. Além disso, a política fiscal persistentemente restritiva e os desafios causados pela dívida pública elevada em muitos países em desenvolvimento continuarão a restringir a sua capacidade de investimento em infraestruturas produtivas e de estímulo do crescimento económico. Deste modo, projeta-se um crescimento do PIB mundial de 2,8% em 2025 e 2,9% para 2026, praticamente inalterado em relação à taxa registada em 2023 e estimada para 2024.

Previsões de crescimento positivas, mas um pouco inferiores para a China e os EUA serão complementadas por recuperações modestas na União Europeia, Japão e Reino Unido e um desempenho robusto em algumas grandes economias em desenvolvimento, nomeadamente as da Índia e da Indonésia. A perspetiva de curto prazo para muitos países de baixo rendimento permanece menos favorável. O crescimento nos países menos desenvolvidos deve melhorar ligeiramente em 2025, embora a revisão tenha sido efetuada em baixa face às projeções de meados de 2024.

---

<sup>4</sup> Boletim Económico de Dezembro de 2024 (Banco de Portugal, Dezembro 2024)

### Aumento da divergência económica entre países

Segundo o mesmo relatório, com um crescimento estimado de 2,8% do PIB, a economia dos EUA superou as expectativas novamente em 2024, graças ao forte consumo das famílias, gastos do setor público e investimentos não imobiliários. No entanto, espera-se que o crescimento modere para 1,9% em 2025 e recupere ligeiramente para 2,1% em 2026, num contexto de desempenho mais fraco do mercado de trabalho, crescimento modesto do rendimento e cortes nos gastos públicos. Embora novos cortes nas taxas de juros forneçam um impulso à economia, a inflação persistente provavelmente manterá a Reserva Federal cautelosa e desencorajará um abrandamento mais rápido das taxas de referência.

Em contraste, projeta-se que o crescimento económico da Europa aumente gradualmente em 2025 e 2026, após um desempenho mais débil do que o esperado em 2024. Na União Europeia, o crescimento do PIB deverá subir de 0,9% em 2024, para 1,3% em 2025 e 1,5% em 2026. A inflação mais baixa, menores restrições nas condições de financiamento e os mercados de trabalho resilientes deverão suportar o consumo privado e o investimento. No entanto, a provável consolidação fiscal, as incertezas geopolíticas em curso e os desafios estruturais de longo prazo, como o envelhecimento da população e o fraco crescimento da produtividade, restringirão o ritmo de expansão.

Quanto ao Japão, o país está preparado para uma recuperação económica contínua, sendo expectável que o crescimento aumente após a quebra de 0,2% em 2024, para 1,0% em 2025 e 1,2% em 2026. O crescimento do consumo privado, que estagnou desde meados de 2023 devido ao fraco crescimento salarial, deve recuperar gradualmente, enquanto os investimentos permanecem resilientes. Contudo, o Banco do Japão enfrenta um dilema de política, pois um aperto monetário excessivo pode empurrar a economia de volta à deflação ao abrandar o crescimento salarial, que começou a acelerar recentemente.

Na Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e na Geórgia, projeta-se que o crescimento modere para 2,5% em 2025, após 4,2% em 2024, refletindo principalmente uma desaceleração na Rússia. A escassez de mão de obra e um aperto monetário significativo e persistente deverão trazer a economia russa de volta a uma trajetória de crescimento mais baixa, mas mais sustentável, em 2025,

apesar da expansão fiscal contínua, especialmente nos gastos militares. As perspetivas regionais permanecem obscurecidas por inúmeros riscos e incertezas, resultantes da guerra em curso na Ucrânia e das tensões geopolíticas mais amplas.

A China enfrenta uma perspetiva de moderação económica gradual, com um crescimento estimado de 4,9% para 2024 e de 4,8% para 2025. Os investimentos do setor público e o forte desempenho das exportações são parcialmente eliminados pela fraqueza persistente do setor imobiliário. As autoridades chinesas intensificaram o apoio político para impulsionar os mercados imobiliários, enfrentar os desafios da dívida dos governos locais e aumentar a procura interna. A população em declínio e as crescentes tensões comerciais e tecnológicas, se não forem resolvidas, poderão prejudicar as perspetivas de crescimento a médio prazo.

Em África, projeta-se que o crescimento económico se fortaleça de 3,4% em 2024 para 3,7% em 2025 e 4,0% em 2026, impulsionado pela recuperação das maiores economias da região – Egito, Nigéria e África do Sul. Enquanto a África Oriental mantém um crescimento robusto, a África Central atrasa-se devido à estagnação da produção de petróleo e à instabilidade política. Apesar de uma perspetiva relativamente positiva, alguns desafios significativos se mantêm, incluindo os encargos de dívida, a elevada taxa de desemprego, particularmente entre os Jovens, e os eventos climáticos extremos. A inflação permanece acima de 10,0% em vários países e o desempenho comercial tem sido modesto, apesar dos avanços na integração regional através do mecanismo da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA). A pobreza extrema tem aumentado na região a par com o lento crescimento do rendimento.

No Leste Asiático, espera-se que o crescimento económico modere de 4,8% em 2024, para 4,7% em 2025 e 4,5% em 2026. O consumo privado tem permanecido o principal motor do crescimento, apoiado por mercados de trabalho resilientes e inflação moderada na maioria das economias. O aumento da procura global por produtos eletrónicos relacionados com a inteligência artificial tem impulsionado o crescimento das exportações. No entanto, riscos significativos de quebra persistem a par de riscos geopolíticos e tensões comerciais crescentes, e um desempenho possivelmente menor do que o esperado entre os principais parceiros comerciais.

A perspetiva de curto prazo para o Sul da Ásia deve permanecer robusta, com um crescimento projetado em 5,7% em 2025 e 6,0% em 2026, graças ao forte desempenho da Índia, bem como pela recuperação económica em algumas outras economias. Projeta-se que a economia indiana se expanda 6,6% em 2025, principalmente apoiada pelo sólido crescimento do consumo privado e dos investimentos. No entanto, a procura externa mais fraca, a dívida elevada, a agitação social e a turbulência política em algumas economias podem prejudicar as projeções para a região.

O crescimento na Ásia Ocidental deve subir para 3,5% em 2025, duma estimativa de 2,0% em 2024, suportado por melhores perspetivas na Arábia Saudita e na Turquia, as duas maiores economias da região. O desempenho económico nos principais países exportadores de petróleo regionais deverá melhorar em 2025, impulsionados pela redução dos cortes na produção de petróleo pela OPEC+. Os seis países membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo beneficiarão duma inflação relativamente baixa, apoiada por subsídios aos setores da energia e alimentar. Em contraste, conflitos, inflação elevada e disponibilidade fiscal apertada deverão pesar negativamente nas perspetivas para os países importadores de petróleo da região.

A projeção económica para a América Latina e Caraíbas é moderadamente positiva, com o crescimento a aumentar duma estimativa de 1,9% em 2024 para 2,5% em 2025, apoiado por melhorias no consumo privado, políticas monetárias mais flexíveis e crescimento mais forte das exportações. A inflação está a diminuir gradualmente, embora permaneça alta em alguns países. O crescimento estagnado do PIB per capita durante a última década paralisou o progresso na redução da pobreza extrema e da desigualdade.

### Comércio mundial – recuperação e novos obstáculos no horizonte

Em matéria de comércio internacional, o crescimento das trocas globais, em volume, aumentou de 0,9% em 2023 para uns estimados 3,4% em 2024, suportado pela recuperação do comércio internacional de mercadorias. China, EUA e economias da Ásia de Leste demonstraram forte desempenho nas exportações de máquinas e bens eletrónicos, enquanto a Europa registou quedas generalizadas. A par com a queda dos preços das *commodities*, as exportações de África e América Latina diminuíram em termos de valor. Enquanto isso, o comércio mundial de serviços cresceu cerca de 6,4% em 2024 representando atualmente cerca de 25,0% do comércio mundial de bens e serviços.

Os fluxos internacionais de turismo, um indicador de referência para o comércio de serviços, atingiram aproximadamente 1,4 mil milhões de turistas em 2024, uma recuperação quase completa do nível pré-Covid.

Produto Interno Bruto, em volume (taxa de variação anual %)				
	2023	2024e	2025p	2026p
<b>Mundo</b>	<b>2,8</b>	<b>2,8</b>	<b>2,8</b>	<b>2,9</b>
<b>Países Desenvolvidas</b>	<b>1,7</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>
EUA	2,9	2,8	1,9	2,1
Japão	1,7	-0,2	1,0	1,2
União Europeia	0,4	0,9	1,3	1,5
Zona Euro	0,4	0,7	1,1	1,3
Reino Unido	0,3	0,8	1,2	1,4
Outras	1,3	1,4	2,0	2,1
<b>Economias em Transição</b>	<b>4,0</b>	<b>4,2</b>	<b>2,6</b>	<b>2,5</b>
Sudeste da Europa	3,2	3,4	3,6	3,5
Comunidade Estados Independentes e Geórgia	4,1	4,2	2,5	2,5
Rússia	3,6	3,8	1,5	1,5
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,2</b>	<b>4,1</b>	<b>4,3</b>	<b>4,2</b>
África	3,3	3,4	3,7	4,0
Norte de África	3,1	3,3	3,4	3,8
África Oriental	6,0	5,5	6,0	6,0
África Central	2,3	2,6	3,0	2,8
África Ocidental	3,4	3,6	4,1	4,3
África Austral	1,6	1,8	2,2	2,5
Ásia do Sul e Oriental	5,1	5,0	4,9	4,7
Ásia Oriental	4,8	4,8	4,7	4,5
China	5,2	4,9	4,8	4,5
Sul da Ásia	6,5	5,9	5,7	6,0
Índia	8,0	6,9	6,6	6,7
Ásia Ocidental	2,0	2,0	3,5	3,5
América Latina e Caraíbas	2,0	1,9	2,5	2,3
América do Sul	1,3	1,7	2,6	2,2
Brasil	2,8	3,0	2,3	1,9
México e América Central	3,3	2,0	1,9	2,4
Caraíbas	2,8	2,5	2,5	2,1
<b>Países Menos Desenvolvidos</b>	<b>4,6</b>	<b>4,1</b>	<b>4,6</b>	<b>5,1</b>
<b>Comércio Mundial</b>	<b>0,9</b>	<b>3,4</b>	<b>3,2</b>	<b>3,5</b>

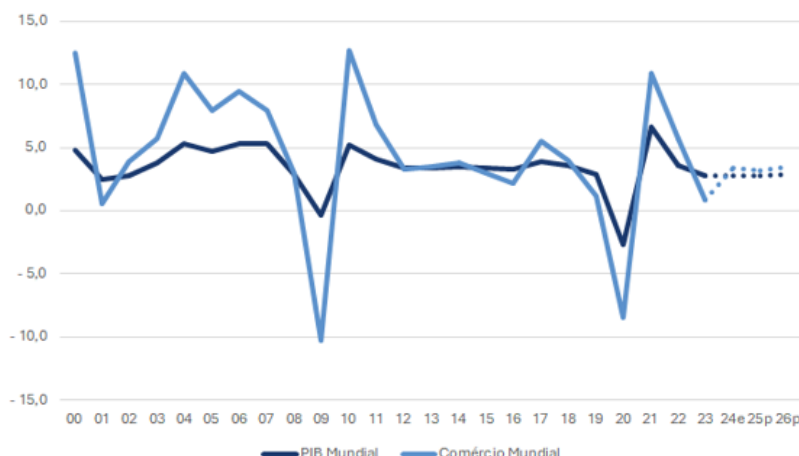
Fonte: UN - World Economic Situation and Prospects 2025 (Janeiro 2025)

Notas: e – estimativa; p – previsão



A projeção para o crescimento do volume do comércio global aponta para 3,2% em 2025, embora com crescentes incertezas devido ao aumento das tensões geopolíticas e às novas barreiras comerciais pelo meio.

PIB e Comércio de Bens e Serviços Mundiais (taxa de variação anual %), em volume



Fontes: IMF - World Economic Outlook Database (Outubro 2024); UNCTAD - World Economic Situation and Prospects 2025 (Janeiro 2025)

Notas: e – estimativa; p – projeções

### IDE mundial – tendências divergentes por entre desafios globais

De acordo com a UNCTAD (*Global Investment Trends Monitor, January 2025*), o investimento direto estrangeiro (IDE) encontra-se numa encruzilhada.

Em 2024, embora o IDE mundial tenha aumentado 11,0%, atingido um montante estimado de 1,4 biliões USD, diminuiu 8,0% quando excluídos os fluxos de investimento canalizados através das economias veículo europeias.

No que respeita às economias desenvolvidas, apresentam-se diferenças acentuadas. A América do Norte assistiu a um aumento de 13,0% no IDE, impulsionado por um crescimento de 80,0% em fusões e aquisições (F&A) nos EUA. O valor dos projetos *greenfield* – novos investimentos, de raiz – disparou 93,0% nos EUA, atingindo 266 mil milhões USD, suportado por megaprojetos de semicondutores. O Reino Unido também registou uma subida de 32,0% nos investimentos iniciais, totalizando 85 mil Milhões USD, bem como a Itália, com um aumento de 71,0% até aos 43 mil milhões USD.

A Europa, no entanto, enfrentou uma quebra acentuada de IDE, de menos 45,0% quando excluídas as economias

veículo, com 18 dos 27 países da União Europeia a observarem reduções. Na Alemanha a descida do IDE foi de 60,0% e o da Itália caiu 35,0%. Mesmo os investimentos iniciais, vitais para o crescimento futuro, caíram 10,0% em toda a Europa, pese embora a região tenha visto um aumento de 15,0% no valor total dos projetos, sinalizando a importância de alguns investimentos de grande escala.

O financiamento de projetos internacionais – um motor chave para investimentos em infraestrutura e energia – também enfrentou desafios, com o número de negócios a reduzir-se 26,0% e quase 33,0% em valor em todas as economias desenvolvidas.

Nas economias em desenvolvimento, o IDE caiu 2,0%, marcando o segundo ano consecutivo de queda. Esta redução ameaça o progresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que dependem fortemente do financiamento internacional. Os investimentos relacionados com os ODS diminuíram 11,0% mundialmente em 2024, com menos projetos no setor agroalimentar, infraestruturas e água e saneamento, do que em 2015, quando os objetivos foram adotados.

A Ásia, a maior recetora de IDE entre as regiões em desenvolvimento, viu os fluxos caírem 7,0%, com a China a observar uma redução de 29,0%, situando-se atualmente 40,0% abaixo do máximo de 2022. Em sentido contrário, a Índia registou um aumento de 13,0%, suportado pelo crescimento de projetos *greenfield*. Ao mesmo tempo, os países da ASEAN (Brunei, Birmânia, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname) assistiram a um crescimento modesto, com o IDE a crescer 2,0% para um recorde de 235 mil milhões USD.

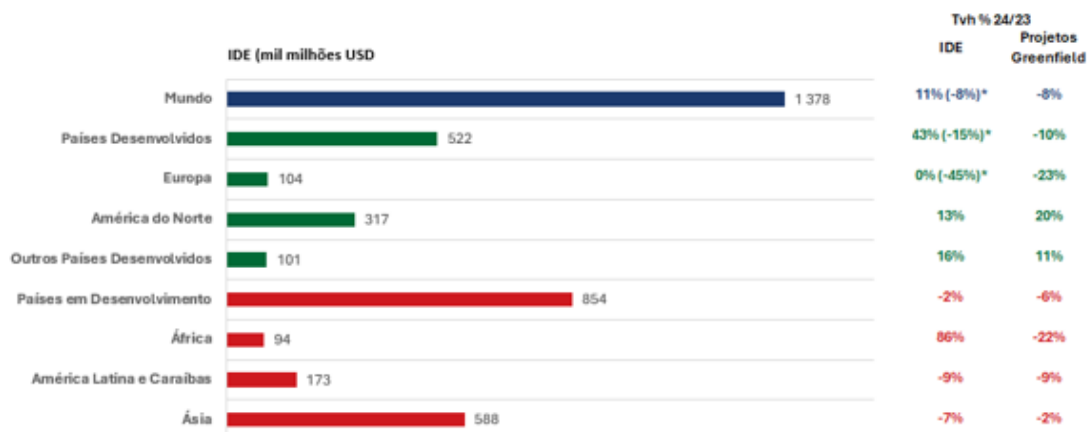
Na América Latina e Caraíbas, o IDE diminuiu 9,0%, com o Brasil a registar uma redução de 5,0%. No entanto, o número e os valores dos projetos *greenfield* aumentaram no Brasil, Argentina e Colômbia, sinalizando uma possível recuperação futura. O IDE no México aumentou 11,0%, apesar do menor número de intenções de projetos regionais, mostrando resiliência diante de desafios mais amplos.

África destacou-se com um aumento de 84,0% no IDE atingindo 94 mil milhões USD, em grande parte devido a um único megaprojeto no Egito. Excluindo esse projeto, o IDE do continente africano aumentou 23,0%, embora o valor total tenha permanecido modesto em 50 mil milhões USD.

Perspetivando 2025, espera-se um crescimento moderado do IDE, apoiado por condições de financiamento mais favoráveis e dinâmica renovada de projetos de fusões e aquisições. No entanto, riscos e incertezas, incluindo tensões geopolíticas e instabilidade económica global, representam desafios significativos.

A contínua queda nos investimentos *greenfield* e no financiamento de projetos internacionais destaca a necessidade de estratégias robustas e diversificadas para atrair e sustentar investimentos, especialmente em setores críticos para o desenvolvimento sustentável. Para as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, as apostas são altas enquanto navegam por este cenário complexo.

#### IDE por Região 2024



Fonte: UNCTAD

\* Excluindo economias veículo

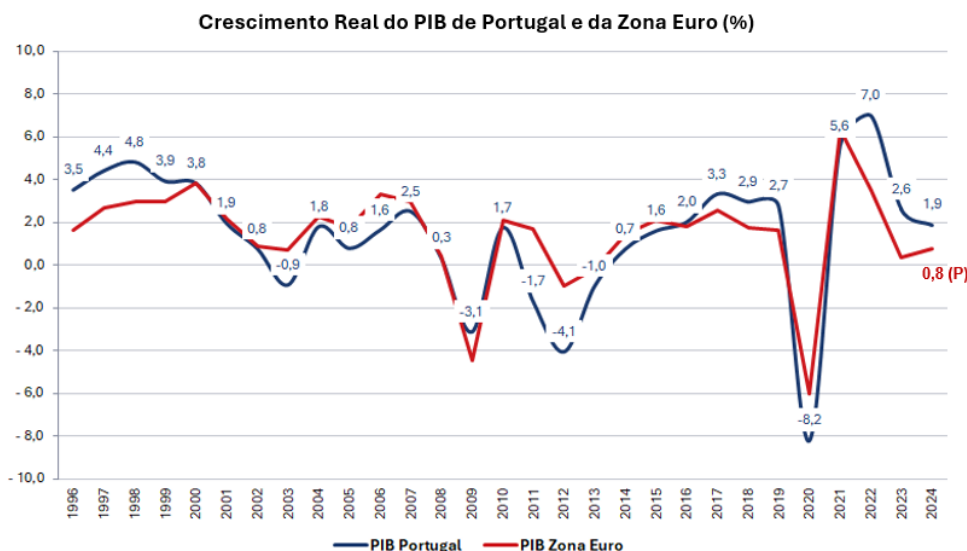
## Enquadramento Nacional

### Crescimento real do PIB e das Exportações

Com base nos resultados apurados pelo INE, relativos às Contas Nacionais Trimestrais, em 2024 (janeiro a dezembro) o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento real de 1,9% face a 2023. Em termos nominais, o PIB aumentou 6,3%, atingindo 284,9 mil milhões de euros. Com base neste resultado, o crescimento do PIB nacional encontra-se acima do crescimento previsto para a Zona Euro para 2024 (0,8%).

### Peso das Exportações no PIB

Em 2024, em termos nominais, com um valor total de exportação de 132,6 mil milhões de euros (mil M€) (83,2 mil M€ em bens e 49,4 mil M€ em serviços), as Exportações atingiram um peso no PIB de 46,6% (29,2% em bens e 17,3% em serviços), uma descida de um ponto percentual (p.p.) face a 2023 (-1,1 p.p. em bens e +0,1 p.p. em serviços).



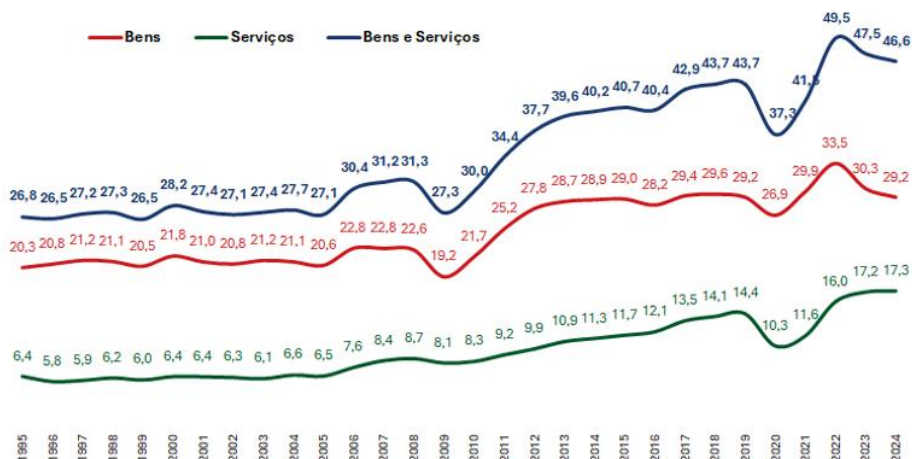
Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais); Comissão Europeia (Ameco)

Unidade: Taxa de Variação Homóloga em % (em volume)

P – Projeção da Comissão Europeia para 2024 (European Commission Economic Forecast Spring (15/11/2024))

Para o mesmo período e pela mesma ordem, as Exportações observaram um crescimento homólogo real de 3,4% e as Importações 4,8%. Em termos nominais, as taxas de variação foram de 4,2% e 2,4%, respetivamente, pela mesma ordem.

### Peso das Exportações de Bens e Serviços no PIB



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

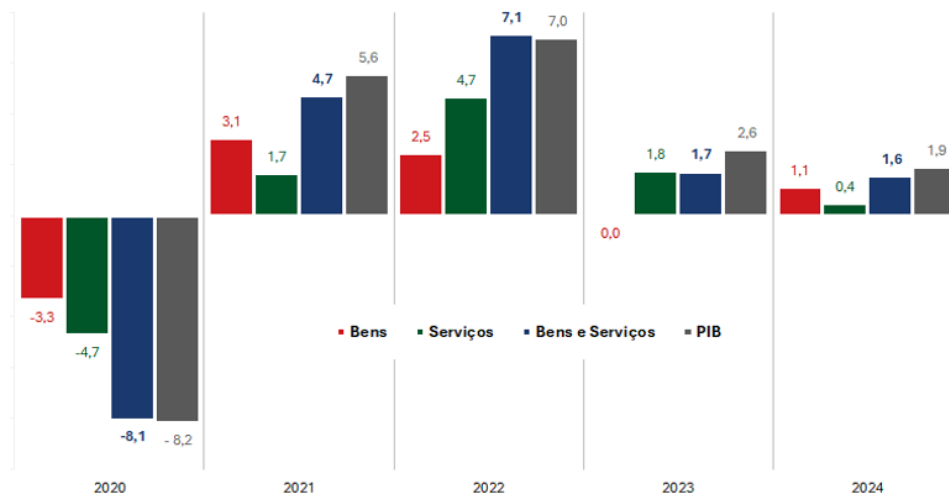
Unidade: % do PIB (a preços correntes)



### Contributo para o Crescimento do PIB<sup>5</sup>

Em volume, o aumento das Exportações totais foi de 3,7 mil M€ (2,6 mil M€ em bens e 1,1 mil M€ em serviços). Considerando que o crescimento do PIB foi de 4,5 mil M€, correspondente a uma taxa de variação real de 1,9%, as Exportações contribuíram com 1,6 p.p. para o crescimento económico (1,12 p.p. em bens e 0,45 p.p. em serviços).

#### Contributo das Exportações de Bens e Serviços para o Crescimento Real do PIB

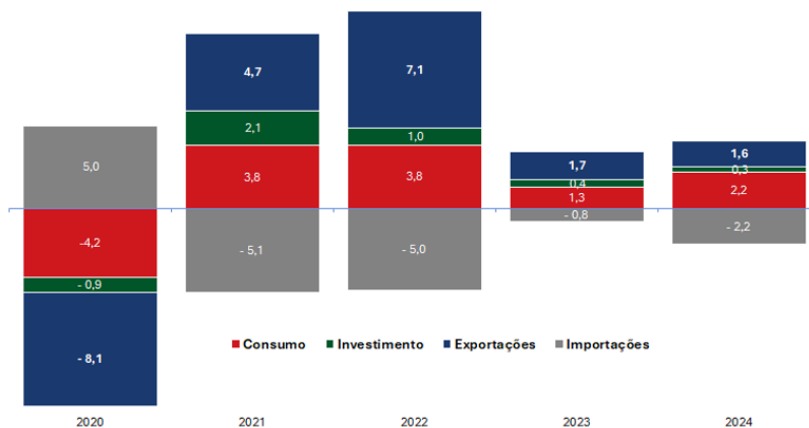


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas nacionais)

Unidade: Pontos percentuais (em volume)

Deste modo, com o Investimento<sup>6</sup> a contribuir com 0,3 p.p., o Consumo com 2,2 p.p. (Consumo Privado 2,0 p.p.; Consumo Público 0,2 p.p.) e as Importações com -2,2 p.p., as Exportações apresentam a segunda maior contribuição para o crescimento económico.

#### Contributo para o Crescimento Real do PIB por Componente



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

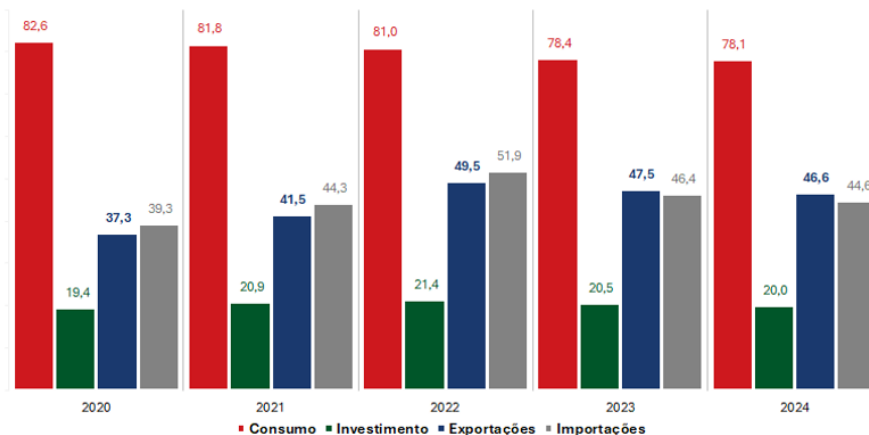
Unidade: Pontos percentuais (em volume)

<sup>5</sup> PIB = Consumo + Investimento + Exportações – Importações (Ótica da Despesa)

<sup>6</sup> Formação Bruta de Capital = Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) + Aquisições Líquidas de Cessões de Objetos de Valor + Variação de Existências

De referir que, com base em preços correntes, no período em análise o Consumo registou um peso no PIB de 78,1%, o Investimento 20,0% e as Importações 44,6%. Como já referido, o peso das Exportações foi de 46,6%.

**Peso no PIB por Componente**



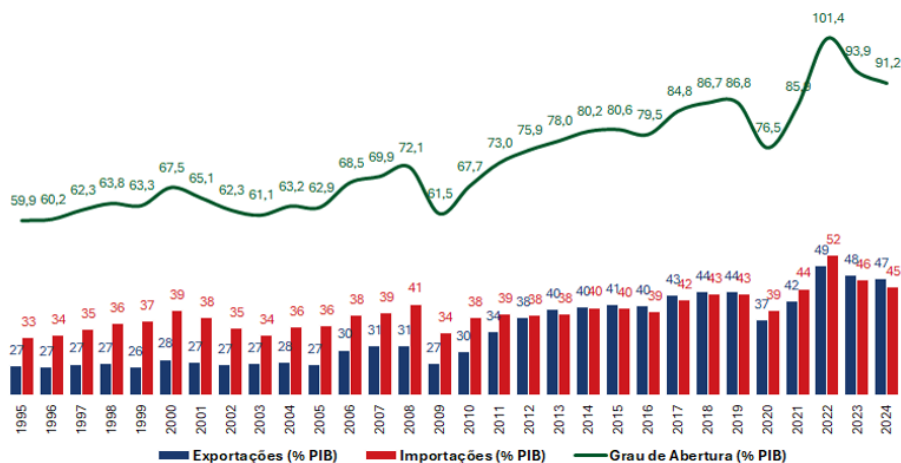
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: % do PIB (a preços correntes).

#### Grau de Abertura da Economia Portuguesa<sup>7</sup>

Do ponto de vista do Grau de Abertura, em 2024 observou-se um registo de 91,2%, que significa uma diminuição de 2,7 p.p. comparativamente ao ano anterior, e aumentos de 29,7 p.p. e 14,7 p.p. face às recessões de 2009 e 2020, respetivamente.

**Grau de Abertura da Economia Portuguesa**



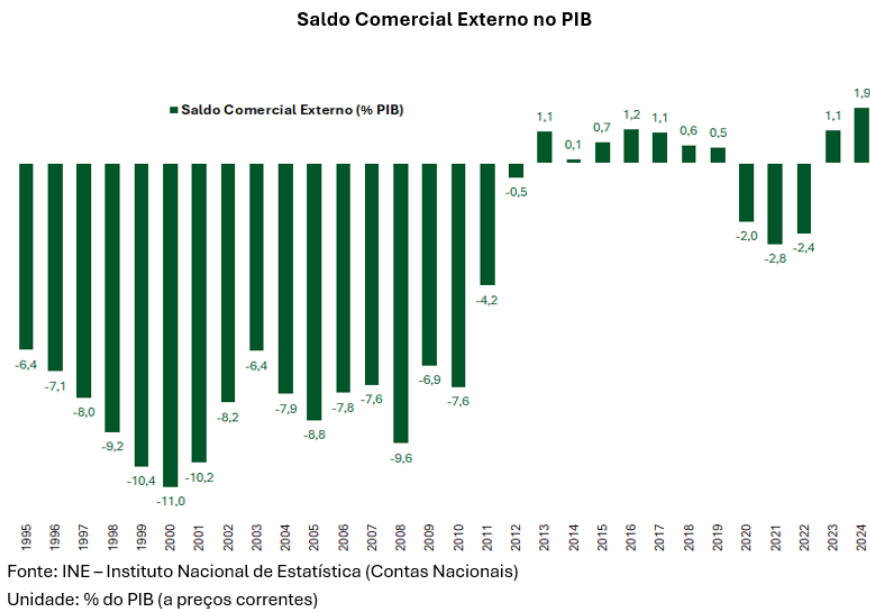
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: % do PIB (a preços correntes)

<sup>7</sup> Grau de Abertura = (Exportações + Importações) / PIB x 100

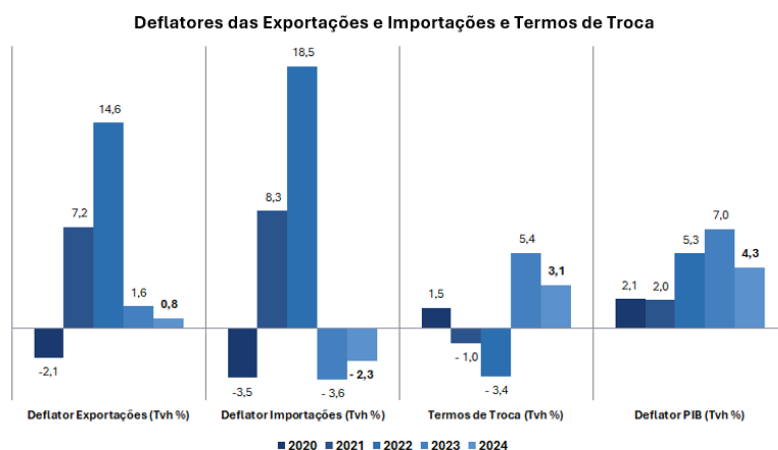
## Saldo Comercial Externo e Termos de Troca

No período em análise, observou-se um Saldo Comercial Externo positivo, no montante de 5,5 mil M€, medido na ótica das Contas Nacionais, equivalente a 1,9% do PIB (1,1% em 2023).



No que respeita à evolução dos Deflatores<sup>8</sup>, assistiu-se a um ganho dos Termos de Troca<sup>9</sup> (tvh 3,1%), embora menos expressivo que o observado no ano anterior.

O deflator das Importações registou uma taxa de variação de -2,3% (-3,6% no ano anterior) e o deflator das Exportações aumentou 0,8% (1,6% em 2023). Esta evolução refletiu o efeito da diminuição menos intensa dos preços dos bens energéticos, com maior incidência no deflator das importações.



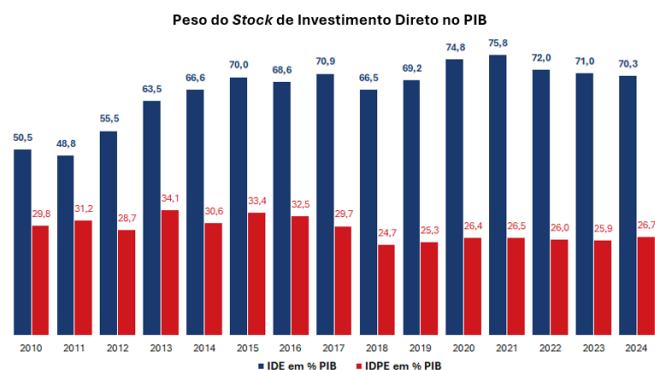
<sup>8</sup> O deflator é um índice de preços implícito que mede a evolução média de preços. É obtido através da divisão entre o valor nominal (preços correntes) e o real (preços constantes).

<sup>9</sup> Termo de Troca = Deflator das Exportações / Deflator das Importações

### Posição (Stock) de Investimento Direto no PIB (Princípio Direcional)

Segundo informação do Banco de Portugal, no final de dezembro de 2024, a posição de Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE) ascendia a 200,3 mil M€, enquanto a posição de Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) totalizava 76,0 mil M€.

Deste modo, o peso do IDE na economia foi de 70,3% (71,0% em 2023), enquanto o do IDPE se situou em 26,7% (25,9% em 2023).



Fontes: INE (Contas Nacionais); Banco de Portugal (Estatísticas de Posição de Investimento Internacional)

Unidade: % do PIB (a preços correntes)

Nota: Investimento Direto apurado no âmbito do Princípio Direcional.

### Comércio Internacional Português

Na ótica das estatísticas da balança de pagamentos publicadas pelo Banco de Portugal<sup>10</sup>, as exportações de bens e serviços atingiram 133 mil M€ em 2024, que representa uma taxa de variação homóloga (tvh) de 4,5%, enquanto as importações totalizaram 127 mil M€ (tvh 2,4%), do que resultou um excedente comercial de 6,7 mil M€ e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 105,3%.

Por componentes, os bens representaram 56,8% da exportação total, e os serviços 43,2%. Na importação, a participação dos bens e dos serviços foi de 79,8% e 20,2%, respetivamente.

<sup>10</sup> Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2025)

### Balança Comercial Portuguesa de Bens e Serviços

	2023	% Total 2023	2024	% Total 2024	Var. Valor 24/23	Var. % 24/23
<b>TOTAL BENS E SERVIÇOS</b>						
Exportações	127 525	100,0	133 235	100,0	5 709	4,5
Importações	123 566	100,0	126 581	100,0	3 014	2,4
Saldo	3 959	--	6 654	--	2 695	--
Tx. Cobertura (%)	103,2	--	105,3	--	2,1	--
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>						
Exportações	81 749	64,1	85 501	64,2	3 752	4,6
Importações	90 397	73,2	92 549	73,1	2 152	2,4
Saldo	-8 648	--	-7 048	--	1 600	-18,5
Tx. Cobertura (%)	90,4	--	92,4	--	2,0	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	2,9
<b>PAÍSES TERCEIROS</b>						
Exportações	45 776	35,9	47 733	35,8	1 957	4,3
Importações	33 169	26,8	34 031	26,9	862	2,6
Saldo	12 607	--	13 702	--	1 095	8,7
Tx. Cobertura (%)	138,0	--	140,3	--	2,3	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	1,5
<b>BENS</b>						
Exportações	74 328	58,3	75 729	56,8	1 402	1,9
Importações	99 605	80,6	100 989	79,8	1 384	1,4
Saldo	-25 277	--	-25 259	--	18	0,1
Tx. Cobertura (%)	74,6	--	75,0	--	0,4	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	1,1
<b>SERVIÇOS</b>						
Exportações	53 197	41,7	57 505	43,2	4 308	8,1
Importações	23 962	19,4	25 592	20,2	1 630	6,8
Saldo	29 236	--	31 913	--	2 677	9,2
Tx. Cobertura (%)	222,0	--	224,7	--	2,7	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	3,4

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhões de euros, exceto quando indicado.

Valores FOB

A UE foi o principal parceiro comercial de Portugal, absorvendo 64,2% do total das nossas exportações de bens e serviços e fornecedores de 73,1% das importações. No ano passado, as exportações e importações de bens e serviços com a UE cresceram 4,6% e 2,4%, respetivamente.

Para os Países Terceiros as exportações observaram uma subida de 4,3%, registando uma quota de 35,8% do total, enquanto as importações (26,9% do total) cresceram 2,6%.

Em relação especificamente à componente de Bens, e segundo informação do INE<sup>11</sup>, em 2024, com base na metodologia de apuramento das estatísticas correntes do comércio internacional, as exportações de bens ascenderam a 79 mil M€, contra 77 mil M€ no ano anterior, ou seja, um aumento de 1,9 mil M€ (tvh 2,5%). No mesmo período, as importações totalizaram 107 mil M€ e aumentaram 2,0 mil M€, apresentando uma variação de 1,9%.

Estes resultados determinaram um défice da balança comercial de 28 mil M€, correspondente a um aumento de 79 M€ relativamente 2023. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 74,0% que corresponde a uma melhoria de 0,4 p.p. em comparação com a taxa registada em 2023.

<sup>11</sup> INE – Estatísticas Correntes do Comércio Internacional Português (1º apuramento; fevereiro de 2025)

Nota: Devido a diferenças metodológicas de apuramento, os resultados globais apurados pelo INE para a componente de bens são diferentes dos do Banco de Portugal.



Excluindo a rubrica referente aos Combustíveis Minerais, as exportações de bens não-energéticos (74 mil M€; 93% do total) aumentaram 2,0% (1,4 mil M€) enquanto as Importações (96 mil M€; 89,2% do total) cresceram 3,0% (2,7 mil M€), respetivamente. O défice comercial destes bens foi de 22 mil M€, que significa um agravamento de 1,3 mil M€.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações dos não-energéticos situou-se em 77,1% que corresponde a uma descida de 0,7 p.p. em comparação com 2023.

No período em análise, as exportações totais de bens para a União Europeia cresceram 3,9%, registando uma quota nas exportações totais de 71,1%. Espanha foi o principal destino das nossas exportações de bens com uma quota de 26,0% no total, seguindo-se Alemanha (12,3%) e França (12,2%).

As exportações extracomunitárias registaram um crescimento de -0,8%, observando um peso no total de 28,9%. Os EUA e o Reino Unido, com quotas de 6,7% e 4,6%, respetivamente, foram os principais clientes extracomunitários e quarto e quinto em termos globais.

A Alemanha, com um aumento de 1,5 mil M€ (tvh 17,8%), apresenta o maior contributo positivo para o crescimento global das exportações, seguindo-se Espanha (+699 M€; tvh 3,5%) e Gibraltar (+183 M€; tvh 62,1%). As principais quebras nas vendas externas ocorreram com França (-455 M€; tvh -4,5%), Turquia (-252 M€; tvh -26,8%) e Angola (-232 M€; tvh -18,4%).

Na importação, as compras à União Europeia (74,5% do total) cresceram 1,8% enquanto as provenientes dos Países Terceiros (25,5% da importação total), observaram uma variação de 2,3%.

Espanha foi o nosso principal fornecedor, com uma quota de 33,1%, seguida da Alemanha (11,4%) e da França (7,2%). O principal fornecedor extracomunitário, e sexto no ranking global, foi a China, com um peso de 4,8%.

De notar os aumentos das importações a França (+426 M€; tvh 5,8%), Irlanda (+357 M€; tvh 21,9%) e Turquia (+336 M€; tvh 28,2%), e a diminuição das compras a Congo (-310 M€; tvh -98,9%), Polónia (-197 M€; tvh -9,9%) e Nigéria (-185 M€; tvh -13,7%).

Por grupos de produtos, as Máquinas e Aparelhos constituíram a principal exportação com uma quota de 14,9% do total, seguindo-se os Veículos e Outro Material de Transporte (12,8%) e os Agrícolas (8,3%).

Destacam-se os aumentos das exportações de Químicos (+713 M€; tvh 13,8%), Agrícolas (+645 M€; tvh 10,8%) e Combustíveis Minerais (+525 M€; tvh 10,5%). As principais quebras ocorreram no Vestuário (-156 M€; tvh -4,6%), nos Veículos e Outro Material de Transporte (-142 M€; tvh -1,4%) e na Madeira e Cortiça (-106 M€; tvh -5,0%).

Nas Importações prevaleceram também as Máquinas e Aparelhos (18,3% do total), seguindo-se os Veículos e Outro Material de Transporte (13,0%) e os Químicos (12,0%).

Assinalam-se os aumentos nos Químicos (+991 M€; tvh 8,3%), nas Máquinas e Aparelhos (+509 M€; tvh 2,7%) e nos Veículos e Outro Material de Transporte (+425 M€; tvh 3,1%). As principais quebras verificaram-se nos Combustíveis Minerais (-717 M€; tvh -5,8%), na Madeira e Cortiça (-124 M€; tvh -8,4%) e nas Matérias Têxteis (-43 M€; tvh -1,9%).

Quanto à componente de Serviços, de acordo com dados do Banco de Portugal <sup>12</sup>, em 2024 as exportações de ascenderam a 58 mil M€, contra 53,2 mil M€ no período homólogo de 2023, um crescimento de 4,3 mil M€ (tvh 8,1%). No mesmo período, as importações totalizaram 26 mil M€ e aumentaram 1,6 mil M€, apresentando uma tvh de 6,8%.

Estes resultados originaram uma balança comercial positiva de 32 mil M€, correspondente a crescimento do saldo de 2,7 mil M€. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 224,7% em 2024 o que corresponde a um aumento de 2,7 p.p. em relação à taxa registada no ano anterior.

Em 2024, a União Europeia representou 55,5% das exportações totais portuguesas de serviços, apresentado um crescimento de 8,5%. Os Países Terceiros (44,5% do total) cresceram 7,5%. Por países, o Reino Unido foi o



<sup>12</sup> Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2024)

principal destino das nossas exportações de serviços com uma quota de 13,9% no total, seguindo-se a Alemanha (11,5%) e França (11,1%).

De destacar o aumento das exportações para os EUA (+936 M€; tvh 18,8%), seguindo-se os Países Baixos (+579 M€; tvh 24,1%) e Espanha (+452 M€; tvh 8,5%). De referir também as quebras nas exportações para o Brasil (-121 M€; tvh -5,3%), Finlândia (-20,8 M€; tvh -5,2%) e Reino Unido (-13,0 M€; tvh -0,2%).

Na importação, a União Europeia registou uma quota de 58,3% (tvh 9,4%) e os Países Terceiros 41,7% (tvh 3,4%). Espanha foi o nosso principal fornecedor, com uma quota de 17,9%, seguida do Reino Unido (9,0%) e Alemanha (8,5%).

Notam-se os aumentos das importações provenientes de Países Baixos (+315 M€; tvh 28%), Espanha (+305 M€; tvh 7,1%) e Alemanha (+295 M€; tvh 15,6%), e as quebras observadas com o Canadá (-84 M€; tvh -29,3%), China (-79 M€; tvh -9,5%) e Bulgária (-18,7 M€; tvh -42,0%).

Por tipo de serviços, a rubrica de Viagens e Turismo constituiu a principal exportação com uma quota de 48,1% no total, seguindo-se os serviços de Transportes (18,3%) e Outros Serviços Fornecidos por Empresas (17,5%).

Registam-se aumentos das exportações de Viagens e Turismo (+2,2 mil M€; tvh 8,8%) e dos Outros Serviços Fornecidos por Empresas (+1,5 mil M€; tvh 17,6%), e as quebras nas rubricas de Transformação de Recursos Materiais de Terceiros (-196 M€; tvh -39,4%) e da Construção (-6 M€; tvh -0,5%).

Nas importações, prevaleceram os Outros Serviços Fornecidos por Empresas (27,0%), os serviços de Viagens e Turismo (26,3%) e Transportes (21,2%).

O maior aumento nas importações ocorreu na rubrica de Outros Serviços Fornecidos por Empresas (+666 M€; tvh 10,7%) e a principal quebra ocorreu nos serviços de Transportes (-161 M€; tvh -2,9%).

#### Investimento Direto de Portugal com o Exterior

Em termos de Investimento Direto do Exterior (IDE) em Portugal<sup>13</sup>, no âmbito do Princípio Direcional<sup>14</sup>, os fluxos líquidos atingiram 13,2 mil M€, montante que representa uma variação de 2,1 mil M€ (tvh 19,0%) face a 2023.



Por mercados de origem do IDE, Espanha, Luxemburgo e Países Baixos foram os principais com 3,8 mil M€, 3,1 mil M€ e 1,4 mil M€, pela mesma ordem. Com registo líquido negativo há a salientar o IDE de Itália (-162 M€), Alemanha (-151 M€) e Polónia (-143 M€).

Por setor de atividade residente, o das atividades Financeiras e Seguros, com 2,9 mil M€, foi o principal setor recetor de IDE, seguido do da Consultoria e Administrativas, com 2,0 mil M€.

Por tipo de instrumento financeiro, os Títulos de Participação em Capital contribuíram com 11,1 mil M€, enquanto os Instrumentos de Dívida registaram uma variação líquida de 2,0 mil M€.

No final de dezembro de 2024, a posição (stock) de IDE era de 200 mil M€, uma variação de 5,3% relativamente a dezembro de 2023.

Por países investidores imediatos (países de procedência do capital) Espanha representou 21,3% do stock total de IDE, Luxemburgo 18,0% e os Países Baixos 17,1%, enquanto o principal país extracomunitário em termos de stock de IDE foi o Reino Unido, com 6,9% do total. A União Europeia detinha 75,5% do stock de IDE em Portugal no final do ano passado.

Em termos de investidor final (país de origem do capital), Espanha detinha 15,3% do stock total de IDE, Portugal 12,9%, Reino Unido 8,8%, França 8,2% e Luxemburgo 7,3%.

Nesta perspetiva, da origem do capital, do stock de IDE total com origem em Espanha, 97,8% foi investido em Portugal através da própria Espanha, 1,5% através dos Países Baixos e 0,5% via Luxemburgo.

<sup>13</sup> Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (Fevereiro de 2025)

<sup>14</sup> Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE).

Como referido, enquanto origem do IDE, Portugal representa 12,9% do stock de IDE enquanto investidor final, fenómeno denominado de *round tripping*, que ocorre quando o investidor final coincide com o país do investimento e que está associado à passagem do investimento com origem e destino em Portugal por entidades intermediárias residentes noutros países, em particular nos Países Baixos, Luxemburgo e Espanha. Neste contexto, do stock de IDE em Portugal com origem em empresas portuguesas, 52,8% foi investido através dos Países Baixos, 16,9% do Luxemburgo e 11,3% via Espanha. Por setores de atividade, salientam-se as atividades Financeiras e Seguros, com 20,8% do stock total de IDE e as de Consultoria e Administrativas (12,7% do total).

Quanto à variação líquida dos fluxos de Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE), ascendeu a 7,2 mil M€ em 2024, que significa uma variação de 1,5 mil M€ (tvh 25,7%) comparativamente a igual período do ano anterior.

Por países de destino, Países Baixos, Espanha e Luxemburgo observaram os maiores valores positivos, com 1,8 mil M€, 1,1 mil M€ e 1,1 mil M€, respetivamente. Em termos negativos de referir Alemanha, Angola e Roménia, com -125 M€, -53 M€ e -49 M€, respetivamente.

Sectorialmente (por sector da empresa residente), o setor Eletricidade, Gás e Água investiu 2,3 mil M€, seguindo-se o da Consultoria e Administrativas, com 2,0 mil M€.

Por tipo de instrumento financeiro, dos 7,2 mil M€ de IDPE total, 2,6 mil M€ foram relativos a Títulos de Participação em Capital e 4,5 mil M€ a Instrumentos de Dívida.

No final de dezembro de 2024, a posição (stock) de IDPE ascendia a 76 mil M€, uma variação de 9,6% comparativamente a dezembro de 2023.

Por mercados de destino do IDPE, Espanha e Países Baixos registavam 25,0% e 22,7% do stock total de IDPE, respetivamente. Os principais países extracomunitários foram o Brasil e Angola com 4,0% e 3,2% do total, respetivamente. A União Europeia representava 70,1% do stock de IDPE total.

Por setor de atividade residente as Atividades financeiras, seguros registaram 49,8% do stock de IDPE.

#### Fluxos e Posição de Investimento Direto com o Exterior (Princípio Direcional)

Transações (Fluxos)					
	2020	2021	2022	2023	2024
<b>IDPE</b>	1 343	1 045	3 995	5 703	7 170
<b>IDE</b>	6 989	8 852	11 341	11 066	13 164
<b>Saldo</b>	-5 646	-7 807	-7 346	-5 362	-5 993
<b>IDPE (v.h.)</b>	-1 904	-298	2 950	1 708	1 467
<b>IDE (v.h.)</b>	-4 499	1 863	2 489	-275	2 098
<b>Saldo (v.h.)</b>	2 596	-2 161	461	1 983	-631

Posição (Stock)					
	2020 dez	2021 dez	2022 dez	2023 dez	2024 dez
<b>IDPE</b>	53 158	57 313	63 458	69 363	76 042
<b>IDE</b>	150 378	164 176	175 733	190 192	200 342
<b>Saldo</b>	-97 220	-106 863	-112 275	-120 829	-124 300
<b>IDPE (t.v.h.)</b>	-2,2%	7,8%	10,7%	9,3%	9,6%
<b>IDE (t.v.h.)</b>	1,4%	9,2%	7,0%	8,2%	5,3%
<b>Saldo (t.v.h.)</b>	3,5%	9,9%	5,1%	7,6%	2,9%

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Posição em fim de período em Milhões de Euros, exceto quando indicado

#### Projeções Económicas para Portugal

Segundo o Banco de Portugal <sup>15</sup>, num ambiente internacional de crescimento moderado da atividade económica em 2024–2027 marcado por elevada incerteza devido a tensões económicas e geopolíticas, o crescimento da economia portuguesa deverá situar-se em 2,2% em 2025 e 2026 e diminuir para 1,7% em 2027.

No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica. O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo. A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No período 2024–27, o diferencial de crescimento face à área do euro situa-se, em média, em 0,8 pp.

<sup>15</sup> Boletim Económico (dezembro de 2024)

Projeções para a Economia portuguesa, em volume (taxa de variação anual %)				
	2024p	2025p	2026p	2027p
<b>PIB</b>	1,9	2,2	2,2	1,7
<b>Consumo Privado</b>	3,2	2,7	1,9	1,8
<b>Consumo Público</b>	1,1	1,1	0,8	0,3
<b>Formação Bruta de Capital Fixo</b>	2,3	5,4	4,6	0,1
<b>Exportações</b>	3,4	3,2	3,3	3,2
<b>Importações</b>	4,8	4,7	3,4	2,1
<b>Balança Corrente e de Capital (% PIB)</b>	2,2	4,0	3,9	3,3
<b>Balança de Bens e Serviços (% PIB)</b>	1,9	2,0	2,0	2,6
<b>Índice Harmonizado de Preços no Consumidor</b>	2,7	2,1	2,0	2,0
<b>Taxa de Desemprego (% população ativa)</b>	6,4	6,4	6,4	6,4
<b>Saldo orçamental (% PIB)</b>	0,6	-0,1	-1,0	-0,9
<b>Dívida Pública (% PIB)</b>	95,3	86,5	83,5	81,3

Fontes: INE (2024); Banco de Portugal – Boletim Económico (Dezembro de 2024) (2025-2027)

Com o aumento da fragmentação da economia mundial que comporta riscos descendentes para a projeção das exportações, esta componente deverá crescer de 3,4% em 2024 para 3,2%, em média, em 2025–27, num contexto de aceleração da procura externa, menor dinamismo do turismo e ganhos de quota progressivamente menores. As exportações de bens recuperaram em 2024, de forma mais marcada do que noutros países da área do euro, onde o setor exportador tem sido afetado por problemas de competitividade.

A desaceleração das exportações de turismo reflete a normalização dos padrões de consumo global após a forte recuperação pós-pandemia da procura destes serviços. Esta componente deverá crescer ainda a um ritmo superior ou relativamente próximo nos anos do horizonte projetado.

### 3.

#### Atividade desenvolvida

A atividade da Agência é suportada por um Plano Estratégico delineado pelo Conselho de Administração para cada triénio, o qual define objetivos e métricas para toda a organização. Tendo presente a missão da AICEP e procurando contribuir para reduzir as assimetrias regionais, aumentar a eficiência da administração pública e a articulação entre os setores público e privado, o Plano Estratégico para 2024/2026 com que a Agência terminou o ano de 2024 estabelece-se em 3 eixos: Reforma e Reforço Orgânico da AICEP; Captação de IDE para Portugal; Internacionalização das Empresas Portuguesas.

Nos dois eixos relevantes para o tecido empresarial, de captação de investimento e internacionalização, destaca-se a prioridade à reindustrialização, digitalização e sustentabilidade (incluindo a integração na gestão empresarial de fatores ESG), fomento da relação com o sistema científico e tecnológico e aposta na estratégia nacional de especialização inteligente 2030, a par com a integração da economia portuguesa nas estratégias da União Europeia, foco em novos mercados de exportação e na agregação empresarial.

A atividade desenvolvida pela Agência ao longo de 2024 deve ser enquadrada e entendida no contexto económico e geopolítico nacional e internacional em que o país se insere, descrito no capítulo anterior. Indicadores como o crescimento económico, dinamismo das exportações e importações, taxas de juro, inflação, preços da energia e segurança energética, comportamento das componentes do PIB, peso da dívida, nível de confiança do consumidor, índices de incerteza, entre outros, bem como as previsões para os anos seguintes e riscos associados, contextualizam e orientam a tomada de decisão da organização.

A União Europeia nos últimos anos tem sido o principal parceiro comercial de Portugal, absorvendo, em 2024, 64,2% do total das exportações de bens e serviços e fornecendo 73,1% das importações, segundo os dados do Banco de Portugal (fev.25). Por mercados de origem do IDE,

Espanha, Luxemburgo e Países Baixos foram os principais países emissores, com 3,8 mil M€, 3,1 mil M€ e 1,4 mil M€, pela mesma ordem, representando 63% do fluxo total.

As estimativas macroeconómicas do *Economist Intelligence Unit* (EIU) para os cinco principais parceiros comerciais de Portugal - Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, e também para os Estados Unidos da América, são as seguintes:

- Espanha e Portugal continuarão a beneficiar de um elevado grau de integração das cadeias de fornecimentos e serviços e fortes complementaridades entre os tecidos produtivos. Espanha é o primeiro parceiro comercial de Portugal, com mais de 1/4 do total das exportações de bens e cerca de 1/3 do total das compras ao exterior. O crescimento económico em Espanha irá registar uma expansão em 2024 (3,0%) e desacelerar gradualmente para 2,2% em 2025 e para 1,9% em 2026. O acordo UE-Mercosul, concluído em dezembro de 2024, oferece benefícios significativos para a Espanha, devido aos laços históricos que mantêm com a América do Sul;

- Para França, o 2.º parceiro comercial de Portugal, prevê-se um crescimento anual de 1,1% em 2024, igual ao registado em 2023. Estima-se que o crescimento do PIB diminua em 2025 (1,0%), arrastado pelo ajustamento orçamental, mas apoiado pela flexibilização da política monetária. Em 2026 espera-se que a atividade recupere (1,1%), impulsionada por custos de financiamento mais baixos e uma procura privada mais forte. O país está a implementar reformas para melhorar a competitividade e atrair investimentos estrangeiros;

- A Alemanha, 3.º parceiro comercial, registou uma contração de 0,1% em 2024. Fatores como a crise na indústria, o aumento de falências e as perspetivas sombrias de exportação, juntamente com altos custos energéticos e burocracia, afetaram negativamente a economia. A procura interna deverá recuperar nos próximos anos, impulsionada pelo aumento dos salários reais, prevendo-se que o PIB cresça 0,6% em 2025 e 0,7% em 2026;

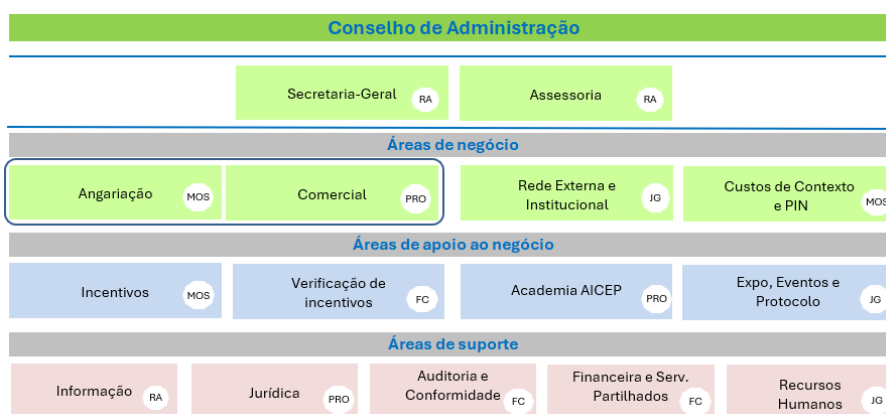


- O Reino Unido, 4.º parceiro comercial de Portugal e 1.º fora da União Europeia, cresceu 0,9% em 2024. As reformas introduzidas (alteração das regras fiscais, por exemplo) e as medidas de política em curso deverão estabilizar a economia (inflação em queda e aumento do consumo) e implicar um crescimento de 1,5% em 2025 e 1,4% em 2026;

- Para os Estados Unidos da América, a primeira economia do mundo e primeiro importador mundial, 5.º parceiro comercial de Portugal e 2.º fora da União Europeia, é esperado um abrandamento do crescimento do PIB (de 2,9% em 2023 para 2,7% em 2024). Sendo o segundo maior exportador do mundo, só ultrapassado pela China, espera-se que o crescimento real do PIB diminua, de uma estimativa de 2,2% em 2025 para 2,0% em 2026, devido a um aumento modesto do desemprego e ao enfraquecimento do crescimento dos salários.

Este capítulo do Relatório e Contas integra a atividade desenvolvida pelas várias áreas da Agência. Para além das atividades promocionais e de captação de investimento, áreas de negócio *core* da Agência, será ainda dada informação sobre outras áreas de apoio da AICEP, como a atividade da Academia AICEP, a produção de produtos de informação, a gestão de incentivos, a atividades no âmbito dos custos de contexto e dos projetos de interesse nacional, bem como a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais, esta última transversal a todas as áreas da AICEP.

A estrutura organizacional da Agência em 2024 é a que se apresenta no seguinte organograma:



As áreas designadas de negócio *core* são de *front office* da Agência, estando em contacto direto com o cliente da organização, ou seja, com as empresas e agentes económicos, portugueses ou estrangeiros. As áreas comerciais e de angariação no seu conjunto gerem cerca de 11 mil clientes empresariais.

Tipologia	Nº empresas
<b>Internacionalização:</b>	
volume de exportações inferior a 1 milhão de euros	4.992
volume de exportações inferior a 25 milhões de euros	4.328
volume de exportações superior a 25 milhões de euros	953
<b>Investimento:</b>	
volume neg. consolidado superior a 75 milhões de euros (*)	197
investimento estrangeiro (**)	
<b>Startups</b>	221
<b>Total</b>	<b>10.691</b>

(\*) ou com um projeto de investimento superior a 25 milhões de euros

(\*\*) leads de investimento acompanhadas em 2024

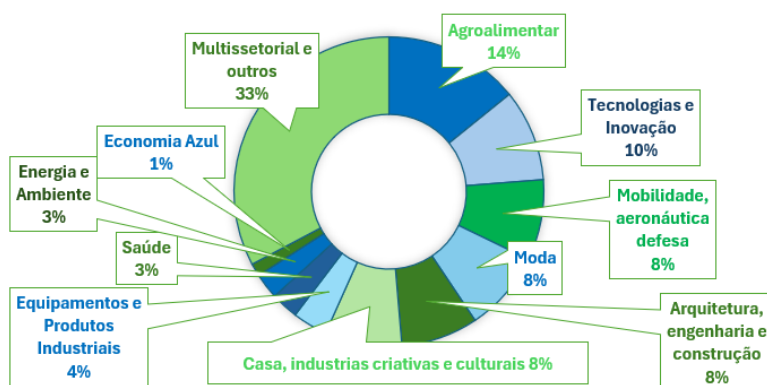
As áreas de apoio ao negócio funcionam em estreita ligação com as anteriores e fornecem instrumentos e ferramentas a toda a organização para entrega ao cliente. As áreas de suporte contribuem para o funcionamento geral da estrutura organizacional.

Descreve-se nos próximos capítulos a atividade da Agência nas suas várias áreas de atuação durante 2024.

## A. Áreas de Negócio

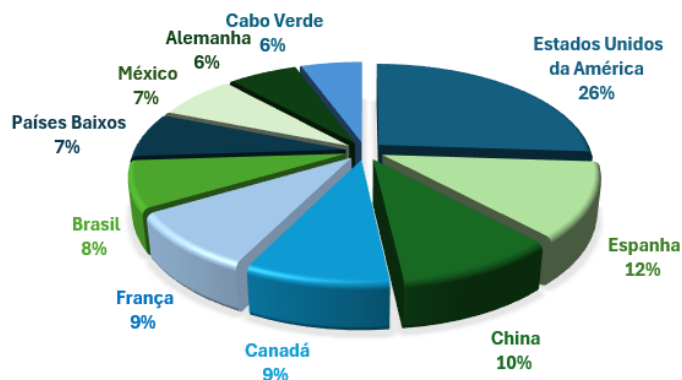
Em termos globais, em 2024 a AICEP participou num enorme leque de ações, em variados formatos e com diversos objetivos. Identificou-se um total de 522 iniciativas na área da internacionalização e angariação de investimento estrangeiro. Este conjunto integra ações desenvolvidas por entidades externas e acompanhadas pela AICEP, representando as iniciativas da Agência aproximadamente metade do total. As ações identificadas envolveram 65 mercados externos, muitas das quais direcionadas para mais do que um setor (33,4%). Os setores com maior representatividade foram o agroalimentar (14,2%), as tecnologias e inovação (9,6%), a mobilidade, aeronáutica e defesa (8,4%), a moda (8,4%), a arquitetura, engenharia e construção (8,0%) e a casa (8,0%).

**Setores**



Os mercados abrangidos por mais de 60% das ações foram os seguintes: Estados Unidos da América (80), Espanha (37), China (31), Canadá (28), França (28), Brasil (23), Países Baixos (22), México (22), Alemanha (19) Cabo Verde (17).

**Mercados**



Nas iniciativas identificadas, destacam-se 59 ações com elevado potencial de negócio – 12 ações de *sourcing* e 47 visitas de importadores, 77 seminários/*webinars* dedicados a diversas temáticas, realizados no estrangeiro e em Portugal, mais de 120 visitas e participações em feiras internacionais, 43 visitas institucionais (Presidência da República e Membros do Governo) ao estrangeiro e 17 a Portugal, 30 missões empresariais ao estrangeiro. Foi realizado um conjunto significativo de ações de angariação de IDE, em estreita articulação com os FDI Scouts (*Foreign direct investment*) que a AICEP possui nos mercados do Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, EUA, França, Japão e Países Baixos.



## A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas

A atividade da AICEP assenta nos dois pilares fundamentais da sua missão - promoção do investimento em Portugal, de origem nacional ou estrangeira e apoio à internacionalização da economia portuguesa. A Agência procura ser um instrumento facilitador do processo de internacionalização do tecido empresarial português, estando fortemente orientada para o cliente. As áreas comerciais fazem o acompanhamento direto às empresas, nacionais e estrangeiras, e Associações empresariais, funcionando como a “porta de entrada” para o universo de produtos e serviços da AICEP. A Agência coloca à sua disposição o conhecimento de mercados e serviços associados, procurando estabelecer uma verdadeira relação de parceria que facilite o processo de internacionalização e de investimento das empresas.

A nível comercial a intervenção é feita em quatro áreas de intervenção: (a) internacionalização, (b) reinvestimento; (c) fileiras setoriais e (d) angariação de investimento estrangeiro. As áreas de internacionalização, reinvestimento e angariação focam-se num conjunto de cerca de 10.700 empresas (quadro acima).

Refira-se que as áreas de contacto direto com as empresas funcionam em estreita ligação com a Rede externa e com as demais áreas de incentivos, da Academia AICEP, Informação, dos custos de contexto e Projetos de Interesse Nacional (PIN) e dos grandes eventos internacionais.

### A. 1.a) Internacionalização

A AICEP possui uma equipa de atendimento direcionado a empresas com um volume de exportações inferior a 25 milhões de euros ou com candidatura ao sistema de incentivos. Com foco no alargamento da base exportadora, a área da internacionalização garante o apoio às empresas e o reforço de proximidade com o tecido empresarial português.

A AICEP possui um serviço de proximidade às empresas, através das suas 6 Lojas de Exportação situadas em Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Faro, para além do atendimento existente em Lisboa e Porto. A Agência disponibiliza ainda uma linha telefónica de *Contact Center* e uma caixa de email ao dispor dos seus



clientes.

O número total de empresas em acompanhamento ativo na área da Internacionalização é de 9.320, sendo que 4.992 apresentam um volume de exportações inferior a 1 milhão de euros e as restantes inferior a 25 milhões de euros.



### A. 1.b) Reinvestimento

Para além do atendimento de primeira linha, a AICEP efetua o acompanhamento das empresas na expansão dos projetos de investimento em Portugal e nos seus processos de Internacionalização (exportação e IDPE).

Os gestores de cliente da área do Reinvestimento acompanham empresas consideradas Grandes empresas (empresa ou grupo de empresa cujo Volume de Negócios consolidado seja superior a 75 milhões de euros ou tenha um projeto de investimento superior a 25 milhões de euros), e/ou empresas cujo valor de negócios ou valor de exportação seja superior a 25 milhões de euros. Os gestores de clientes asseguram o relacionamento com as empresas nacionais e estrangeiras já instaladas em Portugal, procurando dinamizar a expansão dos seus projetos de investimento em Portugal (*aftercare*), impulsionam os processos de internacionalização das empresas, bem como divulgam e disponibilizam os produtos e serviços da AICEP. Para além disso, acompanham os projetos de investimento apoiados e contratualizados pela AICEP no âmbito dos incentivos financeiros e fiscais geridos pela Agência, acompanham os custos de contexto e projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN), realizam visitas às empresas e divulgam eventos e oportunidades de negócio de



acordo com o setor e os mercados de interesse. O número de empresas ativas em acompanhamento no final de 2024 ascendia a 953 empresas, sendo que a AICEP estima como podendo chegar, em termos potenciais, a mais 1.138 empresas deste segmento.

No que respeita a incentivos financeiros e a Projetos de Interesse Nacional (PIN) será dada informação em capítulos dedicados, mais adiante.

#### A. 1.c) Fileiras setoriais

A AICEP integra uma área de conhecimento setorial, numa ótica de fileira, com o objetivo de posicionar, com maior valor acrescentado, a oferta nacional em mercados externos. É responsável pelo apoio à promoção externa a nível setorial e por assegurar um conhecimento setorial mais especializado, que permita reforçar o apoio às empresas nos seus processos de internacionalização e de investimento, assim como assegurar uma abordagem setorial integrada. Neste âmbito, os gestores da área das Fileiras acompanham as associações e outras entidades relevantes, incluindo empresas dos setores associados a cada uma das Fileiras.

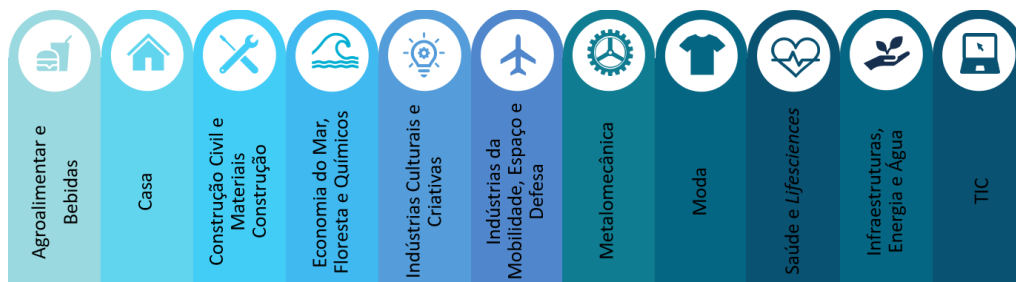
As fileiras estão associadas aos *clusters* reconhecidos, pretendendo-se que estas se aproximem, tanto quanto possível, aos ecossistemas industriais europeus. A AICEP acompanha as seguintes fileiras:

- Fileira Aeronáutica, Espaço e Defesa - *cluster* AED;
- Fileira Agroalimentar – *Portuguese AgroFood cluster*; *cluster* da vinha e do vinho;
- Fileira Arquitetura, Engenharia e Construção - *cluster* AEC; *Cluster Habitat Sustentável*; *Cluster Portugal Mineral Resources*;
- Fileira da Economia Azul - *cluster* do Mar Português;
- Fileira Lifestyle - *cluster* do calçado e moda; *cluster* Têxtil: Tecnologia e Moda;
- Fileira Metalomecânica – *cluster* PRODUTECH; *Engineering & Tooling cluster*;
- Fileira Mobilidade - *cluster* Automóvel; *cluster* da Plataforma Ferroviária Portuguesa;
- Fileira TICE & SCC – *cluster* TICE.pt;

- Fileira Saúde e Ciências da Vida – *Health cluster* da vida;
- Fileira das Indústrias Criativas – *cluster* do Turismo.

No total, acompanham ativamente 985 empresas e 90 Associações setoriais.

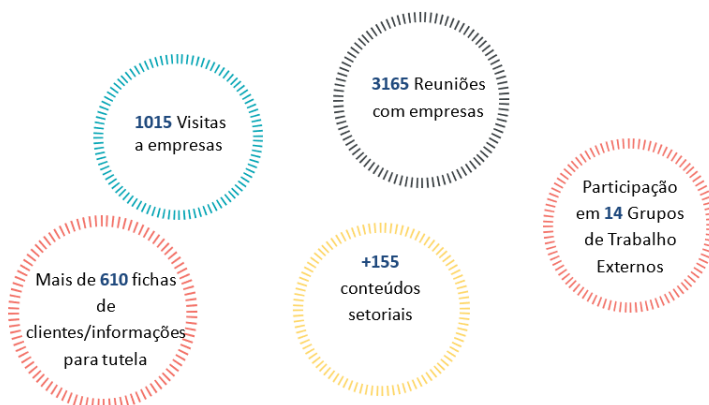
O acompanhamento próximo das empresas de referência nestes setores, das Associações e dos Clusters permite assegurar a articulação do plano de promoção externa da



AICEP com as referidas entidades, contribuindo para uma estratégia de promoção setorial integrada. É também neste âmbito que se acompanham os Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações, bem como dos seus projetos de natureza coletiva do Sistema de Incentivos a Ações Coletivas à Internacionalização (SIAC).

Na sua atividade corrente, esta área trabalha diariamente na internacionalização dos seus clientes, em articulação com a Rede Externa da AICEP e acompanha os projetos de investimento em Portugal.

Do conjunto das 3 áreas de internacionalização, reinvestimento e fileiras, a atividade de 2024, articulada em permanência com diversas outras áreas da AICEP, estruturou-se da seguinte forma:



Ao longo de 2024 implementaram-se diversas melhorias de apoio às empresas e associações:

- sistematização da informação das fileiras, através de apresentações em diversos idiomas;
- aprofundamento do conhecimento e das necessidades das associações, encontrando-se em preparação um Manual de relacionamento com as mesmas, para estabilizar procedimentos da AICEP com os clientes associativos;
- apresentação pela equipa do reinvestimento dos novos instrumentos financeiros às grandes empresas nacionais e estrangeiras com investimentos produtivos em Portugal, como ferramenta de apoio à atividade comercial;
- apresentação dos serviços e produtos de promoção da internacionalização existentes, ferramenta essencial para o trabalho a desenvolver junto da base de clientes da AICEP, mediante a sua maturidade de internacionalização e adequada às respetivas necessidades;
- identificação de estudos prioritários a serem desenvolvidos pela AICEP com relevância para os clientes;
- promoção da participação do tecido empresarial nas iniciativas associadas à Exposição mundial de Osaka 2025.

De referir que a área comercial operacionaliza e acompanha diversas ações em colaboração e propostas pela Rede Externa da Agência, incluídas no ponto A.2, bem como outras ações transversais como a Expo Osaka 2025 e a *Web Summit* Lisboa (descrevem-se mais adiante).

#### A. 1.d) Angariação de investimento estrangeiro

A atuação no âmbito do investimento estrangeiro é feita em primeira linha pelos *FDI Scouts* da Agência que visam promover Portugal para localização de novos projetos de investimento produtivo junto de grandes empresas sem presença produtiva em Portugal, assegurando a identificação, qualificação e contacto com potenciais investidores para apresentação de propostas de valor customizadas. Esta atividade é desenvolvida nos mercados externos.

O desenvolvimento de projetos de investimento é assegurado pelas equipas de *Investment Managers* que garantem o acompanhamento e desenvolvimento de

projetos de investimento produtivo já identificados (*leads*) promovidos por empresas sem presença em Portugal, através da preparação e apresentação aos investidores de informação crítica para tomada de decisão, bem como apoiar na identificação e seleção de localizações e de potenciais parceiros/fornecedores.

Em 2024, prosseguiu-se com a abordagem comercial pró-ativa às empresas *targets*, empresas internacionais com potencial para desenvolvimento de investimentos produtivos, nos principais mercados emissores de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). A rede de *FDI Scouts*, em conjunto com as Delegações da AICEP, participaram em eventos internacionais, promoveram missões de angariação de IDE com deslocação ao mercado ou em formato virtual com o objetivo de promover a atração e retenção de mais e melhor investimento em Portugal, gerador de crescimento e emprego.

Foram desenvolvidas ações pró-ativas de angariação de novas *leads* de investimento junto de empresas *targets* nos mercados da Alemanha, Canada, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos da América, França, Países Baixos, Japão e Turquia. As missões de angariação de IDE têm como objetivo apresentar a empresas *targets* selecionadas as vantagens competitivas de Portugal como destino de projetos de investimento (ver capítulo A.2 da Rede Externa).

Foram realizadas reuniões individuais com empresas destes países, tendo havido oportunidade para apresentação de propostas de valor individuais, direcionadas a cada situação concreta, potenciadoras do incremento de *awareness* sobre Portugal. Em 2024, realizaram-se mais de 400 reuniões com empresas *targets*, ou seja, multinacionais atuando em setores de atividade com potencial de crescimento em Portugal, e com *multipliers*, consultoras especializadas na área de *Site Location*, para promover a atratividade de Portugal e a dinâmica de crescimento dos setores de atividade com maior potencial de criação de emprego e valor para a economia nacional.

Em 2024, a área de Angariação lançou uma ação comercial dirigida às empresas atuando no setor dos semicondutores, com identificação de cerca de 370 empresas do setor, tendo sido possível contactar mais de 350 empresas. A taxa de resposta das empresas do setor fixou-se abaixo dos



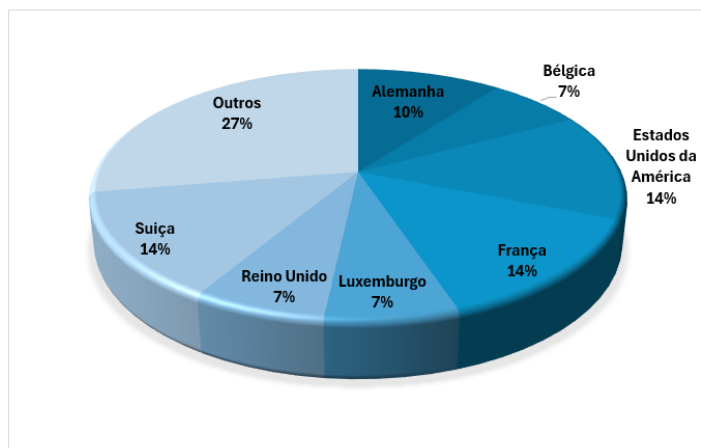


10 %. Nas reuniões confirmadas com empresas deste setor foi possível apresentar a estratégia nacional na área dos semicondutores, bem como os mecanismos de apoio ao investimento em Portugal.

No âmbito das equipas de *Investment Managers* foram objeto de acompanhamento 197 *leads* de investimento, das quais 108 novas *leads* de investimento em 2024, tendo sido garantidas 29 decisões de investimento. Estes 29 novos projetos têm um perfil muito diversificado em termos de tipo de atividade e capital de origem, mas todos optam por Portugal graças à perceção muito positiva sobre a disponibilidade e qualidade do talento nacional, mas também à capacidade do país em atrair talento internacional, essencial para o desenvolvimento de atividades de elevada complexidade (ex/ atividades tecnológicas associadas às tecnologias de inteligência artificial, cibersegurança, *IoT Internet of Things*, *data science*, entre outros). Portugal surge como uma localização atrativa, segura e competitiva na Europa.

O volume de investimento contratualizado associado a estes novos projetos de investimento ascende a cerca de 420 milhões de euros. Ao nível do impacto destas decisões no emprego, estas têm como objetivo a criação de mais de 4.100 novos postos de trabalho.

Decisões de investimento por país origem do investidor (nº projetos)

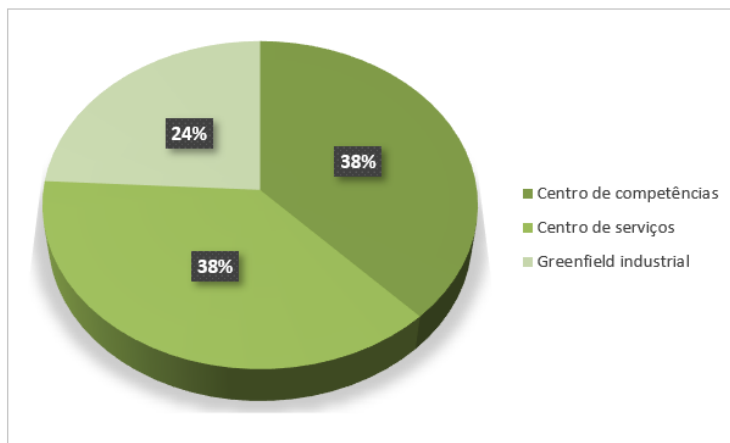


Os Estados Unidos e a Suíça destacam-se como os países com maior número de projetos de investimento angariados em 2024, na sua grande maioria projetos associados a criação de centros de serviços e centros de competência.

Portugal tem vindo a receber uma maior atenção dos investidores para desenvolvimento de projetos industriais,

projetos mais complexos e exigentes em matéria de infraestruturas (disponibilidade de terrenos industriais infraestruturados, acesso à rede de energia elétrica e gás) e condições de instalação (prazos para tramitação de

Decisões de investimento por tipo de atividade (nº projetos)



processos de licenciamento, concessão de incentivos), mas também com prazos de decisão mais demorados.

Em 2024, manteve-se a tendência de procura de Portugal enquanto potencial destino de projetos de IDE nos setores da indústria automóvel (cadeia de valor das baterias para veículos elétricos), dos equipamentos para produção de energias renováveis, e dos centros de dados. A instabilidade dos mercados do setor automóvel, eólico e do hidrogénio verde teve impacto no ritmo de desenvolvimento de alguns destes projetos.

O setor dos *Business Services* continua a ser um setor no qual Portugal regista excelentes resultados, tanto na atração de novas empresas internacionais para se estabelecerem em Portugal como na expansão da atividade de empresas já presentes. Este setor representa o 5º setor com maior peso nas exportações totais de bens e serviços de Portugal para o exterior, com um contributo significativo ao nível da criação de emprego qualificado e valor acrescentado.

Destacam-se na atividade de acompanhamento de projetos de novos investidores os seguintes aspetos:

- perceção da posição competitiva favorável de Portugal no setor dos Serviços, como destino de excelência para projetos de centros de competências de dimensão internacional e de apoio ao negócio, em áreas de engenharia, desenvolvimento de *software*, contabilidade e finanças, compras, *compliance*, logística e outras;

- evolução para uma lógica de serviços de proximidade (*nearshoring*) e *de-risking* das operações (*friendshoring*), em detrimento dos serviços à distância ("offshoring");
- confirmação da relevância dos países europeus (França, Alemanha, Suíça, Reino Unido e os países Nórdicos) como principais mercados emissores de IDE em Portugal, com destaque para o setor dos serviços de alto valor acrescentado (centros de engenharia, *Hub* tecnológicos);
- concretização de um maior número de projetos promovidos por empresas com sede nos EUA, confirmação do posicionamento de Portugal como destino competitivo de IDE no contexto europeu;
- surgimento de novos projetos industriais com origem no mercado da China com a inclusão de Portugal na opções em avaliação;
- maior procura de áreas de implantação para atividades industriais com elevadas exigências de infraestruturas e celeridade na obtenção das licenças de obras.

Para além da atividade comercial corrente de angariação de IDE, abordagem direta e customizada junto de empresas *targets* e desenvolvimento de *leads* de investimento, a área de Angariação promove e participa em ações de promoção de Portugal como país atrativo para desenvolvimento de investimento. Estas ações de natureza mais coletiva, por serem de divulgação ampla dos fatores de atratividade de Portugal, com foco setorial ou de mercado, contribuem para a notoriedade e a imagem de Portugal enquanto potencial destino de investimento. Estas incluem a participação em eventos setoriais de promoção de investimento, acompanhamento de missões de empresas estrangeiras a Portugal na ótica de angariação de IDE.

As principais ações desenvolvidas em 2024 são as que abaixo se indicam, sendo que as iniciativas nos mercados externos são tratadas no capítulo da Rede Externa:

- Desenvolvimento e publicação mensal da *newsletter Invest in Portugal*, em formato digital e língua inglesa, com o objetivo de destacar factos e notícias de interesse para investidores internacionais e *multipliers* na área de *site location*;
- Lançamento da 3ª edição do estudo *Business Services in Portugal*, estudo de caracterização e perspetiva dos

*Business Services* em Portugal, em parceria com o IDC.

Durante o ano de 2024, preparou-se o inquérito às empresas, o seu envio a mais de 218 empresas e recolha da informação, prevendo-se a finalização do estudo no 1º trimestre de 2025;

- Publicação de *Investment Profile* na edição de maio 2024 do *Site Selection Magazine*, com destaque para dinâmica de investimento estrangeiro em Portugal. O Título da publicação foi *Lab to Fab – Portugal’s*

*innovation mindset cultivates a growing sweet spot for the global semiconductor industry*;

- Publicação de *Investment Profile* na edição de janeiro 2025 do *Site Selection Magazine*, com destaque para a dinâmica de investimento estrangeiro em Portugal. O Título da publicação foi *Global Companies Find Portugal Offers a “Central Place in the World” for Business Services*;

- Participação da AICEP enquanto entidade parceira da edição 2024 da Conferência *Deloitte Shared Services*, a qual teve lugar em Amsterdão, Países Baixos, 9 e 10 de outubro. A participação realizou-se com um stand e presença no evento para realização de contactos comerciais com as empresas presentes no evento;

- Participação da AICEP enquanto entidade parceira da edição 2024 do *ABSL Forum*, a qual teve lugar no Porto, Portugal, 7 e 8 de novembro. A *ABSL - Association of Business Services Leaders* - presente em 11 países europeus, tem como associados cerca de 600 empresas de Centro de Serviços Partilhados, bem como empresas que prestam serviços em *Outsourcing*. Esta Associação realizou o seu segundo Fórum internacional no Porto, sobre o tema *Europe at the Crossroads - new opportunities and risks for +40 M business services professionals*. Estiveram presentes mais de 250 participantes de vários países, tendo sido possível realizar contactos comerciais com as empresas presentes no evento para posicionar Portugal enquanto destino de IDE para projetos na área dos *Business Services* de alto valor acrescentado.



## A.2 Rede Externa

No seu desígnio de apoiar as empresas nos processos de internacionalização pelo conhecimento e diversificação dos mercados, a Rede Externa constitui-se como uma das mais relevantes valências da AICEP. A operacionalização das delegações no estrangeiro resulta de uma constante articulação com as áreas relevantes na sede, tendo presente que a Agência dispõe de cerca de 50 delegações no mundo.

A AICEP integra ainda uma área dedicada ao acompanhamento das multilaterais e das organizações internacionais deste domínio, atuando como elo entre estas entidades e as empresas e outros agentes com interesse no mercado das multilaterais, divulgando as oportunidades de negócio financiadas pelas mesmas e desenvolvendo iniciativas direcionadas.

No que respeita às relações institucionais, a Agência é chamada para a preparação e apresentação de informação sobre o relacionamento de Portugal com os mercados externos e o acompanhamento operacional de clientes institucionais e oficiais. Ainda neste âmbito, a AICEP acompanha os projetos de internacionalização das Associações empresariais multissetoriais e regionais, das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas e Câmaras Municipais, proactivamente pelos respetivos gestores de cliente, fazendo a sua ligação com a Rede Externa e outros serviços da Agência, promovendo-se igualmente a sua articulação com as ações da AICEP ou de outras entidades públicas, nomeadamente no âmbito das missões oficiais de membros do Governo.



Neste capítulo pretende-se dar a conhecer a atividade da Rede Externa desenvolvida ao longo de 2024, bem como a atuação da AICEP no acompanhamento de entidades institucionais junto da Rede Externa da Agência.

### A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa

Detalhamos, em seguida, as ações com maior intervenção da Rede Externa da AICEP, nomeadamente:

- Ações de captação de investimento e promoção setorial;
- Missões comerciais e Institucionais ao Estrangeiro;
- Missões comerciais de importadores e decisores e visitas Institucionais a Portugal;
- Multilaterais.

Mais adiante no final deste ponto encontra-se a lista completa das ações realizadas mais relevantes.

### Ações de captação de investimento e promoção setorial

No que respeita às ações de angariação de investimento estrangeiro e de promoção setorial e de cross-selling realizadas em 2024 pela Rede Externa, em articulação com as diferentes áreas da Agência, descrevem-se seguidamente as mais emblemáticas.

### Alemanha – Roadshow de captação de investimento estrangeiro

O roadshow integrou a presença em seis feiras de referência a nível internacional, abrangendo setores industriais e da economia verde: aeroespacial - ILA Berlim; energia-baterias - EES Europe; energia-hidrogénio - Hydrogen Technology Expo; componentes auto - IZB Wolfsburg; Saúde (equipamentos, produtos e soluções) - Medica; semicondutores - Eletrónica. A juntar a estas, efetuaram-se reuniões com empresas alemãs durante a Hannover Messe (29 reuniões), onde estiveram presentes 23 empresas portuguesas no stand coletivo promovido pela AIMMAP e no stand da Produtech – Polo das Tecnologias de Produção.

O enfoque primordial foi a realização de reuniões com empresas *target*, cujo mapeamento de responsáveis executivos e respetiva identificação e qualificação foi realizado pela equipa da delegação em Berlim, em estreita articulação com a área de Angariação, nos meses anteriores às datas dos eventos. No total foram

identificadas 713 empresas *target* durante as feiras, que resultaram em 239 reuniões concretizadas: Hannover Messe (134 empresas *target*/29 reuniões), ILA-Aeronáutica (49/15), EES-Baterias e Mobilidade (51/33), Hydrogen Expo (41/23), IZB – Automóvel (91/48), Medica – Tecnologias Médicas (75/63), e Electronica /SEMICON (272/28).

Estes 713 *targets* qualificados que foram identificados voltarão a ser contactados durante o ano de 2025, com o objetivo de serem marcadas reuniões de acompanhamento das empresas que demonstraram maior potencial para gerar *leads* de investimento.

#### França – Roadshow de captação de investimento estrangeiro

Ao longo do ano de 2024 foi realizado um conjunto de eventos sobre Portugal em diferentes cidades francesas, com o objetivo de apresentar as vantagens oferecidas por Portugal, focando os setores considerados estratégicos, e as vantagens que o nosso país oferece em termos de captação de investimento direto estrangeiro, adaptadas ao tecido industrial e cada região.

Em Lille (29 de maio) durante o seminário foram apresentadas as vantagens de investimento no mercado português, setores de oportunidade, sistema fiscal e bancário e formas de instalação. Seguiram-se reuniões B2B com os participantes interessados, tendo sido envolvidas 20 empresas francesas da região.

Em Paris (19 de setembro) realizou-se um evento de promoção de Portugal como destino de investimento e negócios, que reuniu cerca de 30 empresas e entidades francesas. Estiveram presentes as empresas Thales, Eiffage, Engie, GAN, Geosat, NGE, Avantor, Natixis e SNEF, bem como representantes do MEDEF (International Mouvement des entreprises de France), Conselheiros do Comércio Externo de França e o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês.



Numa parceria entre a AICEP e a Câmara de Comércio e Indústria de Marselha, realizou-se a 23 de setembro o seminário “Session Economique Portugal” destinado a promover Portugal enquanto destino de IDE, muito direcionado para a área fiscal. Durante a ação foram apresentadas as vantagens de investimento em Portugal, setores de oportunidade, sistema fiscal e bancário e formas de instalação das empresas. Participaram 22 empresas da região. No final da sessão foram organizadas reuniões B2B.

No conjunto destas iniciativas podemos destacar o interesse de uma média de 4/5 empresas francesas por sessão, com quem a AICEP reuniu no final de cada evento. Estas reuniões deram frequentemente origem a pedidos de informação adicional, com vista a uma melhor avaliação de potenciais projetos de investimento em Portugal, ou parceria comercial com empresas portuguesas.

#### EUA – Roadshow de captação de investimento estrangeiro

Foram realizadas inúmeras ações no mercado americano dirigidas à captação de investimento, abrangendo diversos setores e dirigido a várias geografias: Missão à região de Boston (outubro); Missão a Connecticut (maio); Missão ao *Midwest* (Ohio-(maio) e Indianápolis (novembro)); Missão a LA e Sandiego (novembro); Missão ao Minnesota (dezembro); Sessão em Nova York no *PT Business Club* (dezembro); Participação na *Aerospace Alley Tradeshow* em Nova York (outubro) e no *The international Business Forum* em Chicago (dezembro).

Os setores que mais foram visados nestas ações foram o aeroespacial, indústria metalúrgica, ciência, inovação e desenvolvimento tecnológico, economia azul, produção cinematográfica, *gaming*, agroalimentar (*gourmet*), ciências da saúde e energias renováveis.

As sessões foram dirigidas a investidores, empresários, altos executivos, gestores séniores, diplomatas, universidades, e incluíram apresentações sobre a atratividade de Portugal como destino de investimento estrangeiro, com destaque para as vantagens competitivas do país.

Nos meses seguintes a AICEP recebeu pedidos de informação sobre Portugal podendo resultar em *leads* de investimentos.



#### Coreia do Sul – Roadshow de captação de investimento estrangeiro – março, novembro e dezembro

De 3 a 5 de março a AICEP organizou uma missão de angariação à Coreia do Sul, seguida do Japão, de 6 a 8 março. Na Coreia foi organizado um programa de reuniões com empresas coreanas para angariação de investimento em Portugal, com particular incidência nos setores de semicondutores e mobilidade. A iniciativa teve como objetivos a afirmação das vantagens competitivas de Portugal como destino estratégico na Europa para localização de investimento.

No Japão além do programa de reuniões de angariação foi realizado um seminário com vista ao incremento da visibilidade de Portugal e da sua localização estratégica. O seminário contou com a participação como oradores do Embaixador de Portugal no Japão, da AICEP e com os testemunhos de três empresas japonesas com investimentos em Portugal.

No final do ano, entre 12 e 14 de novembro, foi organizado um programa de 10 reuniões com empresas coreanas com foco em sectores-chave como mobilidade, tecnologia, farmacêutica e biotecnologia, energia renovável, semicondutores e videojogos. Pretendeu-se consolidar o posicionamento estratégico de Portugal como um destino privilegiado na Europa para projetos de investimento de elevada inovação e valor acrescentado.

No dia 10 de dezembro, realizou-se um seminário organizado pela AICEP em colaboração com a Samjong KPMG, sob o tema *Portugal & South Korea – Building Strategic Investment Partnerships*. Apresentaram-se as vantagens competitivas de Portugal enquanto destino de investimento para empresas coreanas e oportunidades de investimento em Portugal, com especial destaque para os sectores com forte capacidade de inovação. O seminário contou com a participação de oradores de destaque, representantes de empresas que partilharam as suas experiências e perspetivas sobre o ambiente de negócios em Portugal, incluindo os seus investimentos e reinvestimentos no País.

#### China – Roadshow de captação de investimento estrangeiro

A AICEP organizou em Pequim entre 15 e 17 de maio uma apresentação “WHY PORTUGAL” na cerimónia de abertura da 10ª Edição da Feira Internacional de Componentes

Automóvel e Serviços de Pós-venda (CAPAS). No âmbito do roadshow foi ainda visitado o maior showroom de produtos portugueses na China e realizadas reuniões com a Associação da Indústria Automóvel de Sichuan e com empresas. Houve ainda um encontro com o *China Council for the Promotion of International Trade* de Sichuan, e entrevistas aos media especializados e plataformas: *China News Service, Sichuan Radio and TV* e *Yibin*.

Em setembro a AICEP participou em Xangai na *Global Investment Summit* com um stand institucional, *Keynote Presentation (Why invest in Portugal)* e reuniões pré-agendadas pela organização com decisores de empresas chinesas com interesse em se expandir para o continente europeu, em setores de particular interesse para a economia nacional portuguesa.

Para além do trabalho de angariação de IDE junto de empresas *target*, assumem importância crescente as ocasiões de *networking* com decisores de empresas chinesas em processo de procura ativa de oportunidades de investimento, como este evento.

#### Estónia – Programa empresarial - Visita de Estado do Senhor Presidente da República - 8 a 9 de outubro

A AICEP organizou a Missão Empresarial a Tallinn, no âmbito da Visita de Estado do Senhor Presidente da República à Estónia. A missão multissetorial contou com 8 participantes dos setores economia azul, aeronáutica, mobilidade e espacial, tecnologias de Informação e comunicação, maquinaria e equipamentos para construção, biotecnologia, indústria naval e vinhos (CEiIA, Forum Oceano, *Arcen Engineering S.A.*, *About Aqua Food*, Lda, Adyta, Casa Redondo, *Newhotel Software* e *Metchain Portugal - Ghinis Boats*).

A missão foi coorganizada com o apoio da Estonian Chamber of Commerce and Industry (ECCI). O Programa incluiu reuniões B2B entre empresas portuguesas e estónias, visitas a um conjunto de entidades/empresas estónias sediadas em Tallinn conforme os perfis e interesses das empresas participantes (E-Estonia Briefing Center, AIRE - AI & Robotics Estonia Centre, TalTech Student Formula Lab da Universidade de Tallin (U. of Technology), National Satellite Data Centre EstHUB, TFTA e BLRT).

Realizou-se também um seminário institucional de apresentação dos dois países na ECCI. No caso da Casa



Redondo a empresa teve a oportunidade de participar na Prova de Vinhos da *Estonian Sommelier Association* (ESA).

#### Luxemburgo – Fórum Empresarial Luxemburgo-Portugal – 5 e 6 de novembro

A AICEP e a *Chambre de Commerce du Luxembourg*, em colaboração com a Luxinnovation e com o apoio das Embaixadas de Portugal no Luxemburgo e do Luxemburgo em Portugal, realizaram o 2º Fórum Empresarial Luxemburgo-Portugal, que decorreu nos dias 5 e 6 de novembro de 2024, nas instalações da *Chambre du Commerce*.



A comitiva portuguesa foi composta por 42 empresas e entidades, das quais 23 ligadas ao setor das tecnologias digitais, 8 do setor das tecnologias da saúde e 11 do setor da construção sustentável. Esta delegação empresarial teve um perfil bastante diversificado na medida em que integrava empresas, associações empresariais, clusters, universidades e centros de investigação, relacionados com os setores em foco.

O Fórum Empresarial abordou três áreas setoriais distintas, nomeadamente: tecnologias digitais, tecnologias da saúde e a construção sustentável. Estiveram presentes no Fórum Empresarial cerca de 120 empresas e entidades (portuguesas e luxemburguesas). Cada setor realizou um seminário temático.

Os participantes do Fórum tiveram também oportunidade de participar numa série de encontros B2B. A organização dessas reuniões foi cuidadosamente estruturada, com uma seleção criteriosa de participantes, garantindo interações potencialmente produtivas. Nas semanas que antecederam o evento, foi criada uma aplicação digital oficial do evento, permitindo o agendamento antecipado de

reuniões e facilitando a organização e otimizando o tempo disponível durante o Fórum.

A comitiva portuguesa realizou visitas a três entidades de referência relacionadas com os setores em destaque nesta

ação: *Luxembourg Institute of Science and Technology* (LIST), uma instituição académica de referência no setor do digital; *House of BioHealth*, instituição de referência nas *lifesciences*; *Neobuild*, centro de inovação de materiais e técnicas de construção sustentável. Estas visitas permitiram um intercâmbio direto de conhecimentos e metodologias de trabalho, e ainda a identificação de oportunidades e contactos-chave para colaborações futuras.

Do inquérito feito às empresas e entidades presentes, 97% das 32 respostas indicaram estar muito satisfeito ou satisfeito com a ação.

#### Países Baixos – Programa empresarial - Visita de Estado do Presidente da República – 9 a 11 de dezembro

A visita de Estado resultou de um convite do Rei Willem-Alexander e da Rainha Máxima ao Senhor Presidente da República com vista a dinamizar o histórico e estreito relacionamento de amizade entre os dois países. No âmbito desta visita, a AICEP organizou uma série de eventos de cariz económico, maioritariamente no contexto da fileira da Economia Azul, uma temática selecionada pela sua relevância, atualidade e potencial de negócio para ambos os países.

O evento mais relevante da componente económica da visita foi o seminário *Portugal-Netherlands: A Blue Connection*, organizado pela AICEP em colaboração com o *Nederland Maritiem Land* (NML), o cluster marítimo neerlandês, e com as parcerias da VNO-NCW, a principal associação empresarial neerlandesa e a *Amsterdam Trade & Innovate*, a agência de desenvolvimento regional de Amsterdão.

O seminário teve lugar no hotel Pestana *Amsterdam Riverside* no dia 10 de dezembro, e foi constituído por três painéis, cada um composto por três entidades de cada país, abrangendo temas como portos, transporte marítimo, construção e reparação naval, *Blue Tech*, observação dos oceanos e energias renováveis. Após as discussões temáticas, teve lugar um momento de *networking*, de forma

a possibilitar o contacto direto entre os participantes e promover novas parcerias e oportunidades de colaboração.



No total, participaram no evento representantes de 150 empresas e entidades (clusters, associações empresariais, universidades, centros de investigação, entre outros), incluindo 27, vindas de Portugal para o efeito.

Ainda no dia 10, teve lugar um encontro com cerca de 35 investigadores portugueses colocados em universidades e institutos de investigação neerlandeses de renome. Esta sessão abordou assuntos como a exploração de oportunidades de colaboração em ciência e inovação entre os dois países e a promoção económica de Portugal nos Países Baixos.

No dia 11 de dezembro, a AICEP proporcionou às empresas que integraram a missão empresarial aos Países Baixos uma visita ao Porto de Roterdão e à Deltares, um importante instituto tecnológico dos Países Baixos especializado em investigação e consultoria em engenharia hidráulica, bem como em gestão da água, geotecnia e infraestruturas. A visita à Deltares foi integrada na visita de Estado.

#### Campanha *Made in Portugal Naturally* - Paris Design Week – 5 a 14 de setembro



Integrada no evento *Paris Design Week*, a Exposição *Made in Portugal naturally* tem sido bastante importante no reforço das competências nacionais desta fileira, bem como na

dinamização do alcance da Campanha *per si*.

A *Paris Design Week* é interessante por se disseminar por vários espaços da cidade, organizados em circuitos

temáticos que permitem aos visitantes personalizar a sua experiência. Este formato dinâmico e espontâneo proporciona um ambiente descontraído e envolvente. O circuito inclui exposições em lojas ou espaços adaptados e eventos exteriores com obras e espetáculos de rua, promovendo o envolvimento do público e despertando curiosidade. Com cerca de 500 participantes, incluindo galerias de arte, escolas, estúdios de design, decoradores, arquitetos e empresas/marcas, Paris afirma-se como referência internacional na criação contemporânea. Durante 10 dias, a cidade divide-se em três zonas geográficas – *Rive Gauche*, *Opéra/Concorde/Étoile* e *Palais-Royal/Marais/Bastille* –, garantindo grande afluência de público, tanto profissional como consumidor final. O evento, que atrai cerca de 200.000 visitantes e ampla cobertura mediática, explora tendências estéticas, funcionais e sustentáveis, valorizando processos produtivos ecológicos e materiais biodegradáveis ou recicláveis. A *Paris Design Week* distingue-se como um evento que proporciona ampla visibilidade e uma imagem de prestígio ímpar às empresas e entidades participantes.



A exposição apresentada pela AICEP teve como objetivo dar continuidade à iniciativa realizada em 2022, capitalizando o investimento anterior e consolidando a presença portuguesa e da marca *MADE IN PORTUGAL naturally* num dos mais prestigiados eventos internacionais de *design*, no principal mercado de exportação do mobiliário português. Esta mostra reuniu 59 marcas da fileira casa portuguesa, que apresentaram mais de 100 produtos, destacando o melhor que Portugal tem para oferecer nestes setores e evidenciando a diversidade e qualidade da oferta nacional.





contou ainda com três entrevistas dadas à revista *Computerworld*; à SRF (rádio e televisão de âmbito nacional suíça); e um *Podcast* da *Golfblocks GmbH*.

A participação de Portugal foi considerada muito positiva. Cumpriram-se os objetivos da participação da AICEP nesta iniciativa, com o principal foco de dar a conhecer Portugal, como um país tecnológico, inovador, com talento e competitivo.

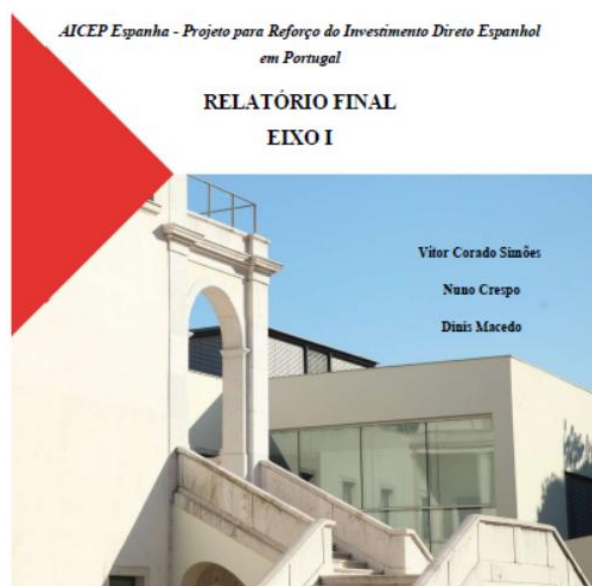


#### Estudo de caracterização dos investidores espanhóis em Portugal

Foi lançado em Espanha um projeto “piloto” de identificação e caracterização das empresas espanholas presentes em Portugal. A Fase I identificou o universo de empresas espanholas industriais, tecnológicas e centros de competência instalados em Portugal (amostra de 235 empresas) e sua inquirição (taxa de resposta de 34,5%, ou seja, 81 respondentes validados), foi concluída no final do 1.º trimestre de 2024. Os principais resultados do estudo foram os seguintes: distintas ancoragens regionais uma vez que não existe padrão único de investimento espanhol em Portugal; 80% das subsidiárias focadas em negócios B2B; 60% das subsidiárias exportadoras, sobretudo para Espanha, exportam mais de metade do Volume de Negócios; mais de 20% estão focadas no mercado nacional, atuando essencialmente como distribuidores ou prestadores de serviços; Portugal não é atrativo para atividades de I&D; concentração em três padrões de atividade (unidades de produção e comercialização, plataformas de produção, unidades comerciais); autonomia de decisão limitada e focada, sobretudo, nas decisões concorrentes em Portugal; mais de metade das respondentes afirma deter política de sustentabilidade; perspetivas positivas de evolução do investimento

espanhol em Portugal, embora sem tradução no crescimento do emprego, nem em novos investimentos.

Em termos de recomendações o estudo aponta as seguintes: reforço da imagem de Portugal em Espanha; reforço do conhecimento do investimento direto espanhol em Portugal; atração de melhor investimento (empresas detentoras de níveis de qualificação superior, maior capacidade de ligação ao tecido produtivo e científico de Portugal e sobretudo, capacidade de fabricar e vender no mercado internacional); melhoria do clima de negócios em Portugal; segmentar e afinar a política de atração de IDE para Portugal; promover o investimento através de EMN (multinacionais com investimentos significativos em Espanha e sem investimentos produtivos em Portugal).



Na Fase II identificaram-se 10 subsidiárias espanholas que se reuniram no final de outubro como *Focus Group*, incluindo três representantes da Banca. O tratamento dos resultados das reuniões *Focus Group* e o desenvolvimento do Barómetro realizam-se em 2025.

## Promoção do Ecossistema Empreendedor de Portugal (Startups)

No âmbito das *startups* importa destacar o programa *Startups Connecting Links* o qual mapeou mais de 600 startups, promovendo o contacto com grandes empresas e investidores internacionais.



Foram organizadas duas ações dirigidas a este ecossistema empresarial, realizadas em Singapura e São Francisco.

### Singapura, 4 a 8 de março

Singapura é conhecida por ter um ecossistema vibrante de *startups* e inovação. O governo de Singapura tem adotado uma abordagem proativa para impulsionar a inovação e o empreendedorismo, implementando políticas e iniciativas que incentivam o crescimento do setor da tecnologia.

O Mercado asiático não aparece como um mercado prioritário nas escolhas/decisões das *startups* portuguesas. Isto fica a dever-se ao facto de que existe uma falta de conhecimento em relação àquele mercado por parte das nossas empresas. É importante por isso, procurarmos mostrar ao nosso ecossistema de *startups* as inúmeras oportunidades que o Mercado Asiático pode ter. Singapura, pela importância que tem na região do Sudoeste Asiático, pode ser usada como uma plataforma para as nossas empresas de acesso àquela região. Este foi o principal objetivo desta missão exploratória a Singapura.

As entidades que conhecemos permitiram, não só conhecer os principais *players* do ecossistema de *startups* de Singapura, mas também “aliciá-los” a considerarem uma visita a breve prazo a Portugal no sentido de conhecerem o nosso ecossistema de *startups* nacional.



Não há dúvida que devemos considerar o mercado de Singapura como uma porta de entrada para as nossas *startups* no próprio mercado, bem como nos outros mercados do Sudeste Asiático.

### São Francisco, 21 a 25 de outubro

O ecossistema de *startups* e inovação de S. Francisco oferece uma série de vantagens significativas para *startups* portuguesas que desejam expandirem-se internacionalmente ou buscar oportunidades de crescimento. Algumas dessas vantagens incluem: Acesso a capital de risco, *networking* e colaboração, recursos, mentoria e suporte, visibilidade e credibilidade.

Em S. Francisco fizeram-se 13 reuniões e todas correram muito bem. As entidades com quem contactamos permitiram, não só conhecer os principais *players* do ecossistema de *startups* de S. Francisco, mas também “aliciá-los” a considerarem uma visita a breve prazo a Portugal, no sentido de conhecerem o nosso ecossistema de *startups* nacional. Existe bastante interesse por parte do ecossistema de S. Francisco em conhecer melhor as nossas *startups* e em apoiar uma ação no mercado com empresas portuguesas.







Tailândia – Publireportagem sobre a mobilidade elétrica – outubro

A Delegação na Tailândia dinamizou a inserção de uma publireportagem, de 4 páginas, sobre o setor da mobilidade elétrica (Automóvel e Componentes) na revista tailandesa de língua inglesa *Manufacturing Review*. A Tailândia é o décimo produtor mundial de veículos e importava promover, junto dos leitores daquela publicação na sua maioria importantes decisores internacionais e tailandeses, as competências das empresas nacionais e as vantagens de Portugal enquanto destino de investimento.

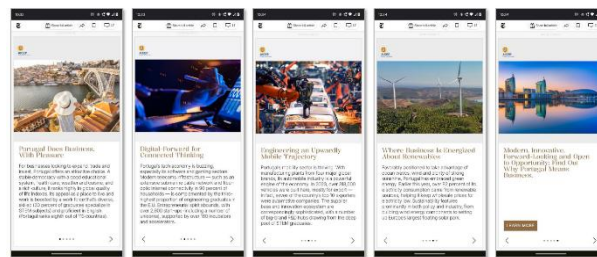
Aproveitou-se ainda para posicionar Portugal como líder em tecnologias afins aos Veículos Elétricos e Componentes automóvel com o objetivo de estimular parcerias nas áreas de I&D que potenciem transferências de tecnologias. Para tal foi abordado o caso de sucesso da empresa tailandesa AAPICO que detém duas unidades em Portugal.

Para além da publicação na revista, o artigo esteve disponível no site da revista ao longo de seis meses.



EUA – Nova Iorque – Campanha no The New York Times – 25 outubro a 25 novembro

Reforçou a visibilidade sobre Portugal, destacando os fatores de atração de IDE para projetos de alto valor acrescentado: *Talent, Green Energy, Global Data Connectivity, Mobility of the future e Quality of Life.*



NEW YORK TIMES ADVERTISING - PORTUGUESE TRADE AND INVESTMENT AGENCY - USA

3

Permitiu a inclusão de Portugal no radar dos decisores americanos, sendo que na sequência desta campanha várias empresas já contactaram a delegação como, por exemplo, a BGO.

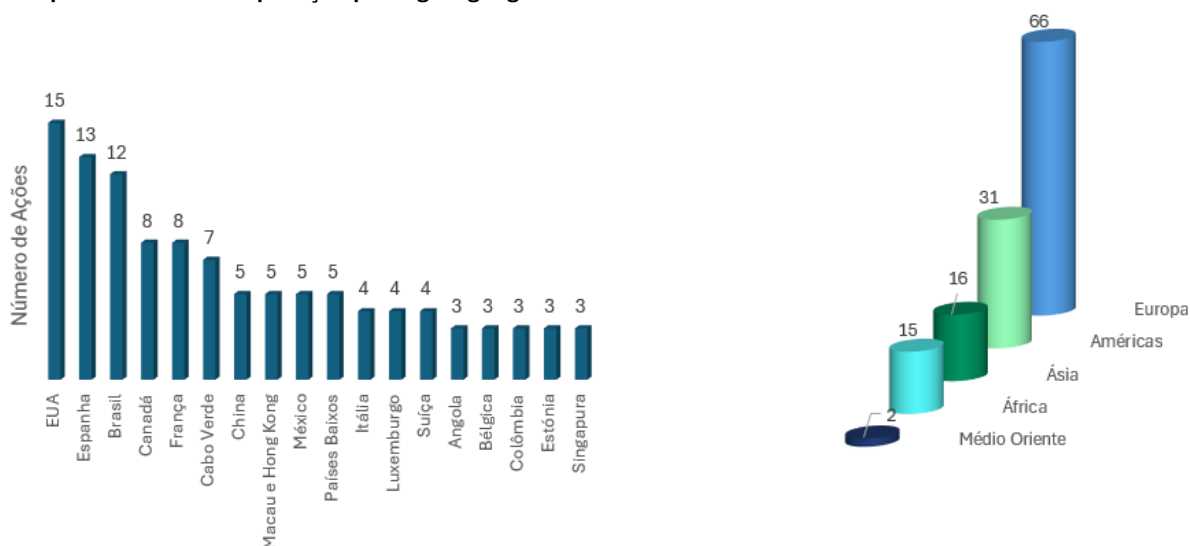
### Missões comerciais e institucionais ao estrangeiro

A AICEP acompanhou e/ou organizou 43 visitas institucionais ao estrangeiro, 30 missões empresariais e 57 seminários e *webinars*, que envolveram, respetivamente, 23, 19 e 21 mercados.

A nível geográfico, destaca-se o peso dos mercados da Europa (50,8% do total) e da América (23,8%). A Europa foi o destino de 66 visitas oficiais, missões e seminários em 2024, a Américas 31 ações, seguindo-se a Ásia com 16, a África (inclui Magrebe) com 15 e Médio Oriente com 2.

As iniciativas na Europa envolveram 17 mercados e as da Ásia e da África 6 países cada, seguindo-se a América com ações em 4 mercados, e o Médio Oriente com iniciativas em 2 mercados.

### Principais mercados e repartição por região geográfica



(lista das ações da iniciativa da AICEP encontra-se adiante)

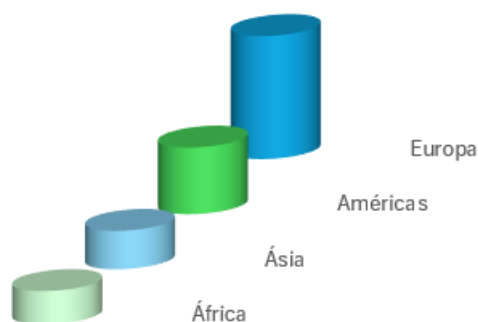
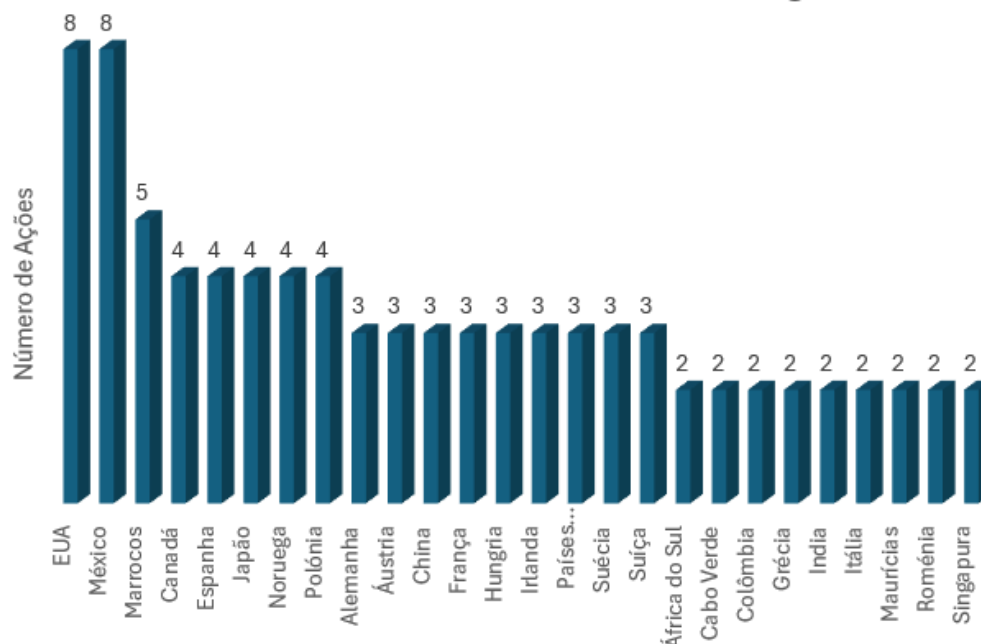
### Missões comerciais de importadores e decisores e visitas Institucionais a Portugal

Em 2024 foram organizadas em Portugal ações de 5 tipologias, algumas das quais da iniciativa da AICEP e outras promovidas por entidades terceiras que a Agência acompanhou:

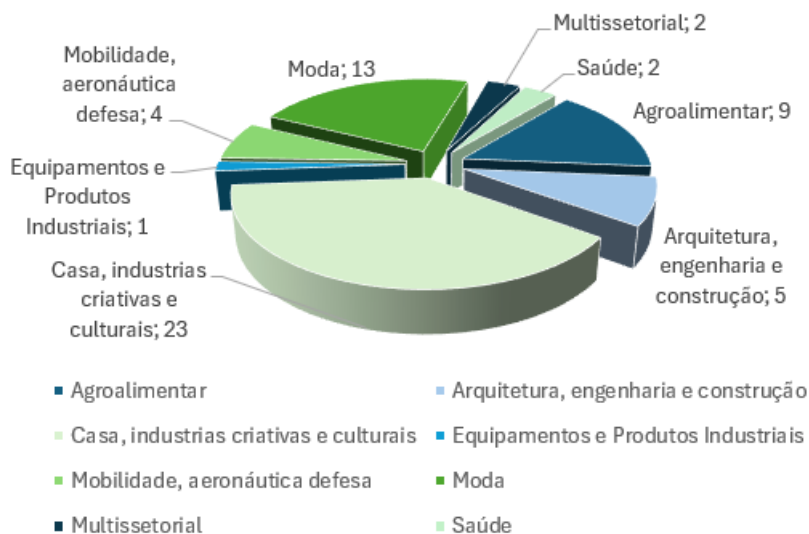
- 17 foram visitas institucionais: 3 visitas de Presidentes da República a Portugal: República Dominicana (maio), Maurícias (julho) e Suíça (dezembro); 14 visitas de comitivas institucionais da África do Sul (1), Angola (1), Brasil (1), China (3), Colômbia (1), Coreia do Sul (1), Eslovénia (1), Filipinas (1), Itália (1), Suécia (1), Suíça (2);
- 6 missões empresariais: Argélia (1), Cabo Verde (1), EUA (1), Hungria (1), México (1) e Suécia (1);
- 20 seminários/*webinars* sobre diversas temáticas relacionadas com 16 mercados: Andorra, Alemanha, Cabo Verde, Espanha, EUA, França, Hungria+Roménia, Irlanda, Marrocos, Maurícias, Polónia, Salvador, Suécia (1 cada); Índia e Singapura (2 cada) e México (3);
- 47 visitas de importadores;
- 12 ações de *sourcing*.

A lista das ações da iniciativa da AICEP encontra-se adiante.

Os principais mercados envolvidos nestas ações são as seguintes:



Em termos de setores das visitas de importadores e ações de *sourcing* repartem-se do seguinte modo:



## Multilaterais

Da atividade com multilaterais em 2024, destacam-se 3 grandes eventos pelo elevado nível de interlocutores envolvidos, dimensão da ação e *follow-up* originado:

### Seminário *Global Gateway*, 16 outubro

Aquando da visita a Portugal do Diretor Geral da DG INTPA da Comissão Europeia, promoveu-se um seminário com 4 sessões com especialistas setoriais e reuniões com entidades públicas para partilha de experiências e desafios no âmbito da GG (organização MNE, AICEP e CAMÕES).



### Seminário *EBRD PT Business Forum– Delivering impact in Morocco*, 2 outubro

Reuniu em Lisboa uma delegação de 9 especialistas e diretores do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e representantes da AMDIE e 2 Ministérios de Marrocos.

O delegado da AICEP em Marrocos e 5 entidades nacionais deram o seu testemunho.

### Organização do Escritório de Portugal no BERD e do Grupo de Trabalho das Multilaterais AICEP e GPEARI

Missão BASD sobre Oportunidades nos setores da água e desenvolvimento urbano na Ásia, 8-10 abril

Deslocação a Lisboa de 4 especialistas e diretores do Banco Asiático de Desenvolvimento. A agenda abrangeu Seminário, *Pitch Session* de 8 empresas, reunião com entidades públicas, 16 reuniões com empresas e 3 visitas técnicas a instalações. Originou ações subsequentes, como seja um *e-marketplace* e uma nova missão em 2025. Em termos globais, salientam-se os grandes números da atividade nesta área em articulação com entidades externas:

- 17 eventos, envolvendo cerca de 700 participantes no seu conjunto: 1 ação de introdução ao mercado das multilaterais assegurada pela Área das Multilaterais da

AICEP, incluindo 6 reuniões com empresas; um evento de *networking* presencial; 15 Ações com especialistas das seguintes multilaterais Banco Mundial, MIGA, BERD, BASD, e CAF (11 Seminários/*Webinars* e 4 Encontros bilaterais), promovidos no âmbito do Grupo de Trabalho das Multilaterais AICEP e GPEARI-MF; e um seminário *Global Gateway* da UE, organizado em parceria MNE, AICEP e Camões;

- 3 ações integradas em eventos de referência de parceiros, uma sessão de *networking* “Parcerias entre ONGD e empresas: oportunidades para sustentabilidade e acesso a financiamento de organizações multilaterais”, na Academia do Desenvolvimento da Plataforma Portuguesa das ONGD e duas sessões na Conferência Nacional de Observação da Terra – Terra em Foco 2024 da Portugal Space (participação num sessão conjunta “Competitividade, Internacionalização e Oportunidades” e dinamização de um *Workshop* Prático “Como aceder às Oportunidades das Organizações Multilaterais”);

- 294 interações de reuniões e de resposta a solicitações registadas, entre múltiplos contactos, incluindo 11 reuniões no Encontro Delegados da Rede Externa AICEP em que neste ano houve uma Mesa Multilaterais no dia dedicado às empresas;

- 322 divulgações de informação/oportunidades registadas;

- um Memorando de Entendimento, celebrado entre a AICEP e a CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, a 16 outubro, com o objetivo de estreitar a colaboração entre as duas entidades e traçar um plano de ação conjunto;

- uma colaboração para revista, a edição especial da Revista BOW da AEP com tema principal sobre as multilaterais, incluindo artigo.

Destaca-se ainda a participação no Tropical Summit (4 a 8 novembro). A convite da organização, composta pela Universidade de Lisboa e pelo Fórum para a Investigação Agrícola em África (FARA), a AICEP foi parceira deste evento que reuniu em Lisboa participantes de diferentes países das regiões tropicais. Para além da divulgação a nível nacional e via delegações, a AICEP organizou o painel Sustentabilidade como fator competitivo na internacionalização. Este painel contou com intervenções da AICEP, A4F, Easy Harvest, BlueBioAlliance e Fórum Oceano.



Abaixo encontra-se a lista das ações mais relevantes realizadas pela AICEP em 2024 com envolvimento da Rede externa:

### Angariação de IDE

Alemanha – Roadshow IDE Hannover Messe – 22 a 24 abril  
 Alemanha – Roadshow IDE IFA BERLIN – 5 a 7 junho  
 Alemanha – Roadshow IDE EES Europe – Electrical Energy Storage – 19 a 21 junho  
 Alemanha – Roadshow IDE International Suppliers Fair (IZB) – 22 a 24 outubro  
 Alemanha – Roadshow IDE Hydrogen Technology Expo – 23 a 24 outubro  
 Alemanha – Roadshow IDE Medica – 11 a 14 novembro  
 Alemanha – Electrónica 2024 – 12 a 15 novembro  
 Canadá – Missão de angariação de IDE à província do Ontário – 3 a 7 de junho  
 Canadá – Roadshow de Investimento a Windsor – 20 a 21 outubro  
 China – Macau/Hong Kong – Asian Financial Forum (AFF) – 24 e 25 janeiro  
 China – Xangai – Global Investment Summit – 12 setembro  
 China – Pequim – Roadshow de investimento – 15 a 17 maio  
 Coreia do Sul – Roadmap de IDE – 12 a 14 novembro  
 Coreia do Sul e Japão – Missão de Investimento do PCA – 3 a 5 de março e 6 a 8 março  
 Espanha – Roadshow IDE – almoço debate com Private Equity e VC – 27 novembro  
 EUA – Nova Iorque e Chicago – Site Selectors Guild – abril e setembro  
 EUA – Nova Iorque – Missão IDE ao Connecticut – 1 a 5 maio  
 EUA – Chicago – Roadshow ao Midwest – maio e novembro  
 EUA – Nova Iorque – Roadshow a Boston – 28 a 30 outubro  
 EUA – São Francisco – Roadshow a LA e a San Diego – 17 a 22 novembro  
 EUA – Chicago – Missão Ciências da Saúde ao Minnesota – 9 a 11 dezembro  
 EUA – Chicago – The International Business Forum – 12 dezembro  
 EUA – Nova Iorque – PT Business Club – 12 dezembro  
 França – Roadshow IDE – maio e setembro  
 Japão – Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) – 17 outubro  
 Turquia – Missão de angariação de IDE a Istambul – 22 a 24 de setembro



### Feiras internacionais

Alemanha – Innotrans – 24 a 27 setembro  
 Canadá – Aerospace, Defence and Security Expo – 8 a 9 agosto  
 China – Pequim – CIFTIS 2024 – 12 a 16 setembro  
 China – Macau – MIF 2024 – Feira Internacional de Macau – 16 a 19 outubro  
 Colômbia – Expovinos 2024 – 1 a 3 agosto  
 Emirados Árabes Unidos – Arab Health 2024 – 29 a 31 janeiro  
 EUA – Chicago – North America Battery Show 2024 – 7 a 10 outubro  
 EUA – Nova Iorque – World's Aerospace Trade Alley Show 2024 – 30 outubro a 1 novembro  
 França – Aeromart 2024 – 3 a 5 dezembro  
 França – Global Industrie 2024 – 25 a 28 março  
 França – Paris Design Week (ação DC) – setembro  
 Itália – Salone del Mobile 2024 – 15 a 21 abril  
 Malásia – Smart Nation Expo 2024 – 19 a 21 novembro  
 Marrocos – SIAM 2024 – Feira Internacional da Agricultura de Marrocos – 22 a 28 abril  
 Moçambique – Feira Internacional de Maputo – FACIM 2024 – 26 agosto a 1 setembro  
 Países Baixos – The Next Web 2024 – 20 a 21 junho  
 Suécia – Bio Europe 2024 – 4 a 6 novembro  
 Suíça – Swiss Cyber Security Days 2024 – 20 a 21 fevereiro





### Promoção internacional

Áustria – Promoção de Vinhos da Madeira – 7 novembro  
 Bélgica – Belgium Wine Tasting – 14 outubro  
 Canadá – Comemoração dos 200 Anos da Vista Alegre em Toronto – 1 outubro  
 China – Cantão – Mostra de Produtos Portugueses – 10 junho  
 Espanha – Comemoração dos 200 Anos da Vista Alegre em Madrid - junho  
 EUA – São Francisco – Passport to Portugal – 17 abril  
 EUA – Nova Iorque – Open House – 11 maio  
 EUA – Chicago – About Portuguese Stone – 21 outubro  
 Reino Unido – LUSO 2024 – 19 outubro  
 Campanha moda sustentável – França e Espanha – janeiro a dezembro  
 Campanha Smart Cities – janeiro a dezembro  
 Campanha Made in Portugal Naturally – janeiro a dezembro  
 Ação cultural externa – janeiro a dezembro  
 Feira Internacional do Livro de Buenos Aires "Cidade de Lisboa Convidada de Honra" – 25 de abril a 12 de maio  
 Lisbon Design Week – 20 a 25 de maio  
 MIFA - Festival de Annecy "Portugal País de Destaque" – 9 a 16 de junho  
 8.ª edição Encontro de Editores – 6 a 8 de novembro  
 3.ª edição Encontros Profissionais da Indústria Cinematográfica – 11 a 13 setembro

### Inserções publicitárias e publireportagens

Alemanha – Factory Innovation e WirtschaftsWoche - dezembro  
 Canadá – Automotive News Canada – novembro  
 Canadá – Canadian Defense Review – 19 a 24 dezembro  
 Espanha – Campanha Marcas Portuguesas Moda e Lifestyle no Instagram – janeiro/dezembro  
 Espanha – Promoção do setor de Workwear na SICUR – 27 fevereiro a 1 março  
 EUA – Nova Iorque – Campanha no The New York Times – 25 outubro a 25 novembro  
 França – Publireportagem l'Usine Nouvelle – dezembro  
 França – Publicidade Les Echos – dezembro  
 Japão – Publireportagem Portugal Osaka - 9 a 13 de setembro  
 Marrocos – Campanha de Promoção Fileira Casa e Materiais de Construção – fevereiro 2024 a janeiro 2025  
 Marrocos – Campanha de Promoção Máquinas e Equipamentos Industriais em Marrocos  
 México – Campanha no LinkedIn – janeiro a dezembro  
 Reino Unido – Publicidade Digital no FDI Intelligence/Financial Times - dezembro  
 Tailândia – Publireportagem sobre a mobilidade elétrica – outubro



### Promoção em pontos de venda

EUA – São Francisco – Restaurant Week – 22 a 29 abril  
 França – Quinzena de Produtos Portugueses no Carrefour – 26 abril a 6 maio  
 Irlanda – Semana de Portugal – 7 a 14 outubro  
 Japão – Apresentação de vinhos portugueses – 6 dezembro

### Programas de aceleração e de startups

Singapura - Missão exploratória - 4 a 8 março  
 Canadá – Canadian Fintech Summit – 9 a 10 abril  
 Brasil – Websummit Rio de Janeiro – 15 a 18 abril  
 França – Viva Technology 2024 – 22 a 25 maio  
 Espanha – South Summit – Pitch contest – 5 a 7 junho  
 Canadá – Collision Conference 2024 – 19 junho  
 Canadá – Elevate Festival – 30 setembro a 2 outubro  
 EUA – São Francisco – 4ª edição do Portugal to Take Off – outubro a dezembro  
 EUA – São Francisco - Missão exploratória - 21 a 25 de outubro  
 Brasil – Portugal ao Cubo – 4 novembro  
 Portugal – 9ª edição da Websummit – 11 a 14 novembro  
 Finlândia – Participação portuguesa na SLUSH – 20 a 21 novembro



### Diplomacia económica

África do Sul – Missão à Cidade do Cabo – 16 a 19 abril  
 Bélgica – Presidência belga do Conselho da União Europeia e visita à Região de Aveiro – 2 abril  
 China – Xangai – Conselho Económico para a Internacionalização Portugal-China – 11 novembro

### Ações de diversas tipologias

Luxemburgo – 2º Fórum Empresarial Luxemburgo-Portugal – 5 e 6 novembro  
 Países Baixos – Visita do PR e componente económica – 9 e 11 novembro  
 Estónia – Missão Empresarial – 8 a 9 outubro

### Missões empresariais e institucionais ao estrangeiro

Angola – Visita do PM e do PCA e Fórum Económico Angola-Portugal – 23 a 25 julho  
 Brasil – Fórum Empresarial Brasil-Portugal – 11 abril  
 Brasil – Fórum Investe Portugal – 26 a 27 novembro  
 Brasil – Missão à APAS SHOW 2024 – 13 a 16 maio  
 Cabo Verde – Missão Empresarial do setor TIC – outubro  
 EUA – Nova Iorque – CENSE 2024 – 26 setembro  
 EUA – Nova Iorque – Portugal Economic Forum – 21 novembro  
 EUA – Nova Iorque – Visita do PCA – 20 a 23 novembro  
 EUA – Nova Iorque – Visita do PM – 26 setembro  
 EUA – São Francisco – Missão Startup Portugal, ANI e FCT – 21 a 25 outubro  
 EUA – São Francisco – Seminário sobre Cibersegurança durante a RSA – 8 maio  
 EUA – São Francisco – Seminário sobre Sustentabilidade e Smart Cities – 20 março  
 França – Jornadas Luso-Francesas das Indústrias de Defesa – 3 e 4 outubro  
 Irlanda – Missão do setor dos Moldes – 23 a 27 setembro  
 Noruega – Seminário sobre Blue Economy – 23 a 27 setembro  
 Suíça – Genebra Blue Economy – 30 outubro



### Missões empresariais e institucionais a Portugal

China – Pequim – Visita a Portugal do Ministro do Comércio – 4 junho  
 Espanha – Fórum Económico – 23 outubro  
 EUA – Nova Iorque – Oportunidades de Negócio em Houston – 3 junho  
 Itália – Visita a Portugal do Presidente da AIAD – 20 a 21 fevereiro  
 Japão – Visita a Portugal do Governador da Província de Aichi – 4 a 6 julho  
 México – Missão da Federação de Gastronomia de Yucatán a Portugal – 9 a 16 abril  
 México – Oportunidades de Investimento no Sul do México – 30 de abril  
 Suécia – Missão do Business Sweden a Portugal e seminário – 16 outubro  
 Suécia – Seminário “Oportunidades no mercado sueco para a Moda portuguesa – 24 outubro  
 Suécia – Visita a Portugal da Trade Partners Sweden e da Stockholm Fashion District – 24 a 25 outubro

### Visitas de importadores e decisores a Portugal e de sourcing

Espanha – Visita de importador do setor da pesca por grosso a Portugal – 1 a 3 de dezembro  
 França – Visita Galeries Lafayette a empresas portuguesas de cerâmica – 16 a 17 outubro  
 França – Visita TelevisionStyle – 29 e 30 janeiro  
 Grécia – Visita a Portugal de comprador do setor dos materiais de construção – 25 a 29 maio  
 Hungria – Visita de importador SIL Design da fileira casa – 26 a 28 junho  
 Japão – Visita de jornalista de gastronomia e vinhos – 30 setembro a 3 outubro  
 México – Visita da Oculus Airborne Sensoring a Portugal – 5 a 11 maio  
 México – Visita de importador do setor da casa – 14 a 17 maio  
 Noruega – Visita do importador norueguês de vinhos PROCURA – 15 a 19 dezembro  
 Polónia – Visita de 4 importadores – junho, outubro e novembro  
 Roménia – Visita de importadora de mobiliário de luxo Bohemian Design – 30 setembro a 5 outubro  
 Turquia – Visita a Portugal de fabricante/OEM do setor automóvel – 7 e 8 novembro

#### A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas

A AICEP é contactada por diversas entidades externas como associações setoriais, regionais e nacionais, entidades municipais, Instituições de ensino superior, embaixadas, instituições financeiras, e outras entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, tendo em vista a prestação de informação especializada, a intervenção em eventos, etc.

No contexto dos Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações, bem como dos projetos no âmbito do SIAC - Sistema de Incentivos a Ações Coletivas do PT2030 e de outras fontes de financiamento de entidades associativas e institucionais, a Agência apresenta-se como Organismo intermédio, atuando como responsável pelos projetos da sua esfera de atuação e de ligação entre as Autoridades de Gestão e os beneficiários dos fundos. Nesse âmbito acompanhou associações de âmbito nacional e regional, câmaras de comércio, confederações, instituições do sistema científico e tecnológico e outras entidades similares nos seus planos de atividade anuais e articulação com as ações da Agência. Para além disso, a Rede Externa da AICEP é o apoio por excelência nos mercados às ações promocionais organizadas por estas entidades, bem como por instituições do ensino superior, ordens profissionais e outras entidades.

A AICEP é também chamada a intervir em seminários, cimeiras e comités quando estão em causa relações comerciais e institucionais com os mercados externos.

#### A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos

Numa lógica de reciprocidade, aprofundamento de conhecimento, competências e ainda partilha de informação em áreas especializadas, a AICEP celebrou um total de 7 Protocolos e Memorandos de Entendimento com entidades institucionais nacionais e estrangeiras, ao longo do ano de 2024.

País	Entidade
África do Sul	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Cape Town and Western Cape Tourism, Trade and Investment Promotion Agency (WESGRO)
Angola	Acordo entre a AICEP e Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX) e Assistência Técnica da Facilidade de Diálogo EU-Angola
Colômbia	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Corporacion Andina de Fomento (CAF)
Eslovénia	Memorando de Entendimento entre a AICEP e The Spirit, Slovenian Public Agency for Investments, Entrepreneurship and Internationalization (SPIRIT Slovenia)
Portugal	Protocolo de Colaboração entre a AICEP e STARTUP Portugal, IAPMEI e ANI
Portugal	Protocolo entre a AICEP, IAPMEI e AMA e o município de Póvoa de Varzim
Qatar	Memorando de Entendimento entre a AICEP e Qatar Chamber (QCCI)

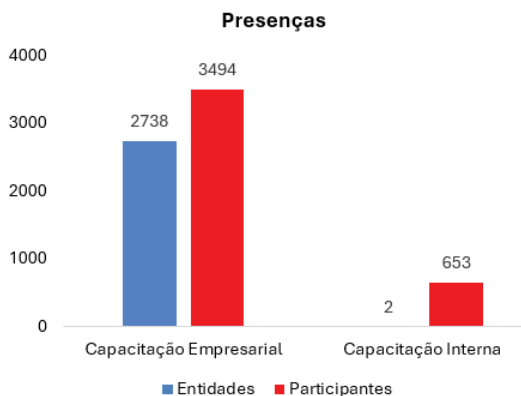
## B. Áreas de Apoio ao Negócio

### B.1 Academia AICEP

A AICEP é um agente de inovação e de geração de mais valias assentes na qualificação de recursos humanos e na capacitação empresarial, contribuindo para o aumento da competitividade da economia portuguesa. O portefólio da Academia AICEP procura ser o adequado e capaz de dar resposta aos diferentes perfis de clientes internos, empresariais e institucionais, de acordo com as suas necessidades, em evolução permanente. Este portefólio inclui ainda a qualificação de recursos humanos através do programa Inov Contacto, o qual se dirige a jovens licenciados.

Em 2024, realizaram-se 88 ações de capacitação, o que representa um aumento de 31% face ao ano anterior. Nas 76 ações de capacitação empresarial registaram-se 3.494 participantes e nas ações de capacitação interna 653.

	Ações realizadas	Inscrições		Participações	
		Entidades	Indivíduos	Entidades	Indivíduos
Capacitação Empresarial	71	4 450	5 865	2 614	3 359
Capacitação Interna	12	2	3 051	2	653
Capacitação Empresarial Entidades externas	5	176	192	124	135
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>4 627</b>	<b>9 108</b>	<b>2 740</b>	<b>4 147</b>



De destacar, pelo seu grande impacto, os 1.832 participantes nas várias ações e cursos do Programa ESG PME Exportadoras, por se tratar de um modelo inovador, com um programa desenvolvido ao longo de três anos, em parceria com entidades públicas, associações, universidades, de âmbito nacional e com representatividade regional, incluindo produtos de diferentes formatos, de acordo com as

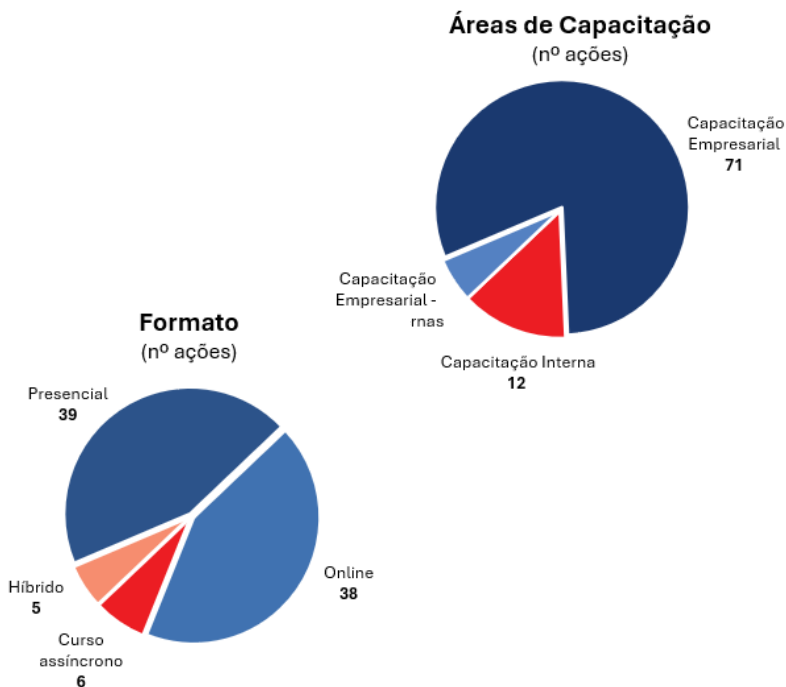
necessidades e estratégias ambientais e de sustentabilidade das empresas.

Também, no âmbito deste programa, foi, pela primeira vez, desenvolvido um inquérito para a monitorização do impacto das ações de capacitação nas empresas, dirigido às mais de 1.700 pessoas que concluíram e participaram nos cursos do Programa. Um dos dados mais interessantes obtidos prende-se com o resultado efetivo das ações de capacitação oferecidas pela Academia. Verificou-se que, das 158 respostas obtidas, 52% das empresas referiram ter dado início à implementação de práticas sustentáveis, após terem frequentado o curso.

Este é sem dúvida um caminho que abre novas possibilidades e lança as bases para, em conjunto com as áreas de negócio, a AICEP poder continuar a contribuir para satisfazer as necessidades das empresas e trazer valor aos processos de apoio à internacionalização e investimento.

De salientar que se verificou um crescimento, quer do número de ações realizadas, bem como do número de participantes nas iniciativas desenvolvidas e organizadas pela Academia AICEP, conforme quadro abaixo.

	2023		2024		Variação 2023/2024	
	Ações realizadas	Participantes	Ações realizadas	Participantes	Ações realizadas	Participantes
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>3 107</b>	<b>88</b>	<b>4 147</b>	<b>31%</b>	<b>33%</b>



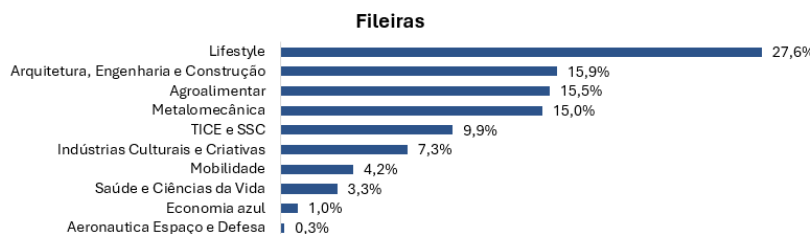
## Capacitação empresarial

A área de capacitação empresarial, em conjunto com a Rede Externa da AICEP, efetuou a seleção de mercados e setores, respeitando os objetivos estratégicos da AICEP. Para a seleção de mercados, o critério utilizado foi a procura por parte das empresas e na capacidade de resposta por parte da Rede Externa da AICEP. Os setores resultaram da articulação com a Direção Comercial e com a equipa do Exportar Online (EOL), para as temáticas relacionadas com o *e-commerce* e com *marketplaces*.

As ações foram ainda organizadas tendo em conta as diferentes fases da *customer journey* do processo de internacionalização das empresas (iniciação à exportação, seleção de mercado, entrada no mercado e desenvolvimento) ou de acordo com temáticas que potenciam o negócio internacional.

Nas ações de capacitação empresarial inscreveram-se 6.057 indivíduos de 4.625 entidades, tendo estado presentes 3.494 indivíduos respeitantes a 2.738 entidades.

No conjunto dos participantes, as fileiras mais representadas no total das iniciativas de capacitação empresarial foram *Lifestyle*, Arquitetura, Engenharia e Construção e Agroalimentar.

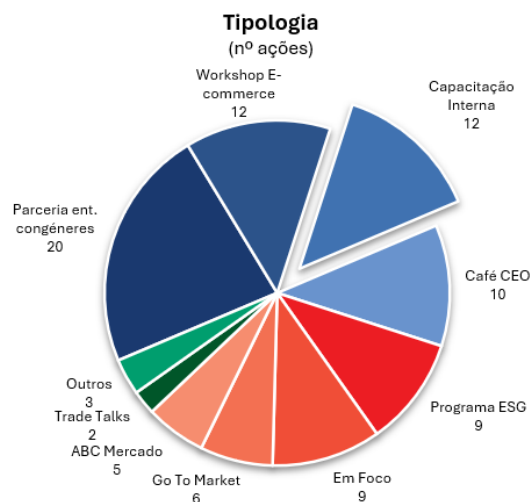


Foram realizadas 39 ações presenciais de capacitação empresarial, com destaque para os eventos integrados no Programa ESG PME Exportadoras (localizados em Sintra, Évora, Vila Nova de Famalicão, Coimbra e Faro) e no ciclo de reuniões Café com CEO: Conectar para globalizar (em Lisboa, Benavente, Aveiro e Porto), assim como as que tiveram a duração de um dia (cursos de *e-commerce* e “Em Foco”) ou de uma manhã (“ABC Mercado”, “Go to Market”, “Cafés de CEO”, “Trade Talks” e ações temáticas). No total, as sessões contaram com 809 presenças.

Na plataforma de *e-learning* da Academia AICEP realizaram-se no formato *online* 32 *workshops* sobre diversos temas, com destaque para o *marketing* digital. Neste valor, e numa parceria com a Amazon, incluem-se

três *workshops* sobre como vender neste *marketplace* na plataforma da Amazon.

Em formato híbrido, realizaram-se 3 sessões presenciais no auditório da AICEP em Lisboa, com transmissão online, no âmbito do Programa ESG PME Exportadoras, para apresentação dos cursos assíncronos dedicados a esta temática, e 2 cursos promovidos por universidades em parceria com a AICEP (ISCTE e Porto Business School).



Cumprir a ação “*Trade Talks*” pelo seu impacto e novidade, já que estas são conversas que conectam empresas portuguesas ao sucesso internacional. A cada episódio, um moderador de renome conversa com um líder de sucesso,

desvendando boas práticas e conselhos úteis para a exportação. Os oradores convidados compartilham *insights* valiosos, experiências reais e estratégias para superar desafios e alcançar o sucesso em mercados globais. Os destinatários destes *workshops* são empresas em fase de primeira abordagem aos mercados de chegada. PME em início de atividade exportadora, bem como gestores e responsáveis das áreas de negócio internacional. Trata-se de um produto que se encontra dentro da 3ª fase de internacionalização – designada por “Entrar no Mercado”, e que corresponde à definição e implementação da estratégia da empresa para a entrada no mercado-alvo.

Foram realizados dois *workshops* “*Trade Talks*”: o primeiro *workshop* “*International Dialogues at Lisbon*” e contou com a participação de Henrique Monteiro, jornalista e ex-Diretor do Jornal Expresso, e com Pedro Carmo, que participou no



Programa Inov Contacto, atualmente Diretor de *Global Sourcing & Procurement*, na *Daymon Worldwide*. A avaliação dada pelos participantes a esta ação foi de 4,89 (em uma escala de 1 a 5). O segundo *workshop* teve como objetivo promover a partilha de experiências e conhecimento no contexto empresarial. Teve como destaque o testemunho inspirador de Vítor Gregório,

também participante no Inov Contacto e atualmente membro do Conselho Executivo da divisão *Home Confort* da Bosch. Foi um debate e uma entrevista moderado pela jornalista Mafalda Avelar. Todos os participantes deram nota positiva e manifestaram interesse em ações similares.

Apresenta-se abaixo os quadros por tipologia das ações realizadas:

#### ABC Mercado

23-out ABC Mercado Áustria	Lisboa
23-out ABC Mercado Eslováquia	Lisboa
09-dez ABC Mercado França	Lisboa
17-abr ABC Mercado Marrocos	Lisboa
23-out ABC Mercado Suíça	Lisboa

#### Café com CEO

25-jan Café com CEO: Conectar para globalizar - REN	Lisboa
28-fev Café com CEO: Conectar para globalizar - Sugat	Benavente
27-mar Café com CEO: Conectar para globalizar - Sovena	Lisboa
30-abr Café com CEO: Conectar para globalizar - Visabeira	Aveiro
27-mai Café com CEO: Conectar para globalizar - CTT	Lisboa
28-jun Café com CEO: Conectar para globalizar - Mota-Engil	Porto
16-jul Café com CEO: Conectar para globalizar - Millennium BCP	Lisboa
26-set Café com CEO: Conectar para globalizar - GALP	Lisboa
24-out Café com CEO: Conectar para globalizar - Siemens	Amadora
07-nov Café com CEO: Conectar para globalizar - Semapa	Lisboa



#### Em Foco e Temáticos

16-abr Em Foco Marrocos Campeonato do Mundo FIFA 2030 - Os Grandes Projetos	Academia AICEP
14-nov Em Foco Áustria - Mobilidade Sustentável	Porto
18-out Em Foco Eslováquia - Materiais de Construção	Porto
05-dez Em Foco França - Candidatar-se a Concursos Públicos Franceses	Porto
25-nov Em Foco Marrocos - Moda: setores textil e vestuário	Porto
18-abr Em Foco Marrocos - Setor Automóvel, Componentes Auto e Moldes	Porto
24-out Em Foco Suécia - Oportunidades no mercado sueco para a Moda Portuguesa	Porto
21-out Em Foco Suíça - Aeronáutica, Espaço e Defesa	Porto
03-jun Round Table Oportunidades de Negócio em Houston - Energia e Saúde	Lisboa
22-fev Workshop Programas de Apoio em Propriedade Intelectual e Industrial para PME	Academia AICEP

#### Go to Market

15-nov Go to Market Áustria	Porto
17-out Go to Market Eslováquia	Porto
06-dez Go to Market França	Porto
19-abr Go to Market Marrocos	Porto
26-nov Go to Market Marrocos	Porto
22-out Go to Market Suíça	Porto

#### Programa AIPEX

15-abr Workshop Luanda (Dia 1)	Luanda
16-abr Workshop Luanda (Dia 2)	Luanda
17-abr Módulo 1 - Acolhimento AICEP – Missão, Objetivos e Estrutura (Curso Assíncrono)	Academia AICEP
17-abr Módulo 2 - Conceitos Básicos da Exportação (Curso Assíncrono)	Academia AICEP
18-abr Módulo 3 - Grandes Eventos na Construção da Marca País	Academia AICEP
19-abr Módulo 4 - Desenvolvimento de Produtos de Informação	Academia AICEP
20-set Módulo 5 - Princípios Gerais da Internacionalização	Academia AICEP
23-abr Módulo 6 - Captação de Investimento Direto Estrangeiro e After Care	Academia AICEP
24-abr Módulo 7 - A importância do E-commerce no Comércio Internacional	Academia AICEP
11-set Módulo 8 - ESG - Environmental, Social and Governance	Academia AICEP
27-mai Workshop Investimento	Lisboa
28-mai Visita de Trabalho a ZILS	Sines

#### Programa ESG PME Exportadoras

23-fev Curso "Fundamentos ESG" - Apresentação	Lisboa/AA
17-abr Curso "Fundamentos ESG" (Curso Assíncrono)	Academia AICEP
12-mar Curso Assíncrono "ESG de A a Z" - Apresentação	Lisboa/AA
12-mar Curso Assíncrono "ESG de A a Z" (Curso Assíncrono)	Academia AICEP
23-mai Roteiros da Sustentabilidade - 1º Workshop - CCDR LVT	Sintra
29-mai Roteiros da Sustentabilidade - 2º Workshop - CCDR Alentejo	Évora
05-jun Roteiros da Sustentabilidade - 3º Workshop - CCDR Norte	VN Famalicão
06-jun Roteiros da Sustentabilidade - 4º Workshop - CCDR Centro	Coimbra
19-jun Roteiros da Sustentabilidade - 5º Workshop - CCDR Algarve	Faro

#### Programa Exportar Online

04-jul Workshop Como exportar com o Marketplace Sprinter	Academia AICEP
03-dez Workshop E-commerce no setor agroalimentar - Marketplace Tridge	Academia AICEP
30-jan Workshop França: Como aumentar as vendas online na Europa com a C-Discount e a Octopia	Academia AICEP
07-nov Workshop Marketing Digital - Como gerir várias lojas online em simultâneo - B2B e B2C	Academia AICEP
24-abr Workshop Marketing Digital - Criar uma campanha em Google Ads - 1ª sessão	Academia AICEP
08-mai Workshop Marketing Digital - Criar uma campanha em Google Ads - 2ª sessão	Academia AICEP
21-mai Workshop Marketing Digital - Funil de vendas para E-commerce	Academia AICEP
13-nov Workshop Marketing Digital - Principais motivos para carrinhos abandonados	Academia AICEP
02-out Workshop Venha descobrir como expandir o seu negócio B2B com a Faire	Academia AICEP

#### Webinars Amazon

21-mar Webinar Amazon: Vender na Amazon marketplace. Guia prático para empresas portuguesas	Academia AICEP
06-jun Webinar Vender na Amazon: Como gerir as primeiras vendas	Academia AICEP
19-set Webinar Vender na Amazon: Logística Amazon	Academia AICEP

#### Programa UkraineInvest

26-nov Módulo 1 - AICEP Welcome - Mission, Objectives and Structure (Curso Assíncrono)	Academia AICEP
03-dez Módulo 2 - Training Activities and INOV Contacto Program	Academia AICEP
26-nov Módulo 3 - Major Events in Country Brand Building	Academia AICEP
27-nov Módulo 4 - The Importance of Ecommerce in International Trade	Academia AICEP
28-nov Módulo 5 - General Principles of Internationalisation	Academia AICEP
29-nov Módulo 6 - Sustainability and ESG	Academia AICEP
02-dez Módulo 7 - Attracting Foreign Direct Investment	Academia AICEP
04-dez Módulo 8 - Information Product Development	Academia AICEP

#### Programas Universidades

09-abr ISCTE - Pós-graduação Placebrand e Place Marketing	Lisboa
04-nov PBS - Programa Executivo International Business Strategy	Porto

#### Trade Talks

18-jun Trade Talks - Boas Práticas de Internacionalização de negócios e empresas - Daymon	Lisboa
28-nov Trade Talks - Boas Práticas de Internacionalização de negócios e empresas - Bosch	Lisboa



## Capacitação Interna

A área de Capacitação Interna da Academia AICEP tem como objetivo implementar programas e iniciativas dirigidas à qualificação dos colaboradores da Agência. O objetivo é contribuir para a melhoria do serviço prestado aos clientes da AICEP, em consonância com o Plano Estratégico da AICEP e em articulação com os Recursos Humanos.

Esta área foi desenvolvida de forma integrada com a oferta de produtos de Capacitação Empresarial, potenciando os seus conteúdos e criando atividades novas e recursos, adaptados às necessidades dos colaboradores da Agência.

Ao longo de 2024, a área de Capacitação Interna desenvolveu 12 atividades, dos quais resultaram 653 participantes.

No Plano Interno de Capacitação, os produtos implementados foram os seguintes: Mercado em Destaque

(webinar apresentado pelo delegado da AICEP no mercado, com o objetivo de fornecer um enquadramento atualizado do mercado e dar a conhecer as oportunidades de negócios para as empresas portuguesas); ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance* (ação com o objetivo de sensibilizar os colaboradores da AICEP para a importância de as organizações adaptarem as práticas ambientais, sociais e de governança corporativa); Introdução às Finanças Sustentáveis; Formação ao MNE (*workshops* dirigidos aos colaboradores do MNE); Incentivos às empresas (ação dirigida à temática dos incentivos às empresas geridos pela AICEP).

Apresenta-se abaixo os quadros por tipologia das ações realizadas:

### Ações Temáticas

08-mar Apresentação Programa ESG PME Exportadoras	Lisboa/AA
04-abr Apresentação Incentivos disponíveis para as empresas - Rede Externa (2 sessões)	Academia AICEP
18-set Apresentação Incentivos às Empresas	Academia AICEP

### Campus Inov Contacto

11-dez Introdução às Finanças Sustentáveis - Campus Inov Contacto - Workshop	Coimbra
18-dez Introdução às Finanças Sustentáveis - Campus Inov Contacto (Curso Assíncrono)	Academia AICEP

### Workshop AICEP - MNE

07-jun Workshop AICEP - MNE - Captação de Investimento Direto Estrangeiro	Academia AICEP
17-jun Workshop AICEP - MNE - Fileiras e Setores	Academia AICEP

### Workshop Mercado em Destaque

15-out Workshop Mercado em Destaque: Áustria Hoje	Academia AICEP
11-set Workshop Mercado em Destaque: Eslováquia Hoje	Academia AICEP
19-nov Workshop Mercado em Destaque: França Hoje	Academia AICEP
25-jun Workshop Mercado em Destaque: Marrocos Hoje	Academia AICEP
07-out Workshop Mercado em Destaque: Suíça Hoje	Academia AICEP



## Programa Inov Contacto

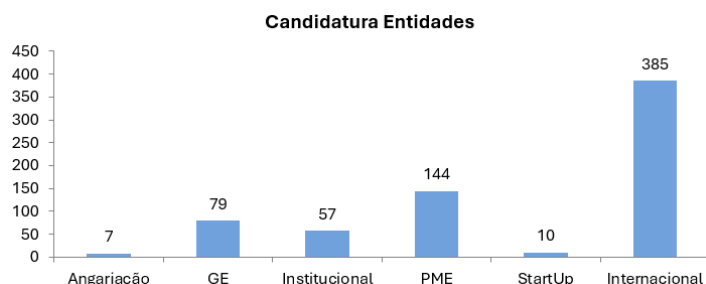
O INOV Contacto é o programa de Estágios Internacionais criado pela AICEP para formar jovens quadros em conhecimento e experiência na vertente internacional.

Ao longo da sua existência de 27 anos, esta iniciativa envolveu já cerca de 6.300 jovens, distribuídos por perto de 1.500 entidades nos 5 continentes. É um caso de sucesso, que inspira outras iniciativas a nível nacional e internacional, atrai parcerias e exige uma constante inovação, dedicação e investimento. Os níveis de empregabilidade das últimas edições do Programa apresentam-se elevados, resumindo-se no quadro abaixo.

Edição	Concluídos	Empregabilidade		
		Inquérito 4 semanas	Inquérito 6 meses	Inquérito 12 meses
C25	187	62%	81%	91%
C26	185	44%	61%	77%

No ano de 2024 foi lançada a 27ª edição do programa, com duas novidades principais: aumento do período de estágio de 6 para 9 meses e foco em áreas tecnológicas e de *Big Science* em parceria com a ANI - Agência Nacional de Inovação na identificação destes perfis.

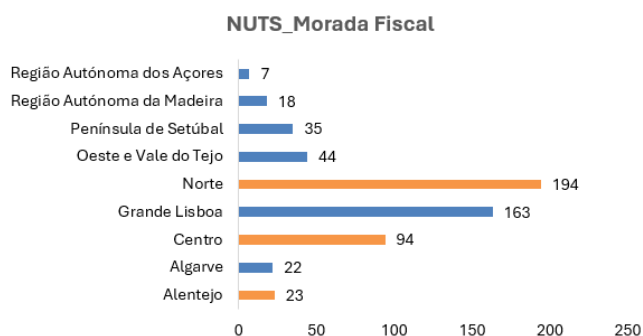
Após um rigoroso processo de seleção, com várias fases, que envolveu a candidaturas de 303 entidades de acolhimento com a oferta de 682 lugares de estágios e 907 candidaturas aos estágios Inov Contacto, decorreu a fase do *matching* onde foram convidados a integrar esta edição um conjunto de 102 estagiários de várias formações académicas, dos quais aceitaram o convite 91. De referir que 55% dos pedidos de estágio foram de empresas



portuguesas e 46% de entidades estrangeiras. Registamos o interesse de 83 empresas, com 140 pedidos para jovens licenciados, nas áreas tecnológicas e de *Big Science*, nomeadamente Ciências Físicas, Engenharias, Matemática e Estatística e Informática. Os pedidos de estágio abarcaram 62 países nos 5 continentes, destacando-se no top 5 Moçambique, Estados Unidos da América, Brasil, Espanha e China (íntegra Macau). Também a grande maioria dos pedidos tiveram origem em entidades que já participam no Inov Contacto há mais do que uma edição (61%), havendo 39% dos pedidos foi feito por parte de entidades novas neste projeto.

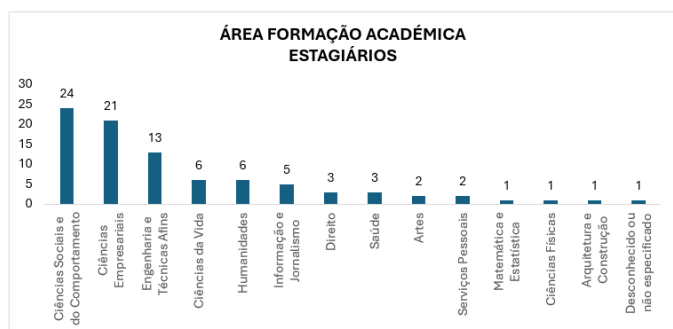
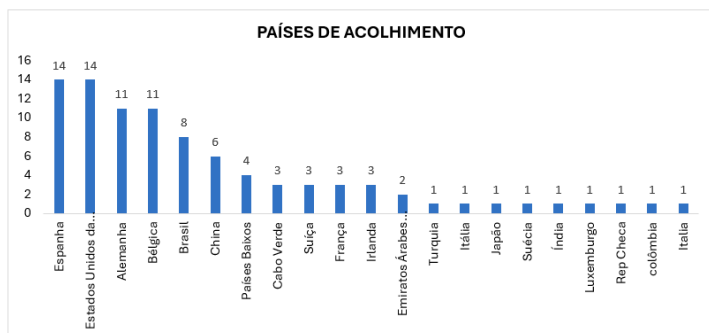


Do universo de jovens que apresentaram a sua candidatura ao Programa, 65% são do sexo feminino e 25% masculino. Foram consideradas elegíveis 615 candidaturas para a fase de recrutamento e seleção. Registaram-se candidaturas de 18 áreas de formação académica, das quais 54% das Ciências Sociais e do Comportamento (24%), Ciências Empresariais (21%) e Engenharias Técnicas e Afins (9%). Em termos de morada, a distribuição apresenta-se no gráfico seguinte:





Os 91 estagiários selecionados, em igual número do sexo feminino e masculino e com uma idade média de 24 anos, vão realizar a sua experiência internacional nos primeiros 9 meses de 2025. São 67 as entidades de acolhimento, sendo 49% entidades e empresas portuguesas localizadas no estrangeiro e 51% estrangeiras. Os estagiários estão espalhados por 21 países, dos quais se destacam os Estados Unidos da América, Espanha e Bélgica.



Os jovens selecionados que participaram no Campus, integrarão a rede *NetworkContacto*, já com mais de 6.277 alumni, de grande valor para a Academia, para a AICEP e para Portugal. Têm vindo a colaborar cada vez mais em inúmeras ações de capacitação e são o exemplo de uma rede de colaboração e de negócios de referência ao nível da internacionalização e do investimento.



Tendo como missão mostrar o valor dos recursos humanos e do talento português enquadrado no meio empresarial e de promover as oportunidades que o programa traz não apenas para os estagiários, mas também o impacto positivo para as empresas que os acolhem, a Academia AICEP organizou ainda o Campus Inov C27 para as Empresas.

Esta iniciativa de carácter pioneiro, organizada em modelo híbrido, contou com 86 participantes e teve 340 visualizações nas plataformas da AICEP e irá certamente aproximar estagiários e entidades de acolhimento, contribuindo para o reconhecimento do programa.

Ao longo de 2024, o programa Inov Contacto, reafirmou-se como uma referência na formação de recursos humanos qualificados para a internacionalização das empresas portuguesas e mantém a sua relevância enquanto catalisador para a captação de investimento e o desenvolvimento de carreiras internacionais de jovens talentos portugueses.

Em conclusão, o programa Inov Contacto reforçou, em 2024, o seu compromisso com a internacionalização, a inovação e a capacitação de talento, garantindo um impacto positivo para os participantes, as empresas e a economia nacional. A continuidade e ampliação das iniciativas reforçam a posição de Portugal como um *hub* de talento global.





## B.2 Produção de informação

O crescimento das exportações nacionais, o alargamento da base exportadora, a diversificação de mercados, o aumento do valor acrescentado das exportações de bens e serviços nacionais, reforço da presença de empresas portuguesas em mercados estratégicos e a captação de investimento estrangeiro continuaram a ser desígnios da AICEP em 2024. A atividade da área de Informação teve como objetivo dotar as empresas de *know-how* e ferramentas de conhecimento sobre mercados e temáticas de comércio internacional, numa ótica de exportação e/ou de investimento no exterior, através da oferta de produtos e serviços progressivamente mais direcionados e com características de serviço personalizado para segmentos-alvo específicos de clientes e *stakeholders*, no âmbito de um ecossistema tecnológico e digital avançado e seguro, e de uma comunicação ampla e inovadora.

As principais ações realizadas visaram atingir os seguintes objetivos: conteúdos mais assertivos, tirando máximo partido da automatização e da diversidade de canais; conteúdos relativos a novas dimensões do comércio internacional; processos e metodologias comuns e consistentes; respostas a pedidos ágeis e de qualidade.

A divulgação dos produtos e serviços de informação tem sido efetuada por intermédio das áreas comerciais (gestores de cliente), da rede externa, do *website* da AICEP e da presença da Agência nas redes sociais Facebook, LinkedIn e Twitter, da *newsletter Portugalnews*, da revista PortugalGlobal e da plataforma Globalmail.

A atuação da AICEP em matéria de produtos e serviços de informação distribui-se por quatro sub-áreas distintas, mas transversais: (1) Conteúdos técnicos (informação de carácter técnico sobre mercados, setores/produtos, regulamentar e estatísticas), (2) Oportunidades de Negócio, (3) Conteúdos Comunicacionais e (4) Outros Produtos.

### Conteúdos técnicos

Em 2024 deu-se continuidade à melhoria dos produtos existentes e ao alargamento dos mercados abrangidos, com o objetivo de dar resposta às necessidades dos diversos clientes (sobretudo empresas nacionais), com níveis de prestação de serviços adequados.

Pretendeu-se fazer face a dois desafios importantes: por um lado, desenvolver e inovar em produtos que representassem um *upgrade* em relação aos já existentes

e, por outro, recorrer a soluções tecnológicas que funcionassem como alavanca na disponibilização de produtos de informação de forma dinâmica, interativa e amigável.

Neste âmbito, e no que respeita aos Mercados, o resultado, ao longo do ano, traduziu-se principalmente nas seguintes alterações:

- Alteração das denominações dos produtos *Flash* de Mercado e Ficha de Mercado para Perfil de Mercado, e das denominações *Flash de E-commerce* e *Ficha de E-commerce* para “Perfil de E-commerce”. A informação apresentada para cada mercado depende da existência de representação da AICEP nesse mercado;
- Expansão do universo de mercados abrangidos pelos produtos Perfil de Mercado, com o desenvolvimento do referente ao mercado das Filipinas (mercado sem Ponto de Rede) e do Perfil de Mercado da Tunísia (mercado com Ponto de Rede), num total de 97, encontrando-se estes perfis disponíveis, por módulos, no portal “Portugal Exporta”;
- Desenvolvimento e publicação dos primeiros Perfis de *E-commerce* mais completos, que abrangem mercados de comércio eletrónico de especial interesse para o tecido empresarial português e nos quais a AICEP dispõe de Ponto de Rede (tendo sido desenvolvidos em 2024, para os mercados da Alemanha, Canadá, Espanha, Polónia, Suíça e Suécia).
- Desenvolvimento da possibilidade de *download* dos diferentes Perfis de mercado e Perfis de *E-commerce* para formato pdf.

Para além da participação no processo de melhoria de produtos já existentes, esta área esteve simultaneamente envolvida na produção e na disponibilização de outros produtos de informação sobre mercados externos e sobre Portugal, bem como na prestação de serviços em resposta a diversas solicitações de âmbito económico. Neste contexto, a atividade centrou-se em cinco eixos principais:

- Elaboração e atualização de informação geral sobre mercados externos, tendo sido asseguradas 180 atualizações, a elaboração de um novo Perfil de Mercado referente às Filipinas (mercado sem Ponto de Rede), o desenvolvimento do Perfil de Mercado da Tunísia (mercado com Ponto de Rede) e ainda o desenvolvimento de 6 novos Perfis de E-commerce;

- Resposta a pedidos diversos sobre mercados externos e sobre Portugal formulados por clientes internos, tendo sido elaboradas respostas a 188 pedidos (integralmente sobre mercados externos);
- Colaboração na rubrica Factos e Tendências nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 36 notícias;
- Atualização semanal do *dashboard* de concursos internacionais PRR;
- Revisão de 8 artigos de âmbito macroeconómico e de *E-commerce* para o portal Portugal Exporta.

A área de conteúdos de Mercados, em síntese, desenvolveu a seguinte atividade:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação geral sobre mercados externos	188	Atualização/elaboração de 76 "Perfil de Mercado (informação sintética)", 56 "Perfil de E-Commerce (informação sintética)", 50 "Perfil de Mercado (informação desenvolvida)" e 6 "Perfil de E-commerce (informação desenvolvida)".
Resposta a pedidos sobre mercados externos	188	A origem dos pedidos foi, sobretudo, a Direção da Rede Externa e Institucionais, seguida pela Direção Comercial e pelos Pontos de Rede.
Atualização semanal do dashboard de concursos internacionais PRR	48	Procedeu-se à atualização semanal do dashboard de concursos internacionais PRR, tendo em consideração as oportunidades PRR disponibilizadas por cada Estado-membro da UE.
Colaboração na rubrica "Factos e Tendências"	36	Colaboração na rubrica "Factos e Tendências" nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 36 notícias.

Quanto à área setorial, o trabalho desenvolvido neste âmbito em 2024 incidiu na produção de informação passível de i) facilitar o conhecimento das características e dinâmicas setoriais em mercados externos e ii) acompanhar a evolução de cada setor e fileira no quadro da oferta portuguesa e das trocas externas de Portugal. Em concreto, este trabalho incluiu:

- Bússola AICEP – Análises Setoriais: novo produto de informação direcionado para a capacitação interna, no contexto da relação comercial da AICEP junto de clientes atuais e prospetivos. Integra uma análise setorial completa, quantitativa e qualitativa, nas suas várias dimensões, nos planos nacional e internacional, permitindo identificar os fatores de competitividade da oferta portuguesa e principais tendências que marcam o setor em análise. Este produto visa ainda a sensibilização dos clientes da AICEP sobre novos desenvolvimentos nos seus respetivos setores de atividade. Partindo de um formato visualmente apelativo, as análises setoriais "Bússola AICEP" apresentam-se como um produto informativo versátil, com caráter evolutivo, em termos de temas e setores abordados. Em

2024, foi lançada a sua primeira edição, dedicada ao setor da Metalomecânica;

- Fichas Setoriais de Entrada no Mercado: produto com uma vertente mais qualitativa sobre as características específicas de cada mercado em cada setor ou produto. Em 2024, o programa previsto privilegiou a especialização em setores estratégicos para a oferta portuguesa, como sejam os semicondutores, setor automóvel, aeroespacial, energias renováveis e biotecnologia, refletindo as prioridades da AICEP em matéria de internacionalização;
- Produção de informação detalhada sobre Portugal, com a elaboração/reestruturação do documento Ficha Portugal;
- Colaboração na rubrica Factos e Tendências nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 51 notícias;
- Flash Setor Portugal: compilação de informação sobre as características e o desempenho de 23 setores/subsetores da oferta portuguesa.

Em síntese, a área de conteúdos setoriais produziu os seguintes conteúdos:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação sobre Portugal	23	Foram desenvolvidas e publicadas 23 atualizações do Flash Setor Portugal (Azeite, Mobiliário, Moldes, Têxteis-Lar, Vinho, Calçado, Cerâmica para revestimento, Papel e Cartão, Vestuário e Confeção, Pasta, Papel e Cartão, Medicamentos, Ourivesaria e Joalharia, Rochas Ornamentais, Rolhas de Cortiça, Frutícolas, Hortícolas, Marroquinaria, Bicicletas e Componentes, Cerâmica Utilitária e Decorativa, Iluminação, Têxtil não Confeccionado, Tintas e Vernizes e Instrumentos Médico-Cirúrgicos).
Produto de informação detalhada sobre Portugal	2	Ficha Portugal, Bússola AICEP – Setor Metalomecânica
Produtos de informação setorial sobre mercados externos - Fichas de Entrada no Mercado	30	Prozuidos 30 documentos sobre 24 setores/produtos, abrangendo 13 mercados.
Resposta a pedidos setoriais	11	A origem dos pedidos foi, sobretudo, a Direção Comercial, seguida dos Pontos de Rede e da Direção de Angariação
Colaboração na rubrica "Factos e Tendências"	51	Colaboração na rubrica "Factos e Tendências" nas 11 edições da Revista Portugal Global, o que se traduziu na redação de 51 notícias.

O conhecimento atualizado da vertente jurídica do negócio internacional, em constante evolução, é uma dimensão fundamental para os diversos *players*, designadamente para as empresas nacionais envolvidas em processos de internacionalização.

O cumprimento do Plano de Atividades para a área da Informação, bem como as alterações verificadas no contexto internacional, incluindo as alterações decorrentes do conflito Rússia-Ucrânia e medidas transitórias do BREXIT, implicaram, em 2024, uma forte aposta na disponibilização de conteúdos atualizados, por

vezes mais do que uma vez, sobre as condições legais de acesso aos mercados externos (canal tradicional e canal *online*) com vista a apoiar e orientar as tomadas de decisão dos agentes económicos.

Já quanto a produtos de informação novos, é de realçar a elaboração da parte legal e regulamentar de 22 produtos de informação setor/mercado, num total de 23 concluídos no ano de 2024, com vista à disponibilização de um largo “pacote” de informação deste produto *premium* no Portugal Exporta.

Tudo isto, sem prejuízo de se continuar a prestar o regular serviço de consultoria regulamentar às solicitações internas e externas da Agência.

Relativamente aos produtos de informação conjunturais, perante as repercussões económicas e financeiras para as empresas e complexidade das medidas restritivas adotadas no âmbito do conflito Rússia-Ucrânia, foi necessário continuar a providenciar informação robusta, atualizada e facilmente acessível sobre a temática na página Conflito Rússia-Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas, disponível no Portugal Exporta.

Também devido às sucessivas prorrogações das medidas transitórias decorrentes do Brexit e respetivas implicações para as empresas portuguesas, continuou a impor-se o acompanhamento e atualização da página Brexit: Como exportar para o Reino Unido, disponível no Portugal Exporta.

Os constrangimentos que em 2024 atingiram a equipa que se dedica à área regulamentar não permitiram a atualização anual de todos os produtos de informação, tendo-se dado prioridade à resposta a pedidos.

Em síntese, a atividade desenvolvida pela área regulamentar, em 2024, foi a do quadro seguinte:

Atividades da Área	Total	Observações
Serviço de consultoria regulamentar (resposta a pedidos)	473	Entregue a pedido
Atualização página Conflito Rússia-Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas	11	Portugal Exporta
Atualizações página BREXIT: Como exportar para o Reino Unido	4	Portugal Exporta
Atualização do documento "Acordos Bilaterais de natureza económica celebrados por Portugal"	2	Interno
Colaboração no produto Factos & Tendências	11 envios (36 notícias)	Revista Portugal Global
Flash E-Commerce (Quadro Legal) *	23 (num total de 57)	Portugal Exporta
Perfil de Mercado (Quadro Legal)*	52 (num total de 85)	Portugal Exporta
Ficha de Entrada no Mercado (Quadro Legal) *	23	Para constar em MYAICEP

\* Produtos de informação revistos e elaborados de novo

A área de Estatística, em 2024, focou a sua atividade nas seguintes vertentes:

- Produção e disponibilização de produtos de informação estatística padronizados;
- Respostas à medida a pedidos de informação sobre comércio internacional, investimento direto, indicadores macroeconómicos de Portugal e estatísticas de relacionamento económico bilateral.

Em termos globais, esta subárea, com elevada atividade no âmbito da prestação de informação económica para efeitos da Diplomacia Económica, seja por via de solicitações da Rede Externa, do Conselho de Administração, e da tutela, elaborou 789 produtos e prestou 1020 serviços de informação estatística.

Esta área produziu os seguintes conteúdos em 2024:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação estatística sobre relacionamento bilateral de Portugal com mercados externos	589	Disponibilizados no Repositório de Conhecimento Interno AICEP
Produtos de informação estatística sobre Portugal	200	Disponibilizados no Repositório de Conhecimento Interno AICEP
Prestação de serviços de informação estatística	1 020	

No âmbito da melhoria contínua, foi implementado em 2024 um *upgrade* ao conteúdo das estatísticas de relacionamento económico bilateral, com a inclusão da versão em inglês.

## Oportunidades de negócio

Abaixo apresenta-se a síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela Gestão de Oportunidades de negócio em 2024:

Atividades da Área	Total	Observações
Listas de clientes estrangeiros	3 970	69 Mercados envolvidos, no âmbito da resposta a pedidos de 665 agentes económicos
Oportunidades de negócio divulgadas	7 553	150 Mercados
Nº de Feiras internacionais e em Portugal identificadas e divulgadas	5 254	134 Mercados
Prestação de serviço de informação empresarial (empresas exportadoras INE e IDPE)	266	-
Acessos diretos internos a listas de empresas portuguesas com IDPE	675	intranet
Prestação de serviço de informação empresarial (fabricantes/exportadores)	672	62 mercados envolvidos, no âmbito de resposta a pedidos

## Conteúdos comunicacionais

A área de Conteúdos comunicacionais assegura a desmultiplicação de conteúdos técnicos em outros mais simples, através da produção de textos para notícias sobre o conhecimento gerado na área da informação. Em 2024 manteve-se a colaboração com a revista Portugal Exporta, através da sinalização e sumarização de estudos e/ou factos recentes capazes de impactar o comércio internacional e o investimento. Neste âmbito foram redigidas 11 edições da secção “Factos e Tendências” da revista, num total de 153 notícias, sendo 36 referentes a mercados, 51 relativas a setores, 36 referentes à área regulamentar e 30 sobre a mais recente informação estatística.

## Outros produtos de informação

Em colaboração com equipa *Export On Line* da área Comercial, foi acompanhado o desenvolvimento de 4 manuais de *e-commerce*, subcontratados ao exterior, com uma abordagem holística ao comércio eletrónico, tanto B2B como B2C, projeto que se iniciou em 2023 e que foi concluído no primeiro semestre de 2024. Nomeadamente:

- Manual 1 - Marketing Digital com Canais Próprios: manual para apoiar as empresas na melhoria ou construção da sua

presença digital através de canais próprios (*site* e loja online) e recursos de controlo direto e total (conteúdos e bases de dados próprias), abrangendo também as temáticas de *Search Engine Optimization* (SEO) e análise de dados (*analytics*).

- Manual 2 - *Marketing* Digital nas Redes Sociais: manual para auxiliar as empresas a melhorar a sua presença digital através das redes sociais (canais próprios de controlo partilhado), independente da tipologia de negócio e dos seus canais de vendas.

- Manual 3 - Sustentabilidade no *E-Commerce*: manual que pretende contribuir para a implementação de práticas de sustentabilidade e responsabilidade social no comércio eletrónico, melhorando o desempenho das empresas e assegurando a adaptação às novas tendências.

- Manual 4 - Logística no *E-Commerce*: manual com o objetivo de apoiar as empresas na melhoria do desempenho logístico e ao nível das operações relacionadas, acompanhando os crescentes padrões de mercado e assegurando a qualidade de serviço, competitividade e satisfação dos clientes.



Estes manuais foram disponibilizados ao público através dos canais da AICEP de acesso livre e gratuito, contribuindo para a capacitação das empresas exportadoras via *e-commerce* em áreas críticas e nas quais foi identificado maior potencial de melhoria.



## B.3 Gestão de incentivos

### B.3 a) Avaliação e seleção de projetos

O ano de 2024 ficou marcado por uma forte aceleração da atividade da área de incentivos da AICEP, fruto, por um lado, da operacionalização das principais Tipologias de Incentivos nas vertentes do Investimento e da Internacionalização no âmbito do Portugal2030, e, por outro, do arranque e preparação de novos Sistemas de Incentivos às empresas na esfera de intervenção da AICEP ao abrigo do Regime Contratual de Investimento.

A par desta atividade, manteve-se em execução a Medida «Internacionalização via *E-commerce*» do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com a aprovação de um número muito expressivo de 667 novos projetos de PME e o lançamento de um último Aviso para Apresentação de Candidaturas no âmbito desta Medida, em agosto de 2024, que registou mais de 780 candidaturas.

Na esfera jurídica, além da assessoria, sempre que necessária, encetou-se um processo de revisão regulamentar dos Incentivos ao nível de diversos diplomas legais, abrangendo, desde logo, a formulação de propostas de alteração ao Regulamento Específico da área temática Inovação e Transição Digital (Portugal2030), no contexto da terceira alteração à Portaria n.º 103-A/2023, de 1 de abril, a participação no Grupo de Trabalho interministerial para a implementação do Regulamento STEP, bem como a participação nos trabalhos de revisão dos Estatutos da Agência e a revisão integral do Regime Contratual de Investimento (Decreto-Lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro), processo ainda em curso. Concomitantemente, procedeu-se à revisão das Minutas dos Contratos de Investimento, bem como à revisitação de procedimentos e trâmites aplicáveis à celebração, renegociação e cessação dos contratos de investimento e dos contratos fiscais de investimento, numa perspetiva de simplificação, clarificação e redução de etapas processuais.

À semelhança de anos anteriores, a área dos Incentivos continuou a dar apoio às áreas de Angariação e Comercial

na fase de angariação de novos investimentos, traduzida na participação em reuniões com potenciais promotores de novos projetos, na resposta a múltiplos pedidos de informação e na preparação de simulações para diversas intenções de investimento. Em conjunto com estas áreas, foram ainda promovidas ações de formação internas sobre Incentivos direcionadas, quer à Rede Externa da AICEP, quer à Rede Comercial.

Foi igualmente assegurado o apoio à área de Auditoria e Conformidade no âmbito de processos de Auditoria desencadeados pelo COMPETE e pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), integrados nos respetivos planos de controlo e certificação. Ainda no âmbito do encerramento do Portugal2020, manteve-se o apoio à área de Verificação de Incentivos em matéria de acompanhamento e verificação de projetos, à semelhança dos anos anteriores.

### Investimento

No ano de 2024, o investimento contratualizado pela AICEP<sup>16</sup> atingiu um valor de 418,67 milhões de euros, numa trajetória de recuperação face aos dois anos anteriores, em que os volumes de investimento contratualizados foram de 42 milhões de euros em 2023 e de 12,3 milhões de euros em 2022.

Contratualização	2024		2023		2022	
	Contratos Assinados		Contratos Assinados		Contratos Assinados	
Instrumento	Nº Proj.	Inv. Aprovado	Nº Proj.	Inv. Aprovado	Nº Proj.	Inv. Aprovado
<b>Regime Contratual de Investimento</b>	<b>10</b>	<b>357,722,779.79</b>	<b>3</b>	<b>41,940,992.05</b>	<b>1</b>	<b>12,281,539.22</b>
Inovação Produtiva	5	308,506,695.04	0	0.00	0	0.00
I&DT - Individuais	0	0.00	1	7,481,742.21	1	12,281,539.22
I&DT - Copromoção	5	49,216,084.75	2	34,459,249.84	0	0.00
<b>Benefícios Fiscais ao Investimento</b>	<b>2</b>	<b>60,950,300.00</b>	<b>0</b>	<b>0.00</b>	<b>0</b>	<b>0.00</b>
Decreto-Lei n.º 162/2014	2	60,950,300.00	0	0.00	0	0.00
<b>Totais Gerais</b>	<b>12</b>	<b>418,673,079.79</b>	<b>3</b>	<b>41,940,992.05</b>	<b>1</b>	<b>12,281,539.22</b>

<sup>16</sup> Inclui projetos contratados ao abrigo das Tipologias Inovação Produtiva e Investigação & Desenvolvimento Tecnológicos, bem

como candidaturas autónomas ao Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento



Apesar dos constrangimentos observados na implementação destas tipologias, designadamente ao nível dos sistemas operacionais de suporte ao processo de avaliação, decisão e contratualização dos projetos de investimento, foi possível concluir a negociação e celebração de 12 novos contratos de investimento, abrangendo projetos produtivos industriais e atividades de Investigação & Desenvolvimento tecnológico nos setores automóvel, farmacêutico, de semicondutores, tecnologias de informação, plásticos e madeira.

Adicionalmente, cumpre destacar que, em 31 de dezembro de 2024, o *pipeline* de candidaturas atingia os 2,2 mil milhões de euros de investimento, permitindo antecipar que 2025 deverá atingir novos máximos históricos de contratualização de investimento:

- 40 candidaturas de Inovação Produtiva (incluindo uma candidatura autónoma ao Regime de Benefícios Fiscais ao Investimento), perfazendo um montante de investimento próximo dos 1,8 mil milhões de euros;
- 18 candidaturas de I&DT, representando um montante de investimento da ordem dos 410 milhões de euros.

Ainda em 2024, foi criado ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição o Sistema de Incentivos «Investimentos em Setores Estratégicos», através da Portaria n.º 306-A/2024/1, de 27 de novembro, destinado a apoiar financeiramente grandes projetos de investimento em setores fundamentais para a transição rumo a uma economia neutra em carbono, com enquadramento no Regime Contratual de Investimento.

A AICEP assumiu papel central na criação deste novo Sistema de Incentivos, assegurando todo o processo de regulamentação - incluindo a notificação do regime à Comissão Europeia, a preparação da Portaria e a instrução

do processo junto da Comissão Técnica dos Sistemas de Incentivos - e de implementação - definição dos termos do Aviso para Apresentação de Candidatura e da

maquete do formulário de candidatura. No final do ano e já com pré-registo de pedido de auxílio, encontravam-se em carteira dois projetos potencialmente enquadráveis no Sistema de Incentivos «Investimentos em Setores

Estratégicos», com um valor de investimento associado da ordem dos 2,5 mil milhões de euros. Tratando-se de um regime ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição, a contratualização dos Investimentos no âmbito deste Sistema de Incentivos terá de ocorrer até 31 de dezembro de 2025.

Ainda no final de 2024, foi despoletado junto do COMPETE e da AD&C o processo de operacionalização do Sistema de Incentivos à Transição Climática e Energética no âmbito do Regime Contratual de Investimento, culminando na publicação, a 17 de janeiro de 2025, de um Aviso para Registos de Pedido de Auxílio na Tipologia «Descarbonização das empresas».

### Internacionalização

No que diz respeito à Medida «Internacionalização via *E-commerce*», integrada na Componente C16 do PRR, tendo sido lançado um segundo Aviso para Apresentação de Candidaturas em agosto de 2023, concluiu-se o processo de análise e decisão relativo às 863 candidaturas entradas, tendo sido selecionados 667 projetos de PME, representando um investimento elegível de 27,9 milhões de euros.

Recorde-se que a Medida «Internacionalização via *E-commerce*» do PRR tem como meta apoiar 1.500 PME até ao final de 2025, pelo que, somando estes novos 667 projetos aos 245 aprovados no anterior Aviso para Apresentação de Candidaturas (aviso publicado em 2022), a posição atual traduz um grau de cumprimento da meta de 60%.

Entretanto, em setembro de 2024, foi lançado um terceiro Aviso para Apresentação de Candidaturas, tendo sido recebidas 782 candidaturas, cuja decisão deverá ser adotada até ao final do primeiro semestre de 2025.

De referir que a AICEP dispõe, ao abrigo desta medida do PRR, de uma verba para desenvolver de um projeto próprio que visa prestar apoio de consultoria às empresas para formulação do seu plano de *E-commerce*. Atenda-se à importância que se tem vindo a atribuir à utilização por parte das empresas do e-commerce como importante ferramenta de internacionalização. Em 2024 foram desencadeadas ações de divulgação deste instrumento em vários locais e aproveitando diversos meios, tendo em vista sensibilizar as empresas para este serviço especializado: conferência *E-commerce Connect*, 29 de fevereiro;

palestra "Internacionalização do Comércio Digital com a AICEP Portugal", Braga, 5 de março; Exportação B2B e Estratégias Digitais em Santa Maria da Feira, 7 de março; Programa de Melhores Práticas Internacionais para a Organização de Missões Empresariais – AIPLEX, 24 de abril; *The Importance of E-commerce in International Trade - Programa Best Practices in Internationalization and Attracting Foreign Investment – Ukraine Invest*, 27 de novembro. Com o objetivo de apresentar os produtos e serviços do Exportar Online, no âmbito da campanha nacional de divulgação da Medida de Internacionalização via *E-commerce*, o Programa Exportar Online marcou presença, com stand, nos seguintes eventos de grande escala: Marketing Masters, Lisboa, 12 e 13 de abril; QSP Summit, 3 e 4 de julho; Millennium Portugal Exportador, em Santa Maria da Feira, 12 de dezembro.

Em 2024, foram entregues 452 Planos de *E-commerce*, o maior número de Planos entregue desde a oferta do serviço



Acreditamos que este resultado se deve às medidas de divulgação encetadas pelo

Programa, nomeadamente os *Roadshow* e as presenças em eventos especializados em *marketing*, mas também um conjunto de alterações no procedimento de acesso ao formulário no sentido de o tornar uma experiência mais “amiga do utilizador” em termos de interação com o MYAICEP.

Já no âmbito do Portugal2030, cumpre destacar a concretização da análise e decisão relativamente a dois Avisos para a Modalidade de Projetos Conjuntos de Internacionalização (Avisos MPr-2023-5 e MPr-2024-5), destinada a projetos de promoção externa desenvolvidos por associações e outras entidades da envolvente empresarial, em conjunto com PME.

No computo global, foram aprovados 22 novos Projetos Conjuntos de Internacionalização, tendo um investimento associado da ordem dos 90 milhões de euros, reforçando-se deste modo o apoio à promoção externa de um conjunto de fileiras representativas da oferta nacional, com particular destaque para a Moda (Têxtil e Calçado), Casa (Mobiliário e Iluminação), Agroalimentar, Pedra Natural, Moldes e Metalomecânica. Saliente-se que, no contexto destes projetos, prevê-se o envolvimento direto de mais de 1.000 PME em ações de promoção a realizar nos mercados externos.

Ainda na vertente Internacionalização, cumpre destacar o lançamento do primeiro Aviso para Apresentação de Candidaturas destinado a Projetos Individuais de Internacionalização ao abrigo do Portugal2030, encerrado em 30 de dezembro de 2024, com o registo de mais de 700 candidaturas. Refira-se que as condições de acesso estabelecidas no Aviso (MPR-2024-7) refletem os objetivos de reforço e aceleração das exportações e de promoção da competitividade externa da economia portuguesa, priorizando, nessa medida, o apoio às operações promovidas por PME que se situam num escalão de exportação individual (volume de negócios internacional) que garanta um mais efetivo contributo para esses objetivos.

Esta prioridade foi estabelecida considerando também que os Avisos já publicados e em curso para a Modalidade de Projetos Conjuntos de Internacionalização, com dotações orçamentais muito significativas, por contrapartida, estabelecem uma discriminação positiva relativamente a novos exportadores, sem imposição de patamar mínimo de exportações em pré-projeto, designadamente ao nível da pontuação de mérito.

Procurou-se, desta forma, promover a complementaridade entre instrumentos, direcionando o novo Aviso para Projetos Individuais de Internacionalização para empresas em estágios de maturidade internacional superiores, numa lógica de acelerador de exportações, e estimulando um potencial efeito multiplicador de alargamento da base exportadora na Modalidade de Projetos Conjuntos de Internacionalização.

#### Outras atividades

Em articulação com a área Comercial, a AICEP continuou a assegurar as renegociações de Contratos de Concessão de Incentivos Financeiros e de Benefícios Fiscais, consubstanciadas em alterações aos Planos de Investimento de projetos já contratados, pedidos de prorrogação de Prazo de Execução e renegociação de Objetivos Contratuais, já formalizadas ou a formalizar através de Aditamentos contratuais.

Neste âmbito, cumpre destacar a regularização de um número muito significativo de processos que se encontravam pendentes de decisão por parte do Governo desde 2021, no âmbito do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento, que se traduziu na aprovação,

em março de 2024, de um novo Contrato Fiscal de Investimento, já ao abrigo do novo período de programação 2021-2027, de 16 Aditamentos a Contratos Fiscais de Investimento e também de 5 Resoluções Contratuais.

Refira-se ainda que, também no âmbito do acompanhamento contratual dos projetos de investimento, a AICEP foi chamada a emitir diversos outros pareceres técnicos e jurídicos, normalmente a pedido das Direções Comercial e de Verificação de Incentivos, mas também do Conselho de Administração.

Finalmente e tal como já mencionado, manteve-se o apoio à área de Verificação de Incentivos no contexto do encerramento do Portugal2020, destacando-se, neste âmbito:

- Registo de trâmites em falta no Sistema de Gestão Operacional (SGO) do Portugal2020, designadamente no que se refere a notificações de encerramento de projetos, tendo sido realizadas cerca de 600 notificações no início do ano;
- Registo *de minimis* relativo a incentivos concedidos ao abrigo deste regime no âmbito do encerramento de Projetos Individuais de Internacionalização (17);
- Sequência de análise e proposta de decisão relativamente a pedidos de alteração a projetos aprovados, designadamente no que se refere à alteração à configuração dos planos de investimento, prorrogação de prazos de execução, renegociação de Contratos de Investimento e outras situações (fusões/cisões, cessões de posição contratual e alteração de elementos dos beneficiários) que se encontravam pendentes, bem como em relação a resposta a alegações contrárias no contexto de resoluções contratuais.



### B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos

A AICEP analisa e acompanha a execução dos contratos de incentivos financeiros e fiscais no âmbito dos instrumentos financeiros de apoio da União Europeia dirigidos às áreas da missão da Agência.

Atua como interlocutor único em matéria de acompanhamento e execução de projetos e de interface técnico com os órgãos de gestão do Portugal 2020, do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência.

No âmbito dos projetos de investimento, em 2024 efetuaram-se as seguintes tarefas:

#### QCA III

- Encerramentos de Contratos: 11
- Proposta de libertação de Garantias Bancárias: 9 / 3.7 M€

#### QREN

- Encerramento de Projeto: 17 / 1.5 M€
- Encerramento de Contrato: 22
- Proposta de libertação de Garantias Bancárias: 25 / 8.2 M€
- Renegociação de Plano de Reembolsos: 3

#### Benefícios Fiscais (QREN e PT2020)

- Validação de Relatórios de Acompanhamento: 94 projetos de 2021

#### PT2020

- Pedidos de Pagamento analisados: 143 / 43.2 M€
- Encerramentos de Investimento: 146 / 53.7 M€
- Ajustes ao Encerramento de Investimento: 44 / 2.7 M€
- Proposta libertação Garantias Bancárias: 7 / 12.2 M€
- Ordens de Pagamento emitidas: 305 / 93.2 M€ (inclui pagamentos de encerramento)
- Ordens de Devolução emitidas: 49 / -5.7 M€
- Pedidos de certificação de despesas AG: 69
- Relatórios Técnicos de Visita Provisórios: 104
- Relatórios Técnicos de Visita Definitivos: 132
- Alterações ao Investimento/ano cruzeiro: 13
- Encerramento de Projeto: 74 / 62.9 M€
- Avaliações Intercalares: 3 / 11.9 M€
- Renegociação de Reembolsos: 10
- Encerramento de Contrato: 1

-Recursos Hierárquicos: 7

-Verificação no local: 52

-Pedidos de Prorrogação: 5

No que respeita aos projetos de Internacionalização a AICEP procedeu às seguintes verificações:

#### PT2020

- Pedidos de Pagamento analisados: 1359

- Encerramentos de Investimento: 659

- Ajustes ao Encerramento de Investimento: 158

- Encerramento de Projeto: 329

- Ajustes ao Encerramento de Projeto: 46

- Notificação de encerramentos: 1549

- Notificação de Revogação Contratual: 474

- Ordens de Pagamento: 1090 / 31.8 M€

- Ordens de devolução: 1014 / 81. M €

- Análise de alegações contrárias: 872

- Pedido de alteração a projetos validados: 158

- Pedido de Prorrogação: 12

- Pedidos de Desistência: 3

- Reanálise projetos no âmbito do Efeito Incentivo: 151 / 56.3 M€

- Pedido Adicional de Cerificação de despesa por Efeito de Incentivo: 10

- Reabertura de Encerramentos por Alteração da validação da Certificação de Dimensão PME: 115 projetos (envolve cerca de 5.000 empresas)

- Reclamações, Contestações, Recursos Hierárquico, intimações, ações administrativas, ações judiciais: 100

- Revogações contratuais com pedidos AG: 28

- Proposta de libertação de Garantias Bancárias: 10 / 482.5 m€

- Notificação, no âmbito do novo entendimento para validação da Certificação de Dimensão PME (COMPETE 16/12/2024): 111

- Notificação para a submissão do APF - Anexo ao Pedido Final com vista ao Encerramento de Projeto: 465

PT2020	Atividade	Projetos de Investimento	Projetos de Internacionalização
		nº	nº
	Pedidos de Pagamento analisados	143	1.359
	Encerramentos de Investimento	146	1.090
	Ajustes ao encerramento do investimento	44	1.014
	Encerramentos de projeto	74	329
	Pedidos de prorrogação	5	12
	Proposta de libertação de Garantias Bancária	7	10
	Análise de alegações contrárias		872
	Relatórios técnicos de visita	236	
	<b>Total</b>	<b>655</b>	<b>4.686</b>

A área de Competitividade empresarial acompanhou projetos do QREN, do PRR e do PT2030:

QREN – Internacionalização

- Encerramentos de projetos notificados: 522

- Notificações: 1279

- Alegações contrárias analisadas e decididas: 74 (Taxa de reversão para Encerramento Favorável: 58.2%; Valor do Incentivo revertido: 3.8 M€)

- Ações Administrativas respondidas: 7

- Proposta de libertação de Garantias Bancárias: 20 / 1.7 M€

PRR - C16 - Aviso Nº 8/C16-i02/2022, agosto de 2022:

- Incentivo aprovado: 4.7M€

- Termos de Aceitação assinados: 216

- Adiantamentos (23%) processados: 21 / 116 m€ (216 / 1.09 M€ (va)

- Questionários de Duplo Financiamento validados: 11

PRR - C16 - Aviso Nº 14/C16-i02/2023, agosto de 2023

- Incentivo aprovado: 13.4M€

- Termos de Aceitação assinados: 51

- Adiantamento (23%) processados: 51 / valor: 301 m€

PT2020	Atividade	Projetos de Investimento		Projetos de Internacionalização	
		nº	valor	nº	valor
	Ordens de Pagamento emitidas	305	93,2	1.090	31,8
	Ordens de Devolução emitidas	49	-5,7	1.014	81,0
	<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>87,5</b>	<b>2.104</b>	<b>112,8</b>

valor: milhões de euros

PT2030 – Internacionalização:

Projetos Conjuntos de Internacionalização-AVISO N.º 04/SI/2022, outubro de 2022 (MEA - Mec. Ext. Antecipação PT2030)

- Visitas ao local para verificação da condição “Efeito de Incentivo”: 20

- Articulação com COMPETE na validação e contributos para a melhoria da ferramenta da análise (APPI) dos Pedidos de Pagamento, ainda não concluída.



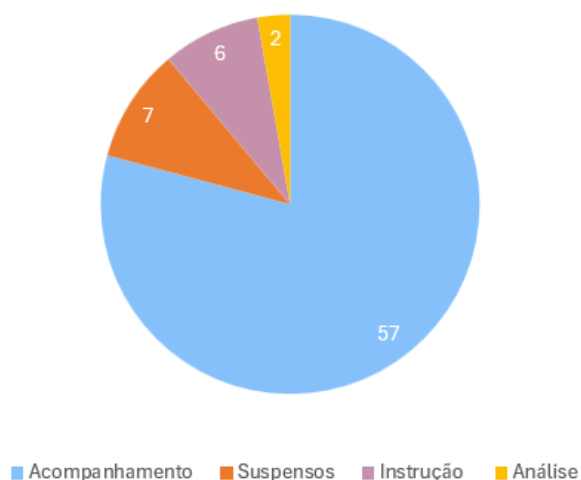


## B.4 Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto

Nas atividades desenvolvidas pela AICEP no âmbito do apoio ao investimento e às empresas, em particular no que respeita ao reforço de um ambiente de eficiência do funcionamento da Administração Pública, importa salientar as competências da Agência enquanto entidade coordenadora da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), a qual tem como responsabilidade o acompanhamento de projetos de investimento, entre os quais aqueles reconhecidos de Potencial Interesse Nacional (PIN).

No período entre 2005 e 2024, foram entregues para apreciação da CPAI um total de 310 candidaturas de projetos de investimento, tendo em vista o respetivo reconhecimento como projeto PIN, das quais 163 foram arquivadas e tendo 75 projetos terminado o respetivo acompanhamento na sequência de terem obtido o reconhecimento PIN. Em 2024 entraram 11 projetos.

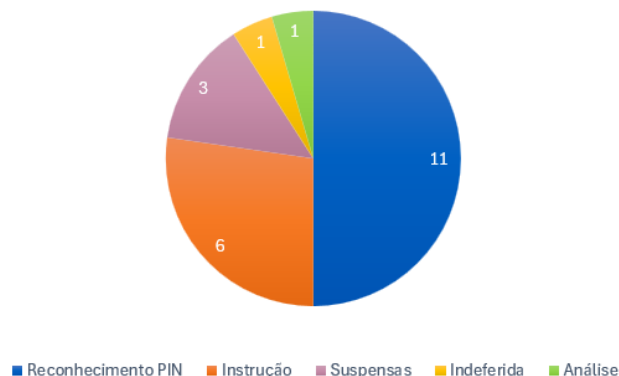
No final de 2024 registam-se 72 projetos ativos no âmbito do regime dos PIN que apresentam o seguinte estado:



Importa salientar em 2024 o reconhecimento de mais 1 um projeto como Projeto de Investimento para o Interior (PII), totalizando assim 2 projetos com estatuto PII em acompanhamento pela CPAI.

Tal como tinha acontecido no ano anterior, em 2024 foi superado o número de projetos reconhecidas ao estatuto PIN, tendo sido apresentadas 22 candidaturas ao reconhecimento de PIN face às 17 apresentadas em 2023.

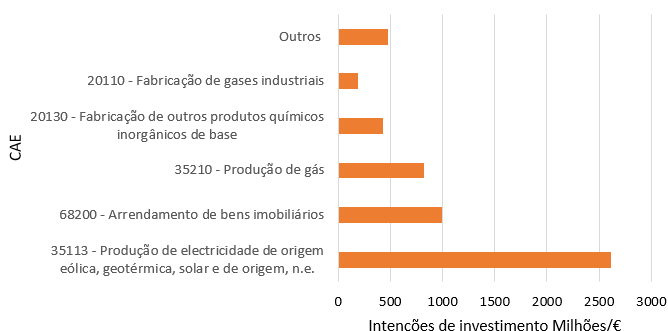
A AICEP foi designada gestor de processo em 18 candidaturas e o respetivo estado é o seguinte:



As 22 novas candidaturas de 2024 apresentam intenções de investimento no montante de 5.541 milhões de euros e a previsão de criação de 2.553 postos de trabalho, sendo que 16 destas candidaturas representam intenções de investimento estrangeiro com origem em Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Reino Unido, Suíça e Estados Unidos da América.

Confirmou-se a tendência dos anos anteriores, da aposta em fontes de energia sustentáveis apresentando 9 das 22 novas candidaturas projetos na área da energia solar e do hidrogénio, contribuindo assim para alcançar o objetivo da descarbonização de indústrias pesadas.

O gráfico seguinte apresenta a desagregação por CAE das intenções de investimento dos projetos PIN reconhecidos durante o ano de 2024:



A estes projetos que agora iniciam o seu percurso na obtenção dos respetivos licenciamentos, somar-se-ão muitos outros que se encontram agora ainda numa fase inicial da sua angariação para Portugal.

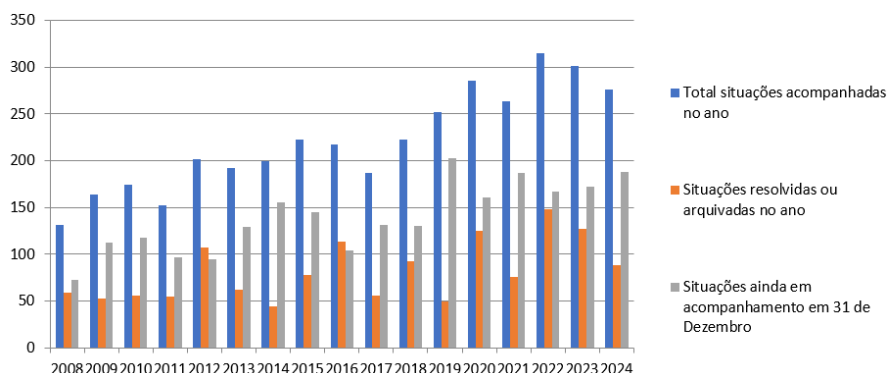
Importa ainda referir que o conjunto das candidaturas rececionadas entre 2022 e 2024 representam mais de 60% do total das candidaturas desde 2013, data de criação da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor pelo Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro, o que revela o crescente reconhecimento da marca “PIN” e dos respetivos benefícios junto dos promotores dos investimentos.

Refira-se que para além dos novos projetos PIN, aqui contabilizados, a AICEP também tem acompanhado intenções de investimento relevantes que se esperam que venham a apresentar candidatura a reconhecimento PIN no ano de 2025.

No que diz respeito à atuação da AICEP na vertente dos custos de contexto, continuou a ser feito o acompanhamento a clientes externos - empresas e investidores – para resolução de situações que afetem o normal desenvolvimento da atividade empresarial e do investimento, tendo sido contabilizado durante 2024 o acompanhamento de 270: 166 transitadas dos exercícios anteriores, 104 que deram entrada durante 2024. Durante este ano passaram para a situação de arquivo 88 casos. Transitaram para o exercício de 2025, 182 situações em acompanhamento ou por resolver.

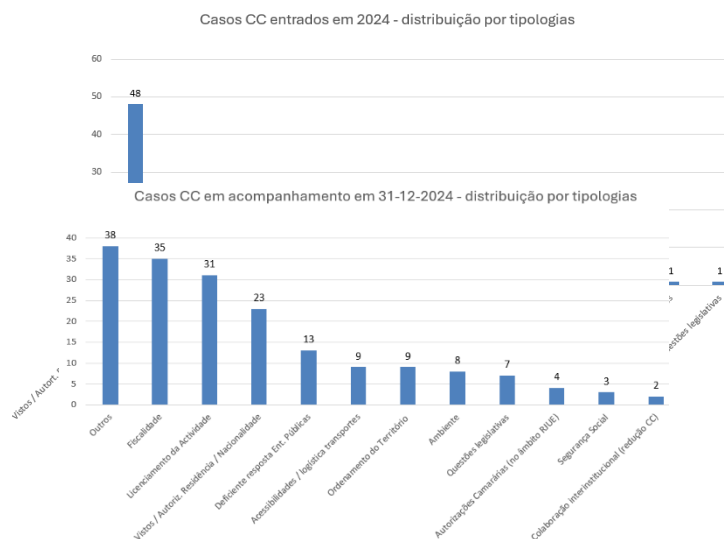
O gráfico seguinte permite comparar o decurso da atividade deste ano com os anos anteriores: o total de situações acompanhadas, o número de situações resolvidas e arquivadas no ano e o número de situações por resolver no fim do ano, transitando para o exercício seguinte.

### Comparação total casos 2008-2024



O seguinte gráfico mostra, relativamente às situações reportadas em 2024 à Agência com pedido de tratamento, a distribuição das mesmas por cada uma das tipologias pelas quais se optou descrever e registar as situações em

presença (ambiente; ordenamento do território; fiscalidade; segurança social; vistos, autorizações de residência, processos de naturalização; licenciamento da atividade; autorizações camarárias; deficiente resposta de entidades públicas; propriedade intelectual, marcas e patentes; acessibilidades, logística, transportes; questões legislativas; colaboração interinstitucional visando redução de CC; entre outros).



O gráfico que se segue mostra a distribuição pelas diferentes tipologias dos 182 casos ainda em acompanhamento no fim deste ano (e que nessa situação transitam para 2025):

De notar que os maiores números não correspondem necessariamente à maior ocorrência das tipologias reportadas (de que o quadro anterior é um bom indicador), mas decorrem, isso sim, sobretudo da maior dificuldade média na resolução dessas tipologias.

Além da atuação “reativa” de resolução de custos de contexto – o tratamento de situações pontuais colocadas por investidores e empresas – acima resumida, a AICEP prosseguiu este ano uma atuação “preventiva”, na procura de identificação de situações recorrentes, transversais à atividade económica em geral ou mais frequentemente de natureza sectorial, constituindo obstáculos permanentes, previsíveis, ao investimento ou à atividade empresarial. Reportando a Agência superiormente essas situações – à Tutela ou no contexto da RCAEI - sempre que possível apresentando sugestões de atuação corretiva. De notar que no ano de 2024 foram finalmente retomadas as reuniões de nível governamental

tendo em vista a análise e resolução de situações passíveis de dificultar o investimento e a atividade económica. Neste âmbito, e com a designação de Reunião dos Assuntos de Investimento foram realizadas 7 sessões em 2024, tendo a AICEP participado ativamente nas mesmas, na preparação dos temas apresentados e no acompanhamento subsequente das ações adotadas, tendo vista a resolução dos problemas analisados.

Em colaboração com a Direção-Geral das Atividades Económicas, a AICEP promoveu o inquérito “Barreiras à Internacionalização das Empresas Portuguesas”, o qual foi realizado junto das empresas presentes em Portugal, entre os dias 19 de abril e 10 de maio, através de [link](#) disponibilizado no site da AICEP e de circular de comunicação dirigida às empresas. Foram obtidas 347 respostas que se encontram em análise, tendo em vista a preparação do respetivo Relatório Final em 2025.

Finalmente, a AICEP assegurou a participação em diversos grupos de trabalho. Em primeiro lugar, e a este respeito, importa sublinhar a publicação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro que procedeu à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria e que surgiu na sequência da atividade de um Grupo de Trabalho que contou com a participação da AICEP.

Por outro lado, a AICEP participou nas atividades do Grupo de Trabalho «REMPG Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas», criado pelo Despacho n.º 8335/2024, de 25 de julho, para proceder ao levantamento das necessidades de conformação da ordem jurídica interna com o Regulamento (UE) 2024/1252 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024, que veio estabelecer um regime para garantir o aprovisionamento seguro e responsável de matérias-primas críticas. Por último, a AICEP também participou na 5.ª Reunião do Plenário do Fórum Intersectorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e na elaboração e coordenação de contributos para o Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2024









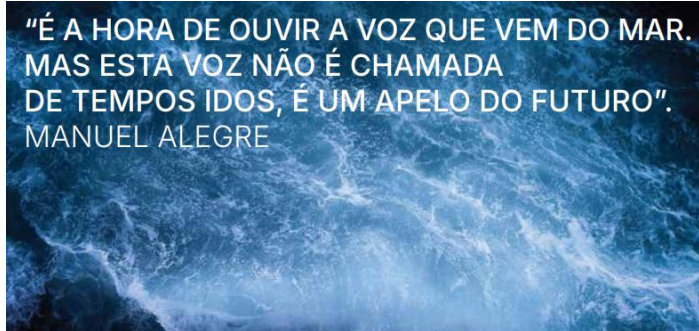
Semana 16.dezembro.24

Estão envolvidas 12 empresas no projeto, na empreitada de construção e na produção de conteúdos expositivos. Na produção de conteúdos expositivos colaboraram 13 entidades, incluindo 5 universidades, a Fundação Oceano Azul, DGPM-Direção-Geral de Política do Mar, IPMA, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, EMEPC-Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental e a DGRM-Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.



O Pavilhão de Portugal irá acolher uma loja com produtos de origem portuguesa e *merchandising*, cuja gestão e operacionalização cabe à AICEP, pelo que foram desenvolvidos durante o ano de 2024 as necessárias atividades e os procedimentos tendentes à definição e aquisição dos diferentes produtos a comercializar na loja. O modelo de negócio adotado é o de vendas de mercadorias à consignação, no qual o fornecedor confia os produtos à AICEP, para a sua comercialização, no Pavilhão de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai, no Japão, durante o período em que a loja estará aberta ao público, ou seja, do dia 13 de abril de 2025 ao dia 13 de outubro de 2025.

A AICEP elaborou contratos de aquisição de bens à consignação com as empresas portuguesas envolvidas. O catálogo de produtos é composto por 98 referências, entre estas 13 de *merchandising*, num total aproximado de 144.000 produtos, envolvendo cerca de 20 empresas portuguesas.



A programação económica e científica foi definida em alinhamento com os objetivos estratégicos e missão da AICEP. Considerando o conceito temático “Oceano: Diálogo Azul”, os principais objetivos da participação de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai e o mercado do Japão, foi feita uma curadoria dos setores e identificadas 10 fileiras setoriais, entidades institucionais, Câmaras

Municipais, Universidades e Associações setoriais e empresariais, para serem contactadas e convidadas a realizarem ações no âmbito da programação económica e científica, no pavilhão de Portugal. Durante 2024 realizaram-se diversas reuniões de esclarecimento e de preparação de ações, envolvendo entidades públicas e privadas.

A AICEP abriu candidaturas para empresas, associações setoriais, associações multisetoriais, universidades e outras entidades do sistema científico, tendo elaborado fichas técnicas específicas para divulgação ao conjunto de entidades que se inserem nos principais objetivos da participação de Portugal, oferecendo assim a possibilidade de apresentarem sugestões de ações e integrarem a Programação Económica e Científica do pavilhão de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai.





Procurou-se organizar o calendário das ações, em torno das oito semanas temáticas, divulgadas pela organização da Expo 2025.

Até ao final de dezembro de 2024 tinham confirmado a sua presença diversas entidades, com as quais foram sendo desenvolvidas ações de planeamento e preparação.

Paralelamente, tendo em vista a maximização da exposição mediática, bem como a presença de diversos *key players* dos setores e fileiras considerados prioritários, a AICEP planeou a realização de três seminários económicos, que decorrerão em Tóquio, em alinhamento com as semanas temáticas da Expo 2025, com os seguintes temas: mobilidade; ciências da vida; economia azul.

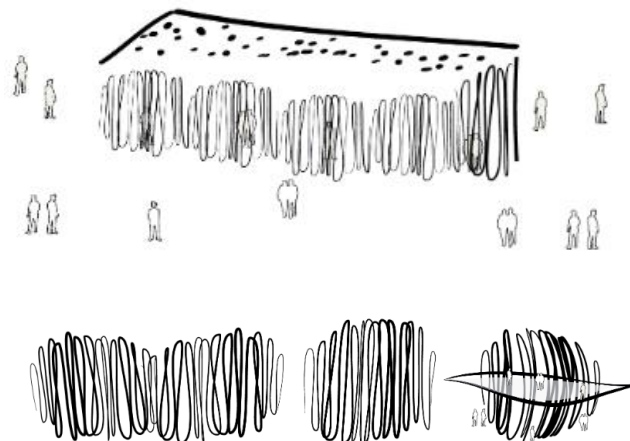
Os trabalhos de planeamento e preparação da programação cultural foram desenvolvidos durante o ano de 2024, prevendo-se já as seguintes ações: Dia Nacional na Expo (5 de maio), Dia Mundial dos Oceanos (8 de junho); Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (10 de junho).



Evento programado para o dia Nacional na Expo 2025 Osaka Kansai – Ana Moura, Camané e Ricardo Ribeiro.

Para além destes dias existirá uma programação permanente no Pavilhão como um evento que deverá ocorrer sistematicamente no mesmo dia da semana e durante o mesmo período do dia, assim como uma temporária, com eventos a programar em alinhamento com as Semanas Temáticas da Expo e com a estrutura conceptual da programação cultural. Portugal irá organizar ainda eventos integrados em iniciativas lançadas pela organização, como sejam as semanas temáticas e os dias especiais, com eventos cooperativos relacionados com a respetiva semana ou dia comemorativo.

A AICEP tem vindo a trabalhar, ao longo de 2024, na componente de comunicação, tendo sido responsável designadamente por conceção de logótipo da participação de Portugal na Expo 2025; conceção e gestão de website oficial da participação de Portugal na Expo 2025; gestão das redes sociais da participação de Portugal na Expo 2025; desenvolvimento de informação para divulgação junto dos Órgãos de Comunicação Social.



A mascote oficial de Portugal é um cavalo-marinho que simboliza a forte e duradoura ligação entre Portugal e o Japão. Mais do que uma simples figura, UMI representa uma fusão de culturas, histórias e visões de futuro, enraizadas na ligação comum com o oceano.



O website oficial da participação de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai com toda a informação relevante sobre o evento encontra-se em <https://portugalexpo2025.pt/>

## Web Summit Lisboa

Decorreu entre os dias 11 a 14 de novembro na cidade de Lisboa a 16ª edição da *Web Summit*, maior conferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo do mundo. Os temas em destaque foram a inteligência artificial, sustentabilidade e o impacto social da tecnologia: O impacto da IA na indústria e nos negócios; a cibersegurança e a privacidade dos dados; o papel dos governos na regulação da tecnologia.



Este ano a AICEP voltou a participar num *stand* que juntou um conjunto alargado de entidades oficiais: IAPMEI, ANI, Turismo de Portugal, *Startup Portugal*, *Startup Lisboa/Unicorn Factory Lisboa*, Banco Português de Fomento, NEST, Rede Nacional de Incubadoras e Portugal Ventures. Os principais objetivos da participação da AICEP na *Web Summit* foram o estabelecimento de contactos com:

- empresas estrangeiras, principalmente grandes empresas, numa ótica de captação de investimento estrangeiro para Portugal;
- empresas estrangeiras interessadas em fazer negócios com empresas portuguesas;
- empresas portuguesas com necessidade de apoio à internacionalização.



A participação da AICEP revelou-se positiva, principalmente ao nível dos inúmeros contactos efetuados: potenciais investidores, empreendedores, fundadores de empresas líderes a nível mundial, influenciadores.



No stand onde a AICEP estava presente a Agência moderou uma sessão sobre a iniciativa *Startups Connecting Links* – participação da *startup ByAR*.

A AICEP, através do Senhor Presidente, Prof. Dr. Ricardo Arroja, fez uma intervenção no palco *Corporate Innovation stage*, subordinada ao tema *Collaborating for Sustainable Economic Futures*.

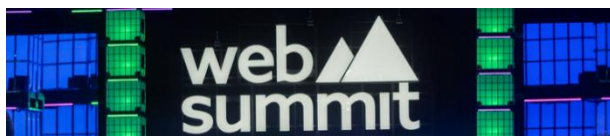


A AICEP, desde a primeira edição da *Web Summit* em Portugal, tem vindo a realizar um evento paralelo, restrito, a decisores e potenciais investidores, que visitam a *Web Summit*, dedicado a promover Portugal como destino de *nearshore* e *outsourcing*. O evento de *networking* que a AICEP organizou nesta 16ª edição da *Web Summit* realizou-se dia 12 de novembro no Suspense roof top (*Nightsummit*) e teve como tema “Portugal as a *Tech Hub*”. Este focou-se nas empresas *corporate* internacionais que estão em Portugal ou que têm Portugal na sua *short list* para abrirem os seus centros tecnológicos. A iniciativa contou com a participação de 23 empresas e entidades e foi o ponto de encontro entre grandes empresas já instaladas em Portugal e grandes empresas que ainda não investiram em Portugal.

A *Web Summit* reuniu mais de 1.000 oradores, de cerca de 50 países e diversos setores, 2.750 *startups*, 1.000 investidores, 1.800 medias, cerca de 320 parceiros (entre os quais Amazon, Meta, IBM, Cisco, DELL, Huawei, JP Morgan) e mais de 70.000 participantes de quase 160 países. No que respeita a *startups*, Portugal surgiu com

uma presença significativa, com cerca de 300 *startups* - incluindo 125 na delegação Road2WebSummit, que cresceu 10% em relação ao ano passado. A comitiva portuguesa destaca-se por soluções tecnológicas em áreas como IA, medtech, fintech e tecnologias ambientais.

Muitas destas *startups* já operam internacionalmente e, juntas, captaram 37 milhões de euros em investimento, um crescimento expressivo de 176% em comparação com os valores de 2023, já tinha divulgado pela Startup Portugal.



## 4.

### Recursos humanos

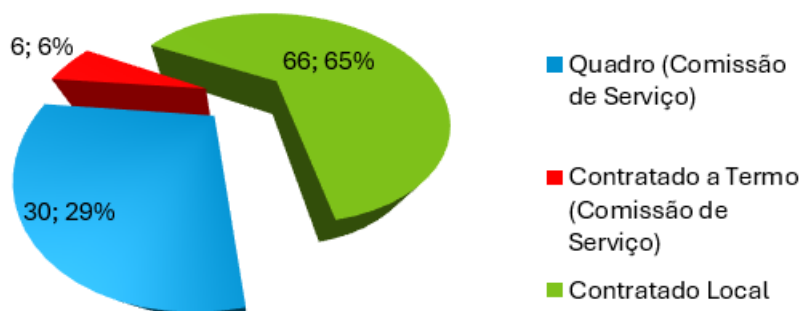
A estrutura orgânica da Aicep Portugal Global conta com uma dimensão de recursos humanos, à data de 31 de dezembro de 2024, de 445 trabalhadores, distribuídos de acordo com o seguinte quadro:

#### Efetivo AICEP

		2023	2024
Portugal	Conselho de Administração	5	5
	Quadro		
	Carreira Técnica	291	280
	Carreira de Assistente	50	47
	Sub-Total (1)	346	332
	Cedido à AICEP	1	1
	Contratado a Termo/Comissão de Serviço		
	Sub-Total (2)	1	1
	Total (1+2)	347	333
Rede	Quadro (Comissão de Serviço)	30	30
	Contratado a Termo (Comissão de Serviço)	15	6
	Contratado Local	95	66
	Sub-Total	140	102
Total (Portugal e Rede)		487	435
Pessoal Pré-Reformado		10	10
Total		497	445

No 2.º semestre de 2023, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 51/2023, de 3 de julho, que altera a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, foram realizados todos os procedimentos conducentes à saída dos trabalhadores da AICEP, que estavam afetos ao exercício de funções nas equipas de Turismo do Turismo de Portugal, na rede externa, cuja data efeito se concretizou em 1 de janeiro de 2024, justificando a diferença de valores entre 2023 e 2024.

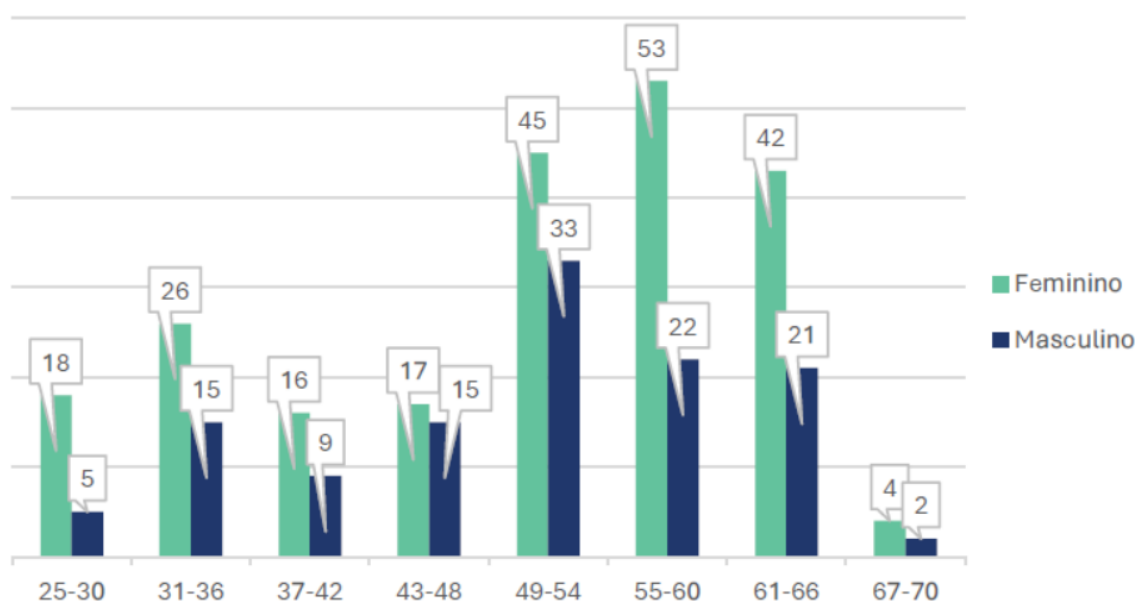
#### Relação dos Contratados Locais na Rede Externa/ Destacados



No que diz respeito à Rede Externa da AICEP, esta é composta por pessoal do quadro em regime de comissão de serviço e por trabalhadores contratados localmente, regendo-se estes últimos pela lei local, aplicável a cada país.

#### Efetivo por escalão etário

O maior número de efetivos em Portugal, por escalão etário, situou-se entre os (55-60) anos de idade, representando 75 trabalhadores, seguido do intervalo (49-54) com 78 trabalhadores. A média etária, em 2024, do efetivo da AICEP em Portugal era de 50 anos.



Anualmente a Agência publica o seu Balanço Social com informação exaustiva relativa aos Recursos Humanos da organização.



## 5.

### A AICEP Global Parques

A aicep detém uma participação na aicep Global Parques que ascende a 91,19% do capital. A aicep Global Parques é uma sociedade anónima, de capitais inteiramente públicos que se rege pelo Código das Sociedades Comerciais, pelas normas do setor público empresarial, nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e ainda pelos seus estatutos.

A aicep Global Parques é especialista em gestão de parques empresariais para os setores da energia, indústria, logística e serviços e em localização empresarial. A aicep Global Parques procura garantir condições de captação, de realização e de acompanhamento de projetos de investimento, nacionais e estrangeiros.

#### Missão

Garantir que os parques e serviços da aicep Global Parques sejam infraestruturas para a competitividade da economia portuguesa e instrumentos de apoio para o alcance dos objetivos específicos do Programa “Acelerar a Economia - Crescimento, Competitividade, Internacionalização, Inovação e Sustentabilidade” aprovado em Conselho de Ministros de 4 de julho de 2024, nomeadamente nos eixos da industrialização, descarbonização, inovação, sustentabilidade, produtividade e digitalização em articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP) e outras entidades.

- na disponibilização de espaços infraestruturados e plataformas para localização de empresas e/ou de entidades não empresariais, promovendo o aumento do volume de investimento direto estrangeiro (IDE) produtivo em Portugal;

- no acréscimo do valor acrescentado nacional (VAB) através da Qualificação do Território e especialmente das Áreas de Localização Empresarial, prestando serviços de gestão integrada em parques empresariais;

- na Transição Energética, na perspetiva da descarbonização e da circularidade das indústrias de produção de energia, refinação, petroquímica, química,

metalurgia e ainda do setor dos transportes, com ênfase em gases renováveis, hidrogénio e amónia verdes, assim como em novos combustíveis, com foco no Complexo de Sines;

- na Transição Digital, na perspetiva da infraestrutura comercial, com enfoque nas estações de amarração de cabos submarinos de telecomunicações e nos centros de computação, processamento e armazenamento de dados, na ZILS.

#### Valores

Os valores corporativos da aicep Global Parques assentam na melhoria contínua da sua performance de forma a permanecer uma organização:

- competitiva, eficiente e orientada para o cliente;
- sustentada na contínua qualificação e valorização dos seus colaboradores;
- institucionalmente articulada com parceiros públicos e privados;
- financeiramente sustentável;
- socialmente responsável; e
- reconhecida na sua esfera de atuação.



## Modelo de negócio

O modelo de negócio da aicep Global Parques assenta em quatro pilares essenciais, a saber:

- desenvolvimento dos ativos sob gestão;
- desenvolvimento de novos ativos e prestação de serviços;
- desenvolvimento de competências de informação e conhecimento da oferta para a localização empresarial e gestão integrada de áreas empresariais;
- estabelecimento de parcerias com os *stakeholders* numa lógica de otimização de sinergias.

## Áreas de intervenção



A empresa presta ainda serviços de *procurement* para a instalação de atividades empresariais no território nacional, apoia as empresas no processo de implementação e promove a capacitação para atração de investimento aos municípios, através da ferramenta e serviços de consultadoria: *Portugal Site Selection*.

## 1. ZILS Global Parques

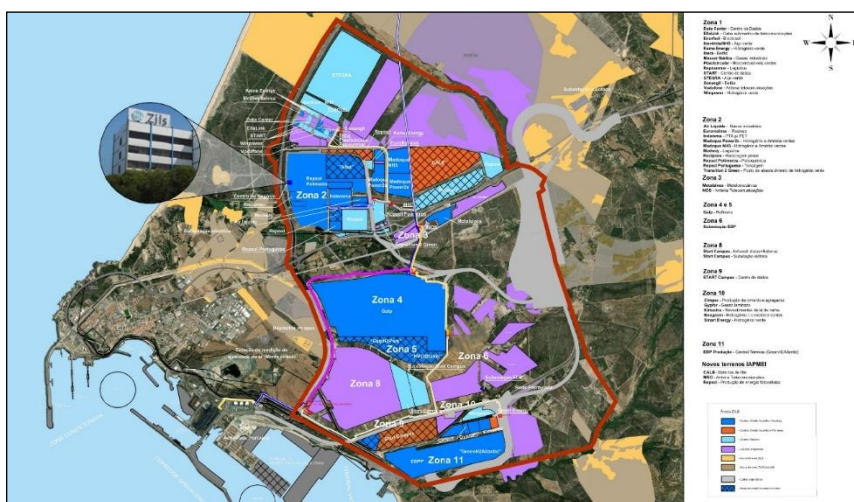
### 1.a) Zona Industrial e Logística de Sines

A ZILS é a maior zona industrial, logística e de serviços de Portugal, com uma área total de cerca de 8.610 hectares (ha). Divide-se em duas áreas: 3.306 ha inseridos nos 4.157 ha do Plano de Urbanização da ZILS e 5.304 ha de terrenos, transferidos pelo Decreto-Lei n.º 80/2022 de 25 de novembro para expansão da ZILS, destinados a atividades de produção energética no apoio à descarbonização da ZILS, de zonas verdes e/ou para compensação de desflorestação alvo de gestão florestal. Está localizada no Sul do país, na costa, contígua ao porto de águas profundas de Sines, a uma hora e

meia de Lisboa e do seu aeroporto internacional por estrada. Para além das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que fazem da ZILS uma localização privilegiada para os mercados ibérico, europeu e terceiros, esta afirma-se como um polo empresarial potenciador de sinergias entre empresas, promotor de uma economia mais circular e com vantagens para a necessária descarbonização industrial.

## Unidades operativas

A aicep Global Parques disponibiliza três soluções de localização empresarial no país: a ZILS Global Parques - Zona Industrial e Logística de Sines; o BlueBiz Global Parques - Parque Empresarial da Península de Setúbal; e o Albiz Global Parques - Parque Empresarial de Sintra, em Albarraque.



Na ZILS coexistem zonas destinadas à instalação de indústria e áreas de serviços, separadas por espaços verdes que garantem um desenvolvimento sustentado nos domínios ambiental, económico e social. Desde novembro de 2008, a ZILS dispõe de um instrumento de gestão territorial, o PUZILS (Plano de Urbanização da ZILS), que permite uma articulação mais eficiente entre todas as ações envolvidas na sua gestão, nomeadamente o planeamento do território, a criação de infraestruturas, a instalação de clientes e a sustentabilidade ambiental.

Com este referencial de ordenamento e considerando as responsabilidades decorrentes do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, aplicável às entidades de capital público que administram Zonas e Parques Empresariais e Logísticos, a ZILS dispõe hoje de um quadro de oferta consolidado, que abre novas perspetivas para o desenvolvimento dos serviços prestados em Sines.

A crescente procura registada na ZILS em 2021, aliada à aproximação do fim da vigência do PUZILS, levou ao arranque do seu processo de revisão em 2022, face a novas necessidades de instalação. Para este efeito, a aicep Global Parques e o Município de Sines avançaram com a assinatura de um Contrato de Planeamento. Esta revisão, atualmente em curso, permitirá adaptar o PUZILS à nova realidade da procura e às novas exigências da dupla transição em curso – a transição energética e a transição digital-, que estão a redefinir o planeamento e a operação da ZILS.

A área ocupada da ZILS registou, em termos líquidos, um decréscimo de 1%, ou seja, menos 142.268 m<sup>2</sup>. Na ZILS, a 31 de dezembro de 2024, estavam ocupados e/ou contratados 13.960.191 m<sup>2</sup> de uma oferta total de 17.023.252 m<sup>2</sup>. Registou-se uma perda líquida de 2 clientes industriais de um total de 43 em 2023 para 41 clientes em 2024.

DIREITOS DE SUPERFÍCIE	2022	2023	2024
Área Total m <sup>2</sup> (a)	23.751.256	24.670.400	24.670.400
Oferta Total m <sup>2</sup> (b)	16.104.109	17.023.252	17.023.252
Área Ocupada m <sup>2</sup> (c)	11.847.322	14.103.058	13.960.191
Taxa de Ocupação (c/b)	74%	83%	82%
Número de clientes	37	43	41

Nota: Ainda não foi contabilizada a área dos novos terrenos transferidos através do Dec-Lei 80/2022, uma vez que se encontra a decorrer a respetiva Due Diligence. Assim apenas foi considerada a área do contrato da CALB na oferta total e na área contratada.

### 1.b) Centro de Negócios ZILS (CNZILS)

O edifício, com a área total de 16.570 m<sup>2</sup>, dispõe de cerca de 4.000 m<sup>2</sup> de escritórios climatizados, com segurança diária, salas de reunião e formação, entre outros serviços. Este equipamento permite que, entre outras valências, empresas de apoio e de manutenção encontrem na zona um local para sediar as suas operações de suporte. Por outro lado, as empresas promotoras de investimento encontram um espaço adequado para instalar os seus recursos humanos (e os seus fornecedores e prestadores de serviços), durante a fase de construção das respetivas instalações.

Em 2024, foram celebrados novos contratos com as seguintes entidades, totalizando 351 m<sup>2</sup>: ATM, Segula, Super Bock, Tecnimont, ACSH Infraestruturas, Paulo G. Miguel, Bureau Veritas, COEM, Rui & Candeias, BlueLemon, APPLUS, Engemofer, MesserGas, M2E Projects, Nomadreflex, Omninstal, Primetemp, Joga, Uelinton Brito Santos, Midgardez. Do lado das saídas, os seguintes contratos foram cessados, totalizando 652m<sup>2</sup>: Associação Empresarial de Sines, Gesinom, LGCE Katoen, EMTUB, SIMI, Midgardez e UPCON e parte do contrato da Tecnimont. Os escritórios libertados pela Tecnimont no Piso 3, juntamente com as novas áreas reabilitadas no Piso 1 e 2, foram adaptadas para a expansão da Escola Profissional ETLA. Esta adaptação permitirá, em 2025, a cedência de novos espaços à escola, ajudando a reverter a tendência de desocupação. O fluxo de clientes resultou num saldo do ano negativo, em 301 m<sup>2</sup>. A taxa de ocupação em 31/12/2024 foi de 81,42%, correspondendo a 2.607,44 m<sup>2</sup>, o que significa um decréscimo de 11 % face a 2023.

CN ZILS	2022	2023	2024
Oferta Total - m <sup>2</sup>	3 021,00	3 096,00	3 202,29
Área ocupada - m <sup>2</sup>	2 621,29	2 936,44	2 607,44
Taxa de Ocupação (c/b)	86,77%	94,85%	81,42%
Número de clientes	36	42	45

### 1.c) Apartamentos

A aicep Global Parques tem sob sua gestão um conjunto de 37 apartamentos em Vila Nova de Santo André, destinados tanto ao público em geral como a novos promotores de investimento. Como se verifica no quadro abaixo, em 2024 a taxa de ocupação foi de 89%, com 4 apartamentos disponíveis, mais um que em 2023. Esta variação deve-se à denúncia de um contrato e à necessidade de manutenção destes ativos, possibilitando a sua reintrodução no mercado.

APARTAMENTOS	2022	2023	2024
Nº de Apartamentos	37	37	37
Oferta Total em nº APT (b)	35	35	35
nº APT ocupados (c)	35	32	31
Taxa de Ocupação (c/b)	100%	91%	89%

### 1.d) Centro de Negócios da Galiza

O Centro de Negócios da Galiza, antiga sede do Gabinete da Área de Sines, tem uma área total de 29.000 m<sup>2</sup> e alguns espaços de escritórios. Situado na Galiza, a 2 Km de Vila Nova de Santo André, funciona como uma alternativa para a instalação de empresas de serviços.

O imóvel encontra-se vazio, tendo sido finalizado em 2024 o processo de regularização cadastral e um processo de reavaliação patrimonial, bem como de informação prévia junto do Município de Santiago do Cacém, tendo em vista as diligências necessárias à sua colocação no mercado para atividade relevante para o desenvolvimento da economia regional.

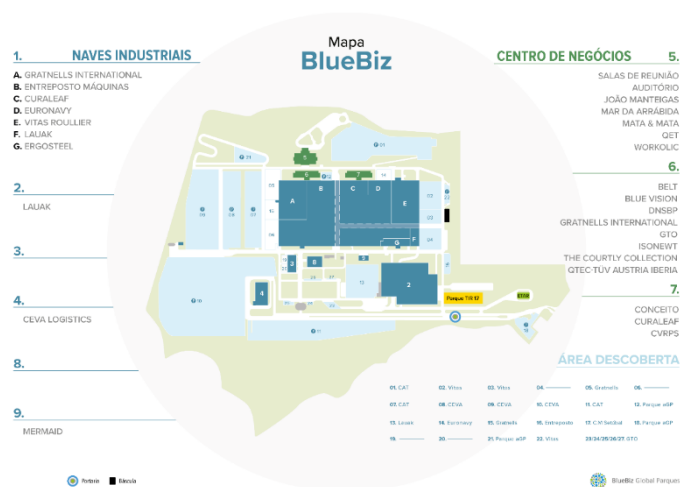
### 1.e) Inertes e Florestas

Dada a dimensão e características dos terrenos, a ZILS proporciona outros negócios, que lhe garantem rendimentos suplementares, como é o caso da floresta com a venda de madeira, cortiça, resina e pinha. As áreas florestais mantiveram as ações previstas no Plano de Gestão Florestal, destacando-se a realização dos habituais concursos para a venda da resina natural, a apanha da pinha mansa e alguns cortes culturais de madeira (pinho e eucalipto). É igualmente de destacar que, como medida de mitigação e de forma a promover a transparência e rigor no processo, os concursos da resina e da pinha foram realizados através da plataforma ACINGov.

Após celebração do contrato com a Repsol Polímeros, em 2023, para a reafecção das terras resultantes das escavações do Projeto ALBA, em 2024 o foco foi a recuperação das cavas da exploração do Areeiro ZILS II, com um volume de mais de 115.000 m<sup>3</sup> de solos. Esta ação enquadrou-se no seio do Plano Ambiental de Recuperação Paisagístico, conducente ao encerramento dos Areeiros ZILS I e II e a sua afetação à atividade de produção de energia fotovoltaica. Estes projetos inserem-se na estratégia da Repsol Polímeros para o desenvolvimento de energia verde para a produção de hidrogénio verde e consequente descarbonização da sua atividade.

## 2. BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal

O BlueBiz, localizado em Setúbal, é um Parque Empresarial de referência com uma área total de 560.000 m<sup>2</sup>, dedicado à instalação de empresas dos setores industrial, logístico e de serviços. Inserido na Área Metropolitana de Lisboa, oferece infraestruturas especializadas para responder às exigências do setor industrial, com especial enfoque nas indústrias química, químico-farmacêutica e metalúrgica, que constituem o principal alvo da sua promoção comercial. O BlueBiz dispõe de uma área comercializável total de 271.473 m<sup>2</sup>, dos quais 82.642 m<sup>2</sup> correspondem a área coberta destinada a uso industrial, 181.118 m<sup>2</sup> a área descoberta e 7.712 m<sup>2</sup> a espaços de escritórios. Dessa forma, o BlueBiz posiciona-se como um polo estratégico para o desenvolvimento empresarial, contribuindo para a dinamização económica e a atração de investimento na região da Península de Setúbal.





Nos últimos anos, o BlueBiz tem sido alvo de um significativo esforço de requalificação, com o objetivo de se adequar às necessidades dos seus clientes e consolidar a sua posição como um Parque Empresarial de referência. O parque localizado numa das regiões de maior dinamismo populacional em Portugal, beneficia de excelentes acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, com ligações privilegiadas ao principal pólo consumidor do país e ao mercado espanhol, através da A6. Estas características tornam o BlueBiz uma localização empresarial altamente competitiva para projetos de investimento de média dimensão, tanto a nível nacional como internacional.

A proximidade ao Porto de Setúbal, acessível por via rápida, a ligação ao nó rodoviário da A2 e a localização a apenas 300 metros de um terminal ferroviário de mercadorias reforçam a vocação do BlueBiz para a instalação de indústrias ligeiras. Destacam-se, entre estas, os setores da logística automóvel, das indústrias metalomecânicas de precisão, nomeadamente componentes automóveis e aeronáuticos, Injeção de plástico, bem como, da indústria química, incluindo os segmentos farmacêutico e agroindustrial. A elevada qualificação da mão de obra residente na Península de Setúbal, associada à predominância de processos produtivos baseados em line flow, contribui para a criação de um ambiente favorável à atração deste tipo de atividades em que a incorporação de tecnologia e recursos humanos especializados são fatores críticos de sucesso.

Além da flexibilidade para customização dos espaços, o BlueBiz disponibiliza um conjunto abrangente de serviços que garantem um ambiente empresarial seguro e eficiente. Entre os serviços oferecidos incluem-se vigilância e controlo de acessos de pessoas e viaturas durante 24 horas por dia, 365 dias por ano; limpeza e manutenção de espaços comuns e áreas verdes; recolha de resíduos sólidos urbanos; manutenção e iluminação das vias internas; infraestruturas de energia elétrica em média (MT) e baixa tensão (BT); redes de abastecimento de água para consumo humano e uso industrial; infraestruturas de comunicação em rede estruturada de voz e dados; sistemas de escoamento de águas residuais domésticas, industriais e pluviais; e uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR e ETARI). Além disso, o Parque Empresarial conta com um Plano de medidas de

autoproteção e um Regulamento Interno, que devem ser cumpridos pelos clientes no exercício das suas atividades.

O BlueBiz também dispõe de uma área de escritórios composta por três edifícios, incluindo um Centro de Negócios totalmente equipado. Este espaço é acessível a todos os clientes e está preparado para a realização de ações de formação, reuniões e outros eventos, proporcionando um ambiente corporativo moderno e funcional.

Com o propósito de manter atualizada e organizar toda a oferta disponível, destaca-se a redução da área da oferta total industrial coberta em virtude do condicionamento das áreas reservadas para o projeto da edificação das vias interiores na Nave 1.

Embora se tenha registado, em 2024, um aumento na taxa de ocupação da área coberta industrial e área descoberta, devido à revisão em baixa do cadastro dos ativos do parque, observou-se um ligeiro decréscimo na superfície ocupada nas duas tipologias de espaço.

Este decréscimo ocorreu porque as áreas ocupadas não foram suficientes para compensar a dimensão das áreas desocupadas registadas em 2023. Neste contexto, é relevante destacar que foi concluída a negociação com o cliente Curaleaf International para a expansão de 1.322 m<sup>2</sup> nas suas instalações de produção de cânabís medicinal na Nave 1, com ocupação prevista para o primeiro semestre de 2025. Adicionalmente, o cliente LAUAK ocupou 750 m<sup>2</sup> para complementar as suas atividades logísticas.

Em contrapartida, em 2024, registou-se um aumento significativo da área ocupada de escritórios, sobretudo devido ao contrato assinado para a ocupação de 269 m<sup>2</sup> pelo cliente CONCEITO Consultores, empresa que atua na área de consultoria e prestação de serviços de contabilidade. A empresa está a instalar no BlueBiz o seu HUB de Setúbal, com o objetivo de expandir a sua atividade na região sul da Área Metropolitana de Lisboa e ampliar o seu alcance no recrutamento de novos colaboradores. Com a remodelação do piso 1, Ala Nascente, do edifício 7 do centro de escritórios do BlueBiz, que irá alojar a CONCEITO Consultores, serão em simultâneo disponibilizados três espaços de escritórios comercializáveis, a partir de março de 2025. Além da entrada deste cliente, registou-se também a instalação de três outros clientes: The Courtly Collection, que opera no comércio eletrónico de produtos desportivos, instalada no edifício 6; MAG Imobiliária, que atua na promoção e



formação de profissionais do setor imobiliário; e ERGOSTEEL, com instalações industriais na Nave 1, ambas localizadas no edifício 5.

O projeto de construção das vias da Nave 1 impactou igualmente a redução da área total das zonas descobertas, devido à afetação de 890 m<sup>2</sup> no logradouro P4. A reativação das cadeias logísticas de veículos permitiu atingir, em 31 de dezembro de 2024, uma ocupação total (100%) das áreas descobertas destinadas à logística automóvel. Durante os primeiros sete meses do ano, a ocupação deste tipo de espaço chegou a exceder esse limite, uma vez que o operador logístico automóvel CAT utilizou temporariamente uma área de 8.453,45 m<sup>2</sup> de logradouros e estacionamento público disponível, sem comprometer a capacidade de estacionamento das viaturas dos colaboradores dos clientes instalados. No entanto, mantém-se disponibilidade nos logradouros adjacentes às áreas industriais.

	Área Coberta Industrial			Área Descoberta			Área Coberta Escritórios		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Oferta Total m <sup>2</sup> (a)	91.966	90.729	82.643	182.458	181.858	181.118	7.779	7.712	7.712
Área Ocupada m <sup>2</sup> (b)	57.216	49.185	48.970	166.703	172.192	170.204	4.680	4.652	5.073
Taxa de Ocupação (b/a)	62%	54%	59%	91%	95%	94%	60%	60%	66%
Número de Clientes	11	8	8	4	3	3	7	10	13

### 3. Albiz - Parque Empresarial de Sintra

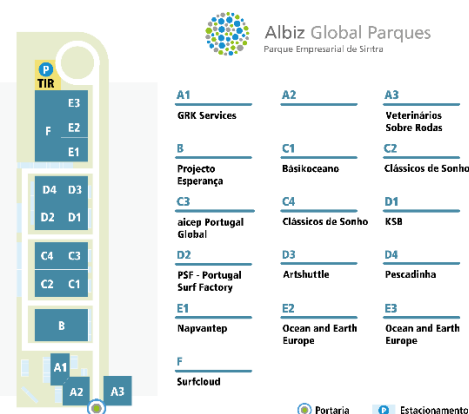
O Albiz é um parque empresarial localizado em Albarraque, Sintra, indicado para acolher pequenas e médias empresas (PME). Com uma área total de 24.700 m<sup>2</sup>, o parque é completamente vedado e conta com uma área coberta comercializável de 8.431 m<sup>2</sup>, distribuída por 16 edifícios.

Situado numa região de elevada densidade populacional, o Albiz é especialmente direcionado para micro e pequenas empresas dos setores logístico e de serviços, oferecendo espaços modulares que podem atingir até 1.450 m<sup>2</sup>.

O modelo de negócio adotado proporciona aos clientes a possibilidade de utilizar as instalações sem a necessidade de aquisição ou construção, permitindo que o capital disponível seja totalmente direcionado para o crescimento e desenvolvimento das suas atividades.

O parque empresarial dispõe de infraestruturas que incluem abastecimento de água para consumo humano, redes de esgotos domésticos e pluviais, energia elétrica em baixa tensão (BT), sistema de segurança contra incêndios e uma rede de telecomunicações com fibra ótica.

Além disso, o Albiz oferece um conjunto de serviços essenciais para o funcionamento das empresas instaladas, tais como manutenção, conservação e limpeza das áreas comuns, recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção da iluminação pública interna, estacionamento, sistema de alarme contra intrusão e serviço de vigilância noturna. O parque conta ainda com um Plano de Medidas de Autoproteção e um Regulamento Interno, garantindo a organização e segurança dos seus clientes no exercício das suas atividades.



Com o objetivo de manter atualizada e devidamente organizada toda a oferta disponível, foi realizada a atualização do cadastro das áreas totais e comerciais disponíveis. Destaca-se, nesse contexto, a redução da área coberta total, disponível para oferta, na sequência da alteração do método de medição, que, na nova versão, passa a considerar exclusivamente as áreas úteis ocupadas pelos utilizadores.

ÁREA COBERTA	2022	2023	2024
Oferta Total m <sup>2</sup> (b)	9.012	9.012	8.431
Área Ocupada m <sup>2</sup> (c)	9.012	8.471	8.203
Taxa de Ocupação (c/b)	100%	94%	97%
Número de Clientes	12	12	13

É relevante destacar que, até 30 de novembro de 2024, o Albiz mantinha uma taxa de ocupação de 100%. Na mesma data, a empresa Jelly Digital Agency rescindiu o contrato e, ao longo do mês de dezembro, foram definidos os termos contratuais com o cliente Veterinário sobre Rodas, já

instalado no parque, para que este passe a ocupar o mesmo espaço a partir de 1 de fevereiro de 2025.

#### 4. Portugal Site Selection - Serviços de Localização Empresarial

##### Plataforma Portugal Site Selection

No primeiro trimestre de 2024, foram implementadas melhorias na estrutura funcional e na imagem da plataforma Portugal Site Selection (PSS) com foco na atualização gráfica, tornando-a mais intuitiva e apelativa para o utilizador final.

Foi também dada atenção ao plano de contactos com as entidades gestoras de parques empresariais e outros potenciais fornecedores de informação, incluindo agências imobiliárias, com o objetivo de valorizar a plataforma. Como resultado, houve um incremento na informação disponível nesta plataforma digital, conforme detalhado abaixo:

Office Space	+ 1
Ativos (terrenos)	+ 2
Municípios na plataforma	+ 2

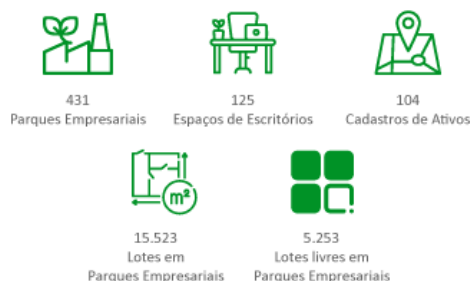
O Portugal Site Selection continuou a ser dinamizado por meio de várias estratégias, destacando-se:

- realização de posts nas redes sociais;
- parceria com o acionista AICEP, EPE que permite a utilização de agentes e canais de divulgação desta entidade;
- inserção de anúncios na revista digital Portugal Global;
- participação em eventos relevantes, como a *Annual Conference Site Selectors Guild*, realizada em Nashville, EUA, em abril. Este evento reuniu as principais empresas e profissionais especialistas em site selection, com destaque para o continente americano, sendo uma oportunidade essencial para reforçar a visibilidade de Portugal como destino de investimento.

##### Evolução da Plataforma Portugal Site Selection

Com o objetivo de aumentar a cobertura territorial, os esforços concentraram-se em contactar as entidades regionais (Municípios, CCDRs e CIMs), com menor presença na plataforma, promovendo uma maior integração e visibilidade.

Atualmente, estão disponíveis informações de 222 municípios no Portugal Site Selection, o que corresponde a 72,08% do total nacional.



##### Portugal Site Selection Consulting

Na sequência do contrato de consultoria celebrado, com a Petrogal, no âmbito do produto *Portugal Site Selection Consulting*, foram desenvolvidos os Projetos de Infraestruturas de Urbanização, tendo em conta os seus projetos de expansão na unidade industrial da Refinaria de Sines, denominados HVO&SAF e GalpH2Park, através da criação de um novo e importante acesso viário a sul da Refinaria, assim como de todas as redes que permitam o funcionamento destas novas unidades.

Estes projetos envolveram especialidades como Rede Viária, Redes de Abastecimento de Água Potável, Industrial e Reutilizada, Redes de Drenagem de Águas Residuais Industriais, Domésticas e Pluviais, Infraestruturas para Telecomunicações (ITUR), Alimentação e Distribuição de Energia Elétrica, Arranjos Exteriores e Integração Paisagística.

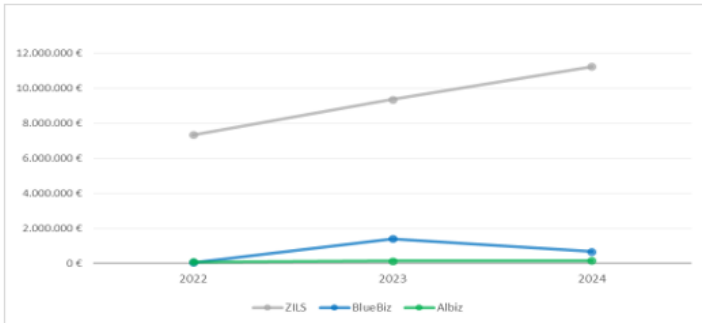
Na sequência do contrato de Reserva de Direito de Superfície para a área do ex-Areeiro ZILS 1, UOPG A3 do PUZILS, celebrado com a Repsol Polímeros, foi celebrado um contrato de consultoria no âmbito do produto *Portugal Site Selection Consulting*, onde esta assumiu a responsabilidade pela recuperação ambiental desta área. Em 2024, foram concluídos todos os trabalhos de deposição de solos conforme Plano Ambiental de Recuperação Paisagística, com fiscalização especializada e monitorização de todas as ações de deposição.

## Situação económica e financeira

A aicep Global Parques apresentou um excelente desempenho económico e financeiro em 2024, alcançando o seu melhor Resultado Líquido de sempre, no valor de 7.872.976 EUR. Este montante representou um aumento de 11% face ao período homólogo de 2023, resultado da dinâmica da atividade da empresa e a de uma gestão eficiente dos seus recursos.

No que diz respeito ao Resultado antes de Impostos, que totalizou 10.641.692 EUR, a ZILS foi a principal contribuinte, com 11.231.993 EUR, seguida pelo BlueBiz com 674.774 EUR e o Albiz com 167.221 EUR. Estes números refletem a diversidade da natureza das unidades de negócios da empresa. Os serviços operacionais transversais, por não contarem com fontes de receita diretas significativas registaram um impacto negativo de -1.432.296 EUR no Resultado antes de Impostos. Este valor reflete os custos associados ao funcionamento das unidades operativas de suporte, que, apesar de não gerarem rendimentos diretos, desempenham um papel fundamental no suporte de gestão e administração, técnico e operacional, a toda a empresa.

RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS



A ZILS foi a principal responsável pela variação positiva total de 12% do resultado antes de impostos em relação a 2023, contribuindo com o maior valor absoluto. No conjunto das unidades Operacionais de negócio, a ZILS representa 93% do Resultado Operacional.

O BlueBiz apresenta uma redução no resultado devido a uma indemnização de 953.738 EUR registada em 2023, pela saída antecipada do cliente Mecahers do BlueBiz. Tratou-se de uma situação extraordinária e não repetível.

Ao analisar a estrutura de ganhos da empresa, cujo montante total ascende a 27,3 milhões de EUR, verifica-se que o Volume de Negócios representa 24,6 milhões de EUR,

correspondendo a 90% do total. Importa salientar que 75% do Volume de Negócios provém das rendas de cedência de direitos de superfície.

(em EUR)

Volume de Negócios (€)	2022	2023	2024	Variação 2023/2022	Variação 2024/2023
Cedência de Direitos de Superfície	12.740.540	15.952.676	18.442.421	25,2%	15,6%
Aluguer de Instalações	2.299.909	2.733.042	3.170.263	18,8%	16,0%
Outras Prestações de Serviços	1.723.259	1.854.360	2.944.558	7,6%	58,8%
<b>TOTAL</b>	<b>16.763.708</b>	<b>20.540.077</b>	<b>24.557.242</b>	<b>22,5%</b>	<b>19,6%</b>

INDICADORES ECONÓMICOS	2022	2023	2024	PAO 2024	Variação	
					REAL 2024- REAL 2023	REAL 2024-PAO 2024
EBITDA (R.Operacional antes Amortizações, Depreciações, Imparidades, Provisões e Reversões)	8.109.064 €	11.879.074 €	13.062.913 €	12.045.596 €	1.183.838 €	1.017.317 €
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	25,7%	34,63%	32,06%	27,19%	-2,57 p.p.	4,87 p.p.
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais Próprios)	14,22%	21,37%	22,90%	21,17%	1,52 p.p.	1,73 p.p.
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	9,7%	15,41%	15,40%	15,24%	-0,01 p.p.	0,16 p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>						
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	68,5%	72,09%	67,27%	72,02%	-4,82 p.p.	-4,75 p.p.
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,18	2,58	2,06	2,57	-0,53	-0,52

### Prazo médio de pagamentos

PMP	2023	2024	Variação 24/23	
			Valor	%
Prazo (dias)	10,0	14,7	4,7	47%

## Investimentos

O Plano de Investimentos para 2024 previa um montante total de 13,1 mil EUR, no entanto, no final do período foram concretizados 3,7 mil EUR, representando uma realização de 29% do valor inscrito no PAO 2024.

Importa referir que parte da responsabilidade pela não realização dos investimentos está associada a fatores externos e contingências alheias à gestão da aicep Global Parques.

Na ZILS, os atrasos na conclusão dos projetos assim como a dificuldade de obtenção dos pareceres por parte das entidades externas foram determinantes para não se conseguir executar as previsões de investimento em Loteamentos de Zonas Industriais, em sede de PAO 2024. Nestes projetos em que não se concretizou o investimento previsto estão incluídos o loteamento C1 SU, onde está situado o cliente Start Campus, o Loteamento A1, onde estão os clientes Madoqua Power2X e Repsol Polímeros, e o Loteamento A3, onde se localizam os clientes CALB, Madoqua Power2X, Madoqua NH3 e Repsol Polímeros.

Também na ZILS destaca-se a morosidade de licenciamento e dificuldade de obtenção de respostas junto das entidades competentes relativamente à obra de construção da Rotunda de São Torpes, prevista para 2024 e que também não se conseguiu concretizar.

Na execução da Estrada da Carbogal, cujo projeto é relacionado com as Operações de Loteamento A1 e A3, o atraso supracitado, relativo a estas operações, não permitiu a execução de trabalhos no presente ano.

No BlueBiz, a complexidade do processo de licenciamento do projeto de autonomização e atualização da rede elétrica do BlueBiz, junto da E-REDES, fez com que só no final do ano de 2024 estivessem reunidas as condições para lançamento de uma consulta ao mercado.

Também a obra de construção de uma rede viária dentro do Edifício 1, prevista em 2024, não foi possível iniciar, devido a dificuldades na conclusão e licenciamento do projeto.

Ainda no BlueBiz, relativamente à instalação de painéis fotovoltaicos, para a qual estava prevista uma verba, optou-se por alterar a forma de execução da mesma, decidindo-se que, em vez de ser a aicep Global Parques a investir numa UPAC, o investimento será realizado pela entidade responsável pela instalação que venderá a

energia gerada à aicep Global Parques, eliminando assim a necessidade de investimento direto.

## Responsabilidade corporativa

### Responsabilidade social corporativa

A aicep Global Parques continua a apostar na sua política de Responsabilidade Social Corporativa, orientada para o desenvolvimento sustentável das regiões onde se situam os parques empresariais sob sua gestão, com um forte vínculo à segurança, proteção e bem-estar da população, ao desenvolvimento da oferta de recursos humanos nas regiões onde se localizam os ativos sob gestão e ao desenvolvimento ambientalmente sustentável. A responsabilidade social está interiorizada como um valor da empresa, fazendo parte da sua cultura e do seu código ético. O objetivo é criar e apoiar a criação de Valor Sustentável.

Em 2024, mantiveram-se os 3 grandes pilares de intervenção:



Em linha com esta orientação, a aicep Global Parques apoiou diversas ações associadas à proteção do ambiente, de envolvimento com a comunidade, de empreendedorismo e de valorização do capital humano, promovidas em Sines, Setúbal e Sintra, onde os Parques sob gestão da empresa se localizam.

### Responsabilidade ambiental

A responsabilidade ambiental está refletida na forma como a aicep Global Parques atua:

- correta definição dos masterplans dos parques geridos;
- respeito pelos relatórios de impacto ambiental;
- respeito, promoção e conservação das zonas de reserva florestal seguindo o Plano de Gestão Florestal respetivo;

- melhoria de áreas comuns públicas sob sua gestão e do sistema de infraestruturas criado para garantir todas as disposições legais ambientais;
- incentivo junto dos clientes à utilização de tecnologias cada vez mais limpas e adoção de sinergias entre empresas, que respeitem o meio ambiente;
- desenvolvimento e operacionalização do PMA ZILS – Plano de Monitorização Ambiental da Zona Industrial e Logística de Sines, permitindo uma avaliação dos impactos ambientais, nas componentes da qualidade do ar e das águas subterrâneas e superficiais;
- colaboração com o Município de Sines no programa de educação ambiental concelhio e com a Associação COMSINES (no qual integra, entre outros, o grupo de trabalho Saúde e Ambiente participando em diversas ações na área da promoção ambiental e ainda de medição dos odores na ZILS);
- apoio a diversas ações de proteção ambiental.

#### Segurança e proteção

A aicep Global Parques participa na EGEO – Entidade Gestora das Esteiras de Oleodutos da ZILS, que se dedica à segurança superior das esteiras, é membro ativo do PEE - Plano de Emergência Externo de Sines, na Comissão Municipal de Proteção Civil e na coordenação geral da segurança com os meios de segurança e proteção locais.

A aicep Global Parques faz parte da Comissão Municipal da Proteção Civil de Sines para a gestão do Plano de Emergência Externo de Sines, assim como participa ativamente, no âmbito do COMSINES, no Grupo de Trabalho de Prevenção e Segurança.

A vigilância diária da ZILS contribui para a segurança geral da zona e para a deteção de situações anómalas. As limpezas regulares da floresta promovem a redução da propagação de fogos na ZILS.

Consciente da importância das entidades de Segurança e de Proteção no quotidiano das áreas de acolhimento empresarial, a aicep Global Parques apoia as Corporações de Bombeiros de Sines, de Santiago do Cacém, de Setúbal e de Sintra. Todos os anos, dedica uma parte do seu orçamento para auxiliar estas entidades, na aquisição de material necessário ao desenvolvimento da sua atividade.

## Perspetivas para 2025

Em 2025 será dada prioridade à implementação do plano estratégico para o triénio de 2024-2026 aprovado em Assembleia Geral de 25 de novembro 2024. Este documento assume primordial importância para garantir que os parques e serviços da aicep Global Parques promovam a competitividade da economia nacional e que sejam instrumentos do Programa “Acelerar a Economia - Crescimento, Competitividade, Internacionalização, Inovação e Sustentabilidade”, aprovado em Conselho de Ministros de 4 de julho de 2024, nomeadamente nos eixos da industrialização, descarbonização, inovação, sustentabilidade, produtividade e digitalização em articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP) e outras entidades.

Em particular, procura-se contribuir para o desenvolvimento de um plano de ação da política industrial nacional, que posicione o país no movimento global de reorganização das cadeias de valor, com o reforço do papel de Portugal como agente ativo na política industrial europeia, em conformidade com a Medida 28. Indústria 2045, deste Programa:

- disponibilizar espaços infraestruturados e plataformas para localização de empresas e/ou de entidades não empresariais;
- ser um veículo da capacitação do território nacional para o investimento;
- prestar serviços de gestão integrada em parques empresariais;
- aplicar o modelo Environment, Social e Governance - ESG que integra a sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e boa governação e que será um ativo que, garantida a sua adaptação à realidade da aicep Global Parques, permitirá promover a sua competitividade e atrair investimento no mercado internacional, enquanto beneficia a sociedade e o planeta.

Este Plano Estratégico terá de ser, obrigatoriamente, dinâmico face ao atual contexto geopolítico de volatilidade e incerteza que vivemos, dado que a nossa atividade depende fortemente de decisões políticas europeias nas suas diversas vertentes - económica, fiscal, comercial e ambiental -, bem como do desenvolvimento de novas tecnologias.



A aicep Global Parques, em estreita articulação com a aicep Portugal Global, continuará a trabalhar na coordenação das políticas públicas nas áreas da indústria, da inovação e das infraestruturas, potenciadoras de um crescimento sustentável e resiliente em Portugal, em sintonia com as exigências e desafios do atual quadro macroeconómico mundial.

Preocupação fulcral e transversal à empresa será a de contribuir para o aumento da competitividade dos parques empresariais sob sua gestão. Será dada continuidade ao trabalho com os diversos atores, na esfera do Estado e do poder local, como no ecossistema privado, potenciando a melhoria da matriz de variáveis críticas de atratividade dos parques, como a rede de infraestruturas, práticas sustentáveis e a necessidade de reduzir a pegada de carbono, a implementação de medidas que visem aperfeiçoar o quadro regulamentar através da simplificação e standardização de certos procedimentos administrativos em matéria de ambiente e de urbanismo.

Com a finalização da revisão do plano de urbanização da ZILS, avançaremos para a certificação ambiental do mesmo. Paralelamente será divulgado o Plano Estratégico Ambiental iniciado em 2024 e serão consultadas as entidades envolvidas no mesmo. É fundamental compatibilizar os diversos interesses territoriais e urbanos, garantindo um desenvolvimento sustentável, em que sejam implementadas as devidas e justas medidas compensatórias ambientais, face ao plano estratégico para a ZILS, que envolve simultaneamente zonas para a indústria e áreas para as atividades de suporte à descarbonização da mesma, nomeadamente a produção de energia verde.

O *Portugal Site Selection*, como plataforma de consultoria na identificação de localizações empresariais e apoio na instalação de empresas, continuará a merecer a nossa atenção, com o carregamento de informação de novas áreas disponíveis, densificando o seu papel como

instrumento para a promoção do território nacional para o investimento.



Finalmente, no que respeita à APPE - Associação Portuguesa de Parques Empresariais, da qual a aicep Global Parques é associada fundadora e assume a presidência da direção, pretende-se um incremento da atividade no sentido da capacitação dos parques empresariais nacionais para o acolhimento de mais investimento.

A colaboração estreita com a AICEP, EPE, no programa AICEP na Estrada, que visa potenciar todas as regiões, nomeadamente as do interior com menor densidade, é fundamental para a dinamização de dois importantes instrumentos, o *Portugal Site Selection* e a Associação Portuguesa de Parques Empresariais. Neste domínio realçar igualmente o trabalho iniciado com as diversas CCDR na partilha de informação e dinamização de ações conjuntas.

Por último, iremos ao longo de 2025 densificar o relacionamento institucional com entidades nacionais e estrangeiras, designadamente as homólogas dos países da CPLP com foco na cooperação de gestão de parques no mercado de Angola onde estamos já a trabalhar para a assinatura e ativação de um protocolo de colaboração coma a AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola, entidade homóloga da AICEP naquele mercado.

## 6.

### Cumprimento das orientações legais

---

#### 1. Cumprimento dos Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A AICEP tem cumprido as linhas de atuação emanadas pela tutela. A Administração da Agência, para cada um dos triénios dos seus mandatos, tem apresentado um Plano Estratégico que estabelece os objetivos da sua atividade e as métricas de execução.

Na sequência da nomeação de um novo mandato do Conselho de Administração, com efeitos a partir do dia 4 de junho de 2024, foi definido um Plano Estratégico para o período 2024/2026 tendo 3 grandes eixos: Reforma e Reforço Orgânico da AICEP; Captação de IDE para Portugal; Internacionalização das Empresas Portuguesas. No eixo dois atenda-se à necessidade de aposta na reindustrialização, digitalização e sustentabilidade; constituição de “leads” (intenções) de investimento e aumento do reinvestimento em Portugal; Fomento da relação entre o sistema científico e tecnológico e o IDE e a aposta na Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030. No eixo três, o foco é na Dinamização das vantagens competitivas das empresas; Integração da economia portuguesa nas estratégias da UE; Identificação e abertura de novos mercados de exportação; Integração de fatores ESG na gestão das empresas e Promoção da agregação empresarial.

O Plano Estratégico da AICEP está em linha com a missão que a Agência persegue para o país:

- Captar Investimento Direto Estrangeiro;
- Internacionalizar a economia portuguesa;
- Capacitar as empresas para a internacionalização.

Os indicadores económicos monitorizam os resultados alcançados pela economia ao nível do cumprimento destes objetivos. As exportações têm vindo a apresentar valores crescentes ao longo dos últimos anos e o investimento estrangeiro em Portugal tem assumido valores sustentáveis. Nos últimos anos assistiu-se a um forte aumento das exportações e à eliminação progressiva do défice da balança comercial, atingindo-se, em 2024, 133,2 mil milhões de euros, e um excedente comercial de 6,6 milhões de euros (dados do Banco de Portugal), sendo o valor das exportações o mais elevado de sempre.

A economia portuguesa registou em 2024 um crescimento real do PIB de 1,9%, contribuindo as exportações com 1,6 pontos percentuais, o consumo (público e privado) com 2,2 pontos percentuais, o investimento com 0,3 pontos percentuais e as importações menos 2,2 ponto percentual. As exportações apresentaram uma taxa de participação no PIB de 46,6%, a preços correntes, em 2024, face a 46,4% em 2023 e 27,1% em 2009. O contributo dos bens para as exportações foi de 56,8%, cabendo aos serviços o remanescente (43,2%). Os serviços de Viagens e Turismo representaram 20,8% do total das exportações, as Máquinas e Aparelhos 8,9% e os Serviços de transportes 7,9% do total exportado.

Segundo o INE, em 2024 estiveram envolvidas em operações de exportação de bens 20.963 empresas portuguesas (estimado), que compara com 22.578 em 2023, representado um decréscimo de 7,15 %. Os dados definitivos de 2024 apenas estão disponíveis no último trimestre de 2025. Com base em dados definitivos do INE, em 2023, o número de empresas exportadoras de bens (22.578) diminuiu 1,6% face a 2022, das quais 76,7% exportaram individualmente até um milhão de euros (M€), 21,3% entre 1 M€ e 25 M€.

Apenas 1,9% das empresas exportaram acima de 25M€: 1,0% até 50 M€ e 0,9% mais de 50 M€.

O investimento estrangeiro em Portugal registou em 2024 um montante de 13,1 mil milhões de euros, que compara com 11,1 mil milhões de euros do ano anterior. Os principais emissores de fluxos de IDE para Portugal foram Espanha, Luxemburgo e Países Baixos. Os países da União Europeia têm uma quota de 70,5% face a 29,5% do resto do mundo.

#### Exportações de bens e serviços

	(milhões de euros)						
	2020	2021	2022	2023	2024	2024/2020	2024/2023
Bens	52.113	62.087	75.925	74.328	75.729	45%	2%
Serviços	22.314	27.056	44.647	53.197	57.505	158%	8%
Total	74.427	89.143	120.572	127.525	133.234	79%	4%

Fonte: Banco Portugal

#### Investimento direto estrangeiro em Portugal e português no exterior

	(milhões de euros)						
	2020	2021	2022	2023	2024	2024/2020	2024/2023
IDE	6.989	8.852	11.341	11.066	13.164	88%	19%
IDPE	1.343	1.045	3.995	5.703	7.170	434%	26%

nota: valores líquidos

Fonte: Banco Portugal

A informação estatística completa encontra-se no capítulo 2 deste Relatório, intitulado Enquadramento Económico.

Assim, a Agência congratula-se com estes resultados, esperando ser vista como um meio ao dispor da comunidade empresarial que conduziu a este desempenho.

Em termos de execução do Plano de Atividade e Orçamento (PAO) abaixo apresenta-se o quadro com os indicadores incluídos no Plano da AICEP, referindo-se, contudo, que relativamente ao rácio EBITDA, foi solicitada autorização pela AICEP para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional, dado que aquele não tem significado face à natureza da sua atividade. Do desempenho do indicador que foi aprovado para a Agência é dada informação mais adiante no ponto 15.

De referir que o PAO da AICEP foi aprovado a 5 de março de 2024 pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, economia e do setor de atividade.

Indicadores	PAO 2024	Executado 2024	Desvio (+/-)
Resultado líquido	-17.557.996,00	-18.763.090,85	-1.205.094,85
EBITDA	-15.984.946,00	-17.689.891,95	-1.704.945,95
Resultado operacional (EBIT)	-17.434.946,00	-19.489.564,26	-2.054.618,26
Volume de Negócios	22.673.000,00	11.001.274,64	-11.671.725,36
Gastos Operacionais	54.614.781,00	42.101.005,13	-12.513.775,87
Gastos Operacionais/Volume de Negócios	2,41	3,83	1,42
Endividamento	-	-	-
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	-	-	-
Diponibilidades	119.984.519,92	154.939.379,74	34.954.859,82

Ao longo do ano foi realizado um enorme leque de ações, de variados formatos e objetivos, já descritas no capítulo 3 deste Relatório. O plano de promoção externa, de angariação de investimento e de capacitação empresarial, o programa Inov Contacto e diversos investimentos no âmbito da transformação digital da Agência, contribuíram para os valores apresentados a nível da execução da despesa. Alguns gastos ficaram aquém do previsto no PAO, onde se inclui o Programa

Inov Contacto, já que a edição que estava prevista para 2024, apenas se iniciou em dezembro, o que também contribuiu para uma execução abaixo do previsto.

No que respeita ao Volume de Negócios refira-se que estava previsto no PAO o registo nesta rubrica do recebimento de uma transferência anual do IAPMEI no valor de 11,5 milhões de euros. Contudo, e numa situação que vem já desde 2022, a AICEP recebeu esta verba de 11,5 milhões de euros da DGTF Direção Geral de Tesouro e Finanças, a título de cobertura de prejuízos, tendo sido, por esse motivo, registada diretamente numa rubrica do capital próprio (património líquido) da AICEP. Esta situação, altamente penalizadora para o resultado líquido a apresentar pela Agência, causa alguns constrangimentos no que se refere aos resultados e indicadores obtidos na sua atividade. O Conselho de Administração apresentou, no início de 2024, uma proposta de modelo de financiamento que permite ultrapassar esta situação. No mandato iniciado em junho, esta matéria foi novamente colocada superiormente pelo Conselho de Administração, encontrando-se a nova proposta da Agência em fase de negociação.

Apresenta-se abaixo a situação dos investimentos.

						mil euros
Investimento/Projeto	PAO 2024	Executado			Desvio (PAOvsExec.)	Observ.
		Total	FF-PRR	FF-OE		
	(a)	(b)	(b1)	(b2)	(b)- (a)	
Investimento total	2.160,58	438,35	178,14	260,21	-1.722,22	
Transformação digital	1.588,23	178,14	178,14		-1.410,08	
Investimentos de substituição e outros	572,35	260,21		260,21	-312,14	

A AICEP tem a sua situação regularizada para com a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

## 2. Gestão de risco financeiro

A AICEP não possui financiamentos, seja em passivos correntes seja em passivos não correntes.

## 3. Cumprimento dos limites de crescimento do endividamento nos termos definidos no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, a qual aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2024 (LOE2024), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023)

A AICEP não possui financiamentos.

## 4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definido no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

A AICEP tem procurado encurtar os prazos de pagamento aos seus fornecedores ao longo dos últimos exercícios. A posição a 31 de dezembro é a que abaixo se indica.

### Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

PMP	2024	2023	Variação 24/23	
			Valor	%
Prazo (dias)	5,99	5,37	0,62	12%

A 31 de dezembro a AICEP não tinha Pagamentos em Atraso, vencendo-se as suas dívidas a menos de 90 dias.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aq. de Bens e Serviços	10.133,99					
Aq. de Capital						
<b>Total</b>						

5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

A última aprovação de contas por parte do acionista é datada de 23 de março de 2024 e reporta conjuntamente aos exercícios de 2018 a 2021. Os termos da aprovação incluem uma recomendação ao Conselho de Administração no sentido de, no que importa ao montante máximo para a utilização de viaturas dos gestores, definir uma metodologia que permita aferir o cumprimento, por parte de cada um dos administradores, do limite atribuído nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público.

De referir que os membros do Conselho de Administração não possuem viaturas atribuídas para uso pessoal, nem mesmo específicas para o serviço na Agência. As viaturas da empresa fazem parte de um parque de viaturas, cuja utilização é gerida em função das necessidades de serviço e por quem se justificar, no âmbito das respetivas funções. Todas as deslocações se enquadram nas necessidades da Agência para o cumprimento da sua missão, de visita e acompanhamento dos seus clientes, ao que acresce o facto de ter instalações em vários pontos do país, nomeadamente a sua sede no Porto e escritórios em Lisboa. Não obstante, apresenta-se adiante no ponto 8, os gastos dos gestores em combustíveis e portagens com as viaturas da AICEP por estes utilizados.

6. Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

De referir que não foi emitida qualquer reserva na última Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2023.

7. Orientações relativas às remunerações, vigentes em 2024

A AICEP cumpriu o disposto nos diplomas legais relativo às remunerações previstas para os Órgãos Sociais e Auditor Externo, conforme anexo.



8. Disposições relativas ao Estatuto do Gestor Público nos termos do artº 32º e 33º do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro

A Agência aplicou o previsto no artº 32º do Estatuto do Gestor Público relativos à utilização de cartões de crédito e similares, bem como às despesas de representação pessoal.

Relativamente às despesas com comunicações apresentam-se abaixo os valores do Conselho de Administração da Agência.

Gastos com comunicações

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond	Valor Anual	Observações
<u>Mandato 2023-2024</u>			
Filipe Santos Fernandes da Costa	-	480,02	
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	-	109,63	
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	-	166,48	
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	-	141,69	
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	-	77,76	
<u>Mandato 2024-2026</u>			
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	-	353,93	
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	-	201,81	
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	-	182,97	
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	-	268,66	
Paulo César Rios de Oliveira	-	174,17	
		<b>2.157,12</b>	

nota: Os gastos em comunicação de serviço repartem-se pelas atividades de funcionamento e de promoção, em que o peso destas é muito elevado dado que, no âmbito da diplomacia económica decorrente das atribuições e objeto estatutários da AICEP, as deslocações ao estrangeiro são normais e frequentes.

No caso de viaturas de serviço afetas aos gestores públicos, os membros do Conselho de Administração da AICEP não possuem viaturas que lhe estejam atribuídas para uso pessoal, nem mesmo específicas para o serviço na Agência. As viaturas da empresa fazem parte de um parque de viaturas, cuja utilização é gerida em função das necessidades de serviço e por quem se justificar, no âmbito das respetivas funções. Todas as deslocações são realizadas em representação da Agência, para o cumprimento da sua missão de visita e acompanhamento dos clientes, a que acresce o facto da AICEP possuir instalações em vários pontos do país, nomeadamente a sua sede no Porto e escritórios em Lisboa. Não obstante, apresentam-se os gastos com combustível e portagens na utilização dos carros de serviços por cada um dos membros do Conselho de Administração.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
	Comb. e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Mandato 2023-2024					
Filipe Santos Fernandes da Costa	522,37	911,46	168,30	1.079,76	
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	417,89	76,64	57,10	133,74	
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	417,89	5,07	0,30	5,37	
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	417,89	105,29	42,60	147,89	
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	417,89	5,07	0,30	5,37	
Mandato 2024-2026					
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	522,37	2.199,72	1.014,45	3.214,17	
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	417,89	210,70	116,00	326,70	
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	417,89	203,18	117,45	320,63	
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	417,89	193,37	118,00	311,37	
Paulo César Rios de Oliveira	417,89	133,88	67,55	201,43	
				5.746,44	

As viaturas da AICEP não estão diretamente afetas a nenhum membro do Conselho de Administração, fazendo parte de uma "pool" que é gerida em função das necessidades de serviço.

9. Aplicação do disposto no nº 2 do artº 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do artº 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A Agência tem todas as suas despesas devidamente documentadas.

10. Elaboração, de três em três anos, e divulgação interna e no respetivo sítio na internet, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

A Agência elaborou em 2024 o relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens relativo ano de 2023. Dos dados apurados comparativos de 2023 face a 2021 conclui-se que as diferenças entre os valores médios auferidos por homens e por mulheres têm vindo a ficar esbatidas e variam conforme a categoria. O relatório está disponível no sítio na internet da Agência.

(<https://www.portugalglobal.pt/media/evdhzjxf/plano-para-igualdade-aicep-2024-2025.pdf>).

11. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

A AICEP, conforme nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro, tem um plano para a igualdade aprovado que visa promover uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminar as discriminações e facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. A repartição do seu pessoal entre homens e mulheres, a 31 de dezembro de 2024, é de 179 do género masculino e 266 do género feminino, para um efetivo total de 445. No que respeita às chefias, excluindo a administração, à mesma data a AICEP possuía 40 do género masculino e 34 do género feminino (o Conselho de Administração a 31 de dezembro é composto por 3 membros masculinos e 2 femininos – cumprindo a recomendação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, que estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor empresarial do Estado). A redução de chefias femininas de 2023 para 2024 deve-se à saída dos colaboradores afetos ao exercício de funções nas equipas do Turismo de Portugal, na rede externa, a partir de 1 de janeiro de 2024. Verifica-se, assim, a existência de uma presença plural de mulheres e de homens em cargos diretivos, resultante da aplicação de uma política interna para a igualdade de género. O Plano para a Igualdade da Agência está disponível no sítio na internet da Agência.

(<https://www.portugalglobal.pt/media/evdhzjxf/plano-para-igualdade-aicep-2024-2025.pdf>).

O Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, estabelece os procedimentos para a realização das comunicações sobre a composição dos órgãos de gestão e fiscalização e planos de igualdade. Também nesse âmbito, a AICEP tem respondido ao que lhe é solicitado.

A AICEP dispõe de um Código para a Prevenção e Combate à Prática de Assédio e Discriminação no Trabalho em que se salvaguarda a igualdade de género, prevendo-se que os seus destinatários, o universo dos trabalhadores da Agência, se devam abster de adotar comportamentos discriminatórios em relação aos demais, sejam colaboradores ou terceiros. De entre os comportamentos vedados, incluem-se quaisquer formas de discriminação com base na raça, género, idade, incapacidade física, orientação sexual, opinião, ideologia política e religião. O Conselho de Administração deve proporcionar um ambiente de trabalho que valorize a inexistência de qualquer tipo de assédio e de discriminação, estimulando a assunção de uma cultura saudável, segura e cordial no local de trabalho.

12. Elaboração e divulgação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, e do Código de Conduta, tendo em consideração as Recomendações do Conselho Geral de Prevenção da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho datada de 1 de julho de 2009.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Agência em vigor foi revisto em 2020 e aprovado pelo Conselho de Administração da Agência no dia 30 de setembro desse ano. O Plano foi sujeito a nova revisão no início de 2025, assumida como oportunidade de fortalecimento do sistema de controlo interno e de supressão e mitigação dos riscos que lhe são inerentes. Este procura ser uma ferramenta consistente com a realidade orgânica da AICEP e com a evolução regulamentar, procurando responder aos desafios decorrentes da sua missão e das suas atribuições, e exercer as competências que lhe estão atribuídas de forma ética e com observância dos dispositivos legais aplicáveis em matéria de corrupção e infrações conexas e de conflitos de interesses.

A AICEP tem apresentado anualmente um relatório identificativo das ocorrências dos factos relativos a corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, entre outros, previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro. O Relatório de 2023 relativo ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infração Conexas foi aprovado superiormente a 30 de janeiro de 2024. O Plano está disponível no sítio da entidade, bem como o último relatório de 2023.

([https://www.portugalglobal.pt/media/sxpoeuyq/plano\\_de\\_prevencao\\_de\\_riscos\\_de\\_corrupcao\\_e\\_infracoes\\_conexas\\_-\\_ppr.pdf](https://www.portugalglobal.pt/media/sxpoeuyq/plano_de_prevencao_de_riscos_de_corrupcao_e_infracoes_conexas_-_ppr.pdf))

([https://www.portugalglobal.pt/media/dn2kevgz/rae\\_pgrcci-2023.pdf](https://www.portugalglobal.pt/media/dn2kevgz/rae_pgrcci-2023.pdf))

Até 30 de abril de 2025 será aprovado o Relatório de 2024.

A Agência comunica o Plano e o Relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção e ao Mecanismo Nacional Anticorrupção, que lhe sucedeu.

Nos termos da Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, que estabelece o regime de proteção de denunciante de infrações, transposta pela Diretiva (EU) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações de direito da União, a AICEP, de acordo com os princípios de transparência de gestão e do combate à criminalidade, disponibiliza no seu sítio da internet um canal de denúncias de infrações. Através deste, qualquer pessoa pode, de forma independente, lícita e segura, denunciar comportamentos fraudulentos ou irregulares que afetem e/ou envolvam a AICEP.

A criação e utilização deste canal segue as regras estabelecidas no regime geral de proteção de denunciante de infrações (Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro), salvaguardando a confidencialidade e anonimato das denúncias, o seu processamento nos prazos legais e assegurando a não existência de retaliações. No quadro do cumprimento da lei, a AICEP visa, com a criação deste canal, acautelar a deteção e atuação quanto a situações eventualmente ilícitas que possam ocorrer, prejudicando a sua missão. Todos os que trabalham na AICEP, bem como qualquer pessoa singular, que

se relacione direta ou indiretamente com a mesma, pode comunicar, através deste canal, situações de incumprimento dos princípios e valores de natureza ética e/ou ilegalidades, tais como de corrupção e infrações conexas que se verifiquem no âmbito da atividade da AICEP.

A AICEP possui um Código Ética e Conduta o qual consubstancia um conjunto de regras éticas e deontológicas aplicáveis aos membros dos Órgãos de Gestão e a todos os colaboradores da Agência. O Código foi objeto de revisão em 2020, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 184/2019, de 3 de dezembro, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração a 8 de setembro de 2020. O modelo da Declaração de Aceitação do referido Código faz parte integrante do mesmo e é aplicável a todos os trabalhadores, membros do Conselho de Administração e restantes membros dos órgãos sociais da AICEP.

O código integra princípios gerais de ética e conduta profissionais bem como matérias relativas a proteção de dados pessoais, acesso a documentos e conservação dos registos, correspondência, pedidos e processos, conflitos de interesse e incompatibilidades, ofertas, convites e benefícios similares, relações externas e internas. Este constitui uma referência quanto ao padrão de conduta exigível a todos os trabalhadores, garantindo o cumprimento da missão e atribuições da AICEP, nos termos previstos na lei, e contribuindo para a afirmação de uma imagem institucional de rigor e qualidade.

O Código de Ética e Conduta está disponível no sítio da entidade.

(<https://www.portugalglobal.pt/media/q4ujrhsi/codigo-etica-conduta.pdf>)

### 13. Orientações sobre as normas da contratação pública

A AICEP tem vindo a cumprir as normas da Contratação Pública, tendo inclusivamente estabelecido procedimentos internos para aplicação das mesmas. No cumprimento das normas da contratação pública a AICEP norteia-se pelos princípios da igualdade, transparência e não discriminação, bem como das compras públicas ecológicas.

O Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), que introduziu alterações relevantes ao Código, tendo em vista a transposição de diversas diretivas europeias, entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

A AICEP adaptou desde então os seus procedimentos internos, nomeadamente através da disponibilização de diversas minutas para os procedimentos de contratação pública preparadas pela área jurídica. Em 2019 foi efetuada nova atualização, tendo em vista garantir a adequação dos procedimentos à legislação em vigor, a uniformização na aplicação dos mesmos por parte das diversas áreas intervenientes, a celeridade dos processos, o correto registo nas plataformas legalmente exigidas e a possibilidade de os procedimentos existentes serem objeto de auditoria. Os processos aquisitivos da Agência foram, na altura, centralizados na área de compras. Essa centralização foi reforçada em novembro de 2021 com a criação da Central de Compras, tendo-lhe sido atribuídas nesse processo competências adicionais. Em 2023 procedeu-se à constituição de uma área de Contratação em substituição da Central de Compras, instituindo-se novos circuitos internos de aquisições de bens e serviços, atualizados novamente no final de 2024.

Ao longo do ano 2024 a AICEP abriu 454 procedimentos internos de contratação pública. Cinquenta dos procedimentos acabaram por, entretanto, serem revogados, não autorizados suspensos ou cancelados. Dos restantes 404 procedimentos, 16 encontram-se ainda em curso. Dos 388 que foram concluídos, 217 são ajustes diretos (inclui simplificados em número de 198), 145 foram contratos excluídos do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP) ou contratações excluídas da parte II do Código, 11 foram consultas prévias, 15 foram concursos públicos (nacionais ou internacionais). O valor de adjudicação a 31 de dezembro dos procedimentos concluídos através de concursos públicos ascende a 3 milhões de euros, dos excluídos ascende a 1,3 milhões de euros, das consultas prévias ascende a 552 mil de euros e de ajustes diretos a 703 mil de euros, todos os valores sem IVA. Nenhum contrato foi sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas. Alguns procedimentos foram adjudicados já em 2025.

Relativamente ao modo como foram aplicadas as normas nas empresas em que a AICEP participa maioritariamente (AICEP Global Parques), refira-se que a AICEP Global Parques cumpre as normas vigentes que lhe são aplicáveis.

#### 14. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A AICEP pode fazer a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas, mas optou por não o fazer até 2023 adotando, contudo, sempre uma postura de racionalização dos seus recursos financeiros na aquisição de bens e serviços. Em 2023, e tendo em conta a posição referida de racionalização e otimização de recursos financeiros, procedeu à adesão voluntária ao Sistema, o que lhe permite recorrer à sua utilização sempre que se justifique.

#### 15. Cumprimento das medidas de eficiência operacional, previstas nos n.º 1, 2 e 3 do artigo 134.º do DLEO 2024, e evolução dos gastos operacionais, prevista nos n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023

Como atrás referido, no que respeita ao rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, conforme previsto no artº 158 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (EBITDA para o Setor Empresarial do Estado) foi solicitada autorização para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional dada que aquele não tem significado no caso da AICEP face à natureza da sua atividade. Por despacho favorável do Secretário de Estado do Tesouro, nº.521/2018-SET, de 3 de julho, exarado no âmbito aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018, foi a AICEP autorizada a utilizar um novo indicador para o triénio 2018-2020, que possa medir melhor a eficiência operacional da AICEP. No PAO 2021 foi solicitado o seu prolongamento para o triénio 2021-2023 e no PAO de 2023 para o triénio 2023-2026.

O indicador proposto é construído da forma abaixo referida e tem como ano base o ano de 2016:

Indicador de Eficiência = 55% x Indicador de eficiência da Sede + 45% x Indicador de eficiência da Rede, sendo que:

Indicador de eficiência da Sede

$$30\% \times (GOS_n / IA_n) / (GOS_{2016} / IA_{2016}) + 30\% \times (GOS_n / PI_n) / (GOS_{2016} / PI_{2016}) + 40\% \times (1 - TR_n) / (1 - TR_{2016})$$

Indicador de eficiência da Rede

$$33\% \times (GOR_n / XR_n) / (GOR_{2016} / XR_{2016}) + 67\% \times (QMR_n) / (QMR_{2016})$$

Em que:

GO - Gastos Operacionais (S-Sede; R-Rede)

IA - Investimento em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

PI - Investimento de Internacionalização em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

TR - Taxa de reembolso

XR - Exportações de bens para mercados da Rede

QMR - Quota de mercado das exportações de bens (mercados da Rede) (em n é n-1)

n - Ano n

O resultado obtido será tanto mais positivo quanto mais baixa for a percentagem obtida pelos cálculos, em relação ao ano anterior.



**Notas:**

- Gastos operacionais = FSE + Gastos com Pessoal (sem indemnizações)
- Taxa de reembolso é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores inclusive, ou seja, n, n-1 e n-2
- Quota de mercados das exportações de bens é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores (n-1, n-2, n-3)
- Investimento em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
  - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
  - Projetos PT 2020 – 70%
  - Contratos de benefícios fiscais – 10%
- Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
  - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
  - Projetos PT 2020 – 80%

Abaixo apresentam-se os valores do indicador calculado para os anos de 2012 a 2023 e estimado para o ano de 2024 e seguintes, excluindo despesas com as exposições universais e internacionais (Dubai 2020 e Osaka 2025) e promoção do Turismo de Portugal. De referir que o indicador para 2024 apenas é possível de aferir quando as estatísticas do comércio internacional dos países com quem Portugal mantém relações comerciais estejam disponíveis, que se prevê no final do 1º semestre de 2025.

<b>Ano</b>	<b>Indicador de eficiência da Sede</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Indicador de eficiência da Rede</b>	<b>Ponderação</b>	<b>Indicador de Eficiência total</b>
2012	314%	55%	109%	45%	221,61%
2013	212%	55%	105%	45%	163,41%
2014	168%	55%	100%	45%	137,64%
2015	135%	55%	99%	45%	118,89%
2016	100%	55%	100%	45%	100,00%
2017	89%	55%	98%	45%	92,95%
2018	73%	55%	98%	45%	84,20%
2019	72%	55%	98%	45%	83,48%
2020	62%	55%	101%	45%	79,81%
2021	62%	55%	99%	45%	78,81%
2022	64%	55%	95%	45%	77,59%
2023	61%	55%	94%	45%	76,17%
2024	58%	55%	92%	45%	73,55%
2025	57%	55%	93%	45%	73,16%
2026	53%	55%	92%	45%	70,51%

nota: sem Expo Dubai e Osaka e Turismo

O Indicador da Agência apresenta uma redução gradual uma vez que o peso dos gastos operacionais relativos à atividade da Agência, tem vindo a diminuir, o que evidencia uma melhoria da sua eficiência global para o cumprimento dos seus objetivos e missão.

Apresenta-se de seguida o quadro com a evolução dos gastos operacionais:

Eficiência Operacional				2024/2023		2024 Exec./2024 Orç.	
	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	-	-
(2) FSE	15.810	24.954	9.683	6.127	63%	-9.144	-37%
(3) Gastos com o pessoal	26.291	29.661	28.912	-2.621	-9%	-3.370	-11%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais							
(5) Gastos Operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	42.101	54.615	38.595	3.506	9%	-12.514	-23%
(6) Volume de negócios (VN)	11.001	22.673	11.001		0%	-11.672	-51%
Vendas							
Prestações de serviço	11.001	22.673	11.001		0%	-11.672	-51%
Outros rendimentos que concorrem para o Vol. Neg.							
Indemnizações compensatórias							
(7) Impactos no Vol. de Neg. decorrentes de imposições legais							
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	11.001	22.673	11.001		0%	-11.672	-51%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	383%	241%	351%	-	9%	-	59%

valores: mil euros

nota: o volume de negócios não tem significado para a Aicep dada a natureza da prestação de serviços da Agência.

Informação adicional				2024/2023		2024 Exec./2024 Orç.	
	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	26.291	29.661	28.912	-2.621	-9%	-3.370	-11%
i. Relativos aos órgãos sociais	643	652	536	107	20%	-9	-1%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais					-		
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento							
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	498	671	568	-71	-	-174	-26%
v. Efeito do absentismo					-		
vi. Efeito das indemnizações pagas por rescisão	731	1.257	154				
(2) Gastos com o pessoal sem os impactos i. a vi.	24.420	27.081	27.654	-3.235	-12%	-2.662	-10%
(3) Gastos com Deslocações e Alojamento	1.111	2.427	1.566	-455	-29%	-1.316	-54%
(4) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	76	126	69	6	9%	-51	-40%
(5) Gastos associados à frota automóvel a <sup>1</sup>	121	155	162	-41	-26%	-34	-22%
(6) Encargos contratação de estudos, pareceres, projetos e consult.	586	1.629	719	-133	-18%	-1.043	-64%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	1.893	4.337	2.516	-623	-25%	-2.444	-56%
Nº de viaturas (operacional)	33	28	28	5	18%	5	18%
Nº de viaturas (não operacional)							

valores: mil euros

a) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

nota: vi. exceto por mútuo acordo

Os gastos com fornecimentos e serviços externos de 2024 foram superiores a 2023 devido, nomeadamente, aos gastos com a exposição mundial de Osaka. No que se refere aos gastos com o pessoal, os valores apresentados relativos a 2024 comparativamente com 2023 reduziram-se devido à saída dos colaboradores afetos ao exercício de funções nas equipas na rede externa do Turismo de Portugal, a partir de 1 de janeiro de 2024.

De referir que relativamente às despesas com o pessoal o valor executado ficou aquém do previsto no PAO - Plano de Atividades e Orçamento porque ainda se aguarda aprovação do Regulamento do Pessoal da Agência, em curso no Ministério das Finanças.

16. Divulgação do número de recursos humanos e massa salarial (artigos 132.º e 134.º do DLEO 2024; Despachos, de 29 de dezembro de 2023, do Senhor Ministro das Finanças)

O número de trabalhadores da Agência (incluindo os membros dos órgãos sociais) a 31 de dezembro de 2024 ascende a 446, abaixo do ano de 2023, dada a já referida saída dos colaboradores afetos ao exercício de funções nas equipas do Turismo de Portugal, na rede externa, a partir de 1 de janeiro de 2024. Abaixo apresenta-se o quadro completo relativo aos recursos humanos da AICEP.

	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024 Exec./2024 Orç.	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5				
N.º Cargos de Direção (CD)	74	73	88	-14	-16%	1	1%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	367	390	404	-37	-9%	-23	-6%
<b>Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)</b>	<b>446</b>	<b>468</b>	<b>497</b>	<b>-51</b>	<b>-10%</b>	<b>-22</b>	<b>-5%</b>
N.º Trabalhadores/N.º CD	4,96	5,34	4,59	0	8%	0	-7%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	59	63	58	1	1%	-4	-7%
<b>Massa salarial global</b>	<b>26.291</b>	<b>29.661</b>	<b>28.912</b>	<b>-2.621</b>	<b>-9%</b>	<b>-3.370</b>	<b>-11%</b>
<b>Massa Salarial sem os efeitos de volume <sup>a)</sup></b>	<b>26.291</b>	<b>29.661</b>	<b>28.912</b>	<b>-2.621</b>	<b>-9%</b>	<b>-3.370</b>	<b>-11%</b>

a) Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças - aumento de 5% face a 2023

No que respeita às movimentações de pessoal, apresenta-se abaixo as ocorrências em 2024:

Grupo Profissional		Movimentos de Pessoal em 2024				Situação a 31/12/2024
		Situação a 31/12/2023	Saídas (reformas/ outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/ cedência/ licença	Contratações para substituição de saídas	
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
Órgãos Sociais (OS)	5					5
Cargos de direção (s/ OS)	85					85
Trabalhadores	407	66	20		14	355
Técnicos-Portugal	264	19	20		9	254
Assistentes-Portugal	50	4			1	47
Técnicos-Rede	77	42			4	39
Assistentes-Rede	16	1				15
Total (OS+CD+Trabalhadores)	497	66	20		14	445
Impacto nos gastos com pessoal <sup>(1)</sup>	-	659.351,14	-		281.890,07	-377.461,07

\*) Indicar o Despacho autorizador.

\*\*) Especificar

(1) as saídas ocorridas a 01.01.2024 de 33 colaboradores não estão refletidas no impacto nos gastos uma vez que estes ocorreram no ano anterior (3,5 milhões de euros)

17. de 3 de outubro, artigo 105.º da LOE 2025 e artigo 91.º do DLEO 2024

A quase totalidade das disponibilidades da Agência está depositada no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.).

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	141.015.391,26	124.688.159,02	118.727.093,98	29.022.435,33
Aplicações financeiras	33.250.000,00	33.250.000,00	33.250.000,00	125.750.000,00
<b>Total</b>	<b>174.265.391,26</b>	<b>157.938.159,02</b>	<b>151.977.093,98</b>	<b>154.772.435,33</b>

A AICEP solicitou a dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo obtido autorização através do ofício do IGCP Ref.ª UE: SGC nº 130/2024, de 22 de outubro (INF: 0735/2024), para 2024 e 2025. As exceções são os valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões para pagamento do subsídio de alimentação aos colaboradores; os valores relativos à custódia de títulos que não sejam de dívida pública; os reforços do PPR, a efetuar pela conta no BPI, a qual deve sempre apresentar saldo nulo ou igual ao valor da poupança desse mês; os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades. De referir que as contas bancárias das delegações da AICEP no exterior, onde o IGCP não opera, estão automaticamente dispensadas deste cumprimento.

Abaixo encontra-se quadro com as disponibilidades na banca comercial e os rendimentos obtidos.

Banca Comercial*	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Banco Português de Investimento	794,66	1.225,66	588,06	0,00
Caixa Geral de Depósitos	61.842,11	158.418,59	14.695,48	44.224,71
Banca no estrangeiro (várias contas)	660.861,02	656.261,44	884.736,25	554.829,91
<b>Total</b>	<b>723.497,79</b>	<b>815.905,69</b>	<b>900.019,79</b>	<b>599.054,62</b>
Juros auferidos** / ***	4,81	0,00	12,29	404,63
				<b>421,73</b>

valores em euros

\* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras.

\*\* Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2024) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

\*\*\* devido às contas da rede externa da Agência por vezes se encontrar desfasada das datas de fecho mensal, o montante da entrega dos juros trimestral pode não corresponder ao montante auferido mensal havendo passagem de valores entre meses.

Os juros auferidos em cada trimestre de 2024 foram depositados no IGCP nos dias 15 de julho, 14 de outubro de 2024 e 6 de março de 2025.

18. Divulgação de recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivo resultado

Durante o período de 2020 a 2024 não ocorreram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas à AICEP.

19. Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira

A Demonstração não financeira não se apresenta como obrigatória à AICEP dado que a Agência não é uma Entidade de Interesse Público (artº 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro - Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria) e o impacto da sua atividade nas questões sociais, ambientais e relativas aos trabalhadores é reduzido.

20. Apresenta-se quadro com a informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado a 31 de dezembro

Informação a constar no Site do Setor Empresarial do Estado	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	S	08-10-2015
Caracterização da Empresa	S	09-04-2010
Função de tutela e acionista	S	06-12-2019
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	02-08-2019
- Identificação dos órgãos sociais	S	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	
- Identificação das funções e respons. dos membros do Conselho de Administração	S	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	
Esforço Financeiro Público	S	02-08-2019
Ficha Síntese	S	04-09-2019
Informação Financeira histórica e atual	S	04-09-2019
Princípios de Bom Governo	S	04-09-2019
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	
- Outras transações	S	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	
Económico	S	
Social	S	
Ambiental	S	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	
- Código de ética	S	

## Apêndice 1 - Cumprimento das orientações legais – divulgação de informação

### Conselho de Administração

#### Aplicação do Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€) (1)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Represent.
<u>Mandato 2023-2024</u>				
Filipe Santos Fernandes da Costa	S	B	5.223,66	2.089,46
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	S	B	4.178,93	1.671,57
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	N	-	4.180,22	1.671,57
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	S	B	4.178,93	1.671,57
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	N	-	6.145,47	1.671,57
<u>Mandato 2024-2026</u>				
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	S	B	5.223,66	2.089,46
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	N	-	5.377,91	1.671,57
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	S	B	4.178,93	1.671,57
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	S	B	4.178,93	1.671,57
Paulo César Rios de Oliveira	S	B	4.178,93	1.671,57

(1) valores sujeitos às reduções previstas no art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

#### Mandatos

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
Mandato 2023-2024				
2023/24	Presidente Executivo	Filipe Santos Fernandes da Costa	D. n.º 6521/2023	16-06-23
2023/24	Vogal Executivo	Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	D. n.º 6521/2023	16-06-23
2023/24	Vogal Executivo	Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	D. n.º 6521/2023	16-06-23
2023/24	Vogal Executivo	João Filipe Ribeiro Noronha Leal	D. n.º 6521/2023	16-06-23
2023/24	Vogal Executivo	Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	D. n.º 6521/2023	16-06-23
2023/24	Vogal não Executivo	Carlos Manuel Sales Abade	D. n.º 6521/2023	16-06-23
2023/24	Vogal não Executivo	Marisa da Luz Bento Garrido Marques Oliveira	D. n.º 6521/2023	16-06-23
Mandato 2024-2026				
2024/26	Presidente Executivo	Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	RCM n.º 70/2024	04-06-24
2024/26	Vogal Executivo	Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	RCM n.º 70/2024	04-06-24
2024/26	Vogal Executivo	Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	RCM n.º 70/2024	04-06-24
2024/26	Vogal Executivo	Francisco Miguel Pinheiro Catalão	RCM n.º 70/2024	04-06-24
2024/26	Vogal Executivo	Paulo César Rios de Oliveira	RCM n.º 70/2024	04-06-24

(1) indicar Resolução (R)/Assembleia Geral (AG)/Decisão Unânime por Escrito (DUE)/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP;  
indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)



Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	OPRLO (2)				N.º Total Mandatos
			Sim/Não	Entidade de Origem	Ent. Pag. (O/D)	Data e forma	
Mandato 2023-2024							
2023/24	Presidente Executivo	Filipe Santos Fernandes da Costa	Não	AICEP	D	D. n.º 6521/2023	1
2023/24	Vogal Executivo	Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	Não	AICEP	D	D. n.º 6521/2023	1
2023/24	Vogal Executivo	Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	Sim	PWC	D	D. n.º 6521/2023	1
2023/24	Vogal Executivo	João Filipe Ribeiro Noronha Leal	Não	AICEP	D	D. n.º 6521/2023	1
2023/24	Vogal Executivo	Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	Sim	AICEP Parques	D	D. n.º 6521/2023	1
2023/24	Vogal não Executivo	Carlos Manuel Sales Abade	na	na	na	D. n.º 6521/2023	1
2023/24	Vogal não Executivo	Marisa da Luz Bento Garrido Marques Oliveira	na	na	na	D. n.º 6521/2023	1
Mandato 2024-2026							
2024/26	Presidente Executivo	Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	Não	AICEP	D	RCM n.º 70/2024	1
2024/26	Vogal Executivo	Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	Sim	AICEP	D	RCM n.º 70/2024	2
2024/26	Vogal Executivo	Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	Não	AICEP	D	RCM n.º 70/2024	1
2024/26	Vogal Executivo	Francisco Miguel Pinheiro Catalão	Não	AICEP	D	RCM n.º 70/2024	1
2024/26	Vogal Executivo	Paulo César Rios de Oliveira	Não	AICEP	D	RCM n.º 70/2024	1

(1) indicar Resolução (R)/Assembleia Geral (AG)/Decisão Unânime por Escrito (DUE)/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP;  
indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

### Acumulação de funções

Os membros do Conselho de Administração que exercem, em simultâneo, cargos em outras empresas ou entidades, é o que abaixo se apresenta.

Membro do CA	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	Universidade Europeia	Professor Auxiliar	Privado
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	Nova SBE	Professor Convidado	Público

### Remunerações auferidas

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções (4)	Remun. Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
<b>Mandato 2023-2024</b>					
Filipe Santos Fernandes da Costa	44.782,96		44.782,96	2.239,12	42.543,84
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	36.387,60		36.387,60	1.819,43	34.568,17
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	44.968,22		44.968,22	1.768,41	43.199,81
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	44.086,00		44.086,00	1.909,92	42.176,08
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	61.859,16		61.859,16	2.604,11	59.255,05
<b>Mandato 2024-2026</b>					
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	56.740,79		56.740,79	2.836,99	53.903,80
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	62.760,35		62.760,35	2.700,87	60.059,48
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	45.392,67		45.392,67	2.269,52	43.123,15
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	45.392,67		45.392,67	2.269,52	43.123,15
Paulo César Rios de Oliveira	45.392,67		45.392,67	2.269,52	43.123,15
	<b>487.763,09</b>		<b>487.763,09</b>	<b>22.687,41</b>	<b>465.075,68</b>

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento e despesas de representação (com reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

## Benefícios Sociais auferidos

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual	Enc. Anual	Outros
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seg. de Vida	Identificar Valor
<b>Mandato 2023-2024</b>							
Filipe Santos Fernandes da Costa	13,00	884,00	SS	10.159,88	490,78		Ac. pess. e Trab. 210,41
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	13,00	1.265,00	SS	8.289,08	490,78		Ac. pess. e Trab. 173,53
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	13,00	861,00	SS	10.318,87	490,78		Ac. pess. e Trab. 222,64
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	13,00	1.200,00	SS	10.091,92	490,78		Ac. pess. e Trab. 217,68
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	13,00	1.330,00	SS	14.156,26	490,78		Ac. pess. e Trab. 319,62
<b>Mandato 2024-2026</b>							
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	13,00	1.235,00	SS	12.909,93	490,78		Ac. pess. e Trab. 257,43
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	13,00	1.729,00	SS	13.887,88	490,78		Ac. pess. e Trab. 308,49
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	13,00	1.560,00	SS	10.379,50	490,78		Ac. pess. e Trab. 208,88
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	13,00	1.690,00	SS	10.374,94	490,78		Ac. pess. e Trab. 208,88
Paulo César Rios de Oliveira	13,00	1.183,00	SS	10.414,73	490,78		Ac. pess. e Trab. 208,88
		<b>12.937,00</b>		<b>110.982,99</b>	<b>4.907,80</b>		<b>2.336,44</b>

## Viaturas e encargos

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual Rendas	Prestações Contratuais Remanesc.
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identif.]			[€]	[€]	[N.º]
<b>Mandato 2023-2024</b>									
Filipe Santos Fernandes da Costa	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	N	N	-	-	-	-	-	-	-
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	N	N	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mandato 2024-2026</b>									
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Paulo César Rios de Oliveira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas da AICEP não estão diretamente afetas a nenhum membro do Conselho de Administração, fazendo parte de uma "pool" que é gerida em função das necessidades de serviço.

Como já foi referido anteriormente, os membros do Conselho de Administração da AICEP não possuem viaturas que lhe estejam afetas para uso pessoal, nem mesmo específicas para o serviço na Agência. As viaturas da empresa fazem parte de um parque de viaturas, cuja utilização é gerida em função das necessidades de serviço e por quem se justificar, no âmbito das respetivas funções. Todas as deslocações são realizadas em representação da Agência, para o cumprimento da sua missão de visita e acompanhamento dos clientes, a que acresce o facto da AICEP possuir instalações em vários pontos do país, nomeadamente a sua sede no Porto e escritórios em Lisboa. Não obstante, apresentam-se os gastos com combustível e portagens na utilização dos carros de serviços em deslocação de serviço de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Gastos com deslocações em serviço

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	Gasto total com viagens
<u>Mandato 2023-2024</u>						
Filipe Santos Fernandes da Costa	32.012,24	7.030,27	2.911,00	Refeições	1.052,82	43.006,33
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	40,30	-	2.571,13	Refeições	69,12	2.680,55
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	19.933,46	5.318,72	1.490,74	Refeições	213,69	26.956,61
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	5.912,46	1.578,00	-	Refeições	404,65	7.895,11
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	-	-	-	Refeições	-	-
Carlos Manuel Sales Abade	-	-	-	Refeições	-	-
Marisa da Luz Bento Garrido Marques Oliveira	-	-	-	Refeições	-	-
<u>Mandato 2024-2026</u>						
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	18.144,64	4.523,92	3.013,66	Refeições	333,06	26.015,28
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	40,85	-	62,76	Refeições	27,14	130,75
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	5.395,82	2.503,00	1.045,58	Refeições	246,18	9.190,58
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	4.754,34	2.370,00	928,06	Refeições	174,33	8.226,73
Paulo César Rios de Oliveira	14.971,82	8.410,00	2.073,32	Refeições	658,59	26.113,73
						<b>150.215,67</b>

nota: a maioria dos gastos referem-se a deslocações ao estrangeiro relacionadas com a atividade de promoção no âmbito da diplomacia económica que a AICEP desenvolve, com vista à internacionalização da economia portuguesa, de acordo com a missão, objeto e atribuições definidos estatutariamente

**Fiscalização**

**Conselho Fiscal**

Mandatos

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estat. Rem. Fixado Mensal	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2021-2023	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Despacho 11639/2022	03-10-2022	1.362,01	1
2021-2023	Vogal Efetivo	Maria da Nazaré Mendonça Luís Barbosa Campos Vilar	Despacho 11639/2022	03-10-2022	1.021,51	1
2021-2023	Vogal Efetivo	José Manuel Cristóvão Veríssimo	Despacho 11639/2022	03-10-2022	1.021,51	1
2021-2023	Vogal Suplente	Abel Cubal Tavares de Almeida (1)	Despacho 11639/2022	03-10-2022	-	1

Número estatutário de membros: 4  
(1) apresentou renúncia ao cargo em 31 de março de 2024

Membro do órgão de fiscalização	Rem. anual auferida (bruta)
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	19.068,14
Maria da Nazaré Mendonça Luís Barbosa Campos Vilar	14.301,14
José Manuel Cristóvão Veríssimo	14.301,14
	<b>47.670,42</b>

## Revisor Oficial de Contas

### Mandatos

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		
		Nome	Nº de insc. na OROC	Nº Registo na CMVM
2022-2024	ROC	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	23	20161381
2022-2024	ROC supl.	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	67	20161403

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
	Nome		Forma (1)	Data	Contratada		
ROC	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.		Despacho	10-05-22	-	3	3
ROC supl.	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.		Despacho	10-05-22	-	3	3

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

### Contrato de prestação de serviços

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação		Valor Anual de Serviços Adicionais -	
	Valor anual	Identificação do Serviço	Valor anual	Identificação do Serviço
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	18.450,00	Revisão de contas		

valores com IVA

## Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	725	1122	29-12-22	2023/25	18	18

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de		Valor Anual de Serviços Adicionais -	
	Valor anual €	Identificação do Serviço	Valor anual	Identificação do
BDO & Associados, SROC, Lda.	29.520,00	Auditoria contas		
valores com IVA				
Valor pago (com IVA)				



## Apêndice 2 - Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais - 2024	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Refª Relat.
<b>Objectivos de Gestão</b>	N.A.		
Objetivo de gestão 1 <sup>(a)</sup>			
Objetivo de gestão 2 <sup>(a)</sup>			
Objetivo de gestão 3 <sup>(a)</sup>			
<b>Metas a Atingir constantes no PAO 2024</b>	S	100%	
Investimento			
Nível de endividamento			
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>	S	100%	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	N.A.		
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	N.A.		
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	S	1	
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	S		sem atrasos
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>	S		
Recomendação 1			
<b>Reservas emitidas na última CLC</b>	S		
Reservas 1			
<b>Remunerações</b>			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024	S	22.687 euros	
<b>EGP - artigo 32º e 33.º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b>			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		

<b>Cumprimento das Orientações legais - 2024</b>	<b>Cumprimento S/N/N.A.</b>	<b>Quantificação/ Identificação</b>	<b>Justificação / Refª Relat.</b>
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	link no texto	
<b>Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>	S	link no texto	
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Nenhum	
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>	S	Adesão voluntária	
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	S	Ponto 15	
<b>Contratação de estudo, pareceres, projetos e consultoria (artº 49º do DLEO 2019)</b>	S	Ponto 15	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	98%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	599.054,62 euros	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	421,73 euros	
		entregue a 15.jul., 14.out.24 e 6.mar.25	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas <sup>(b)</sup></b>	S		
Recomendação 1			
Recomendação 2			
<b>Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto</b>	S		
<b>Apresentação da demonstração não financeira</b>	NA		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

## 7.

### Análise às contas do exercício

Os documentos contabilísticos que integram este Relatório, nomeadamente as Demonstrações Financeiras Individuais e o respetivo Anexo, reportados ao exercício de 2024, refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e os resultados da AICEP, nos termos do normativo contabilístico aplicável. O presente capítulo tem

por objetivo complementar essa informação, destacando de forma sintética os principais movimentos patrimoniais e económicos registados no decurso do exercício.

Para efeitos de análise comparativa, apresenta-se de seguida a evolução da estrutura patrimonial da AICEP entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024.

Estrutura Patrimonial (mil Euros)		
	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.094	1.051
Propriedades de investimento	36	37
Ativos intangíveis	3.793	5.197
Participações financeiras	40.975	39.962
Outros ativos financeiros	17.914	19.024
Outras contas a receber	5	4
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
Clientes, contribuintes e utentes	2	14
Estado e outros entes públicos	241	181
Outras contas a receber	11.262	10.671
Diferimentos	594	837
Caixa e depósitos	154.939	175.338
<b>Total do Ativo</b>	<b>230.855</b>	<b>252.316</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património / Capital	114.928	114.928
Prémios de emissão	57.950	57.950
Reservas	695	93
Resultados transitados	-62.265	-57.663
Ajustamentos em ativos financeiros	2.503	2.183
Excedentes de revalorização	184	192
Outras variações no património líquido	2.510	2.115
Resultado líquido do período	-18.734	-15.183
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>97.772</b>	<b>104.615</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		
Provisões	4.225	6.352
Passivos por impostos diferidos	17	17
Outras contas a pagar	40.870	96.373
Diferimentos	400	400
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Credores por transferências e subsídios concedidos	79.952	36.746
Fornecedores	38	86
Estado e outros entes públicos	971	1.024
Fornecedores de investimento	15	13
Outras contas a pagar	2.893	2.944
Diferimentos	3.704	3.746
<b>Total do Passivo</b>	<b>133.083</b>	<b>147.701</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>	<b>230.855</b>	<b>252.316</b>

No ativo não corrente, destaca-se a valorização da participação de 91,185% na AICEP Global Parques, registada segundo o método da equivalência patrimonial.

Em 2024, esta participação apresentou um acréscimo de 1.013 mil euros, resultante da conjugação do resultado líquido da empresa (7.174 mil euros, ponderado pela

percentagem de participação) e da distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2023 (6.161 mil euros).

Relativamente aos outros ativos financeiros, verificou-se a liquidação do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento, que se traduziu numa diminuição de 1.113 mil Euros. Houve ainda ajustamentos às imparidades do valor das U.P. dos fundos de capital de risco detidas pela AICEP que, no seu conjunto, contribuíram com um valor positivo de 3 mil Euros, pela redução da imparidade no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand no montante de 5 mil Euros e pelo reforço da imparidade do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização no montante de 2 mil Euros. Note-se que o valor de 17.914 mil Euros, relativo ao saldo dos outros ativos financeiros, em 2024, inclui o valor da participação no FINOVA, no montante de 6.821 mil Euros, que passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

Nos ativos intangíveis, registou-se uma redução de 1.403 mil euros, decorrente do registo das depreciações relativas às aquisições relacionadas com o processo de transformação digital da AICEP.

No ativo corrente, merece destaque a rubrica de outras contas a receber (11.262 mil euros), com destaque para acréscimos de rendimentos relacionados com os projetos SIAC (6.528 mil euros) e INOV Contacto (3.017 mil euros).

Pela sua importância, 67% do total do Balanço, o valor de depósitos bancários e caixa merece também uma explicação. Neste momento a AICEP tem à sua guarda os valores resultantes dos reembolsos e das devoluções das empresas que foram destinatárias de incentivos no âmbito do Sistema de Incentivos PRIME que, em 31 de dezembro de 2024 ascendiam a cerca de 104 milhões de Euros. O remanescente engloba fundos próprios da AICEP. Tal como pode ser constatado, os depósitos bancários sofreram uma variação negativa de 20.399 mil Euros. Para além dos gastos normais da Agência, contribuíram também pagamentos de incentivos no âmbito do Aviso para

apresentação de candidaturas nº 11 – Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI), num montante de 10,4 milhões de Euros e um pagamento, o âmbito do PT2020, no montante de 7,3 milhões de Euros. Adicionalmente a AICEP registou, em 2024, pagamentos de cerca de 7,8 milhões de euros com a preparação da Expo OSAKA, a decorrer em 2025. Por outro lado, em sentido contrário, destacam-se os recebimentos de 11,5 milhões de Euros da DGTF, os 11 milhões de Euros do Turismo de Portugal, o 1 milhão de Euros do Fundo de Relações Internacionais e ainda o recebimento relativo à liquidação do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no montante de 1.101 mil Euros.

No Património Líquido, destaca-se o agravamento de 4.602 mil euros em resultados transitados negativos, reflexo do resultado negativo do ano 2023 e do registo, como capital, da transferência de 11.500 mil Euros da DGTF para cobertura de prejuízos, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, e posteriormente pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro.

Embora apenas com um peso de 9% do passivo não corrente, o valor das provisões diminuiu 2.123 mil Euros. Dado que a AICEP tinha vindo a perder ações em tribunal interpostas por colaboradores, em 2023, por prudência, optou por provisionar situações análogas, mesmo que ainda não tenham colocado ações judiciais. Assim, esta redução decorre fundamentalmente da utilização das provisões referentes a diuturnidades, pré-reformas, prémios de antiguidade e subsídios de função técnica e da reversão da provisão relacionada com o pedido de reajuste salarial dos contratados locais na delegação da AICEP no Brasil pelo montante 890 mil Euros. Tal como consta detalhadamente dos documentos anexos às contas, procedeu-se à sua atualização com base nas ocorrências de 2024, passando no final do ano para um total de 4.225 mil Euros.

A restante percentagem do passivo não corrente, corresponde fundamentalmente à expressão, no passivo, da qualidade da AICEP enquanto intermediária na gestão de fluxos financeiros derivados da aplicação do SIPRIME. Assim, as explicações dadas a propósito dos depósitos bancários têm pleno cabimento na análise desta rubrica.

Relativamente aos diferimentos, de salientar que estão registados 400 mil Euros recebidos do Ministério dos

Negócios Estrangeiros correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) destinados a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa.

No que se refere ao passivo corrente, importa destacar a rubrica credores por transferências e subsídios, que corresponde ao saldo que a AICEP tem em seu poder, para atribuir apoios no âmbito do aviso 11, conforme anteriormente descrito. Uma vez que estes montantes são para ser pagos com verbas do QCA III que estão na posse da AICEP, durante o ano de 2024 foram transferidos 53,6 milhões de Euros da rubrica outras contas a pagar, do passivo não corrente, para esta rubrica. Adicionalmente foram pagos 13 incentivos no montante total de 10.430 mil Euros.

Apresenta-se de seguida quadro resumo com a composição do resultado:

Composição do Resultado da AICEP (mil Euros)		
	2024	2023
<b>Resultados sem participadas e fundos</b>	<b>-25.916</b>	<b>-21.153</b>
<b>Resultados relativos às participadas e fundos</b>		
Contribuição da AICEP Global Parques	7.179	6.485
Imparidades de participações financeiras e outros ativos financeiros	3	-515
<b>Resultado Líquido do Grupo</b>	<b>-18.734</b>	<b>-15.183</b>

O resultado líquido de 2024 foi negativo em 18.734 mil euros. O resultado da atividade da AICEP, sem participadas, foi de -25.916 mil euros, sendo parcialmente compensado pelos resultados da AICEP Global Parques e fundos detidos.

O resultado negativo da atividade da AICEP (18.734 mil Euros negativos), pode-se resumir em grande parte derivado de dois fatores. Um dos motivos prende-se com o facto de não ter sido recebido o montante de 11,5 milhões de Euros referente à transferência do IAPMEI, I.P., prevista no n.º 11 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 82/2023 do Orçamento de Estado, tendo recebido este montante da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), ao abrigo do capítulo 60, valor este registado na rubrica de resultados transitados, dado que, segundo a Tutela, a sua finalidade foi para cobertura de prejuízos. O outro fator prende-se com o facto da AICEP suportar na totalidade as despesas com a preparação da exposição mundial em Osaka, num

total de 7.764.071 Euros, sem qualquer rendimento associado.

Desde 2015, a AICEP tem sido financiada maioritariamente através de transferências provenientes do Turismo de Portugal, I.P., do IAPMEI e do Fundo para as Relações Internacionais. No entanto, estas transferências têm permanecido constantes ao longo dos anos, sem atualização, sofrendo uma erosão significativa devido à inflação acumulada. Acresce ainda que, desde 2022, as transferências do IAPMEI foram interrompidas, criando um défice estrutural de financiamento que tem obrigado a AICEP a recorrer a transferências extraordinárias de capital da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) para cobrir os prejuízos anuais acumulados.

É importante destacar que estas transferências extraordinárias de capital, apesar de necessárias para assegurar a liquidez operacional, afetam negativamente o Resultado Líquido do Exercício, na medida em que não constituem receitas operacionais próprias e não promovem uma estrutura financeira equilibrada e sustentável.

Neste sentido, e em cumprimento de um dos principais mandatos atribuídos ao atual Conselho de Administração, conforme explicitado na Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2024, o Conselho de Administração da AICEP apresentou, em julho de 2024, uma proposta detalhada de um novo modelo de financiamento às tutelas setorial e financeira. Este modelo encontra-se atualmente sob avaliação pela tutela.

O novo modelo proposto visa:

- Reorganizar e diversificar as fontes de financiamento da Agência;
- Atualizar os valores de financiamento, corrigindo a perda real provocada pela inflação desde 2015;
- Estabelecer um cronograma previsível e transparente para a materialização do financiamento anual;
- Garantir sustentabilidade, estabilidade e previsibilidade na gestão financeira da AICEP, fortalecendo a sua capacidade de planeamento e gestão operacional.

Este modelo assenta na celebração de um contrato de prestação de serviço público entre a AICEP e o Estado português, enquadrado pelo artigo 22.º dos estatutos da Agência, integrando critérios claros para a definição dos níveis anuais de financiamento, incluindo uma atualização plurianual dos valores base para refletir a inflação



acumulada. Adicionalmente, prevê um mecanismo de incentivo ou bonificação associado ao desempenho da Agência, promovendo uma gestão orientada para resultados e assegurando previsibilidade e sustentabilidade financeira, operacional e estratégica da AICEP.

#### Evolução dos rendimentos e gastos

No âmbito da prestação de contas relativa a 2024, e considerando a substituição integral do Conselho de Administração ocorrida durante o exercício, foi solicitado ao Tribunal de Contas, em 12 de julho, autorização para apresentação de uma conta única, nos termos do n.º 19 da Resolução n.º 3/2023 – 2.ª Secção, de 7 de dezembro. O pedido teve por base a nomeação do novo Conselho de Administração, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2024. A autorização foi concedida por despacho da Senhora Conselheira da Área de Responsabilidade III, comunicado em 22 de julho de 2024, com a condição de que a conta seja instruída com a Relação Nominal de Responsáveis, permitindo a identificação dos respetivos responsáveis e dos períodos em que exerceram funções.

Tendo em consideração essa alteração da administração a meio do ano e visando uma análise mais precisa do comportamento económico-financeiro da Agência, procede-se, infra, a uma breve segmentação dos resultados entre os períodos de janeiro a maio e de junho a dezembro.

do ano, refletindo-se exclusivamente no segundo período, com impacto relevante na execução orçamental e no resultado consolidado do exercício.

Partindo para uma análise agregada do exercício, numa perspetiva financeira global, os rendimentos totais de 2024 registaram uma diminuição de cerca de 18% face a 2023, fixando-se em aproximadamente 26,6 milhões de euros. Esta variação decorre, sobretudo, do termo do protocolo de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal em 2023 (com impacto de cerca de 6 milhões de euros). O Turismo de Portugal representou, em 2024, cerca de 41% do total de rendimentos, conforme estabelecido na Lei do Orçamento para 2024. A AICEP obteve ainda rendimentos com origem em fontes diversificadas, como sejam, a sua participada, AICEP Global Parques, o FRI - Fundo para as Relações Internacionais e verbas comunitárias.

No que se reporta a gastos, a AICEP incorreu em cerca de 45,2 milhões de euros repartidos, na sua grande parte, por encargos com o pessoal (58%) e fornecimentos e serviços externos (35%).

Relativamente às restantes rubricas dos gastos operacionais, em comparação com o ano anterior, regista-se uma diminuição na rubrica de provisões, no montante de 1,4 milhões de euros. Registou-se ainda um decréscimo na ordem dos 9,1% na categoria de gastos com pessoal, dado que no final de 2023 os colaboradores da AICEP afetos ao Turismo, passaram a integrar os quadros do Turismo de Portugal. Esta despesa cifrava-se, em 2023, em cerca de

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	31 maio	1 junho a 31 dezembro	31 dezembro
	2024	2024	2024
Prestação de serviços	4.583.595	6.417.680	11.001.275
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	1.379.746	2.939.728	4.319.475
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-	7.178.976	7.178.976
Fornecimentos e serviços externos	(3.374.867)	(12.435.155)	(15.810.022)
Gastos com o pessoal	(10.847.876)	(15.443.107)	(26.290.983)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.754	(15.191)	2.564
Provisões (aumentos/reduções)	-	246.894	246.894
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	2.951	2.951
Outros rendimentos	984.552	1.027.704	2.012.255
Outros gastos	(133.077)	(97.335)	(230.412)
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>(7.390.173)</b>	<b>(10.176.855)</b>	<b>(17.567.028)</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(755.074)	(1.044.599)	(1.799.672)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>(8.145.246)</b>	<b>(11.221.454)</b>	<b>(19.366.700)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	288.213	501.543	789.756
Juros e gastos similares suportados	(12.505)	(50.777)	(63.282)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(7.869.539)</b>	<b>(10.770.688)</b>	<b>(18.640.226)</b>
Imposto sobre o rendimento	-	(93.499)	(93.499)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(7.869.539)</b>	<b>(10.864.187)</b>	<b>(18.733.725)</b>

Destaca-se que as rubricas relativas aos rendimentos da participada e às provisões apenas foram registadas no final

3,5 milhões de euros. Expurgando-se este montante em 2023, para efeitos comparativos, teríamos um acréscimo

de 3,5%. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se um forte aumento desta rubrica num total 63,3% (mais 6,1 milhões de Euros face ao ano anterior), fundamentalmente pelo valor dos gastos associados com a Expo 2025 Osaka, num total de 7,8 milhões de Euros.

## 8.

### Proposta de aplicação de resultados

---

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 18.733.725,43 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados, devendo subsequentemente a componente positiva de 358.948,99 Euros relativa aos resultados positivos

apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Arroja

Madalena Oliveira e Silva

Joana Gaspar

Francisco Catalão

Paulo Rios



# AICEP

Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

## **Relatório e Contas 2024**

---

### Parte II - Demonstrações Financeiras e Orçamentais

## **Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais**

### Contas Individuais

Demonstração Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Demonstração Orçamentais

Contabilidade de Gestão



## Contas individuais

### Demonstrações Financeiras

## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	31 dezembro 2024	31 dezembro 2023
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	1.094.924	1.051.498
Propriedades de investimento	7	36.245	37.427
Ativos intangíveis	6	3.792.976	5.196.541
Participações financeiras	8	40.974.839	39.961.866
Outros ativos financeiros	8	17.913.657	19.023.716
Outras contas a receber	11	4.800	4.143
		<b>63.817.440</b>	<b>65.275.189</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Cientes, contribuintes e utentes	11	1.845	14.143
Estado e outros entes públicos	16	241.009	181.363
Outras contas a receber	11	11.261.713	10.670.534
Diferimentos	12	593.907	836.985
Caixa e depósitos	5/11	154.939.380	175.338.109
		<b>167.037.854</b>	<b>187.041.135</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>230.855.294</b>	<b>252.316.324</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	13	114.927.980	114.927.980
Prémios de emissão	13	57.950.052	57.950.052
Reservas	13	695.275	92.986
Resultados transitados	13	(62.265.133)	(57.662.636)
Ajustamentos em ativos financeiros	13	2.502.527	2.183.223
Excedentes de revalorização	13	184.326	191.709
Outras variações no Património Líquido	13	2.510.341	2.114.832
Resultado líquido do período		(18.733.725)	(15.183.325)
Interesses que não controlam			
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>97.771.642</b>	<b>104.614.820</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	14	4.225.171	6.352.463
Passivos por impostos diferidos	10	16.589	17.254
Outras contas a pagar	15	40.869.987	96.372.692
Diferimentos	17	400.000	400.000
		<b>45.511.747</b>	<b>103.142.409</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Credores por transferências e subsídios concedidos	15	79.951.770	36.746.250
Fornecedores	15	37.842	85.620
Estado e outros entes públicos	16	970.912	1.024.445
Fornecedores de investimentos	15	15.094	13.197
Outras contas a pagar	15	2.892.717	2.943.769
Diferimentos	17	3.703.569	3.745.813
		<b>87.571.904</b>	<b>44.559.096</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>133.083.652</b>	<b>147.701.505</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>230.855.294</b>	<b>252.316.324</b>

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023
Prestação de serviços	18	11.001.275	11.000.933
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	19	4.319.475	7.255.245
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	8	7.178.976	6.485.308
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	(180)
Fornecimentos e serviços externos	20	(15.810.022)	(9.682.933)
Gastos com o pessoal	21	(26.290.983)	(28.912.228)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	2.564	42.611
Provisões (aumentos/reduções)	14	246.894	(2.386.765)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	2.951	(514.758)
Outros rendimentos	23	2.012.255	7.139.646
Outros gastos	24	(230.412)	(4.588.972)
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>(17.567.028)</b>	<b>(14.162.092)</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23	(1.799.672)	(1.191.258)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>(19.366.700)</b>	<b>(15.353.351)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	789.756	360.465
Juros e gastos similares suportados	26	(63.282)	(57.776)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(18.640.226)</b>	<b>(15.050.662)</b>
Imposto sobre o rendimento	10	(93.499)	(132.663)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(18.733.725)</b>	<b>(15.183.325)</b>

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em euros)

Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe													
	Notas	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	114.927.980	-	57.950.052	92.986	(57.662.636)	2.183.223	191.709	2.114.832	(15.183.325)	104.614.820	-	104.614.820
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:													
Primeira adoção do novo referencial contabilístico										-			-
Alterações de políticas contabilísticas										-			-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-			-
Realização de excedentes de revalorização										-			-
Excedentes de revalorização e respetivas variações						(316.882)	324.266	(7.383)		(0)			(0)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					602.289	10.897.711			395.509	15.183.325	27.078.835		27.078.835
Resultado Líquido						(15.183.325)	(4.961)			(15.183.325)	(15.188.287)		(15.188.287)
	[2]	-	-	-	602.289	(4.602.497)	319.305	(7.383)	395.509	15.183.325	11.890.548	-	11.890.548
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]									(18.733.725)	(18.733.725)		(18.733.725)
RESULTADO INTEGRAL	[4] = [2]+[3]									(3.550.400)	(6.843.178)	-	(6.843.178)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital/património										-			-
Entradas para cobertura de perdas										-			-
Outras operações										-			-
	[5]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6] = [1]+[2]+[3]+[5]	114.927.980	-	57.950.052	695.275	(62.265.133)	2.502.527	184.326	2.510.341	(18.733.725)	97.771.642	-	97.771.642

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		180.704,50	114.199,49
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		17.228.073,71	17.154.929,74
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		(15.447.980,26)	(9.784.088,69)
Pagamentos ao pessoal		(27.669.072,56)	(28.262.844,78)
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		(10.837.133,39)	(7.417.723,23)
Pagamentos de prestações sociais			
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		(36.545.408,00)	(28.195.527,47)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(39.399,09)	(60.477,31)
Outros recebimentos / pagamentos		(2.732.478,25)	9.169.180,17
<b>Fluxos das atividades operacionais [a]</b>		<b>(39.317.285,34)</b>	<b>(19.086.824,61)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(263.407,91)	(192.580,53)
Ativos intangíveis		(174.096,36)	(1.982.581,79)
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1.101.413,97	2.894.192,55
Propriedades de investimento			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			1.000.000,00
Juros e rendimentos similares		569.317,75	213.052,92
Dividendos		6.185.328,52	3.781.803,54
<b>Fluxos das atividades de investimento [b]</b>		<b>7.418.555,97</b>	<b>5.713.886,69</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		11.500.000,00	11.500.000,00
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos das atividades de financiamento [c]</b>		<b>11.500.000,00</b>	<b>11.500.000,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [a]+[b]+[c]</b>		<b>(20.398.729,37)</b>	<b>(1.872.937,92)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>(4.809,01)</b>	<b>843,30</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>175.338.109,11</b>	<b>177.211.047,03</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>154.939.379,74</b>	<b>175.338.109,11</b>



Rubricas	Notas	2024	2023
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		175.338.109,11	177.211.047,03
- Equivalentes a caixa no início do período		(153.995.814,89)	(151.200.000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo de Gerência anterior		21.342.294,22	26.011.047,03
De execução orçamental		20.224.535,73	21.077.421,35
De operações de tesouraria		1.117.758,49	4.933.625,68
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		154.939.379,74	175.338.109,11
- Equivalentes a caixa no fim do período		(125.750.000,00)	(153.995.814,89)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a Gerência seguinte		29.189.379,74	21.342.294,22
De execução orçamental		18.437.756,13	20.224.535,73
De operações de tesouraria		10.751.623,61	1.117.758,49

## Contas individuais

### Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

## Contas Individuais

---

### Notas às Demonstrações Financeiras

#### 1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade

1. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. ("Agência" ou "AICEP") foi criada mediante o n.º 1 do Art.º 1º do Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. A AICEP sucedeu à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. ("API"), criada pelo Decreto-Lei n.º 225/2002, de 30 de outubro, diploma entretanto revogado. De acordo com o disposto na alínea i) da alínea b), do número 18 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de março de 2006, publicada no Diário da República, I Série B, de 21 de abril, foi definida a criação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., integrando as atribuições do ICEP Portugal, I.P. (ICEP - Instituto das Empresas para os Mercados Externos) e as da Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E.
2. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/2007, de 25 de junho de 2007, foi extinto o ICEP Portugal, I.P., com referência à data de 30 de junho de 2007. Em resultado da coordenação deste diploma com o disposto no Decreto-Lei n.º 245/2007, também de 25 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2007, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. sucede à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. e integra o património e atribuições do ICEP Portugal, I. P.
3. A AICEP, que mantém a personalidade jurídica da anterior API, é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e ainda dos poderes de autoridade pública administrativa inerentes à prossecução do seu objeto, quando atua em representação do Estado, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º. 203/2003, de 10 de setembro (n.ºs 1 e 2 do Art.º 1.º dos Estatutos).
4. No âmbito da orgânica do anterior Governo, o Decreto-Lei n.º 119/2013 de 21 de agosto, que republica o DL 86-A/2011 de 12 de julho, refere no seu Art.º 10º, ponto 4, a integração da AICEP na Presidência do Conselho de Ministros, o departamento central do Governo. Por Despacho n.º 11299-A/2013 de 30 de agosto, publicado na IIª série do DR n.º 167, o Primeiro-Ministro delegou os poderes que detinha na AICEP, no Vice-Primeiro-Ministro, com a faculdade de subdelegação no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e no Ministro da Economia.

Pelo Despacho n.º 15794/2013 de 4 de dezembro, no Diário da República n.º 235, IIª série, o Vice-Primeiro-Ministro define a tutela da AICEP dentro de um quadro global de gestão, em que sob a sua superintendência, é assegurada a coordenação e articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em matéria da diplomacia económica, na estreita colaboração entre a rede consular e a rede externa da AICEP, assim como com o Ministério da Economia, na definição estratégica das políticas e em ações que visam a promoção das exportações de bens e serviços, a criação de um ambiente favorável à captação de investimento nacional e estrangeiro, e o reforço da internacionalização e competitividade das empresas portuguesas. No mesmo diploma, subdelega no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) e no Ministro da Economia (ME) as superintendência e tutela das ações a desenvolver pela AICEP no âmbito das suas atribuições estatutárias relacionadas com as respetivas áreas de intervenção. Assim, foi subdelegada no MENE a superintendência das ações de diplomacia económica, de internacionalização e promoção externa de produtos, de empresas e da economia portuguesas, assim como as de cooperação internacional no domínio da economia e do setor empresarial. No ME está delegada a superintendência das atividades relacionadas com a captação de investimento nacional e estrangeiro, de apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a gestão,

negociação de fundos de apoio ao investimento e internacionalização das empresas no âmbito dos sistemas fiscais e financeiros em vigor, assim como a recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercado.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro de 2015, é confirmada, no seu Art.º 12º, n.º 3, a integração da AICEP no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros exerce, em coordenação com o Ministro da Economia, a superintendência e tutela da AICEP que, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 25º, tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, da competitividade, da inovação, de internacionalização das empresas e de promoção do comércio, da indústria e do investimento. Refere ainda no n.º 5 do Art.º 13º que compete à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa a promoção de reuniões de coordenação de assuntos económicos e de investimento, visando favorecer a concretização célere de projetos de investimento relevantes, em coordenação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro-adjunto e com o Ministro da Economia.

5. O Decreto-Lei n.º 229/2012 de 26 de outubro aprovou os Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. e revoga o Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. Em conformidade com o Art.º 2º dos seus Estatutos, a AICEP rege-se por estes mesmos, pelos seus regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, o que significa que está sujeita às normas de direito privado nas suas relações com terceiros, aplicando-se aos atos e contratos por si praticados ou celebrados o previsto na alínea a) do Art.º 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
6. No Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro procedeu-se à primeira alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, incluindo nas respetivas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.
7. O Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro procedeu à segunda alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, para adaptação do modelo de fiscalização.
8. A AICEP tem por objeto, nos termos do Art.º 5º dos Estatutos, "o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa".
9. As atribuições da AICEP estão descritas no Art.º 6º dos Estatutos do modo seguinte:  
"Com vista à realização do seu objeto, são atribuições da AICEP:
  - a) Contribuir para a competitividade das empresas portuguesas através da sua internacionalização, da promoção e aumento das exportações e do investimento direto estrangeiro no País;
  - b) Participar na conceção, aplicação e avaliação das políticas de apoio e desenvolvimento das estratégias empresariais de investimento nacional e internacional;
  - c) Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, internacionalização das empresas portuguesas e aumento das exportações;
  - d) Promover condições favoráveis à captação de investimento estrangeiro para Portugal, em parceria com os vários agentes públicos e privados;
  - e) Apoiar, coordenar e estimular o desenvolvimento de ações de cooperação externa no domínio do sector empresarial;

- f) Apoiar, coordenar e estimular iniciativas de divulgação e promoção no estrangeiro das competências, produtos e serviços das empresas nacionais, incluindo as referentes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais;
  - g) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento, caso a caso, de apoios ao investimento em Portugal e às empresas portuguesas no exterior, no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor;
  - h) Gerir e negociar programas de apoio relacionados com a promoção das marcas portuguesas e com a promoção da internacionalização da economia portuguesa;
  - i) Gerir fundos de apoio ao investimento constituídos pelas verbas provenientes dos reembolsos dos incentivos financeiros atribuídos ou a atribuir a projetos de investimento, que nos termos da lei possam ser atribuídos à AICEP, E. P. E.;
  - j) Acompanhar projetos de investimento em Portugal e projetos de internacionalização no exterior, nos termos previstos no artigo anterior;
  - k) Conceber e propor acordos de cooperação económica empresarial em colaboração com outras entidades oficiais, participando na sua negociação e execução;
  - l) Promover, constituir e participar em empresas ou outras formas de associação que tenham por objeto o reforço da competitividade e da imagem de Portugal nos mercados externos e a internacionalização das atividades dessas empresas;
  - m) Constituir ou participar em entidades de direito privado e participar direta ou indiretamente na gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial;
  - n) Colaborar, em articulação estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral, regional e multilateral;
  - o) Promover o fortalecimento da diplomacia económica de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE;
  - p) A recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercados."
10. No que respeita à rede externa, esta articula-se com as várias áreas de intervenção da Agência, podendo igualmente prestar "serviços para a realização de ações de promoção da oferta portuguesa em áreas de atividade não abrangidas pelo seu objeto", conforme previsto no Art.º 7.º dos Estatutos. A atividade da rede externa da AICEP deverá ser articulada com os órgãos e serviços do Estado no estrangeiro, particularmente com a rede diplomática e consular, com vista ao aumento da eficácia da representação de Portugal no exterior. Pelo Art.º 8.º dos seus Estatutos, a AICEP está incumbida de promover as ações necessárias junto das autoridades públicas, com vista à eficiência e competitividade propícias à internacionalização da economia portuguesa.
11. O modo como o ICEP se encontrava organizado no estrangeiro, determinou particulares relacionamentos com a rede diplomática donde resultou que a organização tivesse sido suportada por recurso a processos não completamente formalizados em nome daquele Instituto e com a respetiva identificação fiscal, o que tem implicado que nem toda a documentação esteja em nome da AICEP. A AICEP solicitou ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças autorização para a continuação daquela prática, tendo obtido respostas negativas. Dada a complexidade do problema, o Conselho de Administração da AICEP tem promovido o seu estudo e a implantação das práticas corretas, com a finalidade de extinguir estes procedimentos. Apesar das dificuldades, têm-se resolvido todas as questões, restando neste momento um pequeno número que se encontra em vias de sanção.



12. Quanto à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento, através do Art.º 9.º dos Estatutos, é atribuído à AICEP o papel de "organismo responsável pela administração e gestão dos sistemas de apoios e incentivos que lhe sejam atribuídos pela lei, respeitantes a projetos de investimento, à internacionalização das empresas e à promoção externa das marcas portuguesas", podendo, excecionalmente, tais incentivos "incluir específicas contrapartidas para atenuar custos de contexto". A AICEP deve ainda "propor ao membro do Governo responsável pelo sistema de incentivos em causa novos sistemas e melhorias aos sistemas de incentivos vigentes, dentro da cabimentação prevista, em função da avaliação que faça quanto às necessidades de cumprimento do seu objeto e aproveitando as melhores práticas de países concorrentes" (n.º 4. do Art.º 9.º dos Estatutos). Releva referir que a AICEP dispõe, em exclusivo, do regime contratual de investimento, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 191/2014 de 31 de dezembro.
13. No que respeita ao capital de risco e de desenvolvimento, a AICEP, nos termos Art.º 10.º dos Estatutos, "pode ser titular de unidades de participação de fundos de capital de risco e similares e deter participações em entidades gestoras desses fundos, em sociedades de capital de risco ou similares e em sociedades gestoras de participações sociais ou similares, desde que qualquer desses fundos ou sociedades seja instrumental para o seu objeto".
14. Na atribuição referente à localização empresarial, a AICEP poderá, em conformidade com o Art.º 11.º dos Estatutos, "participar em entidades especializadas na gestão de parques empresariais ou em sociedades gestoras de áreas de localização empresarial de modo a dispor de instrumentos que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados para a implantação física de investimentos".
15. O capital estatutário da AICEP foi estabelecido, nos termos do n.º 1 do Art.º 4º dos Estatutos, no valor inicial de 110 milhões de Euros, tendo sido aumentado durante o exercício de 2008 em 4,9 milhões de Euros, conforme determinado por Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e Inovação. O Capital é detido integralmente pelo Estado. Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros. No exercício de 2008 o aumento de capital de 4.927.980 Euros foi realizado pela conversão de créditos do Estado nos montantes de 2.212.992 Euros e 1.633.749 Euros e pela cessão de crédito detido pelo Estado no montante de 1.081.239 Euros.
16. A indicada realização do capital estatutário inicial de 110 milhões de Euros consistiu, nos termos do Despacho Conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, na entrega de meios de investimento em entidades adstritas a atividades consonantes com a gestão e negociação de apoios de capital de risco e com a gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial, estatutariamente contempladas, a saber:
- Investimentos em entidades ligadas ao capital de risco e de desenvolvimento:
- a) Ações representativas da totalidade ou de parte de capitais sociais:
- o inteiro capital social de IPE - Estudos e Projetos Internacionais, S.A. (entretanto extinto);
  - 86% do capital social de IPE Capital - Sociedade de Investimento, S.A. (posteriormente designada por AICEP Capital Global, atualmente extinta);
  - 40% do capital social do FIEP Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, S.A. ("FIEP") (entretanto extinto).
- b) Unidades de participação nos fundos:
- 45% do capital do FRIE IPE Capital I;
  - 92% do capital do FCR IPE Capital Tecnologia;
  - 7% do capital do FRIE IPE Capital Retex/Paiep.

- c) Investimentos em entidade de gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial:
  - ações representativas da totalidade do capital social de Isósceles - Compra, Venda e Exploração de Imóveis, S.A. (atualmente designada por AICEP Global Parques);
  - empréstimo a esta sociedade.

17. Sobre o regime patrimonial e financeiro da AICEP, estabelece o Art.º 22.º dos Estatutos que são receitas desta entidade, no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa:

- a) Uma comissão de gestão devida pelo Estado por serviços prestados, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, incidente sobre o saldo do investimento acompanhado pela AICEP, entendendo-se como tal o somatório dos valores efetivamente investidos que hajam sido objeto de apoios e incentivos de qualquer natureza contratados, e que estejam em acompanhamento pela AICEP;
- b) Uma comissão de gestão resultante da ação da Agência, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, calculada sobre o contributo da AICEP, para as exportações de bens e serviços e o seu valor acrescentado;
- c) Comissões de gestão devidas por entidades participadas maioritariamente pela AICEP.

São igualmente receitas da AICEP, de acordo com o n.º. 2 do Art.º 22.º:

- d) Juros ativos;
- e) Dividendos e remunerações de capital;
- f) Dotações do OE para projetos especiais a cargo da AICEP;
- g) Remunerações por serviços prestados a empresas, por solicitação destas, institutos ou outras entidades que se situem para além do âmbito corrente dos serviços da AICEP;
- h) Receitas, designadamente pelo produto da venda de publicações e outros documentos;
- i) Rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto da sua alienação e da constituição de direitos sobre eles, designadamente os montantes de empréstimos ou outras operações financeiras que seja, nos termos legais, autorizada a contrair;
- j) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, ato ou contrato ou lhe possam advir do exercício das suas atribuições.

18. A atividade da AICEP desenvolve-se, em decorrência do exposto, nas seguintes vertentes, com interesse para a sua caracterização económica, financeira e contabilística e, imediatamente, para a compreensão das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2024:

- a) Realização das ações inerentes à contribuição para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento e ao acompanhamento de grandes projetos de investimento já realizados ou em curso de realização, mediante ações que têm implicado reduzidos investimentos em ativos e que envolvem gastos operacionais significativos, proporcionando rendimentos consubstanciados em "Comissão de gestão" a pagar pelo Estado (cf. Art.º 22º dos Estatutos);
- b) Gestão dos investimentos em participações em capitais de sociedades e em fundos de investimento, com assinalável incidência no balanço da situação patrimonial, dada a elevada importância dos ativos associados, e com os reflexos nos resultados da AICEP decorrente dos resultados das sociedades participadas e da valia das unidades de participação em fundos;

- c) Execução de iniciativas de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas em Portugal, nomeadamente no comércio de bens e serviços; apoio a projetos de internacionalização das empresas; e promoção da imagem de Portugal e das marcas portuguesas no exterior com impacto nas exportações e internacionalização e captação do investimento, em colaboração com as entidades competentes.
19. Em 2009, ano de encerramento do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), foram pagas todas as verbas dos incentivos atribuídas aos projetos de investimento que se candidataram e foram objeto dos apoios financeiros previstos no programa PRIME, onde a AICEP desempenhou o papel de entidade gestora e pagadora das verbas destinadas aos projetos acompanhados por si. Essas verbas do Programa PRIME eram canalizadas pelo IAPMEI para a AICEP que, por seu lado, fazia a sua entrega aos promotores dos investimentos após a aprovação, pelas diversas entidades envolvidas, da análise e avaliação efetuadas pelos seus Técnicos à concretização dos referidos projetos. Tendo sido esgotadas as verbas atribuídas no âmbito do QCA III, e apesar do seu término, este facto não significou que o acompanhamento desses projetos tenha cessado, visto que os efeitos decorrentes dos contratos assinados com os seus Promotores se prolongam para além do prazo do programa, nomeadamente o acompanhamento do cumprimento dos planos de reembolsos dos incentivos que é efetuado por intermédio da AICEP. Em 2024 continuaram a ser recebidos reembolsos no âmbito do QCA III.

No final de 2007, teve início o novo programa comunitário QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, que vigorou entre 2007 e 2013, tendo a AICEP intervenção em diversos programas operacionais como entidade gestora na atribuição e acompanhamento dos incentivos a projetos de investimentos na esfera das suas atribuições, mas não como entidade pagadora dos incentivos financeiros. Tal como no quadro anterior, o acompanhamento dos projetos de investimento manter-se-á para além do final do programa, nos termos dos contratos assinados com cada empresa quanto ao plano de reembolsos aprovado, recebendo a AICEP os respetivos reembolsos.

Em 2014 iniciou-se o novo Quadro Comunitário, designado por Portugal2020, que vigorou de 2014 a 2020. A AICEP continuou a assumir neste Quadro o seu papel de organismo especialista na vertente da internacionalização do tecido económico português e de captação de investimento estrangeiro, tendo sido responsável, na área do Sistema de Incentivos, pelos projetos de internacionalização da Medida "Qualificação e Internacionalização" e por diversas tipologias de projetos do Regime Contratual. O ano 2021 correspondeu ao último ano de aprovações de candidaturas ao abrigo do Portugal2020 concentraram-se as candidaturas nas tipologias mais complexas e de maior dimensão, em particular nos Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva e à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Efetivamente, no âmbito dos projetos de investimento o ano ficou marcado pelo retomar da análise e das negociações de diversos projetos/contratos que se mantiveram em standby durante 2020 e os primeiros meses de 2021 - período crítico da pandemia associada à doença COVID-19 - e, por outro, o lançamento dos derradeiros Concursos do Portugal2020. Manteve a sua atuação ao nível do acompanhamento e verificação da execução dos beneficiários.

Para além deste Quadro Comunitário de Apoio, em 2020 iniciou-se um novo pacote de ajudas com verbas comunitárias, tendo Portugal apresentado o seu PRR - Plano de Recuperação e Resiliência em abril de 2021. Neste âmbito, a AICEP integra os Comités Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção de diversas componentes, ao nível de investimentos de internacionalização e investimento estrangeiro, sendo ainda entidade Gestora da Medida "Internacionalização via e-commerce".

Em 17 de maio de 2021, foi publicado o Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 - Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI) e que definia a AICEP como entidade responsável pela análise dos

projetos, bem como pelo pagamento dos incentivos, o que não acontecia desde o QCA III. Para esse efeito, a Agência utilizaria reembolsos de anteriores quadros comunitários que estão à sua guarda, nomeadamente do QCA III e PEDIP's.

De acordo com o referido aviso: "A entidade designada por contrato de delegação de competências que assegura a análise das candidaturas no âmbito do presente Aviso é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP), a quem cabem as competências de análise, negociação e contratualização dos projetos que se enquadrem no Regime Contratual de Investimento nos termos do Decreto-Lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro. No âmbito do presente Aviso a AICEP é igualmente a entidade competente para a realização dos pagamentos dos apoios concedidos."

Desde o ano de 2022 que a Agência analisou e aprovou diversas candidaturas ao abrigo do referido aviso, sendo que, com a consequente assinatura dos contratos de investimento, foram apresentados e pagos vários pedidos de pagamento num total de 14,6 milhões de Euros.

De referir que a AICEP também é beneficiária de um conjunto de medidas de apoio comunitário no âmbito do Portugal2020 e do PRR, apoios estes dirigidos à sua atividade promocional, programa INOV Contacto e projeto de Transformação Digital da Agência. Estão envolvidos apoios dos Sistemas de Incentivo SIAC - Ações Coletivas e SAMA - Modernização Administrativa, do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e da Medida de Transformação Digital das entidades tuteladas pelo MNE do PRR.

20. No balanço da AICEP, individual e consolidado, constam, no Ativo, em contas de Depósitos à Ordem, e no Passivo, na conta de Outras contas a pagar, os montantes já recebidos dos promotores, a título de reembolso ou devolução. O total dos montantes de ambas as naturezas, representava em 31 de dezembro de 2024, um saldo de 103.655.106 Euros. Os montantes de incentivo reembolsável e o idêntico montante a devolver ao gestor destes fundos, unicamente após o reembolso por aqueles promotores ascendia, no termo de 2024, a 15.211.208 Euros. De acrescentar que não existe para a AICEP qualquer risco de crédito nos movimentos dos incentivos, uma vez que esta instituição apenas está vinculada, por um lado, a efetuar as correspondentes entregas aos promotores depois da transferência das importâncias pelo IAPMEI e, por outro lado, a devolver as importâncias devidas, posteriormente ao seu reembolso pelos promotores.
21. Em agosto de 2008, por Despacho da Direção Geral do Orçamento, foi dado parecer no sentido de que os saldos do ex-ICEP deverão constituir receita da AICEP. Neste contexto a AICEP passou a registar a utilização daqueles saldos por contrapartida de rendimentos, na medida das necessidades para cobertura dos prejuízos, de modo a apurar um resultado nulo nos exercícios de 2008 a 2010, antes do registo dos ajustamentos em Investimentos financeiros e apuramento do imposto corrente e diferido. Foram utilizados os montantes de 22.330.560, 30.379.790 e 593.583 Euros em despesa de funcionamento nos exercícios de 2008 a 2010, respetivamente, tendo sido registado o rendimento nos mesmos valores com contrapartida em rendimentos diferidos.
22. No exercício de 2024, os rendimentos operacionais da AICEP, no montante total de 25 779 545 Euros, subdividem-se como segue:
  - a) 11.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 10 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 82/2023 do Orçamento de Estado;

- b) 1.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do FRI - Fundo para as Relações Internacionais, transferência prevista no n.º 6 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 82/2023 do Orçamento de Estado;
- c) 511.340 Euros relacionados com o Protocolo de transição com o Turismo de Portugal, no qual há lugar a partilha de encargos;
- d) 2.821.757 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PT2020 de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
- e) 497.718 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PRR de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
- f) 9.650 Euros relativos a inserções publicitárias na revista da AICEP;
- g) 18.168 Euros relativos ao arrendamento de instalação;
- h) 37.547 Euros relativos à restituição de impostos na Rede Externa;
- i) 59.219 Euros relativos à cedência de pessoal no MNE;
- j) 7.178.976 Euros relativos à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- k) 1.277.391 Euros relativos a subsídios e transferências para investimentos;
- l) 1.222.003 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade relacionadas com processos judiciais;
- m) 42.611 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber;
- n) 103.165 Euros referentes a outros rendimentos diversos.

23. A AICEP apresenta, relativamente ao exercício de 2024, demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria dos investimentos financeiros em partes de capital, e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral conforme se explica na nota 3.6. O Resultado Líquido do Exercício de 2024, nas contas individuais da AICEP, negativo de 18.733.726 Euros, pode sumariamente discriminar-se como segue:

<b>Resultados da atividade sem participadas</b>	
<b>Gastos</b>	
Fornecimentos e serviços externos	15 810 022
Gastos com o pessoal	26 290 983
Gastos de depreciação e de amortização	1 799 672
Perdas por imparidade	40 047
Provisões do período	975 109
Outros gastos e perdas	230 412
Gastos e perdas de financiamento	63 282
<b>Total gastos</b>	<b>45 209 527</b>
<b>Rendimentos</b>	
Vendas e Prestações de serviços e concessões	11 001 275
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	4 319 475
Reversões	1 264 613
Outros rendimentos e ganhos	2 012 255
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	789 756
<b>Total rendimentos</b>	<b>19 387 374</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício	93 499
<b>Resultado antes de resultados na participada</b>	<b>(25 915 652)</b>
<b>Resultados relativos às participadas</b>	
Método de equivalência patrimonial	7 178 976
Imparidades relativas às participações financeiras	2 951
<b>Total de Método de Equivalência Patrimonial e Imparidades</b>	<b>7 181 927</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(18 733 726)</b>

24. Os indicados resultados relativos à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e registo de Ajustamentos, podem ser discriminados, com referência às participações financeiras, como segue:

**Método de equivalência patrimonial**

AICEP Global Parques, SA	7 178 976
	7 178 976

**Imparidade de ativos financeiros – Fundos**

FCR Portugal Ventures Internacionalização	(2 590)
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	5 541
	2 951

25. Em 2012, como divulgado e detalhado no respetivo Anexo às contas desse ano, no âmbito da reestruturação das empresas e fundos de capital de risco público, a AICEP Capital Global, SA foi extinta e incorporada por fusão, na Portugal Capital Ventures-SCR, SA, da qual, a AICEP passou a deter 1.568.648 ações representativas de 19,41% do seu capital social, e valorizadas no seu balanço por 8.671.434 Euros. Previamente a esta operação de fusão, a AICEP Capital Global, SA sofreu uma redução do seu capital no montante nominal de 18.000.000 Euros, tendo a AICEP E.P.E. recebido, em contrapartida, 9.011.954 Euros em dinheiro e 8.988.945 Euros em unidades de participação (UP's) nos Fundos de Capital de Risco Portugal Ventures GPI (424 UP's) e Portugal Ventures III (9 UP's). Estas unidades de participação foram objeto de uma avaliação independente reportada a 30 de junho de 2012.
26. Também em 2012, aquando da fusão, conforme citado no ponto anterior e de acordo com a metodologia adotada pela AICEP no que respeita aos ajustamentos de justo-valor positivos para o setor do Capital de Risco, a valoração dessas UP's foi objeto de ajustamento face ao seu valor contabilístico em 31 de dezembro de 2011 (incluindo a anulação dos ajustamentos de justo valor positivo), do qual resultou uma desvalorização de 602.289 Euros contabilizada por contrapartida de capital próprio (reserva de fusão), reclassificada, em 2024, para resultados transitados, na sequência da liquidação do fundo incorporante.
27. No início de 2013 houve lugar à fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II (FCR PV II) e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III (FCR PV III) por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI), mediante integração no seu património, de todos os ativos e passivos dos outros dois fundos com referência a 31 de dezembro de 2012. A fusão operou-se nas seguintes condições:
- Transferência da totalidade do ativo e do passivo, bem como deveres legais, do FCR PV II e do FCR PV III para o FCR PV GPI pelos valores inscritos nas respetivas contabilidades, assim como a cessão da posição contratual para o FCR PV GPI em todos os contratos celebrados pelos primeiros;
  - Aumento de capital do FCR PV GPI de 65.400.000 Euros para 71.971.504,09 Euros, pela emissão de 336.781 novas unidades de participação ordinárias, com o preço de emissão correspondente ao valor da unidade de participação em 31 de dezembro de 2012 do FCR PV GPI a 19.512,70 Euros resultante da integração dos ativos e passivos do FCR PV II e do FCR PV III.
28. Em junho de 2015 foi efetuada uma operação de cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI) para constituir o Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I (FCR PGV I). A Cisão foi efetuada e realizada através da transferência de depósitos bancários do FCR PV GPI mantendo-se no novo fundo a mesma estrutura acionista, ou seja, a AICEP mantinha no novo fundo uma participação de 78,22%. Durante o ano de



2019, a AICEP reforçou a subscrição neste FCR, que se passou a designar por Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand (FCR PV G&E), cabendo à Agência 23.380.118,58 Euros correspondentes a 2.661.467,022 unidades de participação, equivalentes a uma participação de 78,69%. No final de 2019 encontravam-se por realizar 2.400.360 Euros, valor este que foi realizado no decorrer de 2020.

29. No âmbito da resolução dos créditos do Estado Português sobre a Qimonda foi constituída a sociedade Nanium, tendo sido atribuídas ao Estado Português 2.682.446 ações, com o valor nominal 1 Euro por ação, no valor total de 2.682.446 Euros, do respetivo capital social. Circunstancialmente aquelas ações ficaram em nome da AICEP e, por determinação tutelar, as mesmas ações ficaram sob gestão da AICEP, não integrando, naturalmente, o seu património. Todavia, acatando as recomendações do acionista Estado, nas notas referentes a aprovação de contas, nomeadamente do ano de 2013, e perspetivando-se a alienação da Nanium, face à oferta de compra entretanto apresentada, a AICEP reconheceu, em 2016, no seu ativo, a participação financeira na Nanium, SA, na conta "Ativos Não Correntes Detidos para Venda", ao valor que a empresa estava a ser avaliada para venda, 478.684 Euros e que correspondeu a uma proposta formal e vinculativa em 1 de fevereiro de 2017. Foi também reconhecido o valor de 7.813.887 Euros, relacionado com o valor dos incentivos ainda não reembolsados.

A operação de alienação foi autorizada pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, Despacho nº 219/2017-SET, de 8 de maio de 2017, tendo ficado demonstrado o interesse da alienação daquela participação, bem como ficou demonstrado a viabilidade económica e financeira desta operação.

A venda veio a acontecer em maio de 2017, conforme contrato realizado entre a compradora e os acionistas, tendo por base as condições e valores que resultaram do Despacho, proferido em 9 de maio de 2017, pelo Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, no qual se refere que "o Estado Português receberá de imediato 7.183.886 Euros associados aos créditos remanescentes em dívida provenientes dos incentivos ainda não reembolsados, acrescidos de 478.684 Euros associados aos instrumentos de capital, bem como a quota parte-parte devida dos recebimentos futuros resultantes do processo de insolvência da Qimonda".

30. A partir de 2015 a AICEP entrou no perímetro da consolidação de contas do estado, estando sujeita à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo por esse facto havido uma mudança de critério, face a exercícios anteriores, nomeadamente no que dizia respeito ao resultado líquido nulo antes de MEP, passando agora a serem reconhecidos como rendimentos a totalidade dos montantes recebidos no ano, via IAPMEI e Turismo de Portugal, dos valores inscritos no Orçamento de Estado.

31. Desde o ano de 2022 que têm ocorrido redução de capital no FCR Portugal Ventures GPI, sendo que, no ano de 2024, houve lugar ao registo da liquidação do Fundo.

32. Durante o ano de 2020, na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, foi regulada a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S.A. (BPF) e aprovados os respetivos estatutos (cf. n.º 1 do art.º 1.º).

De acordo com o n.º 2 do art.º 1.º, verificou-se a fusão por incorporação da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., além de outra, na então SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., que passou, exatamente, a denominar-se do Banco Português de Fomento, S.A.

Após esta fusão, a AICEP, que detinha uma participação na PME Investimentos de 1,14%, passou a deter uma participação de 0,278% no BPF, com o valor nominal de 595.815,84 Euros, representado por ações com valor nominal unitário de 1 euro, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 4.º.

Simultaneamente, mas metodologicamente a seguir, e nos termos do n.º 2 do art.º 4.º, foi realizado um aumento de capital do BPF para 255.000.000 Euros, representado por igual número de ações, tendo nesse aumento de capital a

AICEP realizou uma parcela no montante de 9.023.592 Euros, mediante a entrega espécie da sua participação de 19,41% na Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S. A. (Portugal Ventures).

Para o efeito foi realizada uma avaliação desta participação, nos termos do art.º 28.º do CSC, que atribuiu o valor de 9.022.607 Euros, correspondente, na prática, ao referido aumento de capital social no BPF.

Após estas operações, a AICEP fica titular de 3,77% do BPF, correspondente a 9.619.407 ações, com idêntico valor nominal em Euros.

A participação da AICEP na Portugal Ventures que foi transmitida ao BPF, tinha o valor contabilístico líquido de 7.705.924 Euros.

De acordo com o nº 10 da NCP 18, as ações do BPF adquiridas no aumento de capital, são valoradas pelo justo valor, que é, na prática, o valor do aumento de capital do BPF, realizando-se, então, um resultado positivo, no ano, de 1.317.668 Euros.

Por sua vez, adotando idêntico critério, designadamente para igualdade de tratamento e melhor compreensão das demonstrações financeiras, a participação da AICEP no BPF por efeito da fusão, é, também, registada pelo valor nominal da participação recebida.

Deste modo:

- a) Participação final no BPF - 9.619.407,00 Euros - valor nominal e registo na contabilidade da AICEP
- b) Participações transmitidas para o BPF
  - Por efeito de fusão - 1,14% da PME Investimentos - valor contabilístico de 222.469,95 Euros
  - Por efeito de aumento de capital - 19,41% na Portugal Ventures - valor contabilístico, líquido de imparidade no montante de 7.705.924,00 Euros

Em 2022 houve lugar ao aumento de capital social do BPF de 250 milhões de euros para 505 milhões de euros, pelo que a AICEP ficou titular de 1,9% do BPF, correspondente às 9.619.407 ações.

Durante os anos de 2023 e 2024 foram recebidos respetivamente dividendos do BPF no montante de 74.558 Euros e 32.382 Euros.

33. Os subsídios SAMA e PRR incorporam uma componente que se destina a financiar despesas correntes (exploração) e outra componente para financiar despesas com investimento (ativos intangíveis). Em 2023 e 2024 foram contabilizados respetivamente em património líquido, na rubrica de "Outras variações no património líquido", a crédito, 864.448 Euros e 1.782.464 Euros, pelo valor efetivamente recebido a título de subsídios ao investimento, e a débito, 194.501 Euros e 406.973 Euros, relativo ao valor do passivo por imposto diferido associado. Durante 2024 foram reconhecidos em rendimentos 1.298.433 Euros de subsídios ao investimento, ficando um valor líquido de 395.509 Euros a serem reconhecidos numa base linear de acordo com as amortizações dos ativos subjacentes àqueles investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de março de 2025.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agência, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas, relativas ao exercício de 2024 foram elaboradas no âmbito do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Este novo referencial contabilístico enquadra-se na reforma da administração financeira do Estado. O ano de 2018 foi o primeiro exercício da aplicação deste novo normativo contabilístico.

De salientar a reexpressão, para efeitos comparativos, da Demonstração de Resultados de 2023, na reclassificação de Outros rendimentos para Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos. Julgamos que esta reclassificação reflete uma política de contabilização mais apropriada à atividade da AICEP. Assim apresenta-se de seguida as alterações, não tendo impacto, naturalmente, nos saldos finais:

Demonstração de Resultados	2023 Reexpresso	Reexpressão	2023
Prestação de serviços	11 000 933		11 000 933
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	7 255 245	7 255 245	-
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empr. conjuntos	6 485 308		6 485 308
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(180)		(180)
Fornecimentos e serviços externos	(9 682 933)		(9 682 933)
Gastos com o pessoal	(28 912 228)		(28 912 228)
Transferências e subsídios concedidos	-		-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	42 611		42 611
Provisões (aumentos/reduções)	(2 386 765)		(2 386 765)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(514 758)		(514 758)
Outros rendimentos	7 139 646	(7 255 245)	14 394 891
Outros gastos	(4 588 972)		(4 588 972)
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>(14 162 092)</b>	<b>-</b>	<b>(14 162 092)</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(1 191 258)		(1 191 258)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>(15 353 351)</b>		<b>(15 353 351)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	360 465		360 465
Juros e gastos similares suportados	(57 776)		(57 776)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(15 050 662)</b>		<b>(15 050 662)</b>
Imposto sobre o rendimento	(132 663)		(132 663)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(15 183 325)</b>		<b>(15 183 325)</b>

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições previstas pelo SNC-AP que pudessem inferir na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Agência, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, integradas no SNC-AP.

### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e

remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Agência espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2 – cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, integrante do SNC-AP.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8
Ativos intangíveis	3

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos, edifícios e outras construções encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

### 3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos em funcionamento, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Bem</b>	<b>Anos</b>
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Outros Ativos intangíveis	3

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o custo deduzido de amortizações acumuladas.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas à taxa de 2% ao ano, de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no Classificador complementar 2.

Desde 2012 que a AICEP detém apenas uma propriedade de investimento, para a qual foi efetuada avaliação a 31 de dezembro de 2017 por perito externo independente. Uma vez que não existiram grandes variações no mercado imobiliário, em 2024 manteve-se a mesma avaliação, não se verificando qualquer imparidade.

As outras duas propriedades de investimento existentes foram transferidas, em 2012, para os ativos fixos tangíveis por passarem a ser utilizadas por Serviços da AICEP, como instalações próprias, ao valor registado no balanço por não se ter verificado qualquer imparidade após avaliação por entidade externa independente.

### 3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Agência e propriedades de investimento, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

### 3.6 Participações financeiras em subsidiárias e outras participações financeiras

#### Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Entidade nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Agência incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o



reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

À data de 31 de dezembro de 2024 a AICEP apenas detém uma participação numa entidade subsidiária - AICEP Global Parques, SA.

As contas da AICEP Global Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A. (inicialmente designada por Isósceles – Compra e Venda e Exploração de Imóveis, S.A. e depois API Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A.) foram tratadas segundo o método de equivalência patrimonial nas contas individuais e serão tratadas de acordo com o método de consolidação integral nas contas consolidadas.

#### Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

A AICEP detinha em 31 de dezembro de 2024, 9.619.407 ações do Banco Português de Fomento, SA, correspondendo a uma percentagem de 1,9%.

A AICEP, em 31 de dezembro de 2024, além de participar no capital do Banco Português de Fomento, S.A., detinha Unidades de Participação (UP's) em quatro Fundos de Capital de Risco e num fundo autónomo vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere às pequenas e médias empresas (PME) e aos projetos com maior grau de inovação (FINOVA). Esta participação passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

A valoração das participações de Fundos de Capital de Risco da AICEP teve em consideração a política de valoração da carteira da AICEP Capital Global – Sociedade de Capital de Risco, SA, (entretanto extinta por fusão na Portugal Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.), conforme previsto no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 12/2005 de 9 de dezembro, bem como o Regulamento da CMVM n.º 1/2008 de 7 de março. Esta política contabilística de valoração dos investimentos é diferente da utilizada pela AICEP, dado que esta não considera os ajustamentos de valor acima do valor de aquisição.

Estas participações financeiras são constituídas essencialmente por unidades de participação em fundos de investimento, que são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas, sendo reforçada ou reduzida a imparidade de acordo com a comparação entre os valores das unidades de participação e os respetivos custos de aquisição, conforme segue:

- i. FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (GPI) - Participação de 78,22%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 55.641.430 Euros. Durante o exercício de 2013 a participação foi aumentada em 1,31%, devido ao processo de fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II e do Fundo de Capital de Risco

Portugal Ventures III por incorporação no FCR PV GPI. Em 2015, em resultado da cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28, a participação financeira foi reduzida para 39.762.435 Euros. Após vários anos de reduções de capital, durante o ano de 2024 houve lugar à dissolução e liquidação do Fundo, tendo sido entregue à AICEP o montante de 1.101.414 Euros.

- ii. FCR Portugal Ventures Internacionalização - Participação de 8,55%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 4.000.000 Euros. Este fundo foi constituído em 18 de abril de 2011, encontrando-se no final de 2013 realizado apenas 33,5% do capital. Em 2014, este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 2.814.000 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 1.186.000 Euros. Em 2024 registou-se um reforço da imparidade deste fundo no montante de 2.590 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 923.423 Euros.
- iii. FCR Portugal Ventures Grow and Expand - Participação de 78,69%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 23.380.119 Euros, em resultado na cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28. Verificou-se no exercício de 2024 uma redução da imparidade deste fundo no montante de 5.541 Euros, sendo o valor acumulado da imparidade no final do ano de 12.507.293 Euros.
- iv. FINOVA - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.
- v. Banco Português de Fomento, SA - Participação direta de 3,77%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 9.619.407 Euros. Em 2020, no âmbito da criação do Banco através do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, a AICEP passou a deter 9.619.407 ações representativas de 3,77% do capital social do Banco Português de Fomento, através da incorporação no Banco, da percentagem detida na PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A e pela entrada em espécie mediante transmissão para o BPF da participação social detida pela AICEP na Portugal Capital Ventures (cf. ponto 32 da Nota Introdutória). Desde 2022, com o aumento de capital do BPF, a participação da AICEP passou a ser de 1,9%. Não foram identificadas situações que colocassem em causa o valor de aquisição.

Nos Fundos (FCR's) referidos nos parágrafos anteriores, a política de valoração das respetivas carteiras (participações sociais ou ativos equiparáveis) é conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM n.º 1/2005 (são registados nas respetivas contas os ajustamentos de justo valor positivos acima do valor de aquisição). Passou a ser aplicado, desde 2008, o procedimento, em que não são incluídos os ajustamentos de justo valor positivo no cálculo da valoração dos fundos, uma vez que esta metodologia não é consistente com as políticas contabilísticas utilizadas pela AICEP, custo menos perdas por imparidade.

### 3.7 Outros ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com o critério do custo:

- **Clientes e outras contas a pagar** - Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo/valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

- **Caixa e depósitos** - Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, sendo estes ativos mensurados ao custo.

- **Fornecedores e outras contas a pagar** - Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. As dívidas a pagar não vencem juros e encontram-se registadas pelo valor nominal.

- **Investimentos financeiros** – estão considerados nesta rubrica, como ativo não corrente, participações financeiras em fundos de capital de risco e outras entidades, conforme nota 7.

#### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Agência desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Agência desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- b) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- d) A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de juros e dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

### 3.9 Julgamentos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Com base na informação disponível e expetativas futuras, a Agência continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não existe nem intenção nem necessidade de alterar de forma substancial a sua atividade ou níveis operacionais.

### 3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Agência. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Agência) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Para a conversão para euros dos itens monetários denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Sigla	Câmbio	Moeda	Sigla	Câmbio
DIRHAM DOS E.A.U.	AED	0,25645	RUPIÁ INDIANA	INR	0,01130
KWANZA ANGOLANA	AON	0,00106	IENE DO JAPÃO	JPY	0,00617
PESO ARGENTINO	ARS	0,00093	WON DA COREIA DO SUL	KRW	0,00066
DÓLAR AUSTRALIANO	AUD	0,60176	DIRHAM MARROQUINO	MAD	0,09692
REAL BRASILEIRO	BRL	0,15576	PATACA DE MACAU	MOP	0,12038
DÓLAR CANADIANO	CAD	0,67182	PESO MEXICANO	MXN	0,04665
FRANCO SUIÇO	CHF	1,06712	METICAL NOVO MOÇAMBICANO	MTN	0,01523
PESO CHILENO	CLP	0,00097	RINGGIT DA MALÁSIA	MYR	0,21634
YUAN RENMIMBI DA CHINA	CNY	0,13274	COROA NORUEGUESA	NOK	0,08534
PESO COLOMBIANO	COP	0,00022	ZLOTY DA POLÓNIA	PLN	0,23390
ESCUDO CABO VERDIANO	CVE	0,00907	NOVO LEU DA ROMÉNIA	RON	0,20103
COROA CHECA	CZK	0,03972	RUBLO RUSSO	RUR	0,00862
COROA DINAMARQUESA	DKK	0,13408	RIAL SAUDITA	SAR	0,25645
DINAR ARGELINO	DZD	0,00714	COROA SUECA	SEK	0,08755
LIBRA ESTERLINA	GBP	1,20311	SINGAPURA DÓLAR	SGD	0,70967
DÓLAR DE HONG KONG	HKD	0,12459	DOBRA DE SÃO TOMÉ	STN	0,04154
FORINT DA HUNGRIA	HUF	0,00242	BAHT DA TAILÂNDIA	THB	0,02828
NOVO SHEKEL ISRAELITICO	NIS	0,26542	DINAR TUNISINO	TND	0,30381
			LIRA TURCA	TRY	0,02743
			DÓLAR DOS E.U.A.	USD	0,96890
			RAND DA ÁFRICA DO SUL	ZAR	0,05189

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.13 Especialização de exercícios

A Agência regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.14 Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## **4. Informação por segmentos operacionais**

### Política Contabilística Aplicada

Em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 25 – Relato por Segmentos, a AICEP procede à divulgação de informação por segmentos operacionais, refletindo a estrutura interna de gestão e a forma como a atividade é monitorizada e gerida pelo Conselho de Administração da Agência.

A apresentação da informação segmentada visa reforçar a transparência e a utilidade do relato financeiro, permitindo evidenciar o desempenho das diferentes áreas geográficas em que a Agência desenvolve a sua missão institucional. Esta abordagem possibilita uma análise mais detalhada das despesas associados a cada região, conferindo maior transparência à forma como os recursos são alocados e geridos nos diferentes contextos geográficos em que a AICEP intervém.

A afetação de rendimentos, gastos, ativos e passivos por segmento é efetuada com base na localização da unidade operacional que gera ou suporta a atividade, sendo utilizados critérios objetivos e sistematizados de imputação sempre que não exista uma afetação direta.



## Segmentação Geográfica da Atividade

A atividade da AICEP encontra-se estruturada em cinco grandes áreas geográficas, que constituem os segmentos operacionais reportados. Estes segmentos são definidos com base em fatores como a localização dos mercados de atuação, a estrutura da rede externa da Agência e as especificidades económicas, culturais e institucionais de cada região.

### Portugal

Este segmento agrega todas as atividades desenvolvidas em território nacional, compreendendo a atuação da sede e dos serviços centrais da AICEP. Inclui a coordenação institucional, o apoio direto às empresas e demais entidades do tecido empresarial, o desenvolvimento e execução de programas públicos de incentivo e promoção, a articulação com entidades do sistema económico nacional, bem como a gestão administrativa/patrimonial, financeira e jurídica.

### Europa (excluindo Portugal)

Refere-se à atuação nos restantes países europeus onde a AICEP mantém presença através da sua rede externa. Este segmento é particularmente relevante na promoção das exportações portuguesas, no acompanhamento de empresas nacionais em mercados europeus e na captação de investimento direto estrangeiro oriundo da União Europeia e de países terceiros do continente.

### América

Engloba os mercados da América do Norte e da América Latina, incluindo tanto economias desenvolvidas como emergentes. A atividade da AICEP neste segmento incide na dinamização de oportunidades de negócio, na identificação de parcerias estratégicas e na promoção da imagem de Portugal como destino atrativo para investimento.

### África

Inclui os países africanos onde a AICEP desenvolve atividade, com enfoque especial nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mas também noutras geografias com crescente relevância económica. Este segmento combina uma componente institucional com objetivos de natureza económica, estando alinhado com a política de cooperação externa e com a diplomacia económica portuguesa.

### Ásia

Engloba os mercados asiáticos em que a AICEP está representada, com destaque para economias de forte crescimento e relevância estratégica, como China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Singapura e Emirados Árabes Unidos. A atuação neste segmento privilegia a atração de investimento de base tecnológica e industrial, bem como a identificação de oportunidades para a internacionalização de setores inovadores da economia portuguesa.

É preocupação constante do Conselho de Administração a monitorização da rede externa da Agência e o ajustamento da presença nos mercados de estruturas da AICEP, sempre que o negócio internacional e as dinâmicas institucionais e de políticas públicas o justifiquem. De referir que a rede externa é um dos mais significativos ativos da organização, sendo fundamental para assegurar o cumprimento da missão da Agência de captação de investimento estrangeiro e de internacionalização das empresas portuguesas.

Da análise dos valores apresentados, importa referir que os gastos na Ásia estão inflacionados, pelo facto de decorrer em 2025 a exposição internacional em Osaka. No que respeita ao peso por continente, a Europa assume um valor determinante, em linha com a importância que este mercado ocupa na balança comercial com exterior de Portugal.

2024

Informação por segmentos 2024 Demonstração de Resultados	Portugal	Rede Externa				Total
		Europa	África	América	Ásia	
Prestação de serviços	11 001 275					11 001 275
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	4 319 475					4 319 475
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empr. conjuntos	7 178 976					7 178 976
Fornecimentos e serviços externos	-5 267 453	-1 506 920	-8 303 674	-581 373	-150 603	-15 810 022
Gastos com o pessoal	-16 459 537	-5 134 903	-1 696 218	-1 858 533	-1 141 792	-26 290 983
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2 564					2 564
Provisões (aumentos/reduções)	246 894					246 894
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	2 951					2 951
Outros rendimentos	1 886 908	99 988	1 302	18 575	5 482	2 012 255
Outros gastos	-195 847	-10 754	-9 284	-14 060	-466	-230 412
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>2 716 204</b>	<b>-6 552 588</b>	<b>-10 007 874</b>	<b>-2 435 391</b>	<b>-1 287 379</b>	<b>-17 567 028</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 741 561	-29 784	-9 471	-8 855	-10 001	-1 799 672
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>974 643</b>	<b>-6 582 372</b>	<b>-10 017 346</b>	<b>-2 444 246</b>	<b>-1 297 380</b>	<b>-19 366 700</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	789 335	402			19	789 757
Juros e gastos similares suportados	-47 057	-8 257	-937	-3 208	-3 823	-63 282
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 716 921</b>	<b>-6 590 226</b>	<b>-10 018 283</b>	<b>-2 447 454</b>	<b>-1 301 184</b>	<b>-18 640 226</b>
Imposto sobre o rendimento	-93 499					-93 499
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 623 422</b>	<b>-6 590 226</b>	<b>-10 018 283</b>	<b>-2 447 454</b>	<b>-1 301 184</b>	<b>-18 733 725</b>

Informação por segmentos 2024 Ativos e Passivos	Portugal	Rede Externa				Total
		Europa	África	América	Ásia	
<b>ATIVO</b>						
Ativos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	4 783 259	27 907	63 493	7 235	42 251	4 924 144
Ativos e Participações Financeiras	58 888 495					58 888 495
Devedores	11 509 368					11 509 368
Diferimentos	593 907					593 907
Disponibilidades	154 378 231	209 081	87 686	162 879	101 504	154 939 380
<b>Total do Ativo</b>	<b>230 153 259</b>	<b>236 988</b>	<b>151 178</b>	<b>170 113</b>	<b>143 755</b>	<b>230 855 294</b>
<b>PASSIVO</b>						
Provisões	4 085 382	49 126	90 664			4 225 171
Credores	124 738 668	16 243				124 754 912
Diferimentos	4 103 569					4 103 569
<b>Total do Passivo</b>	<b>132 927 619</b>	<b>65 369</b>	<b>90 664</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>133 083 652</b>

2023

Informação por segmentos 2023 Demonstração de Resultados	Portugal	Rede Externa				Total
		Europa	África	América	Ásia	
Prestação de serviços	11 000 933					11 000 933
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	7 255 245					7 255 245
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empr. conjuntos	6 485 308					6 485 308
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-180					-180
Fornecimentos e serviços externos	-5 550 873	-1 876 209	-177 360	-1 183 314	-895 176	-9 682 933
Gastos com o pessoal	-15 764 433	-7 011 791	-1 268 590	-2 590 405	-2 277 009	-28 912 228
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	42 611					42 611
Provisões (aumentos/reduções)	-2 386 765					-2 386 765
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-514 758					-514 758
Outros rendimentos	5 976 238	512 797	7 172	177 015	466 424	7 139 646
Outros gastos	-4 536 760	-14 137	-1 929	-3 089	-33 056	-4 588 972
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>2 006 566</b>	<b>-8 389 339</b>	<b>-1 440 707</b>	<b>-3 599 794</b>	<b>-2 738 818</b>	<b>-14 162 092</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 113 045	-35 982	-9 875	-11 774	-20 582	-2 382 517
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>893 521</b>	<b>-8 425 321</b>	<b>-1 450 582</b>	<b>-3 611 568</b>	<b>-2 759 400</b>	<b>-15 353 351</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	360 028	406			31	360 465
Juros e gastos similares suportados	-33 739	-13 461	-4 534	-4 607	-1 435	-57 776
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 219 810</b>	<b>-8 438 376</b>	<b>-1 455 116</b>	<b>-3 616 175</b>	<b>-2 760 804</b>	<b>-15 050 662</b>
Imposto sobre o rendimento	-132 663					-132 663
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 087 146</b>	<b>-8 438 376</b>	<b>-1 455 116</b>	<b>-3 616 175</b>	<b>-2 760 804</b>	<b>-15 183 325</b>

Informação por segmentos 2023		Rede Externa				Total
Ativos e Passivos	Portugal	Europa	África	América	Ásia	
ATIVO						
Ativos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	6 199 697	46 163	13 112	13 894	12 599	6 285 465
Ativos e Participações Financeiras	58 985 581					58 985 581
Devedores	10 870 183					10 870 183
Diferimentos	836 985					836 985
Disponibilidades	174 719 913	252 806	113 148	154 869	97 373	175 338 109
Total do Ativo	251 612 360	298 969	126 260	168 763	109 972	252 316 324
PASSIVO						
Provisões	5 196 864	90 260	90 664	974 675		6 352 463
Credores	137 165 734	37 494				137 203 228
Diferimentos	4 145 813					4 145 813
Total do Passivo	146 508 412	127 754	90 664	974 675	0	147 701 505

## 5. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, consideram-se caixa e seus equivalentes, numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalham-se conforme segue:

	2024	2023
Caixa	12 105	5 756
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	28 578 220	20 697 104
Depósitos bancários à ordem	599 055	639 435
Depósitos a prazo no Tesouro	125 750 000	153 995 815
	<u>154 939 379</u>	<u>175 338 109</u>

Conforme Nota introdutória ponto 20, a rubrica de depósitos bancários inclui o montante de 103.655.106 Euros que não se encontra disponível para uso da Agência, uma vez que, no âmbito da função da AICEP de gestão de incentivos, trata-se de montantes já recebidos dos promotores a título de reembolso ou devolução a devolver ao gestor dos fundos.

## 6. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

### 6.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2024							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construção	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	229 430	1 238 099	326 220	569 989	5 278 502	651 842	8 294 082
Aquisições	-	-	1 785	223 884	33 095	1 442	260 206
Alienações	-	-	-	-	(325 831)	-	(325 831)
Abates	-	-	(3 636)	-	(216 800)	(6 280)	(226 716)
Saldo final	229 430	1 238 099	324 369	793 873	4 768 966	647 004	8 001 742
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	740 736	262 968	542 974	5 099 455	596 451	7 242 584
Depreciações do exercício	-	53 767	20 869	24 367	106 535	11 243	216 781
Alienações	-	-	-	-	(325 831)	-	(325 831)
Abates	-	-	(3 636)	-	(216 800)	(6 280)	(226 717)
Saldo final	-	794 503	280 201	567 341	4 663 359	601 414	6 906 818
<b>Ativos líquidos</b>	229 430	443 596	44 168	226 532	105 607	45 590	1 094 924

2023							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construção	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>							
Saldo inicial	229 430	1 238 099	282 228	569 890	5 219 676	641 317	8 180 641
Aquisições	-	-	44 531	99	129 961	11 878	186 469
Alienações	-	-	-	-	(4 036)	-	(4 036)
Abates	-	-	(539)	-	(67 100)	(1 353)	(68 992)
Saldo final	229 430	1 238 099	326 220	569 989	5 278 501	651 842	8 294 082
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial	-	686 969	245 699	485 707	4 987 145	579 078	6 984 598
Depreciações do exercício	-	53 767	17 807	57 268	183 445	18 478	330 765
Alienações	-	-	-	-	(4 036)	-	(4 036)
Abates	-	-	(539)	-	(67 100)	(1 105)	(68 745)
Saldo final	-	740 736	262 967	542 975	5 099 454	596 451	7 242 583
<b>Ativos líquidos</b>	229 430	497 363	63 253	27 014	179 047	55 391	1 051 498

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Classificador complementar 2.

As depreciações do exercício, no montante de 216.781 Euros (330.795 Euros em 2023), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2024, é o seguinte (cf. nota 13):

	2024		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	108 483	120 946	229 429
Edifícios e outras construções	325 450	362 839	688 289
	433 933	483 785	917 718

Em 31 de dezembro de 2024 a Agência não detinha quaisquer ativos fixos tangíveis escriturados com restrição de titularidade.

## 6.2 Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, foi o seguinte:

2024					
	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final
		Adições	Depreciações do Período	Diminuições	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Outros	3 898 344	-	(1 581 709)	-	2 316 635
Ativos intangíveis em curso	1 298 197	178 144	-	-	1 476 341
	5 196 541	178 144	(1 581 709)	-	3 792 976

2023					
	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final
		Adições	Depreciações do Período	Diminuições	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Outros	2 157 450	2 600 205	(859 311)	-	3 898 344
Ativos intangíveis em curso	1 992 303	1 906 099	-	(2 600 205)	1 298 197
	4 149 753	4 506 304	(859 311)	(2 600 205)	5 196 541

Os ativos intangíveis correspondem a despesas com o processo de transformação digital da Agência, incluído nos Plano Estratégico da AICEP para o triénio de 2017-2019 e de 2020-2022, nomeadamente o desenvolvimento de portais com ferramentas de apoio aos clientes da Agência na área do negócio internacional e do investimento. Estes ativos são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, Classificador complementar 2.

O valor desta rubrica diz respeito a doze projetos de investimento concluídos do SAMA/PT 2020 e cinco ainda em curso, no âmbito do PRR.

## 7. Propriedades de Investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2024						
	Quantia Líquida Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo) Depreciações do Período	Quantia Líquida Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do Período	
					Rendas	Outros
<b>Propriedades de Investimento</b>						
Terrenos e recursos naturais	19 698	-	19 698	-	-	-
Edifícios e outras construções	17 729	(1 182)	16 547	2 991	18 200	2 331
	37 427	(1 182)	36 245	2 991	18 200	2 331

2023						
	Quantia Líquida Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo) Depreciações do Período	Quantia Líquida Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do Período	
					Rendas	Outros
<b>Propriedades de Investimento</b>						
Terrenos e recursos naturais	19 698	-	19 698	-	-	-
Edifícios e outras construções	18 910	(1 182)	17 729	2 991	16 989	2 331
	38 608	(1 182)	37 427	2 991	16 989	2 331

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens.

As depreciações do exercício, no montante de 1.182 Euros (1.182 Euros em 2023), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.



O detalhe dos custos históricos de aquisição das propriedades de investimento e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2024 é o seguinte (cf. nota 13):

	<b>2024</b>		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	17 588	2 111	19 698
Edifícios e outras construções	52 763	6 332	59 094
	<u>70 350</u>	<u>8 442</u>	<u>78 793</u>

O detalhe da propriedade de investimento registada em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

	<b>2024</b>	
	Montante registado	Justo valor
<b>Arrendadas:</b>		
Av. da Liberdade, Lisboa (9º piso)	36 245	390 000
	<u>36 245</u>	<u>390 000</u>

O justo valor da propriedade de investimento foi determinado através de avaliação reportada à data de 31 de dezembro de 2017. Uma vez que a evolução dos preços no mercado imobiliário foi positiva, e seguindo um critério de prudência, a AICEP optou por, em 2024, manter a avaliação considerada àquela data, não se verificando qualquer imparidade.

Tal justo valor foi determinado por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência na localização e tipologia das propriedades de investimento em questão.

## 8. Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte (cf. Nota Introdutória ponto 24):

	<b>2024</b>		
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
<b>Participações financeiras / Outros ativos financeiros</b>			
Saldo inicial	30 342 459	50 732 842	81 075 301
Método da equiv. Patrimonial	7 174 015	-	7 174 015
Dividendos	(6 161 042)	-	(6 161 042)
Redução de capital	-	(9 725 357)	(9 725 357)
Saldo final	<u>31 355 432</u>	<u>41 007 485</u>	<u>72 362 917</u>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	-	22 089 719	22 089 719
Perdas por imparidade do exercício	-	(8 615 298)	(8 615 298)
Saldo final	-	<u>13 474 421</u>	<u>13 474 421</u>
<b>Ativos líquidos</b>	<u>31 355 432</u>	<u>27 533 064</u>	<u>58 888 496</u>

2023			
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
<b>Participações financeiras / Outros ativos financeiros</b>			
Saldo inicial	27 587 997	53 632 361	81 220 358
Método da equiv. Patrimonial	6 480 347	-	6 480 347
Dividendos	(3 725 885)	-	(3 725 885)
Redução de capital	-	(2 899 519)	(2 899 519)
Saldo final	30 342 459	50 732 842	81 075 301
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	-	21 574 961	21 574 961
Perdas por imparidade do exercício	-	514 758	514 758
Saldo final	-	22 089 719	22 089 719
<b>Ativos líquidos</b>	<b>30 342 459</b>	<b>28 643 124</b>	<b>58 985 581</b>

O valor de 58.888.496 Euros, no final de 2024, a título de participações financeiras, está evidenciado no balanço, no ativo não corrente, nas rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros, pelos montantes de 40.974.839 Euros e 17.913.657 Euros, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos valores na coluna de “Método de equivalência patrimonial”, o aumento de 7.174.015 Euros resulta da valoração dos investimentos financeiros da participada AICEP Global Parques, em consequência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

A redução de 6.161.042 Euros resulta da distribuição de dividendos pela AICEP Global Parques, SA.

O montante na rubrica de redução de capital resulta exclusivamente da liquidação do Fundo Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento. O montante efetivamente recebido pela liquidação deste fundo, ascendeu a 1.101.414 Euros, sendo que dos 9.725.357 Euros contabilizados, a AICEP já tinha registado nas suas contas uma imparidade de 8.612.348 Euros, o que perfazia um valor líquido de 1.113.009 Euros.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Agência evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, sendo a percentagem indicada correspondente à grandeza do interesse (produto da percentagem de participação da AICEP na participada direta pela percentagem em que esta participa na sua própria participada):

2024									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Subsidiárias:</b>									
AICEP Global Parques	Setúbal	51 116 142	16 729 545	34 386 597	27 339 391	7 872 976	91,19%	7 178 973	7 174 015
								7 178 973	7 174 015
2023									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Subsidiárias:</b>									
AICEP Global Parques	Setúbal	46 156 862	12 881 163	33 275 699	23 911 650	7 112 250	91,19%	6 485 305	6 480 347
								6 485 305	6 480 347

Conforme referido na nota 3.6 os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe das outras participações incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2024				2023		
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Outras Participações</b>							
Sociedades:							
Banco Português de Fomento	1,90%	9 619 407	-	9 619 407	9 619 407	-	9 619 407
Spidouro - Soc. Prom. Emp. e Inv. do Douro e T.-os-M.	2,49%	22 446	(22 446)	-	22 446	(22 446)	-
Vitrocristal - Estudos e Proj. de Apoio à Cristalaria, AC	4,00%	499	(499)	-	499	(499)	-
		9 642 352	(22 945)	9 619 407	9 642 352	(22 945)	9 619 407
Centros/Associações							
CITEVE - Centro Tec. das Ind. Têxtil e Vest. Portugal	n/a	2 993	(2 993)	-	2 993	(2 993)	-
Club Financiero de Vigo	n/a	17 768	(17 768)	-	17 768	(17 768)	-
		20 761	(20 761)	-	20 761	(20 761)	-
		9 663 112	(43 705)	9 619 407	9 663 112	(43 705)	9 619 407

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe dos outros ativos financeiros incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2024				2023		
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Outros Ativos Financeiros</b>							
Unidades de participação em fundos de investimento:							
FCR Portugal Ventures Grandes Proj. de Inv.	78,22%	-	-	-	9 725 357	(8 612 348)	1 113 010
FCR Portugal Ventures Internacionalização	8,55%	1 143 254	(923 423)	219 831	1 143 254	(920 833)	222 421
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	78,69%	23 380 119	(12 507 293)	10 872 826	23 380 119	(12 512 834)	10 867 285
FINOVA	0,70%	6 821 000	-	6 821 000	6 821 000	-	6 821 000
		31 344 372	(13 430 716)	17 913 657	41 069 730	(22 046 014)	19 023 716

O montante de 6.821.000 Euros refere-se à participação no FINOVA. Apesar de a AICEP deter a participação desde 2012, considera, no entanto, que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

## 9. Imparidade de Ativos

A este propósito ver o mencionado nas notas 8 e 11, relativamente à imparidade das participações financeiras e de outros créditos a receber, respetivamente.

## 10. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Agência dos anos de 2020 a 2024 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Agência entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme segue:

	2024	2023
Resultado antes impostos	(18 640 226)	(15 050 662)
<i>Taxa nominal de imposto</i>	22,50%	22,50%
<i>Imposto teórico calculado</i>	(4 194 051)	(3 386 399)
Gastos não aceites fiscalmente	15 939 691	6 313 645
Rendimentos não tributáveis	(22 367 745)	(10 458 989)
Lucro tributável / Prejuízo fiscal	(25 068 280)	(19 196 006)
Tributação Autónoma	94 164	133 328
Imposto sobre o rendimento corrente	94 164	133 328
Imposto sobre o rendimento diferido	(665)	(665)
Imposto sobre o rendimento	93 499	132 663
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-0,9%</b>

Conforme se pode verificar acima, o imposto registado decorre essencialmente do cálculo do imposto sobre o rendimento corrente.

Em 31 de dezembro de 2024 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 62.864.213 Euros, ficando assim este montante para utilizar, sendo que a data-limite de utilização é conforme segue:

	Montante	Data
Gerados em 2016	983 673	Sem limitação temporal
Gerados em 2017	2 506 262	Sem limitação temporal
Gerados em 2018	2 606 752	Sem limitação temporal
Gerados em 2019	2 666 896	Sem limitação temporal
Gerados em 2020	1 807 117	Sem limitação temporal
Gerados em 2021	351 153	Sem limitação temporal
Gerados em 2022	32 746 354	Sem limitação temporal
Gerados em 2023	19 196 006	Sem limitação temporal
	<u>62 864 213</u>	

### Impostos diferidos

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2024	2023
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	16 589	17 254
	<u>16 589</u>	<u>17 254</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 33 e na nota 13, no final de 2024 estão registados 728.809 Euros, em Outras variações no Património Líquido, referentes ao valor do passivo por imposto diferido associado a subsídios, conforme segue:

	2024	2023
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Passivos por impostos diferidos - Subsídios	728 809	613 983
	<u>728 809</u>	<u>613 983</u>

De notar que o passivo pelo efeito fiscal diferido dos subsídios ao investimento se encontra reconhecido na rubrica de Outras contas a pagar.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, existiam ainda as seguintes diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos por não existirem expectativas razoáveis quanto à geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização:

	2024	2023
Prejuízos fiscais reportáveis	12 762 472	9 369 435
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Participações financeiras	2 897 001	4 970 187
	<u>15 659 473</u>	<u>14 339 622</u>

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi como segue:

	2024	2023
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	17 254	17 918
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	(665)	(665)
Saldo final	<u>16 589</u>	<u>17 254</u>

## 11. Ativos financeiros e outras contas a receber

### Categorias de ativos financeiros

As categorias de “ativos financeiros” e de “outras contas a receber” em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no ativo corrente, são detalhadas conforme segue:

ATIVO CORRENTE	2024			2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>Disponibilidades:</b>						
Caixa	12 105	-	12 105	5 756	-	5 756
Depósitos bancários	29 177 275	-	29 177 275	21 336 538	-	21 336 538
Depósitos a prazo	125 750 000	-	125 750 000	153 995 815	-	153 995 815
	<u>154 939 380</u>	-	<u>154 939 380</u>	<u>175 338 109</u>	-	<u>175 338 109</u>
<b>Contas a receber</b>						
Clientes, contribuintes e utentes	2 751 845	(2 750 000)	1 845	2 764 143	(2 750 000)	14 143
	<u>2 751 845</u>	<u>(2 750 000)</u>	<u>1 845</u>	<u>2 764 143</u>	<u>(2 750 000)</u>	<u>14 143</u>
<b>Outras contas a receber</b>						
Adiantamentos a fornecedores	26 494	(1 471)	25 023	5 712	-	5 712
Adiantamentos a Pessoal	235 155	(36 769)	198 386	176 030	-	176 030
Adiantamentos a fornecedores de investimento	-	-	-	1 673	-	1 673
Devedores por acréscimos de rendimentos	10 673 100	-	10 673 100	10 089 025	-	10 089 025
Cauções entregues a terceiros	248 564	-	248 564	244 036	-	244 036
Outros devedores	116 640	-	116 640	154 058	-	154 058
	<u>11 299 953</u>	<u>(38 240)</u>	<u>11 261 713</u>	<u>10 670 534</u>	-	<u>10 670 534</u>
	<u>168 991 178</u>	<u>(2 788 240)</u>	<u>166 202 938</u>	<u>188 772 786</u>	<u>(2 750 000)</u>	<u>186 022 786</u>



Relativamente à imparidade registada na rubrica de Clientes, contribuinte e utentes, diz respeito a três faturas emitidas ao IAPMEI, equivalentes a três duodécimos dos 11 milhões de Euros do IAPMEI, previstos no Orçamento de Estado para 2020. Apesar de a AICEP ter faturado 11 milhões de Euros ao IAPMEI em 2020, no final de 2024 encontravam-se ainda por receber 2,75 milhões de Euros, pelo que se encontra registada uma imparidade no mesmo montante face à pouca probabilidade de ainda vir a receber essa verba.

O valor em Devedores por acréscimos de rendimentos respeita, maioritariamente, à situação da Agência perante as entidades gestoras de fundos comunitários. A AICEP desenvolve diversos projetos no âmbito das suas atribuições estatutárias, para os quais recorre a financiamento proveniente de fontes diversas, nomeadamente verbas comunitárias do PT2020, PT2030 e do PRR. À medida da realização dos gastos e do recebimento das participações, esta conta de Devedores por acréscimos reflete a conta corrente da AICEP para com os Programas Financiadores.

Os valores que mais contribuem para o saldo de cerca de 10 milhões de Euros, existente no final de 2024, respeitam aos projetos do SIAC-Sistema de Incentivos a Ações Coletivas, relativo à atividade promocional dos anos de 2021 a 2024, bem como à 26.ª edição do Programa INOV Contacto de 2023, ambos do PT2030. Estas duas parcelas ascendem, respetivamente, a 6,5 milhões de Euros e 3 milhões de Euros. De referir que se verificaram atrasos consideráveis na transição entre Quadros Comunitários, do PT2020 para o PT2030, o que justifica a existência destes elevados montantes.

A propósito do SIAC, cumpre informar que estas operações de natureza pública são precedidas de negociação entre a Autoridade de Gestão e o organismo executor, dentro das Medidas e instrumentos financeiros existentes. No caso da AICEP, os convites que lhe são dirigidos encontram-se salvaguardados pela missão da Agência em termos de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa. Relativamente ao projeto SIAC para os anos de 2021 a 2024, na sequência da não aprovação de uma candidatura submetida ao PT2030/Compete para 2021-2022, a Agência procedeu a novo acordo para a apresentação de candidatura já para o período 2021-2024. Assim, entre setembro e outubro de 2024 houve reuniões e troca de informações entre as partes até ao lançamento da Aviso/Convite de candidatura a 31 de outubro. Nessa sequência, foi submetida a candidatura a 19 de dezembro, encontrando-se a AICEP a aguardar decisão sobre a mesma. De referir que esta já foi objeto de um pedido de esclarecimentos datado de 21 de março, cujo prazo de resposta é o dia 7 de abril. É expectativa do órgão de gestão da AICEP que este projeto seja aprovado em breve, face ao histórico e ao diálogo que temos mantido com a Autoridade de Gestão.

No ativo não corrente:

	2024			2023		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>						
<b>Outras contas a receber</b>						
Outros devedores-Outros - Realizável a mais de 12 meses	44 216	(39 415)	4 800	84 362	(80 219)	4 143
	44 216	(39 415)	4 800	84 362	(80 219)	4 143

## Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os rendimentos, relacionados com ativos financeiros, foram juros bancários nos montantes de 756.952 e 285.907 Euros, respetivamente. Foram ainda recebidos 32.382 Euros relativos a dividendos do Banco Português de Fomento.

## 12. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Rendas	167 746	165 093
Seguros	17 892	21 900
Aluguer de Espaços	11 640	37 917
Software	299 528	409 606
Publicidade	17 798	69 296
Outros	79 303	133 173
	<u>593 907</u>	<u>836 985</u>

A maior diminuição ocorreu na rubrica de “Software”, pelo facto de, em 2023, se terem adquirido licenças Microsoft e estarem a ser reconhecidas em gastos de 2024

## 13. Património Líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital da Agência, totalmente subscrito e realizado, no montante de 114.927.980 Euros era detido integralmente pelo Estado Português.

### Prémios de emissão

Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros.

Após a constituição da API, foram realizadas pela AICEP Capital diversas operações que determinaram resultados extraordinários positivos, e que já se encontravam em curso, pelo que foi entendido que o resultado realizado devia ser totalmente imputado ao valor inicial da participação naquela sociedade. A contrapartida deste aumento foi registada numa conta especial denominada Prémios de Emissão Suplementares no montante de 3.952.690 Euros, com o objetivo de registar de forma mais rigorosa o valor entregue efetivamente pelo Estado Português na realização em espécie do Capital estatutário da API.

Na mesma avaliação para a realização em espécie do Capital Estatutário da API, a participação no FIEP foi avaliada com base no capital próprio contabilístico da participada em 31 de dezembro de 2001. Uma vez que a API teve o seu início em 31 de outubro de 2002, àquela participação foi acrescido o montante correspondente a cinco sextos do resultado líquido do ano de 2002. A contrapartida deste aumento foi registada igualmente na conta Prémios de Emissão Suplementares no montante de 1.156.821 Euros.

Assim, o valor global dos prémios de emissão é de 57.950.052 Euros.

### Revalorizações

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conforme segue:

	Excedente de revalorização Propr. Invest.	Excedente de revalorização tangíveis	Excedente de revalorização total
<b>Saldo no início do período</b>	4 010	187 699	191 709
Amortizações	(127)	(7 257)	(7 384)
<b>Saldo no final do período</b>	3 883	180 442	184 325

A este propósito confrontar notas 5.1 e 6.

A Agência procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro

Como resultado das revalorizações efetuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aumentadas em 7.384 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Resultados transitados

O projeto de orçamento da AICEP, E.P.E., para o ano de 2024 foi elaborado, tal como nos anos anteriores, com base na previsão das transferências provenientes de comissões de gestão constantes de protocolos e com dotação específica a definir no Orçamento do Estado (IAPMEI, I.P., Turismo de Portugal, I.P., e Fundo para as Relações Internacionais, I.P.).

Posteriormente, no âmbito da análise técnica efetuada pelos serviços competentes do Ministério das Finanças, o projeto de orçamento foi ajustado, nomeadamente ao nível da fonte de financiamento, com a transferência do montante de 11,5

milhões de euros da Fonte 541 para a Fonte 721, bem como da classificação económica da receita, passando da rubrica 06030701 para a rubrica 120703.

Foi autorizada a entrada de capital em numerário na AICEP para cobertura de prejuízos no valor de 11,5 milhões de euros, através do despacho 809/2024-SETF de 25 de novembro, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, Dr. João Silva Lopes, que tiveram subjacente a informação DGTF nº INFSE\_DGTF\_744/2024.

Face a este despacho, o recebimento dos 11,5 milhões de Euros foi registado na rubrica de Resultados Transitados.

### Ajustamentos em ativos financeiros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” apresentou o seguinte movimento:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	2 183 223	1 992 286
Lucros não atribuídos	324 266	195 897
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(4 961)	(4 961)
<b>Saldo final</b>	<b>2 502 527</b>	<b>2 183 223</b>

O saldo desta rubrica correspondente ao resultado apropriado segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques deduzido dos dividendos recebidos.

A transferência de Resultados Transitados para Ajustamentos de partes de capital em associadas é, nestes termos, e nas contas da AICEP, correspondente aos ganhos das participadas tal como são evidenciados nas contas destas. Na verdade, é entendimento da AICEP que na conta de Ajustamentos de partes de capital em subsidiárias e associadas deve figurar o lucro da participada que esta possa vir a distribuir, mas sem consideração dos prejuízos que deverão permanecer em Resultados transitados.

O montante registado na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas” refere-se a um subsídio ao investimento recebido na AICEP Global Parques.

## Subsídios

Conforme é explicado na Nota introdutória ponto 35 e na sequência do processo de transformação digital da AICEP, foram apresentados projetos ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa e ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência para financiamento de despesas correntes e despesas de capital. Os montantes dos subsídios recebidos até 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo por imposto diferido e o montante do rendimento reconhecido no corrente exercício são os seguintes:

	Acumulado final 2023		Movimento 2024		Acumulado final 2024	
	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração
<b>Montante recebido</b>						
<b>Projetos SAMA</b>						
22159	235 546	60 687	19 304	(3 713)	254 851	56 974
35425	177 764	79 918	153 331	3 361	331 096	83 279
88	725 720	605 864	204 050	(31 165)	929 770	574 699
7572	-	-	-	3 283	-	3 283
40221	239 844	48 553	373 398	30 801	613 242	79 354
40222	456 527	102 659	139 119	10 455	595 646	113 114
POCI-02-0550-FEDER-043982	154 864	57 962	(154 864)	(57 962)	-	-
POCI-05-5762-FSE-000221	64 982	-	126 667	22 531	191 649	22 531
POCI-05-5762-FSE-000231	11 235	-	-	-	11 235	-
POCI-05-5762-FSE-000249	35 207	48 774	226 268	102 617	261 475	151 392
POCI-05-5762-FSE-000250	149 663	49 265	381 457	71 355	531 120	120 619
POCI-05-5762-FSE-000364	221 489	124 045	(64 875)	142 721	156 615	266 766
POCI-05-5762-FSE-000369	56 431	11 587	127 116	24 713	183 548	36 300
<b>Projetos PRR</b>						
Transformação Digital	1 172 696	755 837	251 492	383 799	1 424 188	1 139 636
	<u>3 701 968</u>	<u>1 945 152</u>	<u>1 782 464</u>	<u>702 794</u>	<u>5 484 433</u>	<u>2 647 946</u>
<b>Passivos por imposto diferido</b>						
<b>Projetos SAMA</b>	350 127	-	58 239	-	408 366	-
<b>Projetos PRR</b>	263 857	-	56 586	-	320 442	-
	<u>613 983</u>	<u>-</u>	<u>114 825</u>	<u>-</u>	<u>728 809</u>	<u>-</u>
<b>Rendimentos reconhecidos</b>						
<b>Projetos SAMA</b>						
22159	257 747	60 258	-	-	257 747	60 258
35425	119 708	79 918	110 500	-	230 209	79 918
88	319 212	588 739	294 657	-	613 869	588 739
40221	16 802	89 809	201 627	-	218 429	89 809
40222	215 367	102 961	201 933	-	417 299	102 961
POCI-02-0550-FEDER-043982	5 261	67 945	(5 261)	-	-	67 945
POCI-05-5762-FSE-000221	5 501	12 438	66 014	-	71 515	12 438
POCI-05-5762-FSE-000231	1 895	2 528	22 746	-	24 641	2 528
POCI-05-5762-FSE-000249	7 266	144 800	87 197	-	94 463	144 800
POCI-05-5762-FSE-000250	14 668	120 619	176 019	-	190 687	120 619
POCI-05-5762-FSE-000364	4 350	266 766	52 205	-	56 555	266 766
POCI-05-5762-FSE-000369	5 374	40 167	64 493	-	69 868	40 167
<b>Projetos PRR</b>						
Transformação Digital	-	749 960	-	497 295	-	1 247 255
	<u>973 153</u>	<u>2 326 907</u>	<u>1 272 130</u>	<u>497 295</u>	<u>2 245 283</u>	<u>2 824 202</u>

Adicionalmente, foram registados em rendimentos de subsídios à exploração, relacionados com o SIAC, Assistência Técnica e Programa Inov Contacto, respetivamente, nos montantes de 1.333 mil Euros, 1.209 mil Euros e 279 mil Euros.

#### 14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada conforme segue:

	2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	488 611	9 665	(65 703)	(19 120)	413 454
Outros custos com pessoal	5 529 008	965 444	(1 139 575)	(1 861 277)	3 493 600
Projetos de investimento	316 065	-	-	-	316 065
Outros riscos e encargos	18 777	-	(16 726)	-	2 052
	<u>6 352 461</u>	<u>975 109</u>	<u>(1 222 004)</u>	<u>(1 880 397)</u>	<u>4 225 171</u>

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	498 082	9 649	-	(19 120)	488 611
Outros custos com pessoal	3 393 259	2 377 116	-	(241 367)	5 529 008
Projetos de investimento	316 065	-	-	-	316 065
Outros riscos e encargos	18 777	-	-	-	18 777
	<u>4 226 183</u>	<u>2 386 765</u>	<u>-</u>	<u>(260 487)</u>	<u>6 352 461</u>

O aumento de 965.444 Euros verificados na conta de provisões relativas a outros custos com pessoal resulta da atualização do valor, face a 2023, das provisões com diuturnidades, com prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP (Sede e Rede Externa), colaboradores em pré-reforma, comissões de serviço e subsídios reclamados.

Foi reforçada a provisão relacionada com o eventual pagamento de subsídios de Natal e de férias, a 14 colaboradores admitidos no âmbito do PREVPAP.

Houve ainda lugar à constituição de provisão para eventuais indemnizações a membros da anterior Comissão Executiva.

Relativamente à provisão das diuturnidades, o regulamento do ex-ICEP previa o pagamento de uma diuturnidade por cada cinco anos de tempo de serviço com o limite de cinco diuturnidades, sendo que cada diuturnidade correspondia a 19,95 Euros e desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processadas, cifrando-se a provisão no final de 2024 em 638.555 Euros, incluindo 147.493 Euros de juros.

A provisão relativa aos prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, cujos contratos de trabalho previam uma compensação pelos anos de trabalho ao serviço do Instituto e que desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processados. Considerando que a AICEP tem vindo a perder vários processos em tribunal relativos ao pagamento de prémios de antiguidade de ex-funcionários, sendo que no final de 2017 a AICEP procedeu ao pagamento dos referidos prémios a 43 colaboradores, mas apenas aos direitos vencidos até ao final de 2010. Desde o ano de 2018 a AICEP continuou a perder processos no mesmo âmbito, tendo pagado, portanto os prémios de antiguidade requeridos. Assim, a provisão já existente correspondente agora à estimativa do montante máximo a pagar de prémios de 2011 a 2024 registando um total de



168.728 Euros, aos quais acrescem 42.669 Euros correspondentes a juros de mora, relativos a 34 colaboradores, dos quais 2 com direito ao pagamento de cinco vencimentos, 13 a três vencimentos, 12 a dois vencimentos e 7 a um vencimento.

A provisão das pré-reformas corresponde ao valor a pagar a dez ex-colaboradores que assinaram com a AICEP, até ao final de 2024, acordos de pré-reforma, que ascendem a 1.268.747 Euros.

Houve ainda lugar a um reforço, por via do estudo atuarial, do valor da provisão já existente para cobrir as indemnizações aos herdeiros de uma ex-colaboradora no montante de 9.665 Euros, tendo sido utilizado no corrente exercício o montante de 19.120 euros, incluindo juros de mora.

Foi também revertida uma provisão no montante de 65.703, que datava de 1996.

As reversões das provisões para outros custos com pessoal, referem-se a ações interpostas por ex-colaboradores na rede externa, no valor de 961.616 Euros e por colaboradores e ex-colaboradores em Portugal, respetivamente nos montantes de 62.630 Euros e de 115.329 Euros.

Adicionalmente, foram utilizadas provisões relacionadas com diuturnidades, prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, colaboradores em pré-reforma, comissões de serviço, subsídios de Natal e de férias e subsídios reclamados, bem como 23.654 Euros, decorrentes do resultado de uma ação laboral.

A provisão referente a projetos de investimento foi constituída para fazer face à eventualidade de os incentivos recebidos terem de vir a ser devolvidos, caso tal se revele necessário após a auditoria final aos projetos. Durante o ano de 2015 houve lugar à reversão desta provisão no montante de 60.100 Euros, dado os projetos em causa terem terminado e não ter havido lugar a qualquer devolução. Durante o ano 2024 a provisão não sofreu alterações, mantendo-se o montante de 316.065 Euros.

O valor da provisão para outros riscos e encargos, diz respeito, exclusivamente, a despesas por parte de um ex-estagiário do INOV Contacto.

**Conta bancária para caução das seguintes responsabilidades:**

<hr/>	
Processo judicial - Vanda Boavida	427 054
	<hr/>
	427 054
	<hr/>

## 15. Passivos Financeiros e outras contas a pagar

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2024	2023
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		
<b>Outras contas a pagar</b>		
Gestão de incentivos ao investimento	23 708 018	81 297 996
Saldo extinção Ex-IPT	5 031 516	5 031 516
Outros Credores	12 130 453	10 043 180
	<u>40 869 987</u>	<u>96 372 692</u>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores c/c	37 842	85 620
	<u>37 842</u>	<u>85 620</u>
<b>Fornecedores de investimento</b>		
Fornecedores de investimento	15 094	13 197
	<u>15 094</u>	<u>13 197</u>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Credores por transferências e subsídios concedidos	79 951 770	36 746 250
Remunerações a pagar	-	20 636
Outras operações (Pessoal)	2 007	3 288
Credores por acréscimos de gastos	2 884 858	2 900 896
Outros Credores	5 852	18 949
	<u>82 844 487</u>	<u>39 690 019</u>
	<u>82 897 424</u>	<u>39 788 837</u>
<b>Total de Fornecedores e outros passivos financeiros</b>	<u>123 767 411</u>	<u>136 161 529</u>

As explicações para os saldos mais significativos na rubrica de “outras contas a pagar” são as seguintes:

- Gestão de incentivos ao investimento – No âmbito da sua competência, enquanto entidade gestora e pagadora no programa Prime do passado QCA III, conforme é explicado na Nota introdutória ponto 19, os saldos referentes à gestão de verbas de incentivos registados no passivo da AICEP em 31 de dezembro de 2024, referem-se aos reembolsos e devoluções de incentivos entregues pelos Promotores à AICEP e ainda não devolvidos por esta à entidade gestora dos fundos comunitários.

A diminuição do saldo em cerca de 14 milhões de Euros no decurso de 2024, resulta essencialmente, por um lado, do aumento dos reembolsos, devoluções e juros no âmbito do QCA III, relacionados com o SIME B (0,08 milhões de Euros) e SIME D (7 mil Euros), por outro, pelo decréscimo de reembolsos no montante de 7,3 milhões de Euros que foram utilizados para pagamento de incentivo no âmbito do PT2020. Para além do mencionado, existiram ainda cerca de 10,4 milhões de Euros direcionados para o pagamento de incentivos, no âmbito do Aviso 11, conforme mencionado na Nota introdutória ponto 19.

Contribui ainda para esta variação, os recebimentos de verbas relativas a projetos PT2020, no montante de 3,3 milhões de Euros, em que a AICEP foi o organismo pagador, utilizando para tal verbas de reembolsos QCA III, pelo

que os valores agora recebidos voltam a ficar na AICEP até a entidade gestora dos fundos comunitários decidir o seu destino.

De referir ainda que, durante o ano 2024, a AICEP foi recebendo dos promotores verbas no âmbito do QREN e também do PT2020, a título de reembolsos, devoluções e juros no valor de cerca de 3,6 milhões de Euros e 58 milhões de Euros, respetivamente. Estas verbas juntamente com as que tinham sido recebidas ainda em 2023, foram sendo mensalmente transferidas para o IAPMEI e AD&C, ficando apenas por transferir recebimentos de promotores efetuados no final de dezembro de 2024, relativos ao PT2020, que totalizam 3.731.783 Euros.

Resta apenas referir, que durante o ano 2024, a título excecional, a AD&C solicitou à AICEP que, no seguimento do «encerramento de projeto» relativo a 12 projetos PT2020, procedesse ao pagamento da devolução de reembolsos de incentivos transferidos pelas Entidades Beneficiárias, uma vez que o valor da isenção de reembolso apurada foi superior ao incentivo reembolsável em dívida. Neste sentido a AICEP fez estes pagamentos/ devoluções diretamente aos promotores, em nome da AD&C, utilizando as verbas de reembolsos PT2020 recebidas durante o ano, no montante de 5.590.409 Euros.

Durante o ano de 2024, no cumprimento da sua competência como entidade gestora e pagadora de verbas de incentivos comunitários dos programas QCA III e QREN, ocorreram os seguintes movimentos:

	FEDER/OE	FDE	FSE/OSS	Aviso 11	Total
Saldo incentivos em 31/12/2023:	122 214 849,28	0,01	442 962,00	-4 618 246,95	118 039 564,34
Movimentos em 2024:					
1. Recebimento de verbas de incentivos	-	-	-		-
2. Pagamento aos Promotores	-7 314 397,23	-	-		-7 314 397,23
3. Reembolsos de promotores	62 514 835,59	-	-		62 514 835,59
4. Devoluções de promotores	649 556,52	-	-		649 556,52
5. Transferências	-59 804 470,41	-	-		-59 804 470,41
6. Devoluções de verbas de incentivos	-	-	-		-
7. Pagamento aos Promotores - Aviso 11	-	-	-	-10 429 982,99	-10 429 982,99
<b>Saldo incentivos em 31/12/2024</b>	<b>118 260 373,75</b>	<b>0,01</b>	<b>442 962,00</b>	<b>-15 048 229,94</b>	<b>103 655 105,82</b>

NOTA: O saldo de 103.655.106 euros inclui o saldo devedor de 4.682 euros correspondente a Juros de Mora devidos pelos promotores que estão incluídos na rubrica “Outras contas a receber” do Ativo Não Corrente.

- b) Por outro lado, devido ao acordo assinado com o estado português acerca da cedência de créditos e participação relativos à empresa Nanium, foram também registados, em 2016, em contas de fundos comunitários o valor de 8,3 milhões de euros, respeitantes a essa entidade e recebidos pela Aicep em maio de 2017. No final de 2018 apenas existia um saldo de 478.684 euros respeitante ao valor da alienação da participação financeira na Nanium, cujo valor pertence ao estado português, que ainda se mantém em 2024.
- c) Saldo extinção ex-IPT - este valor respeita ao montante apurado em sede de extinção do Instituto em agosto de 1992, que foi integrado nas contas do ICEP. De referir que, em setembro desse ano, foi nomeado um Administrador Liquidatário responsável pelo processo de extinção do IPT, processo esse não formalmente concluído. Os custos do processo de extinção foram suportados pelos ativos do extinto IPT. Em fevereiro de 2008 a Inspeção Geral de

Finanças (IGF) fez uma auditoria às contas da extinção do IPT junto da AICEP (Procº n.º 2008/88/A5/31). No seu relatório final remetido à AICEP a 16 de junho de 2008, a IGF propôs que a conclusão do processo de liquidação fosse efetuada pela AICEP no prazo de 90 dias. Em resposta, a Agência informou não ter viabilidade económica e recursos para concluir este processo, entendendo que seja proposto o encerramento das contas do ex-IPT e a sua integração no balanço da AICEP.

d) Outros credores – os valores mais significativos são:

- Valores provenientes do Fundo para as Relações Internacionais, IP, em 2013, ao abrigo do Art.º 8º da Lei n.º 66-B/2012 do Orçamento de Estado para 2013, que inscreveu no mapa de alterações e transferências orçamentais, a dotação de 750.000 Euros a entregar à AICEP para que esta, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, entregue às Embaixadas portuguesas prémios para utilização em ações de diplomacia económica de sua iniciativa. Foram aprovados superiormente um regulamento e uma comissão de avaliação para a definição das regras de atribuição e utilização do Prémio +DE (Diplomacia Económica). Em finais de 2024, o saldo remanescente é de 223.803 Euros;

- Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento - aquando do registo dos subsídios ao investimento em capital próprio foi registado o valor imposto diferido que lhe estão associados, no montante de 728.809 Euros (cf. Nota 10).

- Valor a devolver ao Compete - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Este montante encontra-se na rubrica “Outros Credores”, dado que se trata de verba a devolver ao Compete.

- Valores a devolver de Projetos Próprios (ex-ICEP) – 136.891 Euros, valores a devolver de projetos próprios do ex-ICEP resultantes da análise em sede auditoria em que foram considerados indevidos.

e) No decurso do ano de 2023, a AICEP, no exercício da sua atividade de gestão e acompanhamento de projetos de investimento financiados por fundos comunitários do QREN/PT 2020, entregou ao IAPMEI as verbas QREN resultantes de reembolsos de incentivos efetuados pelos promotores, no montante de 3.392.274 Euros, de devoluções de subsídios recebidos, no valor de 199.293 Euros, e de juros (de mora e contratuais) no montante de 29.617 Euros. Relativamente às verbas PT2020, que resultaram de reembolsos de incentivos no valor de 57.737.263 Euros, de devoluções no montante de 450.264 Euros e de juros no valor de 38.302 Euros, a AICEP transferiu quase a globalidade destes montantes para a Agência de Desenvolvimento e Coesão (AD&C), ficando apenas por transferir o valor de 3.731.783 Euros, correspondente a reembolsos creditados na conta bancária da AICEP no final de 2024 e não contemplados na última transferência do ano para a AD&C.

f) Credores por transferências e subsídios concedidos – O montante desta rubrica corresponde ao saldo que a AICEP tem em seu poder, para atribuir apoios no âmbito do Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 – Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI). Uma vez que estes montantes são para ser pagos com verbas do QCA III que estão na posse da AICEP, durante o ano de 2024 foram transferidos 54 milhões de Euros da rubrica outras contas a pagar, do passivo não corrente, para esta rubrica. Adicionalmente foram pagos três incentivos no montante total de 10.430 mil Euros.

- g) Credores por acréscimos de gastos – Inclui remunerações a liquidar no montante de 2.838.272 Euros e outros acréscimos de gastos, no montante de 46.586 euros, relativos à estimativa de IMI e a fornecimentos e serviços externos correntes a pagar em 2024.

## 16. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	241 009	94 164	181 363	133 328
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	231 585	-	229 783
Imposto sobre o valor acrescentado	-	151 746	-	48 091
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	466 485	-	560 558
Outros Impostos/ FCT	-	26 932	-	52 686
	<u>241 009</u>	<u>970 911</u>	<u>181 363</u>	<u>1 024 445</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam dívidas em mora ao Estado.

## 17. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica do passivo “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento	400 000	400 000
FRI - Fundo para as Relações Internacionais (Expo2020Dubai)	3 702 022	3 713 155
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	-	23 224
Outros	1 547	9 435
	<u>4 103 568</u>	<u>4 145 813</u>

Em dezembro de 2013, o Ministério dos Negócios Estrangeiros transferiu para a AICEP o montante de 400.000 Euros, correspondente a uma parcela das receitas provenientes de emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI), destinado à realização de ações de diplomacia económica envolvendo a rede externa. Este montante encontra-se registado no passivo não corrente, tendo sido diferido para utilização futura em ações promocionais desenvolvidas pela rede externa.

Em junho de 2019, a AICEP recebeu do Fundo para as Relações Internacionais (FRI) o montante de 7 milhões de Euros para financiamento da participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, conforme previsto no ponto 13 do Mapa de Alterações e Transferências Orçamentais, a que se refere o n.º 8, anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2019.

Abaixo apresentam-se as transferências do FRI em 2019 e nos anos seguintes:

- Em 2019: 7.000.000 Euros
- Em 2020: 753.181 Euros
- Em 2021: 5.000.000 Euros
- Em 2022: 7.611.067 Euros

Nos exercícios de 2019 a 2024, a AICEP registou os seguintes montantes de despesa com a Expo 2020 Dubai (valores com IVA incluído):

- Em 2019: 1.854.125 Euros
- Em 2020: 4.845.419 Euros
- Em 2021: 4.074.171 Euros
- Em 2022: 4.053.435 Euros
- Em 2023: 73.943 Euros
- Em 2024: 11.133 Euros

Desta forma, o valor total diferido ascendia a 5.452.022 Euros. A este valor foi deduzida, em 2021, a comissão de gestão no montante de 1.750.000 Euros, conforme Despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, dos negócios estrangeiros e da economia, nos termos do Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, que aprova os Estatutos da AICEP, E.P.E. Assim, o valor registado em “Diferimentos” no final de 2024, relativo à Expo 2020 Dubai, é de 3.702.022 Euros, encontrando-se pendente de despacho governamental o reforço da comissão de gestão no montante de 3.500.000 Euros, solicitado pela AICEP em conformidade com o planeamento financeiro inicial da participação na exposição. O reconhecimento deste valor, de natureza patrimonial, não tem impacto orçamental e permanece condicionado à respetiva aprovação.

O montante inscrito na rubrica “Outros” diz respeito a um mês de arrendamento das instalações.

## 18. Rédito

O rédito reconhecido pela Agência em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme segue:

	2024	2023
Prestação de serviços	11 001 275	11 000 933
	11 001 275	11 000 933

Conforme referido na Nota introdutória ponto 22, os montantes mais significativos incluídos na rubrica de prestação de serviços em 31 de dezembro de 2024, são os 11.000.000 Euros recebidos, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 10 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 82/2023 do Orçamento de Estado.



## 19. Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

Em termos de transferências correntes e subsídios à exploração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalha-se da seguinte forma:

	2024	2023
Transferências correntes:		
FRI-Fundo para as Relações Internacionais	1 000 000	1 000 000
Subsídios à Exploração:		
Projetos Próprios - PT2020 - Programa Contacto	279 046	2 834 435
Projetos Próprios - PT2020 - SIAC	1 333 238	1 893 766
Projetos Próprios - PT2020 - Assistência Técnica	1 209 473	783 933
Projetos Próprios - PT2020 - SAMA		237 089
Projetos Próprios - PRR	497 718	506 022
	<u>4 319 475</u>	<u>7 255 245</u>

Nota: A este propósito ver a Nota 2.

## 20. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada conforme segue:

	2024	2023
Trabalhos especializados	10 071 012	3 003 365
Publicidade e propaganda	466 461	326 831
Vigilância e segurança	48 623	36 632
Honorários	168 196	365 126
Conservação e reparação	87 825	194 679
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 351	3 990
Livros e documentação técnica	148 947	112 058
Material escritório	33 913	33 191
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	7 357	6 302
Eletricidade	96 348	63 784
Combustíveis e lubrificantes	33 795	40 776
Água	13 579	12 330
Outros consumos	11 578	20 664
Deslocações e estadas	543 527	886 334
Transportes de pessoal	566 288	668 633
Outros associados à deslocação	894	10 899
Rendas e alugueres	2 439 454	2 543 094
Comunicações	170 470	204 451
Seguros	42 478	50 819
Contencioso e notariado	95 825	72 859
Despesas de representação dos serviços	33 952	61 375
Limpeza higiene e conforto	153 725	184 083
Outros serviços	572 425	780 656
	<u>15 810 025</u>	<u>9 682 933</u>

Antes de mais, importa realçar o forte aumento nesta rubrica, face ao ano anterior, que deriva fundamentalmente pelo facto de em 2024 a AICEP ter iniciado a sua participação na Expo 2025 Osaka, o que originou um aumento dos fornecimentos e serviços externos nesse ano.

No detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos, temos a destacar a rubrica de Trabalhos Especializados com um peso significativo no total destes gastos e que se explica, pelas diversas despesas com consultoria, projetos e serviços de informática e ainda com despesas na organização de eventos, principalmente com a Expo 2025 Osaka e a Web Summit. Para além desta, são de realçar ainda os gastos com Rendas e Alugueres, justificados pelas rendas das nossas instalações em Lisboa, bem como dos escritórios dos nossos pontos de rede distribuídos pelos diversos países. Para este montante contribuíram com significado alguns gastos com Alugueres de Espaços, em vários pontos de rede, para algumas ações de promoção desenvolvidas pela AICEP.

## 21. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	555 072	446 481
Remunerações do pessoal	19 537 758	22 284 098
Benefícios pós-emprego	6 170	8 633
Indemnizações	730 939	154 045
Encargos sobre remunerações	4 568 149	5 030 392
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	81 269	84 512
Gastos de ação social	32 705	23 605
Outros gastos com o pessoal	59 018	72 243
Outros encargos sociais	719 903	808 219
	<u>26 290 983</u>	<u>28 912 228</u>

O montante relativo a benefícios pós-emprego diz respeito apenas a seguros médicos e de reforma pagos aos contratados locais no Japão e ainda a um PPR a uma ex-colaboradora da sede.

Durante os exercícios de 2024 e 2023 o número médio de pessoas foi de 445 e 497, respetivamente. A redução está relacionada com o facto dos colaboradores afetos ao turismo, termos passado para o Turismo de Portugal.

## 22. Amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	2024	2023
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>		
Edifícios e outras construções	53 767	53 767
Equipamento Básico	20 869	17 807
Equipamento de Transporte	24 367	57 268
Equipamento Administrativo	106 535	183 445
Outros Ativos Fixos Tangíveis	11 243	18 478
<b>Propriedades de investimento:</b>		
Edifícios e outras construções	1 182	1 182
<b>Ativos Intangíveis:</b>		
Outros	1 581 709	859 311
	<u>1 799 672</u>	<u>1 191 258</u>

## 23. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	2024	2023
Rendimentos suplementares:		
Cedência do Pessoal	59 219	56 533
Protocolo com o Turismo de Portugal	511 340	6 093 379
Protocolo com o Turismo de Portugal - Programa Inov Contacto	-	135
FRI-Fundo para as Relações Internacionais - Expo 2020 Dubai	11 133	114 962
Subsídios ao Investimento - PT2020 - SAMA	1 277 391	706 164
Outros rendimentos suplementares	24 081	19 664
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	18 611	17 086
Outros	110 480	131 722
	<u>2 012 256</u>	<u>7 139 646</u>

## 24. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	2024	2023
Impostos	11 816	16 026
Outros		
Quotizações	10 802	10 150
Estágios - Programa Contacto	6 669	4 067 807
Outros Estágios	13 479	179 574
Diferenças de câmbio desfavoráveis	58 846	94 355
Outros	128 654	221 031
Juros Tributários e outros juros	146	28
	<u>230 412</u>	<u>4 588 972</u>

Na rubrica Outros estão incluídos 67.945 Euros referentes à anulação de rendimentos de anos anteriores, relacionados com o subsídio Sama 43982, projeto para o qual foi apresentada a sua desistência, em virtude do mesmo ter ficado aquém do que estava inicialmente contratado. Relativamente à redução nos estágios do Programa Contacto, deve-se ao facto da 27ª edição ter sido adiada, sendo que apenas terá início no início de 2025.

## 25. Juros e outros rendimentos similares

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados conforme segue:

	2024	2023
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	757 374	285 907
Dividendos obtidos		
Outras entidades	32 382	74 558
	<u>789 756</u>	<u>360 465</u>

## 26. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares ocorridos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados conforme segue:

	2024	2023
Juros de Mora	35 108	9 106
Outros juros	28 174	48 670
	<u>63 282</u>	<u>57 776</u>

O valor mais significativo de 35.108 Euros, incluído na rubrica de Juros e Gastos similares suportados, corresponde a juros de mora pagos à Segurança Social, no montante de 31.923 Euros, provenientes de sentenças de processos judiciais que a entidade empregadora teve ao longo deste ano, que motivaram pagamentos de abonos relativos a anos anteriores e sujeitos a contribuições obrigatórias pagas fora do prazo legal.

## 27. Partes relacionadas

Conforme anteriormente referido a Agência é detida em 100% pelo Estado Português.

A participação da Entidade na subsidiária em 2024 e 2023 e respetivas transações e saldos são conforme segue:

### Subsidiária

Subsidiária	Sede	2024	2023
		Percentagem de participação	Percentagem de participação
AICEP Global Parques, S.A.	Setúbal	91,185%	91,185%

### Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2024

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			19 665				4 400	
			<u>19 665</u>				<u>4 400</u>	

2023:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18 529				4 500	
			18 529				4 500	

### Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Agência apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2024:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias				1 200	1 200			
				1 200	1 200			

2023:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	554			1 200	1 754			
	554			1 200	1 754			

Relativamente à remuneração da pessoal chave de gestão, para além do mencionado na anterior nota 21, ver o ponto 7 do cumprimento das Orientações Legais e o ponto VII.D. do Relatório de governo societário.

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun. (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
<b>Mandato 2023-2024</b>					
Filipe Santos Fernandes da Costa	44.782,96		44.782,96	2.239,12	42.543,84
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho	36.387,60		36.387,60	1.819,43	34.568,17
Luís Maria Pinto de Mesquita Rebelo de Sousa	44.968,22		44.968,22	1.768,41	43.199,81
João Filipe Ribeiro Noronha Leal	44.086,00		44.086,00	1.909,92	42.176,08
Isabel Maria Rocha Tenreiro Freitas dos Reis	61.859,16		61.859,16	2.604,11	59.255,05
<b>Mandato 2024-2026</b>					
Ricardo Nuno Moreira Coutinho de Almeida Arroja	56.740,79		56.740,79	2.836,99	53.903,80
Maria Madalena de Sousa Monteiro Oliveira e Silva	62.760,35		62.760,35	2.700,87	60.059,48
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	45.392,67		45.392,67	2.269,52	43.123,15
Francisco Miguel Pinheiro Catalão	45.392,67		45.392,67	2.269,52	43.123,15
Paulo César Rios de Oliveira	45.392,67		45.392,67	2.269,52	43.123,15
	<b>487.763,09</b>		<b>487.763,09</b>	<b>22.687,41</b>	<b>465.075,68</b>

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento e despesas de representação (com reduções)

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.



## 28. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 15.000 Euros (excluindo o IVA).

### Outras informações

Ao abrigo do Eixo III – Financiamento e Partilha do Risco da Inovação – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade.

Por se tratar de uma operação circunscrita no âmbito referido e neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço, contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo. Apesar desta expressão no seu Balanço, a AICEP considera que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete.

### Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 18.733.725,43 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados, devendo subsequentemente a componente positiva de 358.948,99 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

## 29. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data de encerramento do exercício, não ocorreram acontecimentos que impliquem ajustamentos às demonstrações financeiras agora apresentadas, nos termos das normas contabilísticas em vigor.

Não obstante, registaram-se desenvolvimentos relevantes no contexto político e geopolítico, tanto a nível internacional como nacional, nomeadamente a realização de eleições legislativas antecipadas em Portugal e a transição política nos Estados Unidos da América. A par da continuação do conflito na Ucrânia e da instabilidade em outras regiões, estes acontecimentos poderão ter implicações futuras na economia global e, indiretamente, na atividade da AICEP, nomeadamente ao nível da promoção externa e do investimento.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a evolução destes fatores, não sendo, à data da elaboração do presente relatório, possível quantificar o seu eventual impacto.

### A CONTABILISTA CERTIFICADA

Luísa Goulão

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Arroja

Madalena Oliveira e Silva

Joana Gaspar

Francisco Catalão

Paulo Rios

## Contas individuais

### Demonstrações Orçamentais

## Contas Individuais

---

### Demonstrações Orçamentais

#### 1 Demonstrações previsionais

##### 1.1. Orçamento e plano orçamental plurianual

## Receita

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4
	<b>Receita corrente</b>	<b>42.234.903,00</b>	<b>-11.716.404,00</b>	<b>30.518.499,00</b>	<b>49.096.539,00</b>	<b>49.542.087,00</b>	<b>50.684.870,00</b>	<b>51.894.911,00</b>
<b>R1</b>	<b>Receita fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R2</b>	<b>Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R3</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R4</b>	<b>Redimentos de propriedade</b>	<b>4.102.248,00</b>	<b>2.868.891,00</b>	<b>6.971.139,00</b>	<b>6.516.600,00</b>	<b>7.037.928,00</b>	<b>7.600.962,00</b>	<b>8.209.039,00</b>
<b>R5</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>37.709.933,00</b>	<b>-14.462.587,00</b>	<b>23.247.346,00</b>	<b>42.423.439,00</b>	<b>42.342.964,00</b>	<b>42.917.877,00</b>	<b>43.514.860,00</b>
R51	Transferências Correntes	37.709.933,00	-14.462.587,00	23.247.346,00	38.666.295,00	38.473.106,00	38.931.923,00	39.409.327,00
R511	Administrações Públicas	19.530.588,00	-5.633.516,00	13.897.072,00	31.521.861,00	31.114.339,00	31.352.393,00	31.602.411,00
R5111	Administração Central - Estado	59.706,00	22.260,00	81.966,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	19.470.882,00	-5.655.776,00	13.815.106,00	31.521.861,00	31.114.339,00	31.352.393,00	31.602.411,00
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R512	Exterior - EU	18.094.345,00	-8.744.071,00	9.350.274,00	7.142.934,00	7.357.222,00	7.577.939,00	7.805.277,00
R513	Outras	85.000,00	-85.000,00	0,00	1.500,00	1.545,00	1.591,00	1.639,00
R52	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	3.757.144,00	3.869.858,00	3.985.954,00	4.105.533,00
<b>R6</b>	<b>Venda de bens e serviços</b>	<b>157.004,00</b>	<b>-155.186,00</b>	<b>1.818,00</b>	<b>6.500,00</b>	<b>6.695,00</b>	<b>6.896,00</b>	<b>7.103,00</b>
<b>R7</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	<b>265.718,00</b>	<b>32.478,00</b>	<b>298.196,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>154.500,00</b>	<b>159.135,00</b>	<b>163.909,00</b>
	<b>Receita de capital</b>	<b>24.157,00</b>	<b>150.181.023,00</b>	<b>150.205.180,00</b>	<b>500.740.000,00</b>	<b>307.000.000,00</b>	<b>372.000.000,00</b>	<b>100.000.000,00</b>
<b>R8</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>198,00</b>	<b>269,00</b>	<b>467,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R9</b>	<b>Transferências e subsídios de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>150.184.500,00</b>	<b>150.184.500,00</b>	<b>500.740.000,00</b>	<b>307.000.000,00</b>	<b>372.000.000,00</b>	<b>100.000.000,00</b>
R91	Transferências de capital	0,00	150.184.500,00	150.184.500,00	500.740.000,00	307.000.000,00	372.000.000,00	100.000.000,00
R911	Administrações Públicas	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	500.740.000,00	307.000.000,00	372.000.000,00	100.000.000,00
R9111	Administração Central - Estado	0,00	150.000.000,00	150.000.000,00	500.000.000,00	307.000.000,00	372.000.000,00	100.000.000,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	740.000,00	0,00	0,00	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Exterior - EU	0,00	184.500,00	184.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	23.959,00	-3.746,00	20.213,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receita efetiva (1)</b>	<b>42.259.060,00</b>	<b>138.464.619,00</b>	<b>180.723.679,00</b>	<b>549.836.539,00</b>	<b>356.542.087,00</b>	<b>422.684.870,00</b>	<b>151.894.911,00</b>
	<b>Receita não efetiva (2)</b>	<b>94.394.193,00</b>	<b>46.578.096,00</b>	<b>140.972.289,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R12</b>	<b>Receita com ativos financeiros</b>	<b>82.894.193,00</b>	<b>46.578.096,00</b>	<b>129.472.289,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R13</b>	<b>Receita com passivos financeiros</b>	<b>11.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Receita total (3) = (1)+(2)</b>	<b>136.653.253,00</b>	<b>185.042.715,00</b>	<b>321.695.968,00</b>	<b>549.836.539,00</b>	<b>356.542.087,00</b>	<b>422.684.870,00</b>	<b>151.894.911,00</b>

## Despesa

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4
	<b>Despesa corrente</b>	<b>60.992.856,00</b>	<b>7.816.225,00</b>	<b>68.809.081,00</b>	<b>47.906.381,00</b>	<b>49.242.087,00</b>	<b>50.375.870,00</b>	<b>51.576.641,00</b>
<b>D1</b>	<b>Despesa com o pessoal</b>	<b>31.319.837,00</b>	<b>-373.913,00</b>	<b>30.945.924,00</b>	<b>31.754.102,00</b>	<b>32.692.058,00</b>	<b>33.657.741,00</b>	<b>34.651.974,00</b>
D11	Remunerações certas e permanentes	24.044.026,00	-2.096.775,00	21.947.251,00	23.958.419,00	24.677.172,00	25.417.487,00	26.180.012,00
D12	Abonos variáveis ou eventuais	523.523,00	1.138.424,00	1.661.947,00	461.953,00	475.812,00	490.086,00	504.789,00
D13	Segurança Social	6.752.288,00	584.438,00	7.336.726,00	7.333.730,00	7.539.074,00	7.750.168,00	7.967.173,00
<b>D2</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>21.951.414,00</b>	<b>8.773.002,00</b>	<b>30.724.416,00</b>	<b>11.459.960,00</b>	<b>10.859.960,00</b>	<b>10.994.960,00</b>	<b>11.167.581,00</b>
<b>D3</b>	<b>Juros e outros encargos</b>	<b>38.302,00</b>	<b>484.084,00</b>	<b>522.386,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D4</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>6.683.815,00</b>	<b>-707.088,00</b>	<b>5.976.727,00</b>	<b>4.130.919,00</b>	<b>5.123.055,00</b>	<b>5.150.485,00</b>	<b>5.178.675,00</b>
<b>D41</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>6.683.815,00</b>	<b>-707.088,00</b>	<b>5.976.727,00</b>	<b>4.130.919,00</b>	<b>5.123.055,00</b>	<b>5.150.485,00</b>	<b>5.178.675,00</b>
<b>D411</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>1.191.372,00</b>	<b>402.779,00</b>	<b>1.594.151,00</b>	<b>1.096.364,00</b>	<b>1.123.055,00</b>	<b>1.150.485,00</b>	<b>1.178.675,00</b>
D4111	Administração Central - Estado	99,00	1.529.132,00	1.529.231,00	786.364,00	809.955,00	834.254,00	859.282,00
D4112	Administração Central - Outras entidades	386.487,00	-386.487,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4113	Segurança Social	804.786,00	-739.866,00	64.920,00	310.000,00	313.100,00	316.231,00	319.393,00
D4114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D413	Famílias	5.296.497,00	-1.194.345,00	4.102.152,00	3.034.555,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
D414	Outras	195.946,00	84.478,00	280.424,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D5</b>	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>999.488,00</b>	<b>-359.860,00</b>	<b>639.628,00</b>	<b>561.400,00</b>	<b>567.014,00</b>	<b>572.684,00</b>	<b>578.411,00</b>
	<b>Despesa de capital</b>	<b>8.598.368,00</b>	<b>3.606.890,00</b>	<b>12.205.258,00</b>	<b>1.930.158,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>309.000,00</b>	<b>318.270,00</b>
<b>D6</b>	<b>Investimentos</b>	<b>5.344.618,00</b>	<b>-3.569.343,00</b>	<b>1.775.275,00</b>	<b>1.752.697,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>309.000,00</b>	<b>318.270,00</b>
<b>D7</b>	<b>Transferências e subsídios de Capital</b>	<b>3.253.750,00</b>	<b>7.176.233,00</b>	<b>10.429.983,00</b>	<b>177.461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D71</b>	<b>Transferências de Capital</b>	<b>3.253.750,00</b>	<b>7.176.233,00</b>	<b>10.429.983,00</b>	<b>177.461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D711</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>177.461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D7111	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	177.461,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D712</b>	<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D713</b>	<b>Famílias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D714</b>	<b>Outras</b>	<b>3.253.750,00</b>	<b>7.176.233,00</b>	<b>10.429.983,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D72</b>	<b>Subsídios de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D8</b>	<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Despesa efetiva (4)	69.591.224,00	11.423.115,00	81.014.339,00	49.836.539,00	49.542.087,00	50.684.870,00	51.894.911,00
	Despesa não efetiva (5)	74.731.706,00	187.068.295,00	261.800.001,00	500.000.000,00	307.000.000,00	372.000.000,00	100.000.000,00
<b>D9</b>	<b>Despesa com ativos financeiros</b>	<b>74.731.706,00</b>	<b>187.068.295,00</b>	<b>261.800.001,00</b>	<b>500.000.000,00</b>	<b>307.000.000,00</b>	<b>372.000.000,00</b>	<b>100.000.000,00</b>
<b>D10</b>	<b>Despesa com passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa total (6) = (4)+(5)</b>	<b>144.322.930,00</b>	<b>198.491.410,00</b>	<b>342.814.340,00</b>	<b>549.836.539,00</b>	<b>356.542.087,00</b>	<b>422.684.870,00</b>	<b>151.894.911,00</b>
	<b>Saldo total (3)-(6)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Saldo global (1)-(4)</b>	<b>-27.332.164,00</b>	<b>127.041.504,00</b>	<b>99.709.340,00</b>	<b>500.000.000,00</b>	<b>307.000.000,00</b>	<b>372.000.000,00</b>	<b>100.000.000,00</b>
	Despesa primária	69.591.224,00	11.423.115,00	81.014.339,00	49.836.539,00	49.542.087,00	50.684.870,00	51.894.911,00
	Saldo corrente	-18.757.953,00	-19.532.629,00	-38.290.582,00	1.190.158,00	300.000,00	309.000,00	318.270,00
	Saldo de capital	-8.574.211,00	146.574.133,00	137.999.922,00	498.809.842,00	306.700.000,00	371.691.000,00	99.681.730,00
	Saldo primário	-27.332.164,00	127.041.504,00	99.709.340,00	500.000.000,00	307.000.000,00	372.000.000,00	100.000.000,00

## 2 Demonstração de relato individual



## 2.1. Demonstração do desempenho orçamental

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da AICEP. Pode observar-se que este mapa apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.

## Recebimentos:

Rúbrica	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Total	n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	<b>Saldo de gestão anterior</b>	<b>18.532.251,77</b>	<b>676.723,00</b>	<b>89.356,29</b>	<b>926.204,67</b>	<b>1.117.758,49</b>	<b>21.342.294,22</b>	<b>26.011.047,03</b>
	<b>Operações orçamentais (1)</b>	18.532.251,77	676.723,00	89.356,29	926.204,67	-	20.224.535,73	21.077.421,35
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	1.117.758,49	1.117.758,49	4.933.625,68
	<b>Receita corrente</b>	<b>19.802.566,99</b>	-	<b>4.775.800,26</b>	-	-	<b>24.578.367,25</b>	<b>28.890.842,99</b>
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	6.971.136,37	-	-	-	-	6.971.136,37	4.102.037,42
<b>R5</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>12.522.435,63</b>	-	<b>4.775.800,26</b>	-	-	<b>17.298.235,89</b>	<b>24.561.832,81</b>
R51	Transferências Correntes	12.522.435,63	-	4.775.800,26	-	-	17.298.235,89	24.561.832,81
R511	Administrações Públicas	12.522.435,63	-	574.678,76	-	-	13.097.114,39	19.064.198,53
R5111	Administração Central - Estado Português	-	-	30.354,43	-	-	30.354,43	59.705,45
R5112	Administração Central - Outras entidades	12.522.435,63	-	544.324,33	-	-	13.066.759,96	19.004.493,08
R5113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R512	Exterior - EU	-	-	4.201.121,50	-	-	4.201.121,50	5.497.634,28
R513	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	1.727,90	-	-	-	-	1.727,90	1.148,00
R7	Outras receitas correntes	307.267,09	-	-	-	-	307.267,09	225.824,76
	<b>Receita de capital</b>	<b>466,75</b>	-	-	-	-	<b>466,75</b>	<b>97,55</b>
R8	Venda de bens de investimento	466,75	-	-	-	-	466,75	97,55
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
R91	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R911	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R912	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-
R913	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	18.067,09	-	-	-	-	18.067,09	23.599,82
	<b>Receita efetiva (2)</b>	<b>19.821.100,83</b>	-	<b>4.775.800,26</b>	-	-	<b>24.596.901,09</b>	<b>28.914.540,36</b>
	<b>Receita não efetiva (3)</b>	<b>129.472.288,07</b>	-	-	<b>11.500.000,00</b>	-	<b>140.972.288,07</b>	<b>94.394.192,55</b>
R12	Receita com ativos financeiros	129.472.288,07	-	-	-	-	129.472.288,07	82.894.192,55
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	11.500.000,00	-	11.500.000,00	11.500.000,00
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	167.825.640,67	676.723,00	4.865.156,55	12.426.204,67	-	185.793.724,89	144.386.154,26
	<b>Operações de tesouraria (B)</b>	-	-	-	-	<b>264.567.020,22</b>	<b>264.567.020,22</b>	<b>260.879.856,42</b>

## Pagamentos:

Rúbrica	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
	<b>Despesa corrente</b>	<b>28.498.471,49</b>	-	<b>4.691.060,19</b>	<b>11.500.000,00</b>	-	<b>44.689.531,68</b>	<b>44.001.000,61</b>
D1	Despesa com o pessoal	16.135.551,22	-	469.964,80	11.500.000,00	-	28.105.516,02	29.014.546,80
D11	Remunerações certas e permanentes	11.418.776,35	-	433.789,24	7.966.889,00	-	19.819.454,59	22.392.474,37
D12	Abonos variáveis ou eventuais	1.444.186,09	-	5.811,62	157.000,00	-	1.606.997,91	447.138,88
D13	Segurança Social	3.272.588,78	-	30.363,74	3.376.111,00	-	6.679.063,52	6.174.933,55
D2	Aquisição de bens e serviços	11.012.644,30	-	3.672.784,17	-	-	14.685.428,47	9.696.942,33
D3	Juros e outros encargos	120.239,50	-	152.075,38	-	-	272.314,88	19.903,35
D4	Transferências e subsídios correntes	712.250,97	-	396.228,89	-	-	1.108.479,86	4.648.530,35
D41	Transferências Correntes	712.250,97	-	396.228,89	-	-	1.108.479,86	4.648.530,35
D411	Administrações Públicas	703.313,88	-	57.524,58	-	-	760.838,46	1.111.856,41
D4111	Administração Central - Estado Português	701.921,78	-	-	-	-	701.921,78	98,18
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	386.486,55
D4113	Segurança Social	1.392,10	-	57.524,58	-	-	58.916,68	725.271,68
D4114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D412	Entidades no setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D413	Famílias	8.937,09	-	59.115,84	-	-	68.052,93	3.438.701,85
D414	Outras	-	-	279.588,47	-	-	279.588,47	97.972,09
D42	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	517.785,50	-	6,95	-	-	517.792,45	621.077,78
	<b>Despesa de capital</b>	<b>10.692.340,72</b>	-	<b>174.096,36</b>	-	-	<b>10.866.437,08</b>	<b>5.428.912,02</b>
D6	Aquisição de bens de capital	262.357,73	-	174.096,36	-	-	436.454,09	2.175.162,32
D7	Transferências e subsídios de Capital	10.429.982,99	-	-	-	-	10.429.982,99	3.253.749,70
D71	Transferências de Capital	10.429.982,99	-	-	-	-	10.429.982,99	3.253.749,70
D711	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D712	Entidades no setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D713	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D714	Outras	10.429.982,99	-	-	-	-	10.429.982,99	3.253.749,70
D72	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Despesa efetiva (5)</b>	<b>39.190.812,21</b>	-	<b>4.865.156,55</b>	<b>11.500.000,00</b>	-	<b>55.555.968,76</b>	<b>49.429.912,63</b>
	<b>Despesa não efetiva (6)</b>	<b>111.800.000,00</b>	-	-	-	-	<b>111.800.000,00</b>	<b>74.731.705,90</b>
D9	Despesa com ativos financeiros	111.800.000,00	-	-	-	-	111.800.000,00	74.731.705,90
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Soma (7) = (5)+(6)</b>	<b>150.990.812,21</b>	-	<b>4.865.156,55</b>	<b>11.500.000,00</b>	-	<b>167.355.968,76</b>	<b>124.161.618,53</b>
	<b>Operações de tesouraria (C)</b>	-	-	-	-	254.933.155,10	254.933.155,10	264.695.723,61
	<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>16.834.828,46</b>	<b>676.723,00</b>	-	<b>926.204,67</b>	<b>10.751.623,61</b>	<b>29.189.379,74</b>	<b>21.342.294,22</b>
	Operações orçamentais (8)=(4)- (7)	16.834.828,46	676.723,00	-	926.204,67	-	18.437.756,13	20.224.535,73
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	-	-	-	-	10.751.623,61	10.751.623,61	1.117.758,49
	<b>Saldo global (2)-(5)</b>	<b>- 19.369.711,38</b>	-	<b>89.356,29</b>	<b>- 11.500.000,00</b>	-	<b>- 30.959.067,67</b>	<b>- 20.515.372,27</b>
	Despesa primária	39.070.572,71	-	4.713.081,17	11.500.000,00	-	55.283.653,88	49.410.009,28
	Saldo corrente	- 8.695.904,50	-	84.740,07	- 11.500.000,00	-	- 20.111.164,43	- 15.110.157,62
	Saldo de capital	- 10.691.873,97	-	174.096,36	-	-	- 10.865.970,33	- 5.428.814,47
	Saldo primário	- 19.249.471,88	-	62.719,09	- 11.500.000,00	-	- 30.686.752,79	- 20.495.468,92
	Receita total (1)+(2)+(3)	167.825.640,67	676.723,00	4.865.156,55	12.426.204,67	-	185.793.724,89	144.386.154,26
	<b>Despesa total (5)+(6)</b>	<b>150.990.812,21</b>	-	<b>4.865.156,55</b>	<b>11.500.000,00</b>	-	<b>167.355.968,76</b>	<b>124.161.618,53</b>

## 2.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas rubricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Grau de execução orçamental												
		Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Períodos anteriores	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(2)*100	(13)=(9)/(11)*100
Receita corrente		30.518.499,00	2.878.740,44	24.668.513,16	169.315,03	24.673.605,77	95.238,52	95.238,52	89.079,67	24.489.287,58	24.578.367,25	2.799.571,32	3,09%	80,24%
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	6.971.139,00	-	6.971.136,37	-	6.971.136,37	-	-	-	6.971.136,37	6.971.136,37	-	-	100,00%
R5	Transferências e subsídios correntes	23.247.346,00	2.761.744,59	17.455.040,33	168.549,03	17.393.446,41	95.210,52	95.210,52	11.744,59	17.286.491,30	17.298.235,89	2.750.000,00	0,43%	74,36%
R5.1	Transferências Correntes	23.247.346,00	2.761.744,59	17.455.040,33	168.549,03	17.393.446,41	95.210,52	95.210,52	11.744,59	17.286.491,30	17.298.235,89	2.750.000,00	0,43%	74,36%
R5.1.1	Administrações Públicas	13.897.072,00	2.761.744,59	13.217.061,14	131.691,34	13.155.467,22	58.352,83	58.352,83	11.744,59	13.085.369,80	13.097.114,39	2.750.000,00	0,43%	94,16%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	81.966,00	-	30.354,43	-	30.354,43	-	-	-	30.354,43	30.354,43	-	-	37,03%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	13.815.106,00	2.761.744,59	13.186.706,71	131.691,34	13.125.112,79	58.352,83	58.352,83	11.744,59	13.055.015,37	13.066.759,96	2.750.000,00	0,43%	94,50%
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - EU	9.350.274,00	-	4.237.979,19	36.857,69	4.237.979,19	36.857,69	36.857,69	-	4.201.121,50	4.201.121,50	-	-	44,93%
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	1.818,00	159,90	1.817,40	28,00	1.755,90	28,00	28,00	159,90	1.568,00	1.727,90	221,40	100,00%	86,25%
R7	Outras receitas correntes	298.196,00	116.835,95	240.519,06	738,00	307.267,09	-	-	77.175,18	230.091,91	307.267,09	49.349,92	66,05%	77,16%

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
			de períodos anteriores				Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
			(2)				(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)		(12)=(8)/(2)*100	(13)=(9)/(1)*100
<b>Receita de capital</b>		<b>325.404.873,00</b>	-	<b>161.215.357,64</b>	-	<b>161.215.357,64</b>	-	-	-	<b>161.215.357,64</b>	<b>161.215.357,64</b>	-		<b>49,54%</b>
R8 Venda de bens de investimento		467,00	-	466,75	-	466,75	-	-	-	466,75	466,75	-		99,95%
R9 Transferências e subsídios de Capital		150.184.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,00%
R9.1 Transferências de Capital		150.184.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,00%
R9.1.1 Administrações Públicas		150.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,00%
R9.1.1.1 Administração Central - Estado		150.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,00%
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9.1.2 Exterior - EU		184.500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		0,00%
R9.1.3 Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R9.2 Subsídios de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R10 Outras receitas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		20.213,00	-	18.067,09	-	18.067,09	-	-	-	18.067,09	18.067,09	-		89,38%
R12 Receita com ativos financeiros		129.472.289,00	-	129.472.288,07	-	129.472.288,07	-	-	-	129.472.288,07	129.472.288,07	-		100,00%
R13 Receita com passivos financeiros		11.500.000,00	-	11.500.000,00	-	11.500.000,00	-	-	-	11.500.000,00	11.500.000,00	-		100,00%
<b>Saldo da gerência anterior - operações orçamentais</b>		<b>34.227.404,00</b>	-	<b>20.224.535,73</b>	-	<b>20.224.535,73</b>	-	-	-	<b>20.224.535,73</b>	<b>20.224.535,73</b>	-		<b>59,09%</b>
<b>Total</b>		<b>355.923.372,00</b>	<b>2.878.740,44</b>	<b>185.883.870,80</b>	<b>169.315,03</b>	<b>185.888.963,41</b>	<b>95.238,52</b>	<b>95.238,52</b>	<b>89.079,67</b>	<b>185.704.645,22</b>	<b>185.793.724,89</b>	<b>2.799.571,32</b>	<b>3,09%</b>	<b>52,18%</b>

## 2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas rubricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(6)	(7)	(8)=(6)+(7)			(11)=(6)/(2)*100	(12)=(7)/(2)*100
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)=(4)-(5)	(10)=(5)-(8)	(11)=(6)/(2)*100	(12)=(7)/(2)*100
<b>Despesa corrente</b>		<b>965.597,01</b>	<b>68.809.081,00</b>	<b>2.238.434,00</b>	<b>46.047.842,27</b>	<b>45.456.524,27</b>	<b>965.596,94</b>	<b>43.723.934,74</b>	<b>44.689.531,68</b>	<b>591.318,00</b>	<b>766.992,59</b>	<b>1,40%</b>	<b>63,54%</b>
D1 Despesa com o pessoal		789.973,40	30.945.924,00	-	28.849.452,54	28.829.524,09	789.973,37	27.315.542,65	28.105.516,02	<b>19.928,45</b>	724.008,07	2,55%	88,27%
D1.1 Remunerações certas e permanentes		393.473,66	21.947.251,00	-	20.167.980,82	20.167.980,82	393.473,66	19.425.980,93	19.819.454,59	-	348.526,23	1,79%	88,51%
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		19.876,20	1.661.947,00	-	1.631.499,81	1.631.499,81	19.876,20	1.587.121,71	1.606.997,91	-	24.501,90	1,20%	95,50%
D1.3 Segurança Social		376.623,54	7.336.726,00	-	7.049.971,91	7.030.043,46	376.623,51	6.302.440,01	6.679.063,52	<b>19.928,45</b>	350.979,94	5,13%	85,90%
D2 Aquisição de bens e serviços		62.416,13	30.724.416,00	2.126.377,00	15.298.683,88	14.727.294,33	62.416,09	14.623.012,38	14.685.428,47	<b>571.389,55</b>	41.865,86	0,20%	47,59%
D3 Juros e outros encargos		-	522.386,00	-	272.314,88	272.314,88	-	272.314,88	272.314,88	-	-	0,00%	52,13%
D4 Transferências e subsídios correntes		113.185,26	5.976.727,00	-	1.109.598,52	1.109.598,52	113.185,26	995.294,60	1.108.479,86	-	1.118,66	1,89%	16,65%
D4.1 Transferências Correntes		113.185,26	5.976.727,00	-	1.109.598,52	1.109.598,52	113.185,26	995.294,60	1.108.479,86	-	1.118,66	1,89%	16,65%
D4.1.1 Administrações Públicas		57.397,29	1.594.151,00	-	761.430,78	761.430,78	57.397,29	703.441,17	760.838,46	-	592,32	3,60%	44,13%
D4.1.1.1 Administração Central - Estado		-	1.529.231,00	-	701.921,78	701.921,78	-	701.921,78	701.921,78	-	-	0,00%	45,90%
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3 Segurança Social		57.397,29	64.920,00	-	59.509,00	59.509,00	57.397,29	1.519,39	58.916,68	-	592,32	88,41%	2,34%
D4.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2 Entidades no setor não lucrativo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3 Famílias		55.787,97	4.102.152,00	-	68.579,27	68.579,27	55.787,97	12.264,96	68.052,93	-	526,34	1,36%	0,30%
D4.1.4 Outras		-	280.424,00	-	279.588,47	279.588,47	-	279.588,47	279.588,47	-	-	0,00%	99,70%
D4.2 Subsídios Correntes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5 Outras despesas correntes		22,22	639.628,00	112.057,00	517.792,45	517.792,45	22,22	517.770,23	517.792,45	-	-	0,00%	80,95%



Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromisso s	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)=(4)-(5)	(10)=(5)-(8)	(11)=(6)/(2)*100	(12)=(7)/(2)*100
<b>Despesa de capital</b>		<b>13.197,33</b>	<b>274.005.259,00</b>	-	<b>122.807.538,90</b>	<b>122.681.531,50</b>	<b>13.197,32</b>	<b>122.653.239,76</b>	<b>122.666.437,08</b>	<b>126.007,40</b>	<b>15.094,42</b>	<b>0,00%</b>	<b>44,76%</b>
D6 Aquisição de bens de capital		13.197,33	1.775.275,00	-	577.555,91	451.548,51	13.197,32	423.256,77	436.454,09	126.007,40	15.094,42	0,74%	23,84%
D7 Transferências e subsídios de Capital		-	10.429.983,00	-	10.429.982,99	10.429.982,99	-	10.429.982,99	10.429.982,99	-	-	0,00%	100,00%
D71 Transferências de capital		-	10.429.983,00	-	10.429.982,99	10.429.982,99	-	10.429.982,99	10.429.982,99	-	-	0,00%	100,00%
D7.1.1 Administrações Públicas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.1 Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2 Instituições sem fins lucrativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3 Famílias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4 Outras		-	10.429.983,00	-	10.429.982,99	10.429.982,99	-	10.429.982,99	10.429.982,99	-	-	0,00%	100,00%
D72 Subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8 Outras despesas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9 Despesa com ativos financeiros		-	261.800.001,00	-	111.800.000,00	111.800.000,00	-	111.800.000,00	111.800.000,00	-	-	0,00%	42,70%
D10 Despesa com passivos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>978.794,34</b>	<b>342.814.340,00</b>	<b>2.238.434,00</b>	<b>168.855.381,17</b>	<b>168.138.055,77</b>	<b>978.794,26</b>	<b>166.377.174,50</b>	<b>167.355.968,76</b>	<b>717.325,40</b>	<b>782.087,01</b>	<b>0,29%</b>	<b>48,53%</b>

## 2.4. Anexo às demonstrações orçamentais

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, é insuficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. Assim, o Anexo às demonstrações orçamentais, inclui informação adicional, alguma não financeira, havendo a possibilidade de ser divulgada informação suplementar, em simultâneo com as demonstrações orçamentais com a finalidade de proporcionar uma imagem integral das atividades da entidade durante o período de relato, sendo mesmo incentivadas, vide nº48 da NCP-26, a divulgar informação acerca do cumprimento das leis, regulamentos ou regras impostas externamente.

### I. Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Receita				Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais				
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	3.801.273,00	3.180.410,00	10.544,00	-	6.971.139,00	
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	26.141.906,00	2.689.530,00	5.584.090,00	-	23.247.346,00	
R5.1 - Transferências Correntes	P/M	26.141.906,00	2.689.530,00	5.584.090,00	-	23.247.346,00	
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	13.313.041,00	1.584.032,00	1.000.001,00	-	13.897.072,00	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	P/M	81.966,00	-	-	-	81.966,00	
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	P/M	13.231.075,00	1.584.032,00	1.000.001,00	-	13.815.106,00	
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	12.743.865,00	1.105.498,00	4.499.089,00	-	9.350.274,00	
R5.1.3 Outras	P/M	85.000,00	-	85.000,00	-	-	
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	173.000,00	1.496,00	172.678,00	-	1.818,00	
R7 - Outras Receitas Correntes	P/M	423.000,00	371.436,00	496.240,00	-	298.196,00	
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	-	467,00	-	-	467,00	
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	150.184.500,00	-	-	-	150.184.500,00	
R9.1 - Transferências de capital	P/M	150.184.500,00	-	-	-	150.184.500,00	
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	150.000.000,00	-	-	-	150.000.000,00	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	150.000.000,00	-	-	-	-	
R9.1.1.2 - Administração Central - outras entidades	P/M	-	-	-	-	-	
R9.1.2 - Exterior - U E		184.500,00	-	-	-	-	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	-	23.065,00	2.852,00	-	20.213,00	
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	38.635.502,00	183.111.458,00	92.274.671,00	-	129.472.289,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	11.500.000,00	-	-	-	11.500.000,00	
R14 - Saldo de gestão anterior - operações orçamentais	P/M	14.002.866,00	6.905.187,00	-	13.319.351,00	34.227.404,00	
<b>Total</b>		<b>244.862.047,00</b>	<b>196.283.049,00</b>	<b>98.541.075,00</b>	<b>13.319.351,00</b>	<b>355.923.372,00</b>	

## II. Alterações orçamentais da despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Despesa					Dotações corrigidas	Obs.
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais					
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
D1 - Despesas Com o Pessoal	P/M	29.687.170,00	18.004.765,00	16.996.011,00	250.000,00	30.945.924,00		
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	P/M	22.135.663,00	13.491.945,00	13.930.357,00	250.000,00	21.947.251,00		
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P/M	1.661.947,00	1.222.016,00	1.222.016,00	-	1.661.947,00		
D1.3 - Segurança social	P/M	5.889.560,00	3.290.804,00	1.843.638,00	-	7.336.726,00		
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	19.117.956,00	8.154.842,00	9.617.733,00	13.069.351,00	30.724.416,00		
D3 - Juros e outros encargos	P/M	-	522.386,00	-	-	522.386,00		
D4 - Transferências e Subsídios Correntes	P/M	4.764.735,00	6.497.187,00	5.285.195,00	-	5.976.727,00		
D4.1 - Transferências Correntes	P/M	4.764.735,00	6.497.187,00	5.285.195,00	-	5.976.727,00		
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	-	2.199.632,00	605.481,00	-	1.594.151,00		
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	-	2.134.462,00	605.231,00	-	1.529.231,00		
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	-	-	-	-	-		
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	-	65.170,00	250,00	-	64.920,00		
D4.1.3 Famílias	P/M	4.764.735,00	3.981.534,00	4.644.117,00	-	4.102.152,00		
D4.1.4 Outras	P/M	-	316.021,00	35.597,00	-	280.424,00		
D5 - Outras despesas correntes	P/M	496.108,00	156.216,00	12.696,00	-	639.628,00		
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	2.160.576,00	516.227,00	901.528,00	-	1.775.275,00		
D7 - Transferências e subsídios de capital	P/M	-	10.429.986,00	3,00	-	10.429.983,00		
D7.1 - Transferências de Capital	P/M	-	10.429.986,00	3,00	-	10.429.983,00		
D7.1.4 Outras	P/M	-	10.429.986,00	3,00	-	10.429.983,00		
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	188.635.502,00	150.435.504,00	77.271.005,00	-	261.800.001,00		
<b>Total</b>		<b>244.862.047,00</b>	<b>194.717.113,00</b>	<b>110.084.171,00</b>	<b>13.319.351,00</b>	<b>342.814.340,00</b>		

### III. Operações de Tesouraria

Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	-	-	-	-
07.1.2.1.1 / 07.2.1.1	Autarquias Locais	-	-	-	-
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2	Entidade Contabilística Estado	-	-	-	-
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3	Região Autónoma Açores	-	-	-	-
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4	Região Autónoma Madeira	-	-	-	-
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5	Outras entidades beneficiárias	-	-	-	-
07.1.2.2 / 07.2.2.2	Receita não Fiscal	-	-	-	-
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	(17.268,74)	-	4.528,17	(21.796,91)
07.1.4 / 07.2.4	Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	-	-	-	-
07.1.5 / 07.2.5	Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	-	-	-	-
07.1.6 / 07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
07.2.8	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	-	-	-	-
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	1.135.027,23	264.567.020,22	254.928.626,93	10.773.420,52
<b>Total</b>		<b>1.117.758,49</b>	<b>264.567.020,22</b>	<b>254.933.155,10</b>	<b>10.751.623,61</b>

## IV. Transferências e subsídios

### Concedidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são concedidos.

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)	
<b>Transferências correntes</b>									
040301	Nº 10 Art. 91º DLEO 2024	Entrega dos rendimentos de depósitos e aplic.s fin. fora do IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e Dívida Pública	429,56	429,56	429,56	-		
040301	Acordos Colocalização	Complicação de encargos	Embaixadas de Portugal no Mundo	701.492,22	701.492,22	701.492,22			
040600	Estágios	Estágios Profissionais e INOV Contacto	Segurança Social	2.811,38	2.811,38	2.219,06	592,32		
040600	Estágios	Estágios Profissionais	Estagiários	56.697,62	56.697,62	56.697,62	-		
040802	Estágios	Estágios Profissionais	Vários Estagiários	11.423,96	11.423,96	10.897,62	526,34		
040802	Estágios	Estágios Profissionais e INOV Contacto	Vários Estagiários	57.155,31	57.155,31	57.155,31	-		
040901	PT SAMA		AD&C	248.423,37	248.423,37	248.423,37			
040901	PT SAMA		IGFSS	31.165,10	31.165,10	31.165,10			
<b>Total Transferências correntes</b>				<b>1.109.598,52</b>	<b>1.109.598,52</b>	<b>1.106.479,86</b>	1.118,66	-	
<b>Transferências de capital</b>									
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	IKEA Industry Portugal, Lda	480.102,53	480.102,53	480.102,53	-		
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	TRIDONIC PORTUGAL, UNIPESOAAL LDA	313.292,69	313.292,69	313.292,69	-		
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	IKEA Industry Portugal, Lda	576.003,84	576.003,84	576.003,84			
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Instituto Pedro Nunes - Associação para a Inovação	38.467,23	38.467,23	38.467,23			
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Altice Labs, S.A.	729.384,29	729.384,29	729.384,29	-		
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	156.775,39	156.775,39	156.775,39			
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	INSTITUTO DE TELECOMUNICAÇÕES	142.259,11	142.259,11	142.259,11			
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Hanon Systems Portugal, S.A.	1.254.412,30	1.254.412,30	1.254.412,30	-		
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Borgwarner Emissions Systems Portugal, Unipessoal, Ld	954.581,78	954.581,78	954.581,78			
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	UNIVERSIDADE DO MINHO	757.763,60	757.763,60	757.763,60			
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	UNIVERSIDADE DO MINHO	498.924,78	498.924,78	498.924,78	-		
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Bosch Car Multimedia Portugal, S.A.	480.456,61	480.456,61	480.456,61			
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Sistema de Incentivos às empresas - RCI	Gallovidro, S.A.	4.047.558,84	4.047.558,84	4.047.558,84			
<b>Total Transferências de capital</b>				<b>10.429.982,99</b>	<b>10.429.982,99</b>	<b>10.429.982,99</b>	-	-	
<b>Subsídios</b>									
<b>Total Subsídios</b>				-	-	-	-	-	

## Recebidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são recebidos.

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(8)	(9)
Transferências correntes								
060306	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	Direção Geral da Administração e do Emprego Público	30.354,43	30.354,43	-		
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	Turismo de Portugal, I.P.	11.522.435,63	11.522.435,63	-		
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	2.750.000,00	-	2.750.000,00		-
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro)	Lei do Orçamento do Estado para 2024	Fundo para as Relações Internacionais, IP	1.000.000,00	1.000.000,00	-		-
060311	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	544.324,33	544.324,33	-		-
060901	Decreto-Lei n.º 159/2014	Regras gerais de aplicação dos programas operacionais e de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2.018.929,14	2.018.929,14	-		-
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	1.697.716,14	1.697.716,14	-		-
060901	Portaria 97-A/2015	Regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	399.775,97	399.775,97	-		-
060901	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	84.700,25	84.700,25	-		-
<b>Total Transferências correntes</b>				<b>20.048.235,89</b>	<b>17.298.235,89</b>	<b>2.750.000,00</b>		-
Transferências de capital								
100301	Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2023, de 19 de abril	Regime Contratual de Investimento (RCI)	Orçamento de Estado	150.000.000,00				
100901	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	184.500,00				
<b>Total Transferências de capital</b>				<b>150.184.500,00</b>	-	-		-
Subsídios								
<b>Total Subsídios</b>				-	-	-		-



## V. Contratação administrativa

### Situação dos contratos

Entidade		Contrato					Comunicação do contrato ao TC				Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados								
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Preço Contratual com IVA	Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos Adicionais	Contratos COVID-19	N.º de registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	F50461594701	Aquisição de serviços	Fornecedores de serviços de Int	31-01-2022	Ajuste Direto Simplificado	3.392,16	3.392,16	4.172,36	729 dias	01-02-2022	Não	Não	Não			24-05-2022	347,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.134,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Primavera - Business Software Solutions, S.A.	F50314000001	Aquisição de serviços	Serviços de desenvolvimento de	08-08-2022	Ajuste Direto Simplificado	3.702,00	3.702,00	4.553,46	730 dias	08-08-2022	Não	Não	Não			27-10-2022	2.158,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.317,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Innaya Portugal - Distribuição de Papel, S.A.	F50015670001	Aquisição de bens	ADES, 705 - Aquisição de papel de	12-12-2022	Ajuste Direto Simplificado	5.924,70	5.924,70	5.924,70	19 dias	12-12-2022	Não	Não	Não			29-12-2022	-642,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.279,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Cemita e Almeida, Lda.	F50961759001	Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manuten	06-03-2023	Ajuste Direto Simplificado	2.500,00	2.500,00	3.075,00	300 dias	06-03-2023	Não	Não	Não			19-04-2023	984,46	0,00	0,00	0,00	0,00	3.071,32	0,00	0,00	0,00	0,00
VIA VERDE PORTUGAL, S.A.	F50465676701	Aquisição de serviços	Serviços de estacionamento	20-03-2023	Ajuste Direto Simplificado	552,85	552,85	680,00	285 dias	20-03-2023	Não	Não	Não			21-03-2023	31,16	0,00	0,00	0,00	0,00	753,50	0,00	0,00	0,00	0,00
João Ricardo Mendes Guerra Marques Cortez	F20915722401	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	29-08-2023	Ajuste Direto Simplificado	1.500,00	1.500,00	1.845,00	124 dias	29-08-2023	Não	Não	Não			01-04-2024	1.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleos de Portugal - Petrolgal, S.A.	F50069737001	Aquisição de serviços	Lavagem de automóveis e servic	20-09-2023	Ajuste Direto Simplificado	406,50	406,50	500,00	102 dias	20-09-2023	Não	Não	Não			02-10-2023	123,15	0,00	0,00	0,00	0,00	267,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Paulo Jorge Rosa Santos	F22009706401	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	26-10-2023	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	66 dias	26-10-2023	Não	Não	Não			27-12-2023	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HeraPrime (ex Alvo - Tecnologias de Informação, Lda.)	F50298727301	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de perit	03-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	58 dias	03-11-2023	Não	Não	Não			22-12-2023	3.305,64	0,00	0,00	0,00	0,00	3.987,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Marco Gouveia, Unipessoal Lda	F51396727301	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em mar	06-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	1.912,00	1.912,00	1.912,00	13 dias	16-11-2023	Não	Não	Não			22-12-2023	760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.912,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BTC Automóveis	F51390450601	Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manuten	09-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	127,59	127,59	158,94	52 dias	09-11-2023	Não	Não	Não			22-02-2024	158,94	0,00	0,00	0,00	0,00	158,94	0,00	0,00	0,00	0,00
ACIN - Cloud Solutions, Lda	F51113561001	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com a inf	17-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	2.952,00	2.952,00	2.952,00	44 dias	17-11-2023	Não	Não	Não			22-01-2024	984,00	0,00	0,00	0,00	0,00	984,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	F50461594701	Aquisição de serviços	Serviços de TI consultoria, des	23-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	3.392,16	3.392,16	4.172,36	729 dias	01-02-2024	Não	Não	Não			19-04-2024	1.216,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.216,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Edmundo Monteiro	F17205103701	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	27-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	487,80	487,80	600,00	34 dias	27-11-2023	Não	Não	Não			20-12-2023	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
José Manuel Nunes Vicente Rebordão	F10006761101	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	27-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	487,80	487,80	600,00	34 dias	27-11-2023	Não	Não	Não			20-12-2023	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Helder de Jesus Araújo	F17111769701	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	29-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	487,80	487,80	600,00	32 dias	29-11-2023	Não	Não	Não			25-01-2024	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Universidade de Coimbra	F50161756201	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	29-11-2023	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	13 dias	29-11-2023	Não	Não	Não			20-02-2024	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Claim Ideas - Produções de Comunicação, Lda.	F50977175001	Aquisição de bens	Troféus	07-12-2023	Ajuste Direto Simplificado	1.452,00	1.452,00	1.785,96	24 dias	07-12-2023	Não	Não	Não			16-01-2024	1.785,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.785,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Visita Palavras Unipessoal, Lda.	F51603819201	Aquisição de bens	Jornais, revistas especializadas	27-12-2023	Ajuste Direto Simplificado	798,00	798,00	981,54	4 dias	27-12-2023	Não	Não	Não			07-02-2024	863,40	0,00	0,00	0,00	0,00	863,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Atlantian Pty Ltd.	F00000182201	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com as in	11-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.324,14	1.324,14	1.628,69	349 dias	17-01-2024	Não	Não	Não			24-01-2024	758,35	0,00	0,00	0,00	0,00	758,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Alfa Lisbon Gestão Processos Expedição, Lda.	F50759652201	Aquisição de serviços	Serviços de correio rápido	11-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	44,09	44,09	44,09	1 dias	11-01-2024	Não	Não	Não			22-01-2024	44,09	0,00	0,00	0,00	0,00	44,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Maria Fernanda G. Halvar F. Inácio	F12644246001	Aquisição de bens	Jornais, revistas especializadas	12-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	4.150,79	4.150,79	5.105,47	354 dias	12-01-2024	Não	Não	Não			07-02-2024	4.821,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.821,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Imma Moreira	F23216907101	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	12-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	950,00	950,00	1.168,50	16 dias	15-01-2024	Não	Não	Não			13-11-2024	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00
@istemas Portugal - Aceleração Total Sistemas Unipessoal, Lda	F51616725101	Aquisição de serviços	Pacotes de software e sistemas	15-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	4.988,89	4.988,89	6.136,34	365 dias	17-01-2024	Não	Não	Não			24-01-2024	6.136,33	0,00	0,00	0,00	0,00	6.136,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Jorge Manuel Moreira Gonçalves	F13826565301	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	16-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.250,00	1.250,00	1.537,50	15 dias	16-01-2024	Não	Não	Não			13-11-2024	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Silvio Roberto Branco dos Santos	F22554672801	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	16-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	950,00	950,00	1.168,50	15 dias	16-01-2024	Não	Não	Não			13-11-2024	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	F50530164401	Aquisição de serviços	Serviços de eventos	18-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	3.990,00	3.990,00	3.990,00	348 dias	18-01-2024	Não	Não	Não			11-07-2024	3.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais, S.A.	F50254418001	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	19-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	3.442,94	3.442,94	4.234,82	347 dias	19-01-2024	Não	Não	Não			20-02-2024	3.497,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.497,84	0,00	0,00	0,00	0,00
H. Sobral & A. Costa, Lda.	F50567876701	Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manuten	19-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	574,83	574,83	707,04	347 dias	19-01-2024	Não	Não	Não			07-02-2024	707,04	0,00	0,00	0,00	0,00	707,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Citymover, Lda.	F50918033701	Aquisição de serviços	Serviços de transporte (exc. tra	22-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	712,00	712,00	875,76	7 dias	22-01-2024	Não	Não	Não			07-02-2024	875,76	0,00	0,00	0,00	0,00	875,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Frases Ilustradas, Unipessoal, Lda.	F50923615401	Aquisição de bens	Etiquetas autocolantes	22-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	56,90	56,90	70,00	3 dias	22-01-2024	Não	Não	Não			01-04-2024	69,99	0,00	0,00	0,00	0,00	69,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Synopsis Planet - Advance Engineering Unipessoal, Lda.	F5158600501	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	23-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	6 dias	23-01-2024	Não	Não	Não			07-02-2024	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paulo José Garcia de Lemos Trigueiros de Mante	F16709510901	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	23-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	7 dias	24-01-2024	Não	Não	Não			19-04-2024	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nidia de Sá Caetano	F15872789401	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	23-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	600,00	8 dias	23-01-2024	Não	Não	Não			20-02-2024	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paulo Alexandre da Costa Lemos	F17899700501	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perit	23-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	8 dias	23-01-2024	Não	Não	Não			20-02-2024	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vimeo LLC	F00000002001	Aquisição de serviços	Serviços de TI consultoria, des	23-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	682,60	840,00	840,00	365 dias	25-01-2024	Não	Não	Não			31-01-2024	1.033,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033,20	0,00	0,00	0,00	0,00
SHL Restauração, Unipessoal, Lda.	F50648817601	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de re	24-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.725,00	1.725,00	1.971,75	2 dias	24-01-2024	Não	Não	Não			22-02-2024	1.971,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.971,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Choice Car, S.A	F50404176201	Aquisição de serviços	Serviços de transporte rodoviár	26-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	2.766,34	2.766,34	3.402,60	340 dias	26-01-2024	Não	Não	Não			07-02-2024	3.402,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.402,60	0,00	0,00	0,00	0,00
100 Mudar 1 Virgula, Lda.	F5098784160																									

Entidade		Contrato					Comunicação do contrato ao TC				Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados								
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual		Prazo de Execução	Início da execução (física)	HECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
Paper A/3	F0000072501	Aquisição de serviços	Serviços de gestão de document	16-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.750,68	1.423,32	1.750,68	319 dias	16-02-2024	Não	Não	Não		24-04-2024	24-04-2024	1.750,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.750,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Bonaparte Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	F5027636001	Aquisição de serviços	Serviços de parques de estacionamento	16-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.170,72	1.170,72	1.440,36	319 dias	16-02-2024	Não	Não	Não		20-02-2024	20-02-2024	1.277,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.277,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Brinquinha Supermercados, Lda.	F50622424101	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de re	19-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	308,94	308,94	380,00	2 dias	20-02-2024	Não	Não	Não		06-03-2024	06-03-2024	380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1000 Pratos, Lda.	F50890504801	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de ref	20-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.732,50	1.732,50	1.957,73	5 dias	23-02-2024	Não	Não	Não		06-03-2024	06-03-2024	1.921,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.921,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BYOURSEULEADERSHIP	F51572369001	Aquisição de serviços	Serviços de eventos	20-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.600,00	1.600,00	1.968,00	6 dias	22-02-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	01-04-2024	1.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Choice Car, S.A	F50404176201	Aquisição de serviços	Serviços de transporte rodoviár	20-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.230,00	1.230,00	1.303,80	8 dias	20-02-2024	Não	Não	Não		19-04-2024	19-04-2024	1.303,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.303,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Claim Ideas - Produções de Comunicação, Lda.	F50977175001	Aquisição de bens	Material publicitário	21-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	668,00	668,00	821,64	4 dias	22-02-2024	Não	Não	Não		17-05-2024	17-05-2024	821,64	0,00	0,00	0,00	0,00	821,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Universidade da Beira Interior	F50206351401	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perfil	26-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	950,00	950,00	1.168,50	32	26-02-2024	Não	Não	Não		13-11-2024	13-11-2024	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Auto Pátria, Unipessoal, Lda.	F500115621201	Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manut	28-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	99,03	99,03	121,81	307 dias	28-02-2024	Não	Não	Não		13-11-2024	13-11-2024	121,81	0,00	0,00	0,00	0,00	121,81	0,00	0,00	0,00	0,00
BTC Automóveis	F51390450601	Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manut	28-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	255,00	255,00	313,65	307 dias	28-02-2024	Não	Não	Não		05-06-2024	05-06-2024	313,65	0,00	0,00	0,00	0,00	313,65	0,00	0,00	0,00	0,00
ADISA Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia	F50201014901	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perfil	29-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	306 dias	29-02-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	01-04-2024	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sandra Isabel Dias Simões	F12326997501	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de perfil	29-02-2024	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	306 dias	29-02-2024	Não	Não	Não		14-03-2024	14-03-2024	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bonaparte Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	F5027636001	Aquisição de serviços	Serviços de parques de estacionamento	01-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	585,36	585,36	720,00	305 dias	01-03-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	01-04-2024	638,96	0,00	0,00	0,00	0,00	638,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Auto Pátria, Unipessoal, Lda.	F500115621201	Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manut	06-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	493,54	493,54	607,05	300 dias	06-03-2024	Não	Não	Não		07-05-2024	07-05-2024	607,05	0,00	0,00	0,00	0,00	607,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Lisboa Feiras Congressos e Eventos - FCE	F50365789101	Aquisição de serviços	Standards de exposição	07-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.220,00	1.220,00	1.500,00	1 dias	12-04-2024	Não	Não	Não		04-04-2024	04-04-2024	1.500,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Verlingue - Corretores de Seguros, S.A.	F50235841601	Aquisição de serviços	Serviços de seguros	08-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	300,00	300,00	300,00	298 dias	08-03-2024	Não	Não	Não		10-04-2024	10-04-2024	151,44	0,00	0,00	0,00	0,00	151,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Marco Gouveia, Unipessoal Lda	F51396727301	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em mat	10-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	3.920,40	3.920,40	3.920,40	265	21-03-2024	Não	Não	Não		04-04-2024	04-04-2024	3.920,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.920,40	0,00	0,00	0,00	0,00
United Nations Development Business	F00000101301	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com ba	12-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	638,12	638,12	638,12	294 dias	12-03-2024	Não	Não	Não		30-04-2024	30-04-2024	638,12	0,00	0,00	0,00	0,00	638,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Tim Tim - Actividades Hoteleiras, Lda.	F50141221201	Aquisição de bens	Produtos alimentares diversos	13-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	122,76	122,76	151,00	1	13-03-2024	Não	Não	Não		10-04-2024	10-04-2024	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hotmanagement - Exploração e Gestão Hoteleira Lda	F50606526701	Aquisição de serviços	Serviços de arrendamento ou lo	14-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	726,68	726,68	837,00	6	15-03-2024	Não	Não	Não		27-03-2024	27-03-2024	837,00	0,00	0,00	0,00	0,00	837,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIA VERDE PORTUGAL, S.A.	F50465676701	Aquisição de serviços	Serviços de estacionamento	14-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	813,01	813,01	1.000,00	292 dias	14-03-2024	Não	Não	Não		31-01-2024	31-01-2024	476,25	0,00	0,00	0,00	0,00	476,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Plus Idiomas, Lda.	F5089935501	Aquisição de serviços	Serviços de tradução dos estat	23-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	320,00	320,00	393,60	10 dias	23-03-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	01-04-2024	393,60	0,00	0,00	0,00	0,00	393,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Partners, Unipessoal Lda	F50351717801	Aquisição de bens	Aquisição de 160 peças de arg	25-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	152,96	152,96	188,13	26 dias	27-03-2024	Não	Não	Não		24-04-2024	24-04-2024	188,13	0,00	0,00	0,00	0,00	188,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Diogo Miguel Ferreira dos Santos Cruz	F20095058401	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Cons	26-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	405,00	405,00	485,15	95	27-03-2024	Não	Não	Não		26-06-2024	26-06-2024	405,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Madhotel, Empreendimentos Turísticos, S.A.	F51102658601	Aquisição de serviços	Contratação: excecional de sen	27-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	807,38	807,38	935,00	30 dias	27-03-2024	Não	Não	Não		10-04-2024	10-04-2024	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00
After Boom - Publicidade, Lda.	F50832012701	Aquisição de bens	Aquisição de material promocio	27-03-2024	Ajuste Direto Simplificado	3.685,00	3.685,00	4.532,55	106 dias	27-03-2024	Não	Não	Não		11-07-2024	11-07-2024	4.532,55	0,00	0,00	0,00	0,00	4.532,55	0,00	0,00	0,00	0,00
NOS Comunicações, S.A.	F50260475101	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de televi	01-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.223,22	1.223,22	1.504,56	730 dias	01-04-2024	Não	Não	Não		18-07-2024	18-07-2024	478,20	0,00	0,00	0,00	0,00	478,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Auto Pátria, Unipessoal, Lda.	F500115621201	Aquisição de serviços	Reparação da Viatura Volkswagen	01-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.138,99	1.138,99	1.400,96	36 dias	01-04-2024	Não	Não	Não		07-05-2024	07-05-2024	1.388,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.388,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	F50069737001	Aquisição de serviços	Aquisição de fornecimento de a	01-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	162,60	162,60	200,00	274 dias	01-04-2024	Não	Não	Não		10-10-2024	10-10-2024	100,97	0,00	0,00	0,00	0,00	100,97	0,00	0,00	0,00	0,00
BTC Automóveis	F51390450601	Aquisição de serviços	Reparação do Motor e da Bateri	03-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	360,38	360,38	443,27	63 dias	03-04-2024	Não	Não	Não		05-06-2024	05-06-2024	443,27	0,00	0,00	0,00	0,00	443,27	0,00	0,00	0,00	0,00
NOS Comunicações, S.A.	F50260475101	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de televi	01-01-2024	Ajuste Direto Simplificado	110,71	110,71	136,17	91	01-01-2024	Não	Não	Não		10-04-2024	10-04-2024	136,17	0,00	0,00	0,00	0,00	136,17	0,00	0,00	0,00	0,00
BTC Automóveis	F51390450601	Aquisição de serviços	Revisão da Viatura Volkswagen	03-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	81,54	81,54	100,29	63 dias	03-04-2024	Não	Não	Não		05-06-2024	05-06-2024	100,29	0,00	0,00	0,00	0,00	100,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Caetano Auto, S.A.	F50595354201	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de repara	03-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	157,66	157,66	193,92	169 dias	03-04-2024	Não	Não	Não		19-09-2024	19-09-2024	193,92	0,00	0,00	0,00	0,00	193,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Eva Melczarek, ART	F00000402201	Aquisição de serviços	Produção de vídeos	03-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	4.400,00	4.400,00	4.400,00	42 dias	03-04-2024	Não	Não	Não		15-05-2024	15-05-2024	4.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TeamViewer GmbH	F00000081601	Aquisição de serviços	Aquisição da renovação da sub	08-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.163,54	1.163,54	1.431,15	364	13-06-2024	Não	Não	Não		02-07-2024	02-07-2024	1.163,54	0,00	0,00	0,00	0,00	1.163,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Digibêta Information Technologies, S.A	F50267035501	Aquisição de serviços	DEE - Renovação da Subscrição	06-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	870,00	870,00	1.070,10	10 dias	09-04-2024	Não	Não	Não		19-04-2024	19-04-2024	1.070,10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Searchprof, Lda.	F50898973601	Aquisição de bens	Produção de material gráfico - R	09-04-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.511,00	1.511,00																			

Entidade		Contrato										Comunicação do contrato ao TC		Visto do TC		Pagamentos no período	Pagamentos acumulados									
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual		Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
Q&P - Consultoria de Marketing, Lda.	F5086192001	Aquisição de serviços	Participação da AICEP no evento	23-05-2024	Ajuste Direto Simplificado	3.873,00	3.873,00	4.886,79	41 dias	24-05-2024	Não	Não	Não			05-06-2024	4.886,79	0,00	0,00	0,00	0,00	4.886,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Fernando Gonçalves Carvalho, Lda.	F50216899101	Aquisição de bens	Aquisição de 1 micro-ondas por	28-05-2024	Ajuste Direto Simplificado	56,94	56,94	69,91	16 dias	28-05-2024	Não	Não	Não			13-06-2024	69,91	0,00	0,00	0,00	0,00	69,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Caetano Fórmula S.A.	F50003512101	Aquisição de serviços	Revisão da Viatura Renault Zoe	03-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	389,67	389,67	479,29	36 dias	03-06-2024	Não	Não	Não			11-07-2024	477,80	0,00	0,00	0,00	0,00	477,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Santagat R Comércio Rep. Auto SA (ex Renault Ratails)	F50035388201	Aquisição de serviços	Revisão da Viatura Renault ZOE	03-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	279,62	279,62	343,93	170 dias	03-06-2024	Não	Não	Não			20-11-2024	343,92	0,00	0,00	0,00	0,00	343,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Casa da Comida - Restauração Gastronomia, Lda.	F50062159401	Aquisição de serviços	Serviços de catering	03-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.995,00	1.995,00	2.361,85	1	04-06-2024	Não	Não	Não			05-06-2024	2.361,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.361,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituto Superior Técnico	F50150793001	Aquisição de serviços	Contratação Peritos especializa	07-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	600,00	600,00	738,00	12 dias	14-06-2024	Não	Não	Não			26-06-2024	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Grammyr	F00000147401	Aquisição de serviços	Renovação aquisição de uma ar	14-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	657,48	664,08	664,08	56 dias	14-06-2024	Não	Não	Não			09-08-2024	664,08	0,00	0,00	0,00	0,00	664,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Flickr, Inc.	F00000356001	Aquisição de serviços	Renovação aquisição de uma ar	14-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	72,99	72,99	72,99	365 dias	14-06-2024	Não	Não	Não			11-07-2024	71,99	0,00	0,00	0,00	0,00	71,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Think-Cel Software GmbH	F00000351501	Aquisição de serviços	Software Think-Cel	24-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	2.124,00	2.124,00			24-06-2024	Não	Não	Não			02-07-2024	2.124,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.124,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BTC Automóveis	F51390450601	Aquisição de serviços	Reparação da Viatura Volkswagen	26-06-2024	Ajuste Direto Simplificado	259,63	259,63	319,34	163	01-07-2024	Não	Não	Não			20-11-2024	319,34	0,00	0,00	0,00	0,00	319,34	0,00	0,00	0,00	0,00
EHFARK PORTUGAL	F50324516001	Aquisição de serviços	Estat. no Marquês de Pombal	01-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.617,18	1.617,89	1.990,00	163	01-07-2024	Não	Não	Não			31-07-2024	1.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matteupoint	F00000279001	Aquisição de serviços	Renovação da Aquisição Licen	29-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	107,58	107,58	132,09	365 dias	27-08-2024	Não	Não	Não			23-09-2024	132,09	0,00	0,00	0,00	0,00	132,09	0,00	0,00	0,00	0,00
H. Sobral & A. Costa, Lda.	F50567976701	Aquisição de serviços	Subst Phreus Toyota Corolla 24	28-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	191,36	191,36	235,37	30 dias	28-08-2024	Não	Não	Não			18-07-2024	235,37	0,00	0,00	0,00	0,00	235,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Safety Materials Contra Incendio, S.A.	F50860799001	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manu	29-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	416,36	416,36	512,13	182	02-07-2024	Não	Não	Não			06-09-2024	465,79	0,00	0,00	0,00	0,00	465,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Brindarocasio, Unipessoal, Lda.	F51338145701	Aquisição de bens	Impressão de dois vniis para pe	01-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	435,00	435,00	535,05	3	01-07-2024	Não	Não	Não			11-07-2024	535,05	0,00	0,00	0,00	0,00	535,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Proglab - Comércio de Produtos Licenciados, Lda.	F5044920201	Aquisição de bens	Aquisição de material promocio	02-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	778,50	778,50	967,56	2	02-07-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	917,20	0,00	0,00	0,00	0,00	917,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Servicater - Serviços de Catering e Restauração Colectiva, Lda.	F51205941101	Aquisição de serviços	Roadshow Internacionalização	08-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	444,00	444,88	484,92	2 dias	08-07-2024	Não	Não	Não			26-07-2024	484,92	0,00	0,00	0,00	0,00	484,92	0,00	0,00	0,00	0,00
Guided Portugal, Unipessoal, Lda.	F51389762301	Locação de bens	Aquisição de serviços de transp	08-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.385,00	1.385,00	1.703,55	2 dias	08-07-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	1.385,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385,00	0,00	0,00	0,00	0,00
United Nations Publications	F00000060201	Aquisição de serviços	COMTRADE	08-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.871,96	1.861,33	1.861,33	365 dias	09-07-2024	Não	Não	Não			18-07-2024	1.861,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.861,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Airtable	F00000041701	Aquisição de serviços	Aquisição Licença Airtable 2024	08-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	223,28	274,63	274,63	365 dias	09-07-2024	Não	Não	Não			29-07-2024	223,36	0,00	0,00	0,00	0,00	223,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Abilio Rodrigues Peixoto & Filhos, S.A. - Casa Peixoto	F50157845501	Aquisição de bens	Pecas em porcelana para oferta	10-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.946,81	1.946,81	2.394,57	20	11-07-2024	Não	Não	Não			31-07-2024	2.394,57	0,00	0,00	0,00	0,00	2.394,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasparques - Estacionamento, S.A.	F5020492601	Aquisição de serviços	Lugares estacionamento	15-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	3.040,68	3.040,68	3.740,00	654 dias	15-07-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	1.019,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.019,94	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleo de Portugal - Petrolgal, S.A.	F50069737001	Aquisição de bens	Aquisição de Adbus para a Viat	01-05-2024	Ajuste Direto Simplificado	5,23	5,23	6,43	37	01-05-2024	Não	Não	Não			29-07-2024	6,43	0,00	0,00	0,00	0,00	6,43	0,00	0,00	0,00	0,00
Primavera - Business Software Solutions, S.A.	F50314060001	Aquisição de serviços	Renovação de Serviços de fatur	18-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	4.079,00	4.079,00	5.017,17	730 dias	23-07-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	2.444,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.444,01	0,00	0,00	0,00	0,00
BTC Automóveis	F51390450601	Aquisição de serviços	Revisão Viatura Citroen Berling	26-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	172,32	172,32	211,86	27 dias	26-07-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	211,95	0,00	0,00	0,00	0,00	211,95	0,00	0,00	0,00	0,00
SHL Restauração, Unipessoal, Lda.	F50848817601	Aquisição de bens	Roadshow Internacionalização	26-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	345,00	345,00	396,35	1	29-07-2024	Não	Não	Não			03-10-2024	396,85	0,00	0,00	0,00	0,00	396,85	0,00	0,00	0,00	0,00
Catering4All	F51567782501	Aquisição de bens	Produtos alimentares diversos	30-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	90,00	90,00	101,70	1	30-07-2024	Não	Não	Não			08-08-2024	101,70	0,00	0,00	0,00	0,00	101,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Ren to Arg., Lda.	F51448402601	Aquisição de serviços	Serviços de tradução de conteu	30-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.945,00	1.945,00	2.392,35	30	01-08-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	2.392,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2.392,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Trueneri, Lda.	F51351413901	Aquisição de serviços	Manutenção e suporte sistema	30-07-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.935,00	1.935,00	2.380,05	364	05-08-2024	Não	Não	Não			09-08-2024	2.380,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.380,05	0,00	0,00	0,00	0,00
The Economist Newspaper Limited	F00000296901	Aquisição de serviços	Renovação Assinatura online d	05-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	319,00	300,94	319,00	365 dias	05-08-2024	Não	Não	Não			02-09-2024	319,00	0,00	0,00	0,00	0,00	319,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cofina Media S.A.	F50280103401	Aquisição de serviços	Renovação Assinatura Jornal de	05-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	81,29	81,29	99,99	365 dias	05-08-2024	Não	Não	Não			18-09-2024	99,99	0,00	0,00	0,00	0,00	99,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Publino Comunicação Social SA	F5022659401	Aquisição de serviços	Renovação Assinatura Jornal Pú	05-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	61,78	61,79	76,00	365 dias	05-08-2024	Não	Não	Não			04-10-2024	66,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPRESSA PUBLISHING, S.A.	F50194944901	Aquisição de serviços	Renovação Assinatura Jornal Ex	05-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	72,16	72,16	89,99	365 dias	05-08-2024	Não	Não	Não			25-11-2024	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleo de Portugal - Petrolgal, S.A.	F50069737001	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de lavage	01-05-2024	Ajuste Direto Simplificado	30,08	30,08	37,00	29 dias	01-05-2024	Não	Não	Não			30-07-2024	37,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onda Graf-Artes Graficas Lda	F50159312801	Aquisição de bens	Produção de cartões de visita	06-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	191,62	191,62	236,68	14	08-08-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	236,68	0,00	0,00	0,00	0,00	236,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Financial Times Ltd	F00000126501	Aquisição de serviços	Assinatura online do Jornal Fin	05-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	540,00	348,78	429,00	146 dias	07-08-2024	Não	Não	Não			29-08-2024	429,00	0,00	0,00	0,00	0,00	429,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Global Media Group	F50253536901	Aquisição de serviços	Diário de Notícias 2024	05-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	48,77	48,77	59,89	146 dias	07-08-2024	Não	Não	Não			07-11-2024	63,59	0,00	0,00	0,00	0,00	63,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Auto Pátria, Unipessoal, Lda.	F50015621201	Aquisição de serviços	Peugeot Partner	07-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	997,16	997,16	1.226,51	146 dias	07-08-2024	Não	Não	Não			09-08-2024	1.226,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.226,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Porto Business School - Univ. Porto	F50854183201	Aquisição de serviços	Contratação de Aquisição de Se	07-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.200,00	1.200,00	1.476,00	145	08-08-2024	Não	Não	Não			03-10-2024	1.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BTC Automóveis	F51390450601	Aquisição de serviços	VW Sharan 07- NS- 32	12-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	494,80	494,80	606,60	140 dias	13-08-2024	Não	Não	Não			22-08-2024	606,60	0,00	0,00	0,00	0,00	606,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Laurel	F51568387101	Aquisição de bens	Aquisição de ingresso para part	13-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	300,00	300,00	300,00	62	14-08-2024	Não	Não	Não			19-09-2024	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Softcul Informática, Lda.	F50273492201	Aquisição de bens	Aquisição material informático	14-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	272,03	272,03	334,60	139 dias	14-08-2024	Não	Não	Não			06-09-2024	334,60	0,00	0,00	0,00	0,00	334,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleo de Portugal - Petrolgal, S.A.	F50069737001	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de lavage	14-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.961,01	1.697,61	2.080,00	139 dias	14-08-2024	Não	Não	Não			04-11-2024	121,31	0,00	0,00	0,00	0,00	121,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Ecosphere - Consultores em Ambiente e Desenvolvimento, Lda.	F505526371201																									





Entidade		Contrato					Comunicação do contrato ao TC					Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados						
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início da execução (fiscal)	MECP	Contratações adicionais	Contratos COVID-19	N.º de registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	TABELORES de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
Frases Ilustradas, Unipessoal, Lda.	F50023615401	Aquisição de bens	Aquisição de cartões de visita	13-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	162,00	162,00	199,26	16 dias	13-12-2024	Não	Não	Não	30-12-2024	162,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Shutterstock	F00000304301	Aquisição de serviços	Renovação anual da licença de	17-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	4.979,00	4.979,00	6.124,17	365	23-12-2024	Não	Não	Não	26-12-2024	4.979,00	0,00	4.979,00	0,00	0,00	0,00	4.979,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Portuguesa do Pacto Global	F51700519001	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Consa	08-08-2024	Ajuste Direto Simplificado	1.200,00	1.200,00	1.476,00	153	08-08-2024	Não	Não	Não	26-12-2024	1.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Citymover, Lda.	F50918033701	Aquisição de serviços	Transporte de Material	19-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	318,00	318,00	391,14	12 dias	19-12-2024	Não	Não	Não	26-12-2024	391,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Redeneo - Informática e Telecomunicações, Lda.	F50412961901	Aquisição de serviços	Aquisição de Bolsa de 50 horas	27-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	3.500,00	3.500,00	4.305,00	4 dias	27-12-2024	Não	Não	Não	30-12-2024	4.305,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.305,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BDO Consulting, Lda.	F50527597001	Aquisição de serviços	Serviços de apoio ao Encarrega	30-12-2024	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	1 dias	30-12-2024	Não	Não	Não	31-12-2024	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Frases Ilustradas, Unipessoal, Lda.	F50923615401	Aquisição de bens	Material Gráfico	13-11-2024	Ajuste Direto Simplificado	38,00	38,00	46,74	48 dias	13-11-2024	Não	Não	Não	10-12-2024	46,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Actuays Human Technologies	F50350271501	Aquisição de serviços	Manutenção de software para a	22-12-2021	Ajuste Direto	11.846,60	11.846,60	11.846,60	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não	26-04-2022	3.948,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.846,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ED RHM - Produções de Conteúdos Multimédia, Lda.	F50856105401	Aquisição de serviços	Serviços de aprendizagem elect	24-08-2022	Ajuste Direto	19.900,00	19.900,00	24.477,00	730	25-08-2022	Não	Não	Não	14-10-2022	1.537,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.110,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Luis Filipe Fonseca Vende de Sousa	F71386140201	Aquisição de serviços	AQD-329/2022/OEE - Aquisição d	29-12-2022	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	24.587,76	367 dias	29-12-2022	Não	Não	Não	19-04-2023	7.376,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.587,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Campos Ferreira Sá Carneiro & Associados	F50022135101	Aquisição de serviços	Serviços jurídicos	09-01-2023	Ajuste Direto	19.900,00	19.900,00	24.477,00	356 dias	09-01-2023	Não	Não	Não	09-05-2023	2.835,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.174,96	0,00	0,00	0,00	0,00
100 Mudar 1 Virgula, Lda.	F50967841601	Aquisição de bens	Cartões de visita	14-02-2023	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00	7.380,00	690	14-02-2023	Não	Não	Não	06-03-2023	2.868,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.277,91	0,00	0,00	0,00	0,00
Primavera - Business Software Solutions, S.A.	F50314060001	Aquisição de serviços	Serviços de TI consultoria, desai	24-02-2023	Ajuste Direto	30.550,00	30.550,00	37.576,50	310 dias	24-02-2023	Não	Não	Não	29-03-2023	565,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.430,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Bonaparte Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	F50279536001	Aquisição de serviços	Serviços de parques de estacioa	01-03-2023	Ajuste Direto	4.390,24	4.390,24	5.400,00	274	01-03-2023	Não	Não	Não	08-03-2023	441,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.399,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Cloutis, Lda.	F51007835401	Aquisição de serviços	Renovação de Licenças Anual p	05-06-2023	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00	7.380,00	209 dias	05-06-2023	Não	Não	Não	22-09-2023	3.690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00
InviGold Relocation Services, Unipessoal, Lda.	F51090182401	Aquisição de serviços	Serviços de transporte (excl. tra	25-09-2023	Ajuste Direto	7.795,10	7.795,10	7.795,10	97 dias	25-09-2023	Não	Não	Não	06-12-2023	3.897,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.795,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Cutligan Portugal, S.A.	F50021278501	Aquisição de serviços	Máquinas, equipamento e mate	19-12-2023	Ajuste Direto	8.217,00	8.217,00	10.106,00	1065 dias	01-01-2024	Não	Não	Não	22-08-2024	3.062,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.062,70	0,00	0,00	0,00	0,00
ALTS - SOC. DE EMPREEND. TURIST. E HOTELEIROS, SA	F50001745001	Aquisição de serviços	Outros serviços	19-12-2023	Ajuste Direto	9.544,85	9.544,85	11.326,46	16 dias	20-12-2023	Não	Não	Não	22-01-2024	11.243,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.243,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados	F51627909201	Aquisição de serviços	Serviços de aprendizagem elect	09-01-2024	Ajuste Direto	16.219,51	16.219,51	19.950,00	357 dias	09-01-2024	Não	Não	Não	10-04-2024	19.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Portuguesa do Pacto Global	F51700519001	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em mat	09-01-2024	Ajuste Direto	16.600,00	16.600,00	20.418,00	357 dias	09-01-2024	Não	Não	Não	17-05-2024	20.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Litotopia - Tecnologias de Informação, Lda.	F50298154701	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de soc	11-01-2024	Ajuste Direto	7.752,85	7.751,25	9.534,04	355 dias	11-01-2024	Não	Não	Não	24-01-2024	9.534,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.534,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Gracietur - Grande Centro Turístico, Lda.	F50132199001	Aquisição de serviços	Serviços de eventos	23-01-2024	Ajuste Direto	19.952,80	19.952,80	23.241,06	8 dias	23-01-2024	Não	Não	Não	07-02-2024	22.972,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.972,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reioad - Consultoria Informática, Lda.	F50021085501	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de soc	25-01-2024	Ajuste Direto	9.872,64	9.872,64	12.260,35	341 dias	25-01-2024	Não	Não	Não	07-02-2024	12.260,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.260,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Iretum Tech Portugal, S.A.	F50272689001	Aquisição de serviços	AQUISICAO DE LICENÇAS DE SO	01-03-2024	Ajuste Direto	8.030,00	8.030,00	9.876,90	365	06-03-2024	Não	Não	Não	19-04-2024	8.929,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.929,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Bragaparcques - Estacionamento, S.A.	F50320842001	Aquisição de serviços	Contratualização de 10 (dez) lu	04-04-2024	Ajuste Direto	16.585,38	16.585,38	20.400,00	730	30-04-2024	Não	Não	Não	05-06-2024	7.649,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.649,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Caneira & Almeida, Lda.	F50961798001	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Manut	16-04-2024	Ajuste Direto	17.282,00	17.282,00	21.256,86	1095	26-04-2024	Não	Não	Não	05-06-2024	5.221,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.221,35	0,00	0,00	0,00	0,00
PricewaterhouseCoopers - HFAS - Management, Finance & Accounting Services, Lda	F50047919401	Aquisição de serviços	Análise de Alegações Contrári	17-05-2024	Ajuste Direto	19.500,00	19.500,00	23.985,00	14	17-05-2024	Não	Não	Não	11-07-2024	23.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.985,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marksearch - Estudos de Mercado, Unipessoal, Lda	F50751045301	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de elabor	07-10-2024	Ajuste Direto	19.500,00	19.500,00	23.985,00	140	07-10-2024	Não	Não	Não	12-12-2024	7.195,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.195,50	0,00	0,00	0,00	0,00
PST Technology, Lda.	F51528491201	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços e Alugue	29-10-2024	Ajuste Direto	6.500,00	6.500,00	7.995,00	1 dias	30-10-2024	Não	Não	Não	13-11-2024	7.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suspensio - Eventos e Restauração, Lda.	F51476419801	Aquisição de serviços	Serviço de aluguer de espaços e	08-11-2024	Ajuste Direto	7.810,00	7.810,00	9.456,30	4	08-11-2024	Não	Não	Não	11-11-2024	9.456,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.456,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Hôtels Dona Inês, Lda	F5030399001	Aquisição de serviços	Aluguer de salas e catering no h	25-11-2024	Ajuste Direto	18.097,56	19.885,44	22.460,00	9	11-12-2024	Não	Não	Não	30-12-2024	22.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lisboa Feira Congressos e Eventos - FCE	F50365789101	Aquisição de serviços	Presença institucional da AICEP	02-12-2024	Ajuste Direto	8.000,00	8.000,00	9.840,00	9	04-12-2024	Não	Não	Não	18-12-2024	9.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tidurden, Lda.	F50949607001	Aquisição de bens	Dirção de Informação - Aquisi	03-12-2024	Ajuste Direto	5.427,35	5.427,35	6.675,64	20 dias	06-12-2024	Não	Não	Não	26-12-2024	6.675,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.675,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Intermedia Informática, Lda.	F50332862701	Aquisição de serviços	Renovação de licenciamento d	06-12-2024	Ajuste Direto	7.867,55	7.867,55	9.677,09	364	19-12-2024	Não	Não	Não	26-12-2024	9.677,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.677,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Andreas Sofia da Cruz Valente	F21502494001	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em mat	11-03-2022	Concurso Limitado por Pre	66.000,00	66.000,00	81.180,00	295 dias	11-03-2022	Não	Não	Não	04-08-2022	26.849,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.889,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Canon Portugal, S.A.	F50747774001	Aquisição de serviços	Serviços de impressão e afins	09-03-2020	Concurso Público	87.096,00	81.274,40	99.967,51	1727 dias	09-03-2020	Não	Não	Não	04-02-2021	21.045,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.721,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Petroleiros de Portugal - Petrogal, S.A.	F50069737001	Aquisição de bens	Combustíveis	25-06-2021	Concurso Público	84.000,00	84.000,00	103.320,00	190 dias	25-06-2021	Não	Não	Não	30-09-2021	14.806,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.681,98	0,00			

Entidade		Contrato				Comunicação do contrato ao TC				Visto do TC		Pagamentos no período						Pagamentos acumulados							
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início da execução (Hsica)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
Primavera - Business Software Solutions, S.A.	F50314060001	Aquisição de serviços	Serviços de TI consultoria, des	18-09-2023	Concurso Público	13.442,50	13.442,50	366 dias	02-10-2023	Não	Não	Não		25-10-2023	12.400,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.534,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Remond Jean YV	F00000308101	Empreitada de obras p	Obras de construção de edifício	20-09-2023	Concurso Público	13.690.000,00	13.690.000,00	102 dias	20-09-2023	Não	Não	Não		09-04-2024	7.531.709,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.531.709,30	0,00	0,00	0,00	0,00
Transpaspino Viagens e Turismo, Lda.	F50141818001	Aquisição de serviços	Serviços de agências de viagens	27-10-2023	Concurso Público	4.347.941,72	4.347.941,72	65 dias	27-10-2023	Não	Não	Não		10-04-2024	481.695,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481.695,44	0,00	0,00	0,00	0,00
NTT Data Portugal, S.A.	F50620465001	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em mar	30-11-2023	Concurso Público	77.000,00	67.500,00	90 dias	30-11-2023	Não	Não	Não		27-12-2023	58.117,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BDO & Associados, SRO, Lda	F50134046701	Aquisição de serviços	Serviços de auditoria	15-11-2023	Concurso Público	48.000,00	48.000,00	90 dias	15-11-2023	Não	Não	Não		20-02-2024	29.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Verlingue - Corretores de Seguros, S.A.	F50235841601	Aquisição de serviços	Serviços de seguros	13-12-2023	Concurso Público	597.960,25	597.960,25	18 dias	13-12-2023	Não	Não	Não		24-01-2024	542.814,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542.814,05	0,00	0,00	0,00	0,00
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	F50461594701	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	15-01-2024	Concurso Público	100.980,64	100.980,64	124 dias	19-01-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	22.017,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.017,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Primavera - Business Software Solutions, S.A.	F50314060001	Aquisição de serviços	Serviços de TI consultoria, des	28-02-2024	Concurso Público	44.885,70	44.887,50	703 dias	28-02-2024	Não	Não	Não		10-04-2024	8.915,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.915,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Filadoc - Software, Lda	F51036571001	Aquisição de serviços	A AICEP pretende contratar os	16-05-2024	Concurso Público	44.700,00	44.700,00	959 dias	16-05-2024	Não	Não	Não		05-06-2024	18.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projectos, S.A.	F50304053001	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Fiscal	20-08-2024	Concurso Público	470.000,00	407.590,00	648 dias	20-08-2024	Não	Não	Não		03-10-2024	104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIP - Serviços, Lda.	F514036061001	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de impre	02-09-2024	Concurso Público	129.552,00	108.732,00	729 dias	02-09-2024	Não	Não	Não		26-10-2024	16.717,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.717,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Francisco Prestes, Unipessoal, Lda. (FPB Consultants)	F51410362001	Aquisição de bens	Concepção e fornecimento de m	29-10-2024	Concurso Público	186.000,00	180.870,00	101 dias	29-10-2024	Não	Não	Não		26-12-2024	17.797,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.797,61	0,00	0,00	0,00	0,00
BERINFORMINTERNACIONAL, S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL	F50606382301	Aquisição de serviços	Acesso a base de dados de emp	13-12-2024	Concurso Público	50.700,00	50.700,00	1094 dias	20-12-2024	Não	Não	Não		30-12-2024	20.767,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.767,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SNAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	F68000005401	Aquisição de serviços	COE - 026/2023. Pagamento de	31-01-2023	Contratação excluída	341,46	341,46	334 dias	31-01-2023	Não	Não	Não		15-02-2023	44,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306,37	0,00	0,00	0,00	0,00
LinkedIn Ireland Unlimited Company	F00000035501	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de so	22-08-2023	Contratação excluída	18.040,00	18.040,00	131 dias	22-08-2023	Não	Não	Não		03-11-2023	4.188,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.447,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Deloitte MCS Limited	F00000116001	Aquisição de serviços	Serviços de congressos e confe	22-08-2023	Contratação excluída	38.795,78	38.795,78	131 dias	22-08-2023	Não	Não	Não		25-10-2023	15.482,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.818,37	0,00	0,00	0,00	0,00
CP - Comboio de Portugal, EPE	F50049860101	Aquisição de serviços	Serviços de transporte ferroviár	31-10-2023	Contratação excluída	30.000,00	30.000,00	61 dias	31-10-2023	Não	Não	Não		20-12-2023	15.744,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.469,45	0,00	0,00	0,00	0,00
CTT - Correios de Portugal, S.A.	F50007756801	Aquisição de serviços	Serviços postais	27-12-2023	Contratação excluída	3.252,03	3.252,03	4 dias	27-12-2023	Não	Não	Não		22-01-2024	3.632,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.632,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E.P.	F50079288701	Aquisição de serviços	Publicações em séries	30-01-2024	Contratação excluída	3.983,74	3.983,74	336 dias	30-01-2024	Não	Não	Não		07-02-2024	3.505,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.505,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Kickstart - Language Training	F00000354001	Aquisição de serviços	Serviços de formação	05-02-2024	Contratação excluída	396,00	390,00	31 dias	26-02-2024	Não	Não	Não		29-02-2024	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chapeas-Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, EM	F50717896601	Aquisição de serviços	Serviços de distribuição de água	01-01-2024	Contratação excluída	1.626,02	1.686,79	366 dias	01-01-2024	Não	Não	Não		21-02-2024	1.691,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.691,29	0,00	0,00	0,00	0,00
IPN Nunes Unipessoal, Lda.	F51077955001	Aquisição de serviços	Serviços de formação	08-02-2024	Contratação excluída	1.500,00	1.500,00	31 dias	29-02-2024	Não	Não	Não		06-03-2024	1.846,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.846,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SNAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra	F68000005401	Aquisição de serviços	Serviços de distribuição de água	01-01-2024	Contratação excluída	452,53	452,53	366 dias	01-01-2024	Não	Não	Não		27-02-2024	311,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Porto Ambiente	F5142695601	Aquisição de serviços	Serviços de distribuição de água	01-01-2024	Contratação excluída	900,00	900,00	366 dias	01-01-2024	Não	Não	Não		21-02-2024	625,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	625,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Alliance Française	F00000130901	Aquisição de serviços	Serviços de formação	16-02-2024	Contratação excluída	793,30	793,30	319 dias	16-02-2024	Não	Não	Não		31-03-2024	620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alexandra Maria de Barros Cruz e Sá	F00000399901	Aquisição de serviços	Serviços de formação	20-02-2024	Contratação excluída	2.890,00	2.890,00	315 dias	20-02-2024	Não	Não	Não		31-03-2024	2.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	F60005563901	Aquisição de serviços	Serviços de certificação de ass	22-02-2024	Contratação excluída	180,00	180,00	313 dias	22-02-2024	Não	Não	Não		09-08-2024	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00
KEY - CENTRO DE FORMAÇÃO, LDA.	F50796320201	Aquisição de serviços	Serviços de formação	27-02-2024	Contratação excluída	349,00	349,00	308 dias	27-02-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANO - Sistemas de Informática e Serviços, Lda.	F50318271001	Aquisição de serviços	Serviços de formação	28-02-2024	Contratação excluída	120,00	120,00	307 dias	28-02-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	147,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Birck & De Paula, Lda.	F51511985701	Aquisição de serviços	Serviços de formação	01-03-2024	Contratação excluída	640,65	640,65	305 dias	01-03-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	787,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	787,20	0,00	0,00	0,00	0,00
L.I.H. - Learning and Innovation HUB, Lda.	F51468620501	Aquisição de serviços	Serviços de formação	01-03-2024	Contratação excluída	4.110,00	4.110,00	305 dias	01-03-2024	Não	Não	Não		13-06-2024	1.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Known - Soluções de Formação e Tecnologia S.A.	F50901376001	Aquisição de serviços	Serviços de formação	05-03-2024	Contratação excluída	162,00	162,00	301 dias	05-03-2024	Não	Não	Não		02-07-2024	162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna	F50271871401	Aquisição de serviços	Serviços de formação	11-03-2024	Contratação excluída	3.460,00	3.460,00	295 dias	11-03-2024	Não	Não	Não		15-06-2024	2.300,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Speak and Lead Unipessoal, Lda.	F51532114101	Aquisição de serviços	Serviços de formação	11-03-2024	Contratação excluída	1.500,00	1.500,00	29 dias	10-04-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INA - Instituto Nacional de Administração I.P.	F51649643001	Aquisição de serviços	Serviços de formação	11-03-2024	Contratação excluída	5.050,00	5.050,00	295 dias	11-03-2024	Não	Não	Não		19-04-2024	3.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres	F50090694001	Aquisição de serviços	Serviços de distribuição de água	01-01-2024	Contratação excluída	1.132,08	1.132,08	366 dias	01-01-2024	Não	Não	Não		14-03-2024	747,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Traininghouse, Lda.	F51029480101	Aquisição de serviços	Serviços de formação	12-03-2024	Contratação excluída	89,00	89,00	242 dias	03-05-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	89,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara de Comércio Ind. Luso-Francesa	F50106377401	Aquisição de serviços	Serviços de formação	13-03-2024	Contratação excluída	140,00	140,00	293 dias	13-03-2024	Não	Não	Não		13-06-2024	86,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E.P.	F50079288701	Aquisição de bens	Livros de reclamações	26-04-2024</																					

Entidade		Contrato					Comunicação do contrato ao TC			Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados								
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A.	FS000420901	Aquisição de serviços	006 - Aquisição de serviços	06-09-2024	Contratação excluída	75.000,00	75.000,00	90.250,00	364	06-09-2024	Não	Não	Não		30-12-2024	23.509,61	0,00	0,00	0,00	0,00	23.509,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituto de Gestão e Administração Pública - IGAP	FS0211752401	Aquisição de serviços	Formação - Portugal 2030- DVI	06-08-2024	Contratação excluída	4.250,00	4.250,00	4.250,00	146 dias	07-08-2024	Não	Não	Não		18-10-2024	4.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E.P.	FS00070298701	Aquisição de serviços	Publicação em DR do Regulamento	06-09-2024	Contratação excluída	94,11	94,11	94,11	114 dias	06-09-2024	Não	Não	Não		23-09-2024	94,11	0,00	0,00	0,00	0,00	94,11	0,00	0,00	0,00	0,00
INA - Instituto Nacional de Administração L.P.	FS1648043001	Aquisição de serviços	Práticas de Gestão de Pessoas	19-09-2024	Contratação excluída	70,00	70,00	70,00	103 dias	19-09-2024	Não	Não	Não		04-11-2024	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UploadJourney/LisbonDigital, Lda.	FS1516608101	Aquisição de serviços	Formação Liderança 360.º	19-09-2024	Contratação excluída	240,00	240,00	240,00	103 dias	19-09-2024	Não	Não	Não		03-10-2024	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas	FS0651249501	Aquisição de serviços	Formação - Dra. Susana Silva.	27-09-2024	Contratação excluída	40,00	40,00	40,00	95 dias	27-09-2024	Não	Não	Não		03-10-2024	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	FE0005563901	Aquisição de serviços	Certificado de assinatura eletró	02-10-2024	Contratação excluída	180,00	180,00	180,00	90 dias	02-10-2024	Não	Não	Não		18-12-2024	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Portuguesa dos Contratos Públicos	FS1344766001	Aquisição de serviços	Curso Gestão AntiCorrupção, -	04-10-2024	Contratação excluída	290,00	290,00	290,00	88 dias	04-10-2024	Não	Não	Não		10-10-2024	290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituto de Gestão e Administração Pública - IGAP	FS0211752401	Aquisição de serviços	Formação - Organização e Mont	16-10-2024	Contratação excluída	4.250,00	4.250,00	4.250,00	76 dias	16-10-2024	Não	Não	Não		12-12-2024	4.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Portuguesa dos Contratos Públicos	FS1344766001	Aquisição de serviços	Aquisição de cursos formativos	16-10-2024	Contratação excluída	460,00	460,00	460,00	74 dias	16-10-2024	Não	Não	Não		04-11-2024	460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mundusvenerius - Sociedade de Congressos e Serviços, Lda.	FS0238979401	Aquisição de serviços	Conferência European Quantum	23-10-2024	Contratação excluída	940,23	940,23	940,00	68 dias	24-10-2024	Não	Não	Não		13-11-2024	940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	940,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Związek Liderów Sektora Usług Biznesowych ABSL	FE0000047401	Aquisição de serviços	Participação do Aicep no ABSL	29-10-2024	Contratação excluída	20.000,00	20.000,00	24.600,00	1	07-11-2024	Não	Não	Não		04-12-2024	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gallux - Formação e Serviços, S.A.	FS0067621201	Aquisição de serviços	Curso de Excel Intermediário	04-11-2024	Contratação excluída	320,00	320,00	393,60	57 dias	04-11-2024	Não	Não	Não		18-12-2024	393,60	0,00	0,00	0,00	0,00	393,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Paulo Finuras, Unipessoal, Lda.	FS1417960501	Aquisição de serviços	Formação da Paulo Finuras, Lda	05-11-2024	Contratação excluída	2.625,00	2.625,00	3.474,75	56 dias	05-11-2024	Não	Não	Não		26-12-2024	3.474,75	0,00	0,00	0,00	0,00	3.474,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E.P.	FS00070298701	Aquisição de serviços	Publicação em DR de subdel de	19-11-2024	Contratação excluída	51,33	51,33	51,33	42 dias	19-11-2024	Não	Não	Não		21-11-2024	51,33	0,00	0,00	0,00	0,00	51,33	0,00	0,00	0,00	0,00
IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna	FS00271871401	Aquisição de serviços	Curso - Auditoria e Sistemas	28-11-2024	Contratação excluída	1.410,00	1.410,00	1.734,30	33 dias	28-11-2024	Não	Não	Não		12-12-2024	1.560,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.560,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro de Estudos Sociais	FS0065254001	Aquisição de serviços	Curso - Procedimento Disciplin	28-11-2024	Contratação excluída	108,00	108,00	108,00	33 dias	28-11-2024	Não	Não	Não		04-12-2024	108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INA - Instituto Nacional de Administração L.P.	FS1648043001	Aquisição de serviços	Curso: Simplex Ambiental	25-11-2024	Contratação excluída	600,00	487,80	600,00	33 dias	28-11-2024	Não	Não	Não		28-12-2024	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
European Trade Promotion Organisations Association	FE0000032001	Aquisição de serviços	TPE Export Management Master	03-12-2024	Contratação excluída	900,00	900,00	900,00	28 dias	03-12-2024	Não	Não	Não		13-12-2024	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sandra Nobre	FS1163353201	Aquisição de serviços	Contratação dos serviços de fe	09-12-2024	Contratação excluída	600,00	600,00	736,00	22 dias	09-12-2024	Não	Não	Não		26-12-2024	736,00	0,00	0,00	0,00	0,00	736,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goethe-Institut	FE0000276101	Aquisição de serviços	Formação em Alemão	17-12-2024	Contratação excluída	695,00	695,00	695,00	14 dias	17-12-2024	Não	Não	Não		31-12-2024	695,00	0,00	0,00	0,00	0,00	695,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	FE0005563901	Aquisição de serviços	Aquisição de certificado qualifi	18-12-2024	Contratação excluída	180,00	180,00	180,00	13 dias	18-12-2024	Não	Não	Não		30-12-2024	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EUIPO-European Union Intellectual Property Office	FE0000070201	Outro	0	13-12-2024	Contratação excluída	850,00	850,00	850,00	20	13-12-2024	Não	Não	Não		26-12-2024	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00
European Trade Promotion Organisations Association	FE0000032001	Aquisição de serviços	TPE Export Management Master	19-12-2024	Contratação excluída	2.700,00	2.700,00	2.700,00	5 dias	26-12-2024	Não	Não	Não		30-12-2024	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais, S.A.	FS0254418001	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	31-12-2021	Concurso Público Urgente	82.630,56	82.630,56	101.635,59	5 dias	31-12-2021	Não	Não	Não		03-03-2022	2.637,72	0,00	0,00	0,00	0,00	66.187,78	0,00	0,00	0,00	0,00
ADEA - Administradora de Archivos, S.A.U. - Sucursal em Portugal	FE0847318701	Aquisição de serviços	Serviços de arquivo	02-08-2021	Consulta Prévia	19.955,28	19.955,28	24.545,00	152 dias	02-08-2021	Não	Não	Não		15-10-2021	6.216,42	0,00	0,00	0,00	0,00	23.762,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Oliveira, Reis & Associados SROC Lda	FS0126625901	Aquisição de serviços	Serviços de revisão de contas	22-07-2022	Consulta Prévia	52.500,00	52.500,00	60.137,56	162 dias	22-07-2022	Não	Não	Não		20-10-2022	20.137,56	0,00	0,00	0,00	0,00	64.675,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Truentei, Lda.	FS1351413901	Aquisição de serviços	Manutenção de equipamento p	23-05-2023	Consulta Prévia	7.849,93	7.849,93	9.655,41	365 dias	01-06-2023	Não	Não	Não		28-06-2023	2.413,86	0,00	0,00	0,00	0,00	9.655,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	FS0004371901	Aquisição de serviços	Serviços de vigilância	07-10-2023	Consulta Prévia	53.555,76	30.102,00	37.655,48	1.098 dias	01-01-2024	Não	Não	Não		06-03-2024	12.341,76	0,00	0,00	0,00	0,00	12.341,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Petrolídeos de Portugal - Petrolig, S.A.	FS0069737301	Prestação de serviços	Serviços de eletricidade	27-12-2023	Consulta Prévia	41.047,58	27.732,95	34.111,10	1.098 dias	01-01-2024	Não	Não	Não		01-04-2024	11.399,24	0,00	0,00	0,00	0,00	11.399,24	0,00	0,00	0,00	0,00
HEO - Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A.	FS0461594701	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	27-12-2023	Consulta Prévia	7.983,96	7.983,96	9.820,27	4 dias	27-12-2023	Não	Não	Não		06-03-2024	2.195,90	0,00	0,00	0,00	0,00	2.195,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Infotrust - Informação para Negócios, Lda.	FS0286144501	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com base	26-02-2024	Consulta Prévia	3.455,00	3.455,00	4.249,65	309 dias	26-02-2024	Não	Não	Não		05-06-2024	3.541,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.541,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Mentorec - Serviços de Apoio a Projectos Tecnológicos, S.A.	FS0784155701	Aquisição de serviços	Elaboração de diagnóstico eco	03-05-2024	Consulta Prévia	15.818,41	15.818,41	19.456,64	50 dias	22-05-2024	Não	Não	Não		30-12-2024	19.456,64	0,00	0,00	0,00	0,00	19.456,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Luis Filipe Fonseca Verde de Sousa	FS2138614001	Aquisição de serviços	Consultoria jurídica em contrat	10-05-2024	Consulta Prévia	73.500,00	73.500,00	90.405,00	760	10-05-2024	Não	Não	Não		26-06-2024	23.843,40	0,00	0,00	0,00	0,00	23.843,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Petrolídeos de Portugal - Petrolig, S.A.	FS0069737301	Fornecimento de bens	Fornecimento de combustíveis	27-06-2024	Consulta Prévia	87.734,88	87.734,88	107.913,90	1.095	04-07-2024	Não	Não	Não		26-09-2024	7.661,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.661,31	0,00	0,00	0,00	0,00
3D Lab - Comunicação e Gestão de Imagem, Lda.	FS0508030301	Aquisição de bens	Produção e Fornecimento de M	30-08-2024	Consulta Prévia	28.847,00	29.300,00	36.030,00	32	30-08-2024	Não	Não	Não		13-11-2024	36.030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.030,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADEA - Administradora de Archivos, S.A.U. - Sucursal em Portugal	FE0847318701	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de custo	12-08-2024	Consulta Prévia	42.119,68	22.740,00	27.970,20	1.095 dias	12-09-2024	Não	Não	Não		28-10-2024	1.917,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.917,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Pastotec Portugal, Lda.	FS0758768301	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de uma e	07-10-2024	Consulta Prévia	45.000,00</																			



## Adjudicação por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento (01-01-2024 até 31-12-2024)								Total	
	Concurso Público		Consulta Prévia		Ajuste Direto		Outros			
	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Valor
Locação de bens					1	1.385,00 €			1	1.385,00 €
Aquisição de bens	1	180.870,00 €	1	42.863,36 €	58	160.517,39 €	1	145,48 €	61	370.832,87 €
Aquisição de serviços	14	2.410.906,91 €	17	620.656,89 €	165	421.344,31 €	56	272.230,04 €	252	3.376.331,68 €
Prestação de serviços ao abrigo de Acordo Quadro			1	177.732,60 €					1	87.734,88 €
Outro							1	850,00 €	1	850,00 €
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>2.591.776,91 €</b>	<b>19</b>	<b>841.252,85 €</b>	<b>224</b>	<b>583.246,70 €</b>	<b>58</b>	<b>273.225,52 €</b>	<b>316</b>	<b>3.837.134,43 €</b>

## 2.5. Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos

Com a informação supra, podemos analisar de forma facilitada, se a gestão financeira está a ser feita de forma a gerar sustentabilidade orçamental, e por inerência financeira.

Descrição	Divida vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias)				Exceções (D)	Pagamento em	Total dívida por natureza da despesa		
	Curto prazo (A)	Médio/Longo prazo (B)	<90 dias (1)	[90-180] (2)	[180-365] (3)	>365 dias (4)		E=(2)+(3)+(4)-(D)	Curto Prazo (F)=(A)+(C)	Médio/Longo prazo (G)=(B)	Total (H)=(F)+(G)
Despesas correntes	756.858,60	-	10.133,99	-	-	-	-	-	766.992,59	-	766.992,59
Despesas com o pessoal	373.028,13	-	-	-	-	-	-	-	373.028,13	-	373.028,13
Remunerações certas e permanentes	348.526,23	-	-	-	-	-	-	-	348.526,23	-	348.526,23
Abonos variáveis ou eventuais	24.501,90	-	-	-	-	-	-	-	24.501,90	-	24.501,90
Segurança Social dos quais:	350.979,94	-	-	-	-	-	-	-	350.979,94	-	350.979,94
Encargos com Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADSE e outros da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros sectores fora da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições de Segurança Social	339.046,89	-	-	-	-	-	-	-	339.046,89	-	339.046,89
CGA	5.010,27	-	-	-	-	-	-	-	5.010,27	-	5.010,27
Segurança Social - regime geral	313.190,51	-	-	-	-	-	-	-	313.190,51	-	313.190,51
Outras	20.846,11	-	-	-	-	-	-	-	20.846,11	-	20.846,11
Outras	11.933,05	-	-	-	-	-	-	-	11.933,05	-	11.933,05
Aquisições de Bens e Serviços	31.731,87	-	10.133,99	-	-	-	-	-	41.865,86	-	41.865,86
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	1.118,66	-	-	-	-	-	-	-	1.118,66	-	1.118,66
Administrações Públicas	592,32	-	-	-	-	-	-	-	592,32	-	592,32
Outras transferências correntes	526,34	-	-	-	-	-	-	-	526,34	-	526,34
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	15.094,42	-	-	-	-	-	-	-	15.094,42	-	15.094,42
Aquisições de Bens de Capital	15.094,42	-	-	-	-	-	-	-	15.094,42	-	15.094,42
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsos de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	771.953,02	-	10.133,99	-	-	-	-	-	782.087,01	-	782.087,01

## 2.6. Encargos Contratuais

Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2022/20	72411000-4	504615947		31-01-2022	3.392,16	4.172,36	31-01-2024	31-01-2024			RP	D2	24-05-2022	347,70		3.786,65					
TP001/000/2022/265	72212217-3	503140600		08-08-2022	3.702,00	4.553,46	07-08-2024	07-08-2024			RP	D2	27-10-2022	2.158,65							
TP001/000/2022/372	30197640-4	500156760		12-12-2022	5.924,70	5.924,70	31-12-2022	31-12-2022			RP	D2	28-12-2022	-642,31							
TP001/000/2023/102	72268000-1	E226285929		04-07-2023	107,88	132,69	20-09-2024	20-09-2024			RP	D2	18-10-2023			132,69					
TP001/000/2023/103	72000000-5	E226306350		10-07-2023	58,53	71,99	31-07-2024	31-07-2024			RP	D2	26-07-2023			71,99					
TP001/000/2023/106	72512000-7	E226252129		14-07-2023	1.750,68	1.750,68	13-07-2024	13-07-2024			UE	D2	17-07-2023			1.750,68					
TP001/000/2023/108	72320000-4	E226273617		18-07-2023	774,05	774,05	23-09-2024	23-09-2024			UE	D2	31-08-2023			754,79					
TP001/000/2023/115	22200000-2	502265094		22-08-2023	55,29	68,00	21-08-2024	21-08-2024			UE	D2	05-09-2023			68,00					
TP001/000/2023/117	71319000-7	209157224		29-08-2023	1.500,00	1.845,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	01-04-2024	1.845,00							
TP001/000/2023/125	22200000-2	502801034		12-09-2023	56,90	69,99	12-09-2024	12-09-2024			UE	D2	22-09-2023			69,99					
TP001/000/2023/130	50112300-6	500697370		20-09-2023	406,50	500,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	02-10-2023	123,15							
TP001/000/2023/137	22200000-2	E225548113		14-08-2023	299,00	299,00	16-08-2024	16-08-2024			UE	D2	25-09-2023			239,00					
TP001/000/2023/149	22200000-2	501984046		13-10-2023	69,10	84,99	15-10-2024	15-10-2024			UE	D2	10-11-2023			65,00					
TP001/000/2023/15	72417000-6	505304775		17-02-2023	265,00	325,95	16-02-2024	16-02-2024			RP	D2	28-02-2023			325,95					
TP001/000/2023/16	72320000-4	E225567251		18-02-2023	541,58	541,58	17-02-2024	17-02-2024			UE	D2	31-03-2023			541,58					
TP001/000/2023/164	71319000-7	226097064		26-10-2023	600,00	738,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	27-12-2023	150,00							
TP001/000/2023/166	72200000-7	502997273		03-11-2023	5.000,00	6.150,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	22-12-2023	3.305,64							
TP001/000/2023/167	79410000-1	513967273		06-11-2023	1.912,00	1.912,00	29-11-2023	29-11-2023			UE	D2	22-12-2023	760,00							
TP001/000/2023/172	50112000-3	513904506		09-11-2023	127,59	156,94	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	22-02-2024	156,94							
TP001/000/2023/178	72500000-0	511135610		17-11-2023	2.952,00	2.952,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	22-01-2024	984,00							
TP001/000/2023/181	72000000-5	504615947		23-11-2023	3.392,16	4.172,36	28-02-2026	28-02-2026			RP	D2	10-04-2024	1.216,95	521,53		2.086,18	347,70			
TP001/000/2023/183	71319000-7	172051037		27-11-2023	487,80	600,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	20-12-2023	150,00							
TP001/000/2023/184	71319000-7	100067611		27-11-2023	487,80	600,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	20-12-2023	150,00							
TP001/000/2023/185	71319000-7	171117697		29-11-2023	487,80	600,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	25-01-2024	600,00							
TP001/000/2023/186	71319000-7	501617582		29-11-2023	600,00	738,00	12-12-2023	12-12-2023			UE	D2	20-02-2024	738,00							
TP001/000/2023/187	72300000-8	E226218370		29-11-2023	854,14	854,14	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2									
TP001/000/2023/188	39298700-4	509771750		07-12-2023	1.452,00	1.785,96	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	16-01-2024	1.785,96							
TP001/000/2023/189	72000000-5	E226297602		12-12-2023	1.381,30	1.699,00	20-12-2024	20-12-2024			UE	D2	27-12-2023			1.699,00					
TP001/000/2023/193	30213100-6	502670355		19-12-2023	815,00	1.002,45	31-12-2023	31-12-2023			RP	D6									
TP001/000/2023/198	22200000-2	516038192		27-12-2023	798,00	981,54	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	07-02-2024	883,40							
TP001/000/2023/20	50730000-1	509617980		06-03-2023	2.500,00	3.075,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	19-04-2023	994,46							
TP001/000/2023/200	72223300-0	E226276749		11-01-2024	1.324,14	1.628,69	17-01-2025	17-01-2025			UE	D2	24-01-2024	758,35	494,38		113,88				
TP001/000/2023/201	64120000-3	507586522		11-01-2024	44,09	44,09	12-01-2024	12-01-2024			RP	D2	22-01-2024	44,09							
TP001/000/2023/28	63712400-7	504656767		20-03-2023	552,85	680,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	21-03-2023	31,10							
TP001/000/2023/32	72417000-6	505304775		23-03-2023	2.387,50	2.936,63	22-03-2024	22-03-2024			RP	D2	31-03-2023			2.575,01					
TP001/000/2023/5	72223300-0	E226276749		17-01-2023	1.657,96	1.657,96	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	31-01-2023								
TP001/000/2023/6	72268000-1	E226240861		18-01-2023	1.686,00	1.686,00	17-01-2024	17-01-2024			UE	D2	09-03-2023			1.524,67					
TP001/000/2023/93	22200000-2	501875735		12-06-2023	90,57	96,00	14-06-2024	14-06-2024			UE	D2	28-06-2023			96,00					
TP001/000/2023/94	72320000-4	505528312		15-06-2023	1.170,00	1.439,10	01-08-2024	01-08-2024			UE	D2	12-07-2023			1.439,10					
TP001/000/2024/1	22200000-2	126442460		12-01-2024	4.150,79	5.105,47	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	07-02-2024	4.821,20							
TP001/000/2024/10	50112000-3	505679787		19-01-2024	574,83	707,04	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	07-02-2024	707,04							
TP001/000/2024/100	50000000-5	508607990		29-06-2024	416,36	512,13	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	06-09-2024	465,79	46,48						
TP001/000/2024/101	22000000-0	513381457		01-07-2024	435,00	535,05	04-07-2024	04-07-2024			UE	D2	11-07-2024	535,05							
TP001/000/2024/102	55520000-1	504459201		02-07-2024	778,50	957,56	04-07-2024	04-07-2024			UE	D2	22-08-2024	917,20							
TP001/000/2024/103	55520000-1	512059411		08-07-2024	444,88	484,92	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	26-07-2024	484,92							
TP001/000/2024/104	60170000-0	513897623		08-07-2024	1.385,00	1.703,55	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	22-08-2024	1.385,00							
TP001/000/2024/105	72320000-4	E226256349		08-07-2024	1.861,33	1.861,33	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	18-07-2024	1.861,33							
TP001/000/2024/106	72000000-5	E226313100		08-07-2024	274,63	274,63	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	29-07-2024	223,36							
TP001/000/2024/107	18530000-3	501578455		10-07-2024	1.946,81	2.394,57	31-07-2024	31-07-2024			RP	D2	31-07-2024	2.394,57							
TP001/000/2024/108	98351100-9	503208426		15-07-2024	3.040,66	3.740,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	22-08-2024	1.019,94	0,06		2.040,00	680,00			

Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2024/109	24957000-7	500697370		01-05-2024	5,23	6,43	31-05-2024	31-05-2024			RP	D2	29-07-2024	6,43							
TP001/000/2024/11	60000000-8	509180337		22-01-2024	712,00	875,76	29-01-2024	29-01-2024			UE	D2	07-02-2024	875,76							
TP001/000/2024/111	72212217-3	503140600		18-07-2024	4.079,00	5.017,17	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	22-08-2024	2.444,01			2.573,16				
TP001/000/2024/112	50112000-3	513904506		26-07-2024	172,32	211,95	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	22-08-2024	211,95							
TP001/000/2024/113	55520000-1	508488176		26-07-2024	345,00	396,35	30-07-2024	30-07-2024			UE	D2	03-10-2024	389,85							
TP001/000/2024/114	15800000-6	515677825		30-07-2024	90,00	101,70	31-07-2024	31-07-2024			RP	D2	09-08-2024	101,70							
TP001/000/2024/116	79530000-8	514484926		30-07-2024	1.945,00	2.392,35	31-08-2024	31-08-2024			RP	D2	22-08-2024	2.392,35							
TP001/000/2024/117	50330000-7	513514139		30-07-2024	1.935,00	2.380,05	04-08-2025	04-08-2025			RP	D2	09-08-2024	2.380,05							
TP001/000/2024/119	22200000-2	E225548113		05-08-2024	300,94	319,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	02-09-2024	319,00							
TP001/000/2024/12	30192800-9	509236154		22-01-2024	56,90	70,00	25-01-2024	25-01-2024			UE	D2	01-04-2024	69,99							
TP001/000/2024/120	22200000-2	502801034		05-08-2024	81,29	99,99	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	18-09-2024	69,99							
TP001/000/2024/121	22200000-2	502265094		05-08-2024	61,79	76,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	04-10-2024	68,00							
TP001/000/2024/122	22200000-2	501984046		05-08-2024	73,16	89,99	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	25-11-2024	52,00							
TP001/000/2024/123	50112300-6	500697370		01-06-2024	30,08	37,00	30-06-2024	30-06-2024			RP	D2	30-07-2024	37,00							
TP001/000/2024/124	30199730-6	501593128		06-08-2024	191,62	235,69	22-08-2024	22-08-2024			RP	D2	22-08-2024	235,69							
TP001/000/2024/125	22200000-2	E225547971		05-08-2024	348,78	429,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	29-08-2024	429,00							
TP001/000/2024/126	22200000-2	502535369		05-08-2024	48,77	59,99	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	07-11-2024	63,59							
TP001/000/2024/127	50112000-3	500156212		07-08-2024	997,16	1.226,51	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	1.226,51							
TP001/000/2024/129	79410000-1	508541832		07-08-2024	1.200,00	1.476,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	03-10-2024	1.476,00							
TP001/000/2024/13	71319000-7	515806005		23-01-2024	600,00	738,00	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2	07-02-2024	738,00							
TP001/000/2024/130	50112000-3	513904506		12-08-2024	494,80	608,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	22-08-2024	608,60							
TP001/000/2024/131	22459000-2	515693871		13-08-2024	300,00	300,00	15-10-2024	15-10-2024			RP	D2	19-09-2024	300,00							
TP001/000/2024/132	30200000-1	502734922		14-08-2024	272,03	334,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	06-09-2024	334,60							
TP001/000/2024/133	50112300-6	500697370		14-08-2024	1.691,61	2.080,68	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-11-2024	121,31	745,99		1.213,38				
TP001/000/2024/134	72320000-4	505528312		16-08-2024	1.290,00	1.586,70	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	06-09-2024	1.586,70							
TP001/000/2024/135	60130000-8	508417600		27-08-2024	2.863,21	3.035,00	13-09-2024	13-09-2024			RP	D2	19-09-2024	3.035,00							
TP001/000/2024/136	33760000-5	500246530		27-08-2024	180,00	221,40	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	03-10-2024	221,40							
TP001/000/2024/137	90910000-9	503431397		28-08-2024	819,00	1.007,37	30-09-2024	30-09-2024			RP	D2	18-10-2024	1.007,37							
TP001/000/2024/138	72263000-6	506561054		28-08-2024	4.000,00	4.920,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	4.920,00							
TP001/000/2024/139	55120000-7	501321551		30-08-2024	967,84	1.147,32	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	920,00							
TP001/000/2024/14	71319000-7	167065106		23-01-2024	600,00	738,00	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2	10-04-2024	738,00							
TP001/000/2024/140	79530000-8	506355225		30-08-2024	3.116,00	3.832,68	14-09-2024	14-09-2024			RP	D2	03-10-2024	3.832,68							
TP001/000/2024/141	39130000-2	506075281		03-09-2024	542,00	666,66	31-12-2024	31-12-2024			RP	D6	18-10-2024	642,06							
TP001/000/2024/142	30192000-1	503789372		06-09-2024	1.867,40	2.296,90	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	03-10-2024	2.296,90							
TP001/000/2024/143	22462000-6	509771750		12-09-2024	1.510,00	1.857,30	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-10-2024	1.857,30							
TP001/000/2024/144	72268000-1	E226314089		16-09-2024	84,00	103,32	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	27-08-2024	84,00							
TP001/000/2024/145	72268000-1	E226314089		01-08-2024	151,98	151,98	31-07-2025	31-07-2025			RP	D2	27-08-2024	84,00							
TP001/000/2024/146	30125100-2	510859305		19-09-2024	647,60	796,65	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	03-10-2024	796,65	0,10						
TP001/000/2024/147	79341000-6	504615947		25-09-2024	4.500,00	5.535,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	18-10-2024	5.535,00							
TP001/000/2024/148	39710000-2	124139582		27-09-2024	65,00	79,95	31-12-2024	31-12-2024			RP	D6									
TP001/000/2024/149	39130000-2	E226314140		27-09-2024	1.134,03	1.134,03	31-10-2024	31-10-2024			RP	D2	29-11-2024	926,83							
TP001/000/2024/15	71319000-7	158727894		23-01-2024	600,00	600,00	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2	20-02-2024	600,00							
TP001/000/2024/150	22462000-6	509236154		03-10-2024	3.010,00	3.702,30	29-10-2024	29-10-2024			RP	D2	20-11-2024	3.388,65							
TP001/000/2024/151	60130000-8	508417600		03-10-2024	754,72	800,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	800,00							
TP001/000/2024/152	30199730-6	509236154		04-10-2024	240,00	295,20	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	28-10-2024	295,20							
TP001/000/2024/153	99999999-9	E225500949		04-10-2024	4.990,00	4.990,00	10-10-2024	10-10-2024			RP	D2	28-10-2024	4.990,00							
TP001/000/2024/154	31682000-0	130817058		08-10-2024	110,00	135,30	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-10-2024	135,30							
TP001/000/2024/155	39710000-2	124139582		08-10-2024	75,00	92,25	31-12-2024	31-12-2024			RP	D6	18-10-2024	92,25							
TP001/000/2024/156	79530000-8	510266940		10-10-2024	495,00	608,85	31-10-2024	31-10-2024			UE	D2	14-11-2024	608,85							
TP001/000/2024/157	64120000-3	507586522		11-10-2024	487,80	600,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	28-10-2024	370,38							

Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2024/158	33651660-2	504258354		14-10-2024	980,25	980,25	31-12-2024	31-12-2024			RP	D1.3	04-11-2024	928,95							
TP001/000/2024/159	71621000-7	501834290		11-10-2024	4.500,00	5.535,00	01-01-2025	01-01-2025			RP	D2					5.535,00				
TP001/000/2024/16	71319000-7	178997005		23-01-2024	600,00	738,00	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2	20-02-2024	738,00							
TP001/000/2024/160	72300000-8	515530670		16-10-2024	380,00	467,40	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	467,40							
TP001/000/2024/161	79530000-8	514484926		17-10-2024	748,00	920,04	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			920,04						
TP001/000/2024/162	79410000-1	E226314423		17-10-2024	500,00	500,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	30-11-2024	500,00							
TP001/000/2024/163	55120000-7	503621722		02-10-2024	386,18	475,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-11-2024	475,00							
TP001/000/2024/164	55120000-7	503621722		17-10-2024	585,36	720,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-11-2024	720,00							
TP001/000/2024/165	50112000-3	505679787		22-10-2024	421,38	518,30	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	518,30							
TP001/000/2024/166	48000000-8	E226275847		23-10-2024	109,99	109,99	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	19-11-2024	109,99							
TP001/000/2024/167	30199730-6	509678416		25-10-2024	511,70	629,39	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-12-2024	629,39							
TP001/000/2024/168	22462000-6	513569898		25-10-2024	427,40	525,70	30-10-2024	30-10-2024			RP	D2	13-11-2024	525,70							
TP001/000/2024/169	30200000-1	E226316893		24-10-2024	903,00	903,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	19-11-2024	903,00							
TP001/000/2024/17	71319000-7	505413485		23-01-2024	600,00	738,00	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2									
TP001/000/2024/170	30200000-1	502734922		30-10-2024	112,93	138,90	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	138,90							
TP001/000/2024/171	15800000-6	501741933		29-10-2024	4.988,00	5.673,50	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			5.673,50						
TP001/000/2024/173	79416000-3	517667886		30-10-2024	320,00	393,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	393,60							
TP001/000/2024/174	72320000-4	E226316903		31-10-2024	107,18	107,18	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	06-11-2024	107,00							
TP001/000/2024/175	22457000-8	513550143		31-10-2024	517,00	635,91	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			635,91						
TP001/000/2024/176	55120000-7	514830417		04-11-2024	536,58	660,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-12-2024	660,00							
TP001/000/2024/177	55120000-7	501516549		04-11-2024	373,98	460,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-12-2024	280,00							
TP001/000/2024/177	55120000-7	501516549		04-11-2024	373,98	460,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	04-12-2024	180,00							
TP001/000/2024/178	50112000-3	505955342		05-11-2024	1.078,73	1.326,84	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-12-2024	1.326,84							
TP001/000/2024/179	22462000-6	517362635		06-11-2024	3.090,42	3.801,22	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2									
TP001/000/2024/18	72000000-5	EU826014392		23-01-2024	840,00	840,00	24-01-2025	24-01-2025			RP	D2	31-01-2024	1.033,20							
TP001/000/2024/180	55520000-1	515677825		07-11-2024	1.045,00	1.206,71	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	20-11-2024	1.206,71							
TP001/000/2024/181	50112000-3	505955342		08-11-2024	256,59	315,61	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	315,61							
TP001/000/2024/182	98351100-9	503245160		14-11-2024	3.278,05	4.032,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					4.032,00				
TP001/000/2024/183	50112000-3	500035679		14-11-2024	1.265,43	1.556,48	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2									
TP001/000/2024/184	30200000-1	507082907		15-11-2024	548,78	675,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	02-12-2024	672,20							
TP001/000/2024/185	79800000-2	501709304		18-11-2024	148,00	182,04	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	10-12-2024	182,04							
TP001/000/2024/186	30199730-6	501709304		20-11-2024	120,00	147,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	17-12-2024	147,60							
TP001/000/2024/187	72222300-0	E226273057		21-11-2024	1.147,44	1.411,35	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					1.411,35				
TP001/000/2024/188	30199730-6	509678416		21-11-2024	120,00	147,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-12-2024	147,60							
TP001/000/2024/189	55120000-7	503621722		22-11-2024	882,11	1.085,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	12-12-2024	1.085,00							
TP001/000/2024/190	55120000-7	503621722		22-11-2024	971,54	1.195,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-12-2024	1.195,00							
TP001/000/2024/191	60130000-8	504669613		22-11-2024	1.254,72	1.330,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	12-12-2024	1.330,00							
TP001/000/2024/192	72000000-5	502997273		27-11-2024	1.494,00	1.837,62	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	918,81	918,81						
TP001/000/2024/193	15860000-4	500853975		28-11-2024	926,81	1.139,98	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	10-12-2024	1.139,99							
TP001/000/2024/194	22200000-2	502801034		28-11-2024	69,99	74,19	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-12-2024	69,99							
TP001/000/2024/195	64120000-3	507586522		02-12-2024	73,17	90,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	17-12-2024	72,95							
TP001/000/2024/196	48000000-8	E226262409		29-12-2024	1.673,48	2.008,17	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			2.008,17						
TP001/000/2024/197	72417000-6	505304775		29-12-2024	954,00	1.173,42	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					1.173,42				
TP001/000/2024/198	22462000-6	517362635		02-12-2024	4.085,42	5.025,07	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	26-12-2024	5.025,07							
TP001/000/2024/199	72268000-1	517851903		02-12-2024	3.582,20	4.406,11	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			4.406,11						
TP001/000/2024/20	55520000-1	508488176		24-01-2024	1.725,00	1.971,75	26-01-2024	26-01-2024			UE	D2	22-02-2024	1.971,75							
TP001/000/2024/200	22000000-0	509678416		02-12-2024	80,00	98,40	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	98,40							
TP001/000/2024/201	72000000-5	EU826014392		10-12-2024	840,00	840,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					1.033,20				
TP001/000/2024/202	22457000-8	509678416		09-12-2024	160,00	196,80	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	196,80							



Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2024/203	30000000-9	506075281		10-12-2024	3.300,00	4.059,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D6	26-12-2024	4.059,00							
TP001/000/2024/204	60170000-0	506145433		10-12-2024	3.292,45	3.490,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2									
TP001/000/2024/205	50000000-5	503103918		11-12-2024	420,00	516,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	30-12-2024	172,20			172,20	172,20			
TP001/000/2024/206	85142300-9	501351167		12-12-2024	4.658,51	4.938,02	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					1.588,15	1.645,32	1.704,55		
TP001/000/2024/207	22462000-6	509236154		13-12-2024	2.054,00	2.526,42	31-12-2024	31-12-2024			RP	D6					2.526,42				
TP001/000/2024/208	30199730-6	509236154		13-12-2024	162,00	199,26	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	30-12-2024	162,36							
TP001/000/2024/209	72000000-5	E101037726		17-12-2024	4.979,00	6.124,17	23-12-2025	23-12-2025			RP	D2	26-12-2024	4.979,00							
TP001/000/2024/21	60130000-8	504041762		26-01-2024	2.766,34	3.402,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	07-02-2024	3.402,60							
TP001/000/2024/210	22457000-8	513550143		18-12-2024	250,00	307,50	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			307,50						
TP001/000/2024/211	79410000-1	517005190		08-08-2024	1.200,00	1.476,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	26-12-2024	1.476,00							
TP001/000/2024/212	60000000-8	509180337		19-12-2024	318,00	391,14	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	26-12-2024	391,14							
TP001/000/2024/213	22000000-0	516493523		27-12-2024	537,00	660,51	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			660,51						
TP001/000/2024/214	72000000-5	504129619		27-12-2024	3.500,00	4.305,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	30-12-2024	4.305,00							
TP001/000/2024/215	79100000-5	502900270		30-12-2024	3.000,00	3.690,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					3.690,00				
TP001/000/2024/216	71621000-7	505275970		30-12-2024	5.000,00	6.150,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					6.150,00				
TP001/000/2024/217	22000000-0	509236154		13-11-2024	38,00	46,74	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	10-12-2024	46,74							
TP001/000/2024/22	30199730-6	509678416		29-01-2024	130,00	159,90	31-01-2024	31-01-2024			RP	D2	20-02-2024	159,90							
TP001/000/2024/23	22000000-0	509236154		31-01-2024	333,00	409,59	07-02-2024	07-02-2024			RP	D2	19-09-2024	409,59							
TP001/000/2024/24	66523000-2	502008369		01-02-2024	480,00	590,40	29-02-2024	29-02-2024			RP	D2	20-02-2024	590,40							
TP001/000/2024/25	50112000-3	513904506		01-02-2024	364,88	448,80	05-02-2024	05-02-2024			RP	D2	20-11-2024	448,80							
TP001/000/2024/26	30192000-1	503789372		05-02-2024	85,37	105,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2									
TP001/000/2024/27	50112000-3	513904506		07-02-2024	2.428,48	2.987,03	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	14-03-2024	2.987,03							
TP001/000/2024/28	15860000-4	500255440		08-02-2024	37,60	37,60	29-02-2024	29-02-2024			RP	D2									
TP001/000/2024/29	72222300-0	E226273057		09-02-2024	1.472,00	1.472,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	22-03-2024	611,52							
TP001/000/2024/30	71319000-7	501461108		12-02-2024	600,00	738,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	27-02-2024	738,00							
TP001/000/2024/31	72417000-6	505304775		14-02-2024	896,00	1.102,08	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	22-02-2024	915,74							
TP001/000/2024/33	55520000-1	500621594		14-02-2024	1.147,84	1.411,84	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	06-03-2024	1.332,10							
TP001/000/2024/34	72268000-1	514107502		15-02-2024	1.411,70	1.736,39	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	10-04-2024	1.191,75							
TP001/000/2024/35	72268000-1	513854363		15-02-2024	3.000,00	3.690,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D6	06-03-2024	3.690,00							
TP001/000/2024/36	22457000-8	980482410		15-02-2024	146,00	179,58	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	06-03-2024	167,28							
TP001/000/2024/37	72512000-7	E226252129		16-02-2024	1.423,32	1.750,68	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	24-04-2024	1.750,68							
TP001/000/2024/38	98351100-9	502795360		16-02-2024	1.170,72	1.440,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	20-02-2024	1.277,92							
TP001/000/2024/39	55520000-1	508224241		19-02-2024	308,94	380,00	22-02-2024	22-02-2024			UE	D2	06-03-2024	380,00							
TP001/000/2024/4	71319000-7	232169071		12-01-2024	950,00	1.168,50	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2	13-11-2024	1.168,50							
TP001/000/2024/40	55520000-1	509905048		20-02-2024	1.732,50	1.957,73	28-02-2024	28-02-2024			RP	D2	06-03-2024	1.921,00							
TP001/000/2024/41	79952000-2	515723690		20-02-2024	1.600,00	1.968,00	28-02-2024	28-02-2024			RP	D2	01-04-2024	1.968,00							
TP001/000/2024/42	60130000-8	504041762		20-02-2024	1.230,00	1.303,80	28-02-2024	28-02-2024			RP	D2	19-04-2024	1.303,80							
TP001/000/2024/43	22462000-6	509771750		21-02-2024	668,00	821,64	26-02-2024	26-02-2024			UE	D2	17-05-2024	821,64							
TP001/000/2024/44	71319000-7	502083514		28-02-2024	950,00	1.168,50	31-03-2024	31-03-2024			UE	D2	13-11-2024	1.168,50							
TP001/000/2024/45	50112000-3	500156212		28-02-2024	99,03	121,81	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	121,81							
TP001/000/2024/46	50112000-3	513904506		28-02-2024	255,00	313,65	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	05-06-2024	313,65							
TP001/000/2024/47	71319000-7	502810149		29-02-2024	600,00	738,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	01-04-2024	738,00							
TP001/000/2024/48	71319000-7	123288975		29-02-2024	600,00	738,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	14-03-2024	738,00							
TP001/000/2024/49	98351100-9	502795360		01-03-2024	585,36	720,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	01-04-2024	638,96							
TP001/000/2024/5	48000000-8	516167251		15-01-2024	4.988,89	6.136,34	16-01-2025	16-01-2025			UE	D6	24-01-2024	6.136,33							
TP001/000/2024/50	50112000-3	500156212		06-03-2024	493,54	607,05	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	07-05-2024	607,05							
TP001/000/2024/51	39154100-7	503657891		07-03-2024	1.220,00	1.500,60	13-04-2024	13-04-2024			UE	D2	04-04-2024	1.500,60							
TP001/000/2024/52	66510000-8	502358416		08-03-2024	300,00	300,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	10-04-2024	151,44							
TP001/000/2024/53	79410000-1	513967273		10-03-2024	3.920,40	3.920,40	11-12-2024	11-12-2024			UE	D2	04-04-2024	3.920,40							



Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2024/54	72320000-4	E225567251		12-03-2024	638,12	638,12	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	30-04-2024	638,12							
TP001/000/2024/55	15800000-6	5014122212		13-03-2024	122,76	151,00	14-03-2024	14-03-2024			RP	D2	10-04-2024	151,00							
TP001/000/2024/56	70220000-9	506908267		14-03-2024	726,68	837,00	21-03-2024	21-03-2024			UE	D2	27-03-2024	837,00							
TP001/000/2024/57	63712400-7	504656767		14-03-2024	813,01	1.000,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	31-01-2024	476,25							
TP001/000/2024/58	79530000-8	508595355		22-03-2024	320,00	393,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	01-04-2024	393,60							
TP001/000/2024/59	30192000-1	503517178		25-03-2024	152,95	188,13	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	24-04-2024	188,13							
TP001/000/2024/6	71319000-7	138285853		16-01-2024	1.250,00	1.537,50	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2	13-11-2024	1.250,00							
TP001/000/2024/60	79410000-1	200950584		26-03-2024	405,00	498,15	31-05-2024	31-05-2024			UE	D2	26-06-2024	405,00							
TP001/000/2024/61	70220000-9	511026595		27-03-2024	807,38	935,00	16-04-2024	16-04-2024			UE	D2	10-04-2024	1.335,00							
TP001/000/2024/62	22462000-6	508320127		27-03-2024	3.685,00	4.532,55	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	11-07-2024	4.532,55							
TP001/000/2024/63	92230000-2	502604751		01-04-2024	1.223,22	1.504,56	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-07-2024	478,20	86,01		752,28	188,07			
TP001/000/2024/64	50112000-3	500156212		01-04-2024	1.138,99	1.400,96	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	07-05-2024	1.388,19							
TP001/000/2024/65	65300000-6	500697370		01-04-2024	162,60	200,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	10-10-2024	100,97							
TP001/000/2024/66	50112000-3	513904506		03-04-2024	360,38	443,27	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	05-06-2024	443,27							
TP001/000/2024/67	92230000-2	502604751		01-01-2024	110,71	136,17	31-03-2024	31-03-2024			RP	D2	10-04-2024	136,17							
TP001/000/2024/68	50112000-3	513904506		03-04-2024	81,54	100,29	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	05-06-2024	100,29							
TP001/000/2024/69	50112000-3	505955342		03-04-2024	157,66	193,92	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	19-09-2024	193,92							
TP001/000/2024/7	71319000-7	225546728		16-01-2024	950,00	1.168,50	31-01-2024	31-01-2024			UE	D2	13-11-2024	1.168,50							
TP001/000/2024/70	92112000-9	E226311469		03-04-2024	4.400,00	4.400,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	15-05-2024	4.400,00							
TP001/000/2024/71	72268000-1	E226241492		08-04-2024	1.163,54	1.431,15	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	02-07-2024	1.163,54							
TP001/000/2024/72	72268000-1	502670355		08-04-2024	870,00	1.070,10	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	19-04-2024	1.070,10							
TP001/000/2024/73	22462000-6	508989736		09-04-2024	1.511,00	1.858,53	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	19-04-2024	1.858,53							
TP001/000/2024/74	50112000-3	505955342		10-04-2024	254,63	313,19	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	15-05-2024	313,19							
TP001/000/2024/75	30192000-1	502129425		15-04-2024	1.162,01	1.429,27	17-04-2024	17-04-2024			RP	D2	15-05-2024	1.429,27							
TP001/000/2024/76	30200000-1	E226312039		15-04-2024	119,84	147,40	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	24-04-2024	147,40							
TP001/000/2024/77	50112000-3	503353892		18-04-2024	142,58	175,37	15-05-2024	15-05-2024			RP	D2	07-05-2024	175,37							
TP001/000/2024/78	71319000-7	145400417		23-04-2024	600,00	738,00	15-05-2024	15-05-2024			UE	D2	07-05-2024	738,00							
TP001/000/2024/79	71319000-7	175061815		23-04-2024	600,00	738,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	22-05-2024	738,00							
TP001/000/2024/8	79952000-2	505301644		18-01-2024	3.990,00	3.990,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	11-07-2024	3.990,00							
TP001/000/2024/80	98351100-9	502795360		01-03-2024	585,36	720,00	31-03-2024	31-03-2024			RP	D2	07-05-2024	638,96							
TP001/000/2024/81	60000000-8	509180337		02-05-2024	4.870,87	5.991,17	31-05-2024	31-05-2024			RP	D2	11-07-2024	5.991,17							
TP001/000/2024/82	30100000-0	500853975		07-05-2024	129,27	159,00	15-05-2024	15-05-2024			RP	D6	15-05-2024	159,00							
TP001/000/2024/83	22200000-2	501875735		07-05-2024	90,57	96,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	05-06-2024	96,00							
TP001/000/2024/84	71319000-7	501413197		07-05-2024	600,00	738,00	09-05-2024	09-05-2024			UE	D2	28-05-2024	738,00							
TP001/000/2024/85	79952000-2	501418857		13-05-2024	704,72	825,60	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	22-08-2024	780,00							
TP001/000/2024/86	50112300-6	500697370		01-01-2024	280,85	345,44	31-05-2024	31-05-2024			RP	D2	31-03-2024	300,19							
TP001/000/2024/87	79952000-2	506901920		23-05-2024	3.973,00	4.886,79	04-07-2024	04-07-2024			UE	D2	05-06-2024	4.886,79							
TP001/000/2024/88	39710000-2	502166991		28-05-2024	56,84	69,91	31-12-2024	31-12-2024			RP	D6	13-06-2024	69,91							
TP001/000/2024/89	50112000-3	500035121		03-06-2024	389,67	479,29	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	11-07-2024	477,80							
TP001/000/2024/9	64200000-8	502544180		19-01-2024	3.442,94	4.234,82	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	20-02-2024	3.497,84							
TP001/000/2024/90	50112000-3	503353892		03-06-2024	279,62	343,93	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	20-11-2024	343,92							
TP001/000/2024/91	55520000-1	500621594		03-06-2024	1.995,00	2.361,85	05-06-2024	05-06-2024			RP	D2	05-06-2024	2.361,85							
TP001/000/2024/92	71319000-7	501507930		07-06-2024	600,00	738,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	26-06-2024	738,00							
TP001/000/2024/93	48000000-8	E226273497		14-06-2024	664,08	664,08	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	664,08							
TP001/000/2024/94	72000000-5	E226306350		14-06-2024	72,99	72,99	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	11-07-2024	71,99							
TP001/000/2024/95	72268000-1	E226305933		24-06-2024	2.124,00	2.124,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	02-07-2024	2.124,00							
TP001/000/2024/96	50112000-3	513904506		26-06-2024	259,63	319,34	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	20-11-2024	319,34							
TP001/000/2024/97	98351100-9	503245160		01-07-2024	1.617,89	1.990,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	31-07-2024	1.990,00							
TP001/000/2024/98	72268000-1	E226285929		26-06-2024	107,88	132,69	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	23-09-2024	132,69							

Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP001/000/2024/99	50112000-3	505679787		28-06-2024	191,36	235,37	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-07-2024	235,37							
TP002/000/2021/80	72267100-0	503502715		22-12-2021	11.846,60	11.846,60	01-01-2022	01-01-2022			RP	D2	26-04-2022	3.948,87							
TP002/000/2022/24	80420000-4	506561054		24-08-2022	19.900,00	24.477,00	24-08-2024	24-08-2024			UE	D2	14-10-2022	1.537,50		18.573,00					
TP002/000/2022/41	79100000-5	213861402		29-12-2022	19.990,00	24.587,70	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	19-04-2023	7.376,31							
TP002/000/2023/10	98351100-9	502795360		01-03-2023	4.390,24	5.400,00	02-12-2023	02-12-2023			RP	D2	08-03-2023	441,03							
TP002/000/2023/2	79100000-5	509221351		09-01-2023	19.900,00	24.477,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	09-05-2023	2.835,27							
TP002/000/2023/20	72268000-1	513283684		21-07-2023	15.348,50	18.878,60	20-07-2024	20-07-2024			UE	D2	23-11-2023			3.690,00					
TP002/000/2023/20	72268000-1	513283684		21-07-2023	15.348,50	18.878,60	20-07-2024	20-07-2024			UE	D6	23-11-2023			15.188,63					
TP002/000/2023/21	72268000-1	510078354		05-06-2023	6.000,00	7.380,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	22-09-2023	3.690,00							
TP002/000/2023/27	60000000-8	510901824		25-09-2023	7.795,10	7.795,10	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	06-12-2023	3.897,55							
TP002/000/2023/28	30000000-9	502127856		19-12-2023	8.217,00	10.106,90	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	22-08-2024	3.062,70	306,30		3.369,00	3.368,91			
TP002/000/2023/29	98390000-3	500017450		19-12-2023	9.544,85	11.326,45	05-01-2024	05-01-2024			RP	D2	22-01-2024	11.243,95							
TP002/000/2023/30	80420000-4	516279092		09-01-2024	16.219,51	19.950,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	10-04-2024	19.950,00							
TP002/000/2023/31	79410000-1	517005190		09-01-2024	16.600,00	20.418,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	17-05-2024	20.418,00							
TP002/000/2023/32	72268000-1	502981547		11-01-2024	7.751,25	9.534,04	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	24-01-2024	9.534,04							
TP002/000/2023/7	30199730-6	509678416		14-02-2023	6.000,00	7.380,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	06-03-2023	2.868,36		4.409,55					
TP002/000/2023/9	72000000-5	503140600		24-02-2023	30.550,00	37.576,50	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	29-03-2023	505,84							
TP002/000/2024/1	79952000-2	501321969		23-01-2024	19.952,80	23.241,06	31-01-2024	31-01-2024			RP	D2	07-02-2024	22.972,00							
TP002/000/2024/10	79952000-2	515284912		29-10-2024	6.500,00	7.995,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	7.995,00							
TP002/000/2024/11	79952000-2	514764198		08-11-2024	7.810,00	9.456,30	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	11-11-2024	9.456,30							
TP002/000/2024/13	79952000-2	503003980		28-11-2024	19.685,44	22.460,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	30-12-2024	22.460,00							
TP002/000/2024/14	39154100-7	503657891		02-12-2024	8.000,00	9.840,00	12-12-2024	12-12-2024			UE	D2	18-12-2024	9.840,00							
TP002/000/2024/15	38651000-3	509486070		03-12-2024	5.427,35	6.675,64	31-12-2024	31-12-2024			RP	D6	26-12-2024	6.675,64							
TP002/000/2024/16	72268000-1	503329827		06-12-2024	7.867,55	9.677,09	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	9.677,09							
TP002/000/2024/17	79952100-3	510784356		23-12-2024	9.990,00	12.287,70	26-04-2025	26-04-2025			RP	D2					12.287,70				
TP002/000/2024/18	55000000-0	500014949		27-12-2024	17.626,07	21.113,70	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2			6.275,00						
TP002/000/2024/18	55000000-0	500014949		27-12-2024	17.626,07	21.113,70	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2			14.838,70						
TP002/000/2024/2	72268000-1	506210855		25-01-2024	9.972,64	12.266,35	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	07-02-2024	12.266,35							
TP002/000/2024/3	72268000-1	502726890		01-03-2024	8.030,00	9.876,90	06-03-2025	06-03-2025			UE	D2	19-04-2024	8.929,81							
TP002/000/2024/4	98351100-9	503208426		04-04-2024	16.585,38	20.400,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	05-06-2024	7.649,15	850,85		10.200,00	1.700,00			
TP002/000/2024/5	50730000-1	509617980		16-04-2024	17.282,00	21.256,86	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	05-06-2024	5.221,35	2.460,00		6.265,62	6.265,62	1.044,27		
TP002/000/2024/6	72224000-1	500479194		17-05-2024	19.500,00	23.985,00	31-05-2024	31-05-2024			UE	D2	11-07-2024	23.985,00							
TP002/000/2024/7	79310000-0	507510453		07-10-2024	19.500,00	23.985,00	24-02-2025	24-02-2025			UE	D2	12-12-2024	7.195,50			16.789,50				
TP003/000/2022/1	79400000-8	215024940		11-03-2022	66.000,00	81.180,00	31-12-2022	31-12-2022			UE	D2	04-08-2022	26.849,32							
TP004/000/2020/1	79800000-2	507477740		09-03-2020	81.274,40	99.967,51	30-11-2024	30-11-2024			RP	D2	04-02-2021	21.045,84		40.337,62					
TP004/000/2021/13	90910000-9	504613529		04-08-2021	160.917,12	197.928,06	01-01-2022	01-01-2022			RP	D2	25-10-2021	35.232,08							
TP004/000/2021/14	90910000-9	503431397		04-08-2021	37.516,32	46.145,07	01-01-2022	01-01-2022			RP	D2	25-10-2021	8.058,96							
TP004/000/2021/17	72317000-0	506303810		01-10-2021	487.750,00	599.932,50	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	28-06-2022	207.541,48		309.492,81					
TP004/000/2021/23	09310000-5	500697370		28-12-2020	35.459,28	43.614,91	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	07-01-2022	536,50							
TP004/000/2021/8	09100000-0	500697370		25-06-2021	84.000,00	103.320,00	01-01-2022	01-01-2022			RP	D2	30-09-2021	14.808,66							
TP004/000/2022/14	72268000-1	510728189		20-09-2022	719.411,90	884.876,64	25-09-2025	25-09-2025			UE	D2	25-10-2022	283.376,38	46.974,70	274.458,88	2.452,33				
TP004/000/2022/15	79342200-5	516354434		25-09-2022	207.740,00	255.520,20	25-07-2024	25-07-2024			UE	D2	04-11-2022	102.208,08		153.313,35					
TP004/000/2022/18	71317200-5	507159683		22-11-2022	47.379,96	47.379,96	22-11-2025	22-11-2025			RP	D1.3	30-05-2023	9.515,26	19.928,45	5.637,44	15.476,69				
TP004/000/2022/19	66510000-8	502358416		31-12-2022	560.603,82	560.603,82	31-12-2023	31-12-2023			RP	D1.3	18-01-2023	40,97							
TP004/000/2022/19	66510000-8	502358416		31-12-2022	560.603,82	560.603,82	31-12-2023	31-12-2023			UE	D4.1.3	18-01-2023	21.460,27							
TP004/000/2022/3	63510000-7	503542016		10-02-2022	1.425.000,00	1.434.503,16	31-12-2024	31-12-2024	272/2022	06-05-2022	EMPR	D2	02-06-2022			19.428,63					
TP004/000/2022/3	63510000-7	503542016		10-02-2022	1.425.000,00	1.434.503,16	31-12-2024	31-12-2024	272/2022	06-05-2022	RP	D1.2	02-06-2022			106.307,00					
TP004/000/2022/3	63510000-7	503542016		10-02-2022	1.425.000,00	1.434.503,16	31-12-2024	31-12-2024	272/2022	06-05-2022	RP	D2	02-06-2022			196.920,44					
TP004/000/2022/3	63510000-7	503542016		10-02-2022	1.425.000,00	1.434.503,16	31-12-2024	31-12-2024	272/2022	06-05-2022	UE	D2	02-06-2022			1.103.894,49					

Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP004/000/2023/11	79342000-3	516354434		31-05-2023	165.600,00	203.688,00	31-05-2025	31-05-2025			UE	D6	23-11-2023		101.844,00	101.844,00					
TP004/000/2023/12	72224000-1	500479194		30-08-2023	211.200,00	259.776,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	27-12-2023	82.911,84							
TP004/000/2023/13	72224000-1	515943703		30-08-2023	199.600,00	245.508,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2									
TP004/000/2023/16	72000000-5	503140600		19-09-2023	13.442,50	16.534,27	02-10-2024	02-10-2024			RP	D2	25-10-2023	12.400,71		4.133,58					
TP004/000/2023/18	45212310-2	9140001127489		20-09-2023	#####	#####	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	09-04-2024	#####							
TP004/000/2023/20	63510000-7	501418180		27-10-2023	4.347.941,72	4.361.187,00	31-12-2026	31-12-2026			RP	D1.2	10-04-2024	28.681,92			44.166,67	44.166,67			
TP004/000/2023/20	63510000-7	501418180		27-10-2023	4.347.941,72	4.361.187,00	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	10-04-2024	246.351,70	165,01		181.000,00	445.000,00			
TP004/000/2023/20	63510000-7	501418180		27-10-2023	4.347.941,72	4.361.187,00	31-12-2026	31-12-2026			UE	D2	10-04-2024	206.661,82	308.628,53		#####	652.862,33			
TP004/000/2023/21	79415200-8	506204650		30-11-2023	67.500,00	83.025,00	28-02-2024	28-02-2024			UE	D2	27-12-2023	58.117,50		24.907,50					
TP004/000/2023/22	79212000-3	501340467		15-11-2023	48.000,00	59.040,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	20-02-2024	29.520,00							
TP004/000/2023/23	66510000-8	502358416		13-12-2023	597.960,25	597.960,25	31-03-2025	31-03-2025			RP	D1.3	24-01-2024	523.529,94							
TP004/000/2023/23	66510000-8	502358416		13-12-2023	597.960,25	597.960,25	31-03-2025	31-03-2025			RP	D2	24-01-2024	12.614,87							
TP004/000/2023/23	66510000-8	502358416		13-12-2023	597.960,25	597.960,25	31-03-2025	31-03-2025			UE	D4.1.3	24-01-2024	6.669,24							
TP004/000/2023/24	64200000-8	504615947		15-01-2024	100.980,64	124.206,19	18-01-2026	18-01-2026			RP	D2	01-04-2024	22.017,76	34.522,55		62.103,14	5.175,17			
TP004/000/2023/5	72267000-4	513854363		08-03-2023	133.860,00	164.648,00	08-12-2024	08-12-2024			UE	D6	19-04-2023			169.740,00					
TP004/000/2023/6	79413000-2	514631902		20-04-2023	618.000,00	760.140,00	15-12-2025	15-12-2025			UE	D2	13-09-2023	174.452,13		73.353,51	127.575,87				
TP004/000/2023/7	72611000-6	515769070		10-05-2023	31.200,00	38.376,00	10-05-2025	10-05-2025			RP	D2	30-05-2023	2.398,48	371,72		907,95				
TP004/000/2023/7	72611000-6	515769070		10-05-2023	31.200,00	38.376,00	10-05-2025	10-05-2025			UE	D2	30-05-2023	16.789,52	1.227,48	11.256,22	5.488,06				
TP004/000/2023/8	72267100-0	503140600		11-05-2023	85.092,24	104.663,46	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	06-07-2023	35.274,78							
TP004/000/2024/10	79800000-2	501748156		06-12-2024	54.734,40	67.323,30	06-12-2027	06-12-2027			RP	D2			1.870,09		22.441,10	22.441,10	20.571,02		
TP004/000/2024/2	72000000-5	503140600		28-02-2024	44.887,50	55.211,63	31-01-2026	31-01-2026			RP	D2	10-04-2024	8.915,66	16.389,67		27.605,81	2.300,49			
TP004/000/2024/4	72267100-0	510365710		16-05-2024	44.700,00	54.981,00	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	05-06-2024	18.327,00			18.327,00	18.327,00			
TP004/000/2024/5	71520000-9	503040630		20-08-2024	407.590,00	448.349,00	30-05-2026	30-05-2026			RP	D2	03-10-2024	104.000,00			200.321,00	76.428,00			
TP004/000/2024/6	90910000-9	514308060		02-09-2024	108.732,00	133.740,36	01-09-2026	01-09-2026			RP	D2	28-10-2024	16.717,56	5.572,52		66.870,18	44.580,12			
TP004/000/2024/7	22900000-9	514183632		29-10-2024	180.870,00	222.470,10	07-02-2025	07-02-2025			RP	D2	26-12-2024	17.797,61			204.672,49				
TP004/000/2024/8	79200000-6	500912645		13-11-2024	156.000,00	191.880,00	31-08-2026	31-08-2026			RP	D2					128.076,46	50.273,54			
TP004/000/2024/9	72320000-4	980683823		13-12-2024	50.700,00	62.361,00	19-12-2027	19-12-2027			UE	D2	30-12-2024	20.787,00			20.787,00	20.787,00			
TP009/000/2022/92	79132100-9	600055639		06-12-2022	180,00	180,00	21-12-2025	21-12-2025			RP	D2	26-12-2022			180,00					
TP009/000/2023/25	80500000-9	152706054		14-04-2023	2.054,10	2.054,10	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	24-05-2023								
TP009/000/2023/43	72268000-1	E226240861		22-08-2023	18.040,00	18.040,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	03-11-2023	4.188,76							
TP009/000/2023/44	55120000-7	E226219684		22-08-2023	38.795,78	38.795,78	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	25-10-2023	15.482,82							
TP009/000/2023/45	72268000-1	E226240861		22-08-2023	11.325,00	11.325,00	22-08-2024	22-08-2024			UE	D2	27-10-2023			11.324,02					
TP009/000/2023/49	65100000-4	514280956		18-09-2023	215,45	265,00	31-12-2023	31-12-2023			UE	D2	19-09-2023								
TP009/000/2023/57	60200000-0	500498601		31-10-2023	30.000,00	31.800,00	31-03-2025	31-03-2025			UE	D2	20-12-2023	15.744,95		724,50					
TP009/000/2023/59	80500000-9	514573660		23-11-2023	2.940,00	2.940,00	31-01-2024	31-01-2024			RP	D2	27-12-2023			2.380,00					
TP009/000/2023/6	65100000-4	680000054		31-01-2023	341,46	420,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	15-02-2023	44,09							
TP009/000/2023/64	80500000-9	E226250020		13-12-2023	850,00	850,00	23-05-2024	23-05-2024			RP	D2	20-12-2023			850,00					
TP009/000/2023/67	64110000-0	500077568		27-12-2023	3.252,03	4.000,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	22-01-2024	3.632,33							
TP009/000/2024/1	22212100-0	500792887		30-01-2024	3.983,74	4.900,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	07-02-2024	3.505,02							
TP009/000/2024/10	80500000-9	507963202		27-02-2024	349,00	349,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	01-04-2024	349,00							
TP009/000/2024/11	80500000-9	503182710		28-02-2024	120,00	147,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	01-04-2024	147,60							
TP009/000/2024/12	80500000-9	515119857		01-03-2024	640,65	788,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	01-04-2024	787,20							
TP009/000/2024/13	80500000-9	514698209		01-03-2024	4.110,00	4.110,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-06-2024	1.510,00							
TP009/000/2024/14	80500000-9	506613780		05-03-2024	162,00	162,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	02-07-2024	162,00							
TP009/000/2024/15	80500000-9	502718714		11-03-2024	3.460,00	4.255,80	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	15-05-2024	2.300,10							
TP009/000/2024/16	80500000-9	515321141		11-03-2024	1.500,00	1.500,00	09-05-2024	09-05-2024			RP	D2	01-04-2024	1.500,00							
TP009/000/2024/17	80500000-9	516480430		11-03-2024	5.050,00	5.050,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	19-04-2024	3.220,00							
TP009/000/2024/18	65100000-4	500906840		01-01-2024	1.132,08	1.200,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	14-03-2024	747,66							
TP009/000/2024/2	80500000-9	E226307306		05-02-2024	390,00	390,00	28-03-2024	28-03-2024			RP	D2	29-02-2024	390,00							



Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP009/000/2024/2	80500000-9	E226307306		05-02-2024	390,00	390,00	28-03-2024	28-03-2024			RP	D2	29-02-2024	390,00							
TP009/000/2024/20	80500000-9	510294901		12-03-2024	89,00	89,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	01-04-2024	89,00							
TP009/000/2024/21	80500000-9	501083774		13-03-2024	140,00	172,20	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-06-2024	86,10							
TP009/000/2024/22	79132100-9	600055639		25-03-2024	146,34	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2									
TP009/000/2024/23	79132100-9	600055639		05-04-2024	180,00	180,00	06-04-2024	06-04-2024			RP	D2									
TP009/000/2024/24	22110000-4	500792887		26-04-2024	145,48	146,14	15-05-2024	15-05-2024			RP	D2	22-05-2024	146,14							
TP009/000/2024/25	80500000-9	505038927		06-05-2024	40,00	49,20	15-05-2024	15-05-2024			RP	D2	15-05-2024	49,20							
TP009/000/2024/26	79952000-2	E226300637		13-05-2024	4.900,00	4.900,00	31-05-2024	31-05-2024			UE	D2	23-05-2024	4.900,00							
TP009/000/2024/27	79132100-9	600055639		20-06-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	180,00							
TP009/000/2024/28	79132100-9	600055639		28-06-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	144,00							
TP009/000/2024/29	79132100-9	600055639		28-06-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	180,00							
TP009/000/2024/3	65100000-4	507718666		01-01-2024	1.886,79	2.000,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	21-02-2024	1.691,29							
TP009/000/2024/30	79132100-9	600055639		28-06-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	180,00							
TP009/000/2024/31	79132100-9	600055639		28-06-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	180,00							
TP009/000/2024/32	80500000-9	513447660		02-07-2024	240,00	240,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-07-2024	240,00							
TP009/000/2024/34	79132100-9	600055639		08-07-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	180,00							
TP009/000/2024/35	55120000-7	E226219684		16-07-2024	41.956,80	41.956,80	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	11-10-2024	42.713,47							
TP009/000/2024/36	80500000-9	505122278		03-07-2024	1.274,00	1.274,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-07-2024	1.274,00							
TP009/000/2024/38	71319000-7	503024260		06-09-2024	75.000,00	92.250,00	05-09-2025	05-09-2025			UE	D2	30-12-2024	23.509,61	14.927,89		53.812,50				
TP009/000/2024/39	80500000-9	502117524		06-08-2024	4.250,00	4.250,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-10-2024	4.250,00							
TP009/000/2024/4	80500000-9	516279050		09-02-2024	1.500,00	1.845,00	31-03-2024	31-03-2024			RP	D2	06-03-2024	1.845,00							
TP009/000/2024/41	22212100-0	500792887		08-09-2024	94,11	94,11	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	23-09-2024	94,11							
TP009/000/2024/42	80500000-9	516480430		19-09-2024	70,00	70,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-11-2024	70,00							
TP009/000/2024/43	80500000-9	515166081		19-09-2024	240,00	240,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	03-10-2024	240,00							
TP009/000/2024/45	80500000-9	501804625		26-09-2024	950,00	950,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2									
TP009/000/2024/46	80500000-9	506512495		27-09-2024	40,00	40,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	03-10-2024	40,00							
TP009/000/2024/47	79132100-9	600055639		02-10-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-12-2024	180,00							
TP009/000/2024/48	80500000-9	513447660		04-10-2024	290,00	290,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	10-10-2024	290,00							
TP009/000/2024/49	80500000-9	502117524		16-10-2024	4.250,00	4.250,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	12-12-2024	4.250,00							
TP009/000/2024/5	65100000-4	680000054		01-01-2024	452,83	480,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	27-02-2024	311,06	165,97						
TP009/000/2024/50	80500000-9	513447660		18-10-2024	460,00	460,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-11-2024	460,00							
TP009/000/2024/51	80500000-9	503269794		23-10-2024	764,22	940,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	13-11-2024	940,00							
TP009/000/2024/52	79952000-2	E226314064		29-10-2024	20.000,00	24.600,00	08-11-2024	08-11-2024			UE	D2	04-12-2024	20.000,00							
TP009/000/2024/53	80500000-9	506762122		04-11-2024	320,00	393,60	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	18-12-2024	393,60							
TP009/000/2024/54	80310000-0	514179805		05-11-2024	2.825,00	3.474,75	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	26-12-2024	3.474,75							
TP009/000/2024/55	22212100-0	500792887		19-11-2024	51,33	51,33	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	21-11-2024	51,33							
TP009/000/2024/56	80500000-9	502718714		28-11-2024	1.410,00	1.734,30	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	12-12-2024	1.560,87							
TP009/000/2024/57	80500000-9	500825840		28-11-2024	108,00	108,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	04-12-2024	108,00							
TP009/000/2024/58	80500000-9	516480430		25-11-2024	487,80	600,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-12-2024	600,00							
TP009/000/2024/59	80310000-0	E226317410		02-12-2024	2.000,00	2.000,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2			2.000,00						
TP009/000/2024/6	65100000-4	514280956		01-01-2024	900,00	900,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	21-02-2024	625,03							
TP009/000/2024/60	80500000-9	E226250020		03-12-2024	900,00	900,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	12-12-2024	900,00							
TP009/000/2024/61	80310000-0	518353532		09-12-2024	600,00	738,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	26-12-2024	738,00							
TP009/000/2024/62	66172000-6	E226273148		11-12-2024	43.289,75	47.618,72	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2					47.618,72				
TP009/000/2024/64	80500000-9	E226285684		17-12-2024	695,00	695,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	31-12-2024	695,00							
TP009/000/2024/65	79132100-9	600055639		18-12-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	30-12-2024	130,00							
TP009/000/2024/66	99999999-9	E226242955		13-12-2024	850,00	850,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	20-12-2024	850,00							
TP009/000/2024/67	80500000-9	E226250020		19-12-2024	2.700,00	2.700,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	30-12-2024	2.700,00							
TP009/000/2024/7	80500000-9	E226272725		16-02-2024	793,30	793,30	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	31-03-2024	820,00							

Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP009/000/2024/8	80500000-9	E226310883		20-02-2024	2.890,00	2.890,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	31-03-2024	2.890,00							
TP009/000/2024/9	79132100-9	600055639		22-02-2024	180,00	180,00	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	09-08-2024	180,00							
TP011/000/2022/1	64200000-8	502544180		31-12-2021	82.630,56	101.635,59	01-01-2022	01-01-2022			RP	D2	03-03-2022	2.637,72							
TP012/000/2020/6	79714000-2	500243719		30-12-2020	30.102,00	37.025,46	30-12-2023	30-12-2023			RP	D2	12-03-2021								
TP012/000/2021/13	79995100-6	980473187		02-08-2021	19.955,28	24.545,00	01-01-2022	01-01-2022			RP	D2	15-10-2021	6.216,42							
TP012/000/2021/5	72000000-5	510365710		07-04-2021	33.000,00	40.590,00	06-04-2024	06-04-2024			RP	D2	21-04-2021			40.590,00					
TP012/000/2022/10	79212500-8	501266259		22-07-2022	52.500,00	64.575,00	31-12-2022	31-12-2022			RP	D1.1	22-07-2022	19.987,50							
TP012/000/2022/10	79212500-8	501266259		22-07-2022	52.500,00	64.575,00	31-12-2022	31-12-2022			RP	D5	22-07-2022	150,06							
TP012/000/2023/11	79714000-2	500243719		07-12-2023	30.102,00	37.025,46	21-12-2026	21-12-2026			RP	D2	06-03-2024	12.341,76	0,06		12.341,82	12.341,82			
TP012/000/2023/12	71314100-3	500697370		27-12-2023	27.732,60	34.111,10	31-12-2026	31-12-2026			RP	D2	01-04-2024	11.359,24	11,12		11.370,37	11.370,37			
TP012/000/2023/13	64200000-8	504615947		27-12-2023	7.983,96	9.820,27	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	06-03-2024	2.195,90							
TP012/000/2023/6	72200000-7	502481749		17-04-2023	74.999,00	92.248,77	14-08-2024	14-08-2024			UE	D6	28-06-2023			92.248,77					
TP012/000/2023/9	50312610-4	513514139		23-05-2023	7.849,93	9.655,41	31-05-2024	31-05-2024			RP	D2	28-06-2023	2.413,86		7.241,55					
TP012/000/2024/1	72320000-4	502661445		26-02-2024	3.455,00	4.249,65	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	05-06-2024	3.541,40			708,25				
TP012/000/2024/2	79410000-1	507841557		03-05-2024	15.818,41	19.456,64	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	30-12-2024	19.456,64							
TP012/000/2024/3	79100000-5	213861402		10-05-2024	73.500,00	90.405,00	09-06-2026	09-06-2026			RP	D2	26-06-2024	23.843,40	5.086,20		43.394,40	18.081,00			
TP012/000/2024/4	09130000-9	500697370		27-06-2024	87.734,88	107.913,90	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	26-09-2024	7.661,31	10.324,34		35.971,30	35.971,30	17.985,65		
TP012/000/2024/5	39171000-1	505080303		30-08-2024	29.300,00	36.039,00	01-10-2024	01-10-2024			RP	D2	13-11-2024	36.039,00							
TP012/000/2024/6	79995100-6	980473187		12-08-2024	22.740,00	27.970,20	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	28-10-2024	1.917,87	1.578,40		9.323,40	9.323,40	5.827,13		
TP012/000/2024/7	79635000-4	507587693		07-10-2024	29.995,00	36.893,85	30-11-2024	30-11-2024			UE	D2	14-11-2024	36.893,86							
TP012/000/2024/8	72253000-3	503140600		11-11-2024	13.580,00	16.703,40	31-01-2026	31-01-2026			RP	D2	20-11-2024	2.783,88	348,01		12.527,55	1.043,96			
TP012/000/2024/9	79952000-2	509384196		09-12-2024	44.100,00	54.243,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	12-12-2024	54.243,00							
TP013/000/2021/1	72200000-7	515325848		23-08-2021	1.545.437,00	1.900.887,51	06-06-2024	06-06-2024	2072/202	06-06-2022	UE	D6	25-10-2022			1.272.039,59					
TP016/000/2022/2	72000000-5	506360237		06-12-2022	199.900,01	245.877,01	06-10-2024	06-10-2024			UE	D6	25-01-2023	109.552,39	15.447,44	121.008,86					
TP018/000/2024/1	79212000-3	503786110		05-08-2024	196.000,00	241.080,00	12-12-2024	12-12-2024			UE	D2	03-10-2024	241.080,00							
TP018/000/2024/3	72000000-5	506360237		23-07-2024	200.000,00	246.000,00	31-12-2024	31-12-2024			UE	D6	19-09-2024	54.717,64	23.436,56		122.692,50	45.153,30			
TP018/000/2024/5	90910000-9	514308060		01-10-2024	21.319,44	26.222,91	30-09-2026	30-09-2026			RP	D2	13-11-2024	2.185,24	1.092,62		13.111,46	9.833,59			
TP018/000/2024/6	60130000-8	514608455		23-10-2024	166.250,00	176.225,00	15-11-2024	15-11-2024			RP	D2	04-12-2024	176.225,00							
TP018/000/2024/7	72317000-0	506303810		20-12-2024	247.788,00	304.779,24	31-12-2027	31-12-2027			RP	D2					101.593,08	101.593,08	101.593,08		
TP018/000/2024/8	66510000-8	502358416		31-12-2024	650.905,57	650.905,57	31-12-2025	31-12-2025			RP	D1.3					600.306,79				
TP018/000/2024/8	66510000-8	502358416		31-12-2024	650.905,57	650.905,57	31-12-2025	31-12-2025			RP	D2					13.967,43				
TP018/000/2024/8	66510000-8	502358416		31-12-2024	650.905,57	650.905,57	31-12-2025	31-12-2025			UE	D4.1.3					36.631,35				
TP019/000/2023/1	72000000-5	510365710		26-07-2023	15.000,00	18.450,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D2	08-09-2023	15.252,00							
TP019/000/2024/1	34110000-1	506824241		23-12-2024	109.984,44	135.280,86	30-12-2024	30-12-2024			RP	D6	30-12-2024	135.280,86							
TP026/000/2023/11	63510000-7	503542016		04-01-2024	4.512,73	4.512,73	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	16-01-2024	4.512,73							
TP026/000/2023/2	63510000-7	980099323		28-11-2023	15.000,00	15.000,00	31-12-2023	31-12-2023			RP	D1.2	20-02-2024	1.980,01							
TP026/000/2023/21	63510000-7	506019608		04-01-2024	27.470,51	27.470,51	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	27-02-2024	14.173,17							
TP026/000/2023/21	63510000-7	506019608		04-01-2024	27.470,51	27.470,51	31-12-2024	31-12-2024			UE	D2	27-02-2024	13.297,34							
TP026/000/2023/22	63510000-7	510144160		04-01-2024	3.089,04	3.089,04	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	07-02-2024	3.089,04							
TP026/000/2023/23	63510000-7	513165380		04-01-2024			31-12-2024	31-12-2024			RP	D2									
TP026/000/2023/24	63510000-7	501786082		04-01-2024	10.600,80	10.600,80	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	22-02-2024	10.600,80							
TP026/000/2023/25	63510000-7	501315683		04-01-2024	2.475,47	2.475,47	31-12-2024	31-12-2024			RP	D2	06-03-2024	2.475,47							





## Contas individuais

### Contabilidade de Gestão

## Contas Individuais

---

### Contabilidade de Gestão

#### Conceitos gerais

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública – NCP 27 – Contabilidade de Gestão, publicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, relativa ao Referencial contabilístico designado por SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, a Contabilidade de Gestão é um sistema previsto legalmente e constitui um importante instrumento de gestão, sendo que este normativo tipifica, para o efeito, divulgações obrigatórias. Tendo em vista dar cumprimento às orientações referidas, a AICEP tem procurado parametrizar o seu sistema interno para dar resposta à análise nesta ótica de gestão.

A Contabilidade de Gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões de gestão, designadamente, na AICEP, no processo de elaboração de orçamentos, nas funções de planeamento e controlo, na mensuração e avaliação de desempenho e na fundamentação económica e de decisões de gestão.

Na Norma de Contabilidade de Gestão são indicadas as etapas principais para implementação do sistema, iniciando-se com a identificar das atividades realizadas e que consomem recursos (principais e auxiliares) e atribuição dos custos às atividades, bem como outras atividades subsequentes.

Em termos metodológicos, todos os custos da AICEP foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporados. Os custos comuns da conta 62-Fornecimentos Externos e da conta 63-Pessoal/gerais foram repartidos de acordo com o número de colaboradores de cada uma das áreas e os custos comuns da conta 63-Pessoal/pessoal foram repartidos em proporção dos custos diretos. Podem existir divergências apuradas entre os valores referentes aos gastos da contabilidade financeira e orçamental e os da contabilidade de gestão, pela natureza distinta dos conceitos utilizados por cada uma das óticas.

## Sumário Executivo

Da análise efetuada às contas na ótica da contabilidade de gestão, podem ser apontados os seguintes aspetos:

- a AICEP demonstrou no exercício de 2024 um ajuste em baixa nos gastos na ordem dos 6% (*vide* quadro 1);
- a rede externa da Agência, pela sua dimensão, mas também pela sua relevância enquanto ativo determinante na organização, continua, de forma continuada e estratégica, a estar associada à maior parcela dos gastos da AICEP (*vide* quadros 1, 2 e 3). A continuação da expansão da rede externa, em localizações e número de colaboradores afetos, conforme anunciado pelo Presidente do Conselho de Administração da AICEP no passado dia 6 de janeiro, trará certamente uma alocação de recursos, expectavelmente, maior;
- em 2024 verificou-se uma redução de colaboradores (*vide* quadro 4) o que, do ponto de vista de gestão, não se tratou de nenhum significativo desequilíbrio em termos de recursos humanos, mas da saída, a partir de 1 de janeiro de 2024, dos colaboradores que se encontravam no exercício de funções, na rede externa, nas equipas do Turismo de Portugal;
- relativamente à execução de 2024, assinala-se uma atividade menos intensa nas iniciativas da angariação de investimento e internacionalização face ao ano anterior e um acréscimo na área da participação em exposições mundial com a Expo Osaka (*vide* quadro 4). De referir que este tipo de iniciativa contribui de forma considerável para a volatilidade dos gastos entre diferentes exercícios;
- a edição prevista para o ano de 2024 do Programa Inov Contacto não se realizou no calendário previsto, o que teve um enorme impacto nos gastos do corrente ano. A edição teve apenas início na segunda quinzena de dezembro, pelo que os gastos serão refletivos no exercício de 2025.

## Análise às contas

A atividade da Agência pode ser repartida em quatro áreas, tendo sido apurados os gastos das atividades desenvolvidas por cada uma das áreas, bem como para as áreas de gestão:

- a) áreas negócio (principal)
- b) áreas de apoio ao negócio
- c) áreas de suporte ao negócio
- d) rede externa

Nesta perspetiva, a repartição dos custos apresenta a seguinte estrutura para os exercícios de 2022 a 2024.

<b>Gastos por área</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Variação 2023/2022</b>	<b>2024</b>	<b>Variação 2024/2023</b>
Órgão Sociais, Sec.G. e Assessor	2.190.502	1.681.860	-23%	1.917.319	14%
Área de Negócio	8.420.065	6.456.095	-23%	6.185.434	-4%
Áreas de apoio negócio	9.509.751	9.033.664	-5%	5.890.083	-35%
Áreas de suporte negócio	9.113.171	9.847.196	8%	7.692.236	-22%
Rede externa	20.179.942	17.542.556	-13%	20.590.699	17%
Gastos não incorporados	597.324	752.419	26%	493.997	-34%
<b>Total</b>	<b>50.010.757</b>	<b>45.313.789</b>	<b>-9%</b>	<b>42.769.768</b>	<b>-6%</b>

(unid.: EUR)

**quadro 1**

Da análise aos valores apresentados, verifica-se que a atividade da rede externa é bastante relevante no conjunto da organização.

Gastos por localização	2022		2023		Variação 2023/2022		2024		Variação 2024/2023	
Sede	29.830.814	60%	27.771.233	61%	-7%		22.179.069	52%	-20%	
Rede externa	20.179.942	40%	17.542.556	39%	-13%		20.590.699	48%	17%	
<b>Total</b>	<b>50.010.757</b>		<b>45.313.789</b>		<b>-9%</b>		<b>42.769.768</b>		<b>-6%</b>	

(unid.: EUR)

#### quadro 2

Em termos de tipologia de custos, abaixo releva-se o elevado peso por parte dos gastos com o pessoal na estrutura dos custos, historicamente na ordem dos 60%, embora 2024 tenha trazido uma ligeira redução no padrão deste indicador com a já referida saída dos colaboradores para o Turismo de Portugal:

Gastos por localização e natureza										
	2022		2023		2022 vs 2023		2024		2023 vs 2024	
Rede externa										
Pessoal	13.175.852	65%	12.843.648	64%	-3%	9.525.748	47%	-26%		
Outros gastos	7.004.090	35%	4.698.908	23%	-33%	11.064.951	55%	135%		
	20.179.942	40%	17.542.556	39%	-13%	20.590.699	48%	17%		
Sede										
Pessoal	14.950.575	50%	16.105.917	54%	8%	16.765.235	56%	4%		
Outros gastos	14.880.239	50%	11.665.315	39%	-22%	5.413.834	18%	-54%		
	29.830.814	60%	27.771.233	61%	-7%	22.179.069	52%	-20%		
	50.010.757		45.313.789		-9%	42.769.768		-6%		

(unid.: EUR)

#### quadro 3

Analisando o gasto médio por áreas e respetivo número de colaboradores, obtemos os seguintes valores:

Gastos médios por áreas internas												
	2022			2023			2023vs 2022	2024			2024vs 2023	
	Total	nº	média	Total	nº	média		Total	nº	média		
Órgão Sociais e Gabinetes	2.190.502	26	84.250	1.681.860	26	64.687	-23%	1.917.319	23	83.362	29%	
Área de Negócio	8.420.065	95	88.632	6.456.095	100	64.561	-27%	6.185.434	96	64.432	0%	
Áreas de apoio negócio	9.509.751	69	137.822	9.033.664	85	106.278	-23%	5.890.083	88	66.933	-37%	
Áreas de suporte negócio	9.113.171	134	68.009	9.847.196	122	80.715	19%	7.692.236	114	67.476	-16%	
Rede externa	20.179.942	147	137.279	17.542.556	134	130.915	-5%	20.590.699	97	212.275	62%	
Gastos não incorporados	597.324	11	54.302	752.419	14	53.744	-1%	493.997	15	32.933	-39%	
<b>Total</b>	<b>50.010.757</b>	<b>482</b>	<b>103.757</b>	<b>45.313.789</b>	<b>481</b>	<b>94.207</b>	<b>-9%</b>	<b>42.769.768</b>	<b>433</b>	<b>98.775</b>	<b>5%</b>	

(unid.: EUR)

#### quadro 4

Repartindo os custos por pessoal e restantes custos, e analisando conjuntamente com o quadro 3, verifica-se que a rede externa tem um custo médio mais elevado face às restantes áreas devido à sua relevância e skills. A parcela do pessoal diminuiu face à saída do Turismo e houve um crescimento na vertente dos restantes gastos inerente à realização da Expo Osaka.

Se observarmos a estrutura de custos da Agência no âmbito da sua missão, podemos apontar as seguintes funções:

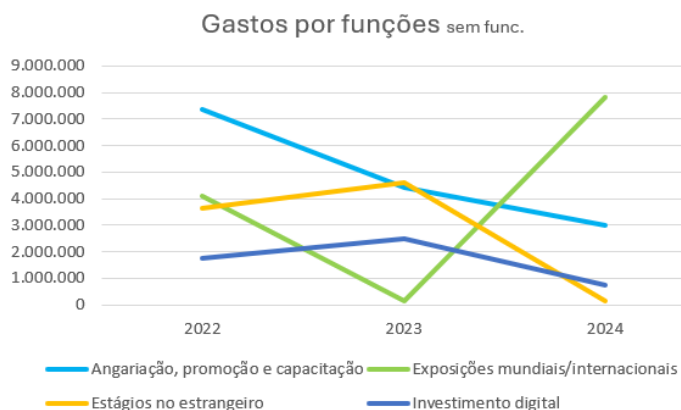
- funcionamento geral e investimento
- programa de estágios no estrangeiro (Inov Contacto)
- angariação, promoção externa de comércio e turismo, e capacitação
- realização de exposições internacionais
- investimento em ferramentas digitais

Os gastos repartidos por estas funções tiveram a seguinte distribuição nos três últimos anos:

Gastos por funções	2022		2023		Variação 2023/2022		2024		Variação 2024/2023
Funcionamento	33.187.015	66%	33.692.928	74%	2%		31.055.342	73%	-8%
Angariação, promoção e capacitação	7.349.532	15%	4.415.531	10%	-40%		2.990.275	18%	-32%
Exposições mundiais/internacionais	4.079.628	8%	128.275	0%	-97%		7.806.556	0%	5986%
Estágios no estrangeiro	3.625.502	7%	4.605.480	10%	27%		156.110	7%	-97%
Investimento digital	1.769.079	4%	2.471.575	5%	40%		761.486	2%	-69%
<b>Total</b>	<b>50.010.756</b>		<b>45.313.789</b>		<b>-9%</b>		<b>42.774.140</b>		<b>-6%</b>

(unid.: EUR)

quadro 5



De referir que em 2022 verificaram-se gastos com a Expo Dubai que não ocorreram de forma idêntica em 2023, bem como de promoção com a participação na Hannover Messe de 2022, que não se repetiu em 2023. Em 2024, verificou-se um investimento bastante relevante na Expo Osaka (7,8 milhões de euros). Por sua vez, em termos de Programa Inov Contacto, a 27ª edição prevista para 2024 apenas se iniciou em meados de dezembro, pelo que a execução é reduzida e ficou abaixo de 5% do inicialmente previsto. Esta baixa execução será compensada no início de 2025, já que os estagiários saem para os mercados nos primeiros meses de 2025.

No que respeita ao investimento digital, nomeadamente o que está enquadrada no projeto PRR, a execução de 2024 ficou abaixo do expectável, por atrasos na implementação das ferramentas e encontro de soluções alternativas a alguns investimentos inicialmente previstos. De referir que este instrumento termina em 2026, sendo premente haver um esforço para a utilização das verbas disponíveis.

Diversa outra informação de gestão está vertida no presente Relatório e Contas, em particular no capítulo “Atividade Desenvolvida” e no restante Anexo às demonstrações financeiras.

A AICEP iniciou-se neste processo da contabilidade de gestão em 2023, encontrando-se ainda a robustecer o modelo e os indicadores de gestão disponíveis, complementares da contabilidade orçamental e da contabilidade financeira, que terão reflexo nos próximos exercícios.